SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN

Rio Grande do Norte , 02 de Setembro de 2019 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO X | Nº 2095

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL (AMSO)

SECRETARIA EXECUTIVA - AMSO
PORTARIA Nº 005/2019 - AMSO

Portaria nº 005/2019 - AMSO Em, 30 de agosto de 2019.

O Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental-AMSO, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Senhor Wilson da Nóbrega Santos; CPF 358.302.804-00, Membro da Comissão Permanente de Licitação da Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental-AMSO
Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 1º de agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Presidente

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 15/01/2019 – 15/01/2021

Presidente: Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo

1º Vice-Presidente: Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti

2º Vice-Presidente: Prefeito Luiz Eduardo Bento da Silva

3º Vice-Presidente: Prefeita Maria Bernadete Nunes Rego Gomes

4º Vice-Presidente: Prefeito Thales André Fernandes

5º Vice-Presidente: Prefeito Odon Oliveira de Souza Junior

1º Secretário: Prefeito Dagoberto Bessa Cavalcante

2º Secretário: Prefeito José Edvaldo Guimarães Júnior

1º Tesoureiro: Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes

2º Tesoureiro: Prefeita Marina Dias Marinho

CONSELHO FISCAL

1 - Prefeita Jeane Carlina Saraiva Ferreira de Souza

2 - Prefeito Chilon Batista de Araújo Neto

3 - Prefeito José Amor da Silva

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 - Prefeito José Marques Fernandes

2 - Deusdete Gomes de Barros

3 - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:DE7C6414

SECRETARIA EXECUTIVA - AMSO
PORTARIA Nº 006/2019 - AMSO

Portaria nº 006/2019 - AMSO Em, 30 de agosto de 2019.

O Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental-AMSO, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear membro da Comissão Permanente de Licitação da Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental-CIS/AMSO:
1. Carla Dantas de Oliveira, CPF: 009.170.334-42.

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 1º de agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:5D84673A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00009/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00009/2019, que objetiva: Fornecimento de equipamentos de informática destinados as Secretarias Municipais deste Município; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MN Nogueira Informática Ltda EPP - R$ 16.995,00.

Almino Afonso - RN, 26 de Agosto de 2019

WALDENIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM
Prefeito

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:08D18E6F

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00010/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00010/2019, que objetiva: Prestação de Serviços de manutenção de equipamentos de informática pertencentes as Secretárias Municipal deste Município; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MN Nogueira Informática Ltda EPP - R$ 12.124,00.

Almino Afonso - RN, 26 de Agosto de 2019

WALDENIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM
Prefeito

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:51433F39

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00009/2019. OBJETO: Fornecimento de equipamentos de informática destinados as Secretarias Municipais deste Município. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 26/08/2019.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:A294B8FB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00010/2019. OBJETO: Prestação de Serviços de manutenção de equipamentos de informática pertencentes as Secretárias Municipal deste Município. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 26/08/2019.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:09EE63FB

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00003/2019

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00003/2019, que objetiva: Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de Pneus, câmaras de ar, protetores, baterias, óleo hidráulico e lubrificantes destinados aos veículos pertencentes as Secretarias Municipais deste Município de Almino Afonso-RN; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: AMELIA PATRICIA FERREIRA BARROS - R$ 21.761,80; José Wilson Barbosa - EPP - R$ 118.680,00; NEIRE D DE OLIVEIRA PNEUS E SERVICOS EIRELI - R$ 153.277,00; TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - R$ 4.196,00.

Almino Afonso - RN, 30 de Agosto de 2019

WALDENIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM
Prefeito

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:CFB1B3C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 22080001/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22080001/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22080001/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE APODI/RN-CNPJ:08.349.011/00001-93-ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO-PREFEITO MUNICIPAL-CPF: 061.599.814-39.
CONTRATADO: JOSIMAR FERREIRA DE LIMA ME, CNPJ: 26.691.021/0001-94
OBJETOCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS DE LED, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E TRANSPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN. FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666/1993. VIGÊNCA: 22/08/2019 A 31/12/2019.APODI/RN,22/08/2019.

Publicado por:
Maria Stela Pereira
Código Identificador:729198DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 178/2019 – GP

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder uma diária no valor de **R$: 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), ao servidor ALYSSON FLAVIO FERREIRA DA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula de nº 9114-6 , para cobrir despesas no dia 02 de setembro de 2019, em viagem com o paciente Thomas Vinicius Silva, residente na Zona Rural do município, diagnosticado com Microcefalia, para realizar acompanhamento no SARAH em Fortaleza/CE, devendo ser adotadas as providências necessárias ao íntegro cumprimento desta concessão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Em Arez/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTONIO BRÁULIO DA CUNHA
Prefeito Municipal
CPF nº 026.464.044-6

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:06383439

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE Nº. 003/2019 RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Presidente da CPL do Município de Arez/RN torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do CONVITE Nº. 003/2019, concernente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR OBRA DE AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE PATANÉ, para declarar as empresas SETE CONSTRUÇÕES EIRELI (CNPJ: 24.372.340/0001-01), CAMPO FELIZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ: 26.635.344/0001-60), JOÃO HIGOR PINTO DIAS (CNPJ: 27.776.149/0001-13), TERRA BRASIL CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA IMOBILIARIA (CNPJ: 03.681.329/0001-53), L SILVA L ALVES CONSTRUTORA LTDA (CNPJ: 13.079.100/0001-05) e FAN CONSTRUÇÕES EIRELI (CNPJ: 09.254.081/0001-20), habilitadas para o presente certame.

Arez/RN, 30 de agosto de 2019.

JANE KELLY DA SILVA VIANA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:C7BE8DD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE Nº. 002/2019 EXTRATO DO CONTRATO N°. 039/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AREZ/RN. CONTRATADA: CONCREALL COMERCIALIZAÇÃO EIRELI EPP. Objeto: EXECUTAR A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS E CALÇADAS, ORIUNDAS DO CONTRATO DE REPASSE Nº. 845088/2017/MCIDADES/CAIXA. Vigência do Contrato: 30/08/2019 à 29/08/2020. Valor Global do Contrato: 181.445,22.

Arez/RN, 30 de agosto de 2019.

Município de Arez/RN
ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
Prefeito Municipal

Concreall Comercialização EIRELI EPP
LAYSSA MATIAS MEDEIROS
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:3DBF00E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000014/2019 RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Pregoeira do Município de Arez/RN torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000014/2019, concernente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS TÉCNICOS TRIBUTÁRIOS E FISCAIS PARA A REDUÇÃO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE AREZ/RN, JUNTO AO INSS (RECEITA FEDERAL), no qual declarou o escritório GADELHA E ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ: 07.059.706/0001-78), vencedor do certame, com percentual de 18% (dezoito por cento).

Arez/RN, 30 de agosto de 2019.

PRISCILA MABEL ARAÚJO BRÁZ
Pregoeira

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:6A1F27F9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO Nº 002/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **DIAGFARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA – ME**, **CNPJ/MF nº 11.426.166/0001-90**, com sede na Av. Dom Pedro II , nº 2641, CEP: 58040-440, Torre – João Pessoa/PB, neste ato representada pelo Sr. CARLOS ROBERTO BOTELHO DE ARAÚJO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade de n° 867742 - SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 047.677.644-91, residente e domiciliado na Rua Raimundo Adeizo Rodrigues, nº 39,Apt. 301 CEP: 58076-120, João Paulo II – João Pessoa/PB, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente contrato tem como objeto a ***contratação de Pessoa Jurídica visando à locação de aparelho automático para realização de exames biológicos, hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas) e a aquisição de material de consumo e permanente destinados ao laboratório do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho localizado no Município de Baraúna/RN***, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
03	Agulha para Coleta a Vácuo 25x0.7, embalagem com 100 unidades	Cx	36	28,50	1.026,00
08	Coletor universal 50ml tampa branca cx c/1.000 unds	Kit	30	228,00	6.840,00
13	Imunolátex ASLO 60 testes, com calibrador e controle	Kit	20	38,00	760,00
15	Imunolatex PCR 60 testes, com calibrador e controle	Kit	30	39,80	1.194,00
35	Tubo edta k3 4ml cx 100 (tampa roxa).	Cx	120	45,00	5.400,00
39	Zika igg/igm c/50 testes	Kit	12	1.440,00	17.280,00
41	Contador de células digital	Und	1	490,00	490,00
43	Homogeneizador hematológico.	Und	1	850,00	850,00
44	Microscópio Óptico binocular	Und	2	1.500,00	3.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de R$ 36.840,00 (trinta e seis mil, oitocentos e quarenta reais), correspondente ao fornecimento do objeto constante da cláusula primeira, indicado na tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO
4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.
4.2. Não será permitida a subcontratação

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5.1. O prazo de vigência do contrato ***destinado ao fornecimento de bens*** dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.
5.2. O prazo de vigência do Termo de Contrato ***destinado à execução dos serviços de locação*** dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá pelo período de 12 (doze) meses, podendo, a critério da Administração Púbica, ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde para a execução dos serviços, objeto deste edital, quando for o caso.
6.1.3. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na execução dos serviços objeto deste Certame.
6.1.4. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.1.5. Realizar consulta ao SICAF e ao CADIN, visando apurar a regularidade das condições iniciais de habilitação da empresa, quando da convocação da licitante para assinatura do contrato bem como durante a execução contratual.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) salários.
b) seguros de acidentes.
c) taxas, impostos e contribuições.
d) frete.
e) indenizações. e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Secretaria Municipal de Saúde.
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna.
6.2.4. Efetuar a realização dos serviços conforme fixado na Proposta do Licitante.
6.2.5. Comunicar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
6.2.6. Proceder a execução dos serviços sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada.
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**.
6.2.9. O prazo do início da execução dos serviços de locação dos aparelhos automáticos de exames é de no máximo **10(dez) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na ordem de serviço, ou documento que substitua o pedido do serviço contadas do recebimento da Ordem de Serviço.
6.2.10. O Prazo de entrega do(s) material (ais) de consumo e dos do(s) material (ais) permanente(s) é de no máximo **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na Ordem de Compra, ou documento que substitua o pedido de compra contadas do recebimento da Ordem de Compra.
6.2.11. Executar os serviços e fornecimento de bens obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução dos serviços ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/ Secretaria Municipal de Saúde.
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a execução do(s) serviço(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Baraúna, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Baraúna.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE. e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Baraúna.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente a execução dos serviços caberá a cada Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos serão advindos do **Orçamento Geral do Município**, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORCAMENTARIA	
02.013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
AÇÃO	
2022 MANUT. DAS ATIV. DA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
ELEMENTOS DE DESPESA	
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
339030 MATERIAL DE CONSUMO	
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
FONTES	
12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
12140000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
12150000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde

11.1. O referido recurso está consignado no Orçamento Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a execução dos serviços, mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos iandimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, juntamente com as Notas Fiscais, conforme o caso, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada.
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas.
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP.
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS.
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP.
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS.
g) Protocolo de envio de arquivos.

h) Guia do FGTS e GPS pagas.
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os material(ais) não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios.
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)
365
I = (6/100)
365

I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.
12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes A inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante.
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida.
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida.
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato.
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma.
15.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos.
15.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos.
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do

interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato.
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente.
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo.
15.18.4. Fizer declaração falsa.
15.18.5. Cometer fraude fiscal.
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame.
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE.
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICIDADE DOS ATOS

18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Diagfarma Comércio E Serviços De Produtos Hospitalares E Laboratoriais LTDA – ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***CARLOS ROBERTO BOTELHO DE ARAÚJO***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:A6733606

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO Nº 003/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, **CNPJ/MF nº 07.969.641/0001-06**, com sede na Rua Frei Miguelinho, nº 811 A, CEP: 59603-350, Doze Anos - Mossoró/RN, neste ato representada pelo Sr. MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade de n° 779.116 - SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 537.619.104-44, residente e domiciliado na Rua Delfino Freire, nº 525, CEP: 59.605-160, Boa Vista - Mossoró/RN, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a ***contratação de Pessoa Jurídica visando à locação de aparelho automático para realização de exames biológicos, hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas) e a aquisição de material de consumo e permanente destinados ao laboratório do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho localizado no Município de Baraúna/RN***, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
04	ANTI A, Frasco com 10 ml.	Cx	12	14,90	178,80
05	ANTI B, Frasco com 10 ml.	Cx	12	14,90	178,80
06	ANTI D, Frasco com 10 ml	Cx	12	30,00	360,00
12	Fita de Urina com 10 parâmetros, caixa c/ 100 tiras	Kit	100	23,00	2.300,00
14	Imunolatex Fator Reumatoide 60 testes, com calibrador e controle.	Kit	20	37,00	740,00
18	Lamina lisa cx 50 und.	Ff	12	3,70	44,40
21	Óleo de imersão 50 ml.	Cx	10	15,50	155,00
22	Papel Filtro para realização de tempo de coagulação, embalagem com 100 unidades	Cx	12	2,90	34,80
31	Ponteira amarela pct 1000.	Pct	24	9,00	216,00
32	Ponteira azul pct 1000.	Pct	12	26,00	312,00
40	Centrífuga bivolt macro 24 tubos 15 ml	Und	1	3.000,00	3.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ 7.519,80 (sete mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta centavos), correspondente ao fornecimento do objeto constante da cláusula primeira, indicado na tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO
4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.
4.2. Não será permitida a subcontratação

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5.1. O prazo de vigência do contrato ***destinado ao fornecimento de bens*** dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.
5.2. O prazo de vigência do Termo de Contrato ***destinado à execução dos serviços de locação*** dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá pelo período de 12 (doze) meses, podendo, a critério da Administração Púbica, ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde para a execução dos serviços, objeto deste edital, quando for o caso.
6.1.3. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na execução dos serviços objeto deste Certame.
6.1.4. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.1.5. Realizar consulta ao SICAF e ao CADIN, visando apurar a regularidade das condições iniciais de habilitação da empresa, quando da convocação da licitante para assinatura do contrato bem como durante a execução contratual.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) salários.
b) seguros de acidentes.
c) taxas, impostos e contribuições.
d) frete.
e) indenizações. e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Secretaria Municipal de Saúde.
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna.
6.2.4. Efetuar a realização dos serviços conforme fixado na Proposta do Licitante.
6.2.5. Comunicar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
6.2.6. Proceder a execução dos serviços sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada.
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**.
6.2.9. O prazo do início da execução dos serviços de locação dos aparelhos automáticos de exames é de no máximo **10(dez) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na ordem de serviço, ou documento que substitua o pedido do serviço contadas do recebimento da Ordem de Serviço.
6.2.10. O Prazo de entrega do(s) material (ais) de consumo e dos do(s) material (ais) permanente(s) é de no máximo **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na Ordem de Compra, ou documento que substitua o pedido de compra contadas do recebimento da Ordem de Compra.
6.2.11. Executar os serviços e fornecimento de bens obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução dos serviços ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/ Secretaria Municipal de Saúde.
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a execução do(s) serviço(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Baraúna, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Baraúna.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE. e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Baraúna.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente a execução dos serviços caberá a cada Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos serão advindos do **Orçamento Geral do Município**, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORCAMENTARIA	
02.013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
AÇÃO	
2022 MANUT. DAS ATIV. DA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
ELEMENTOS DE DESPESA	
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
339030 MATERIAL DE CONSUMO	
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
FONTES	
12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
12140000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
12150000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde

11.1. O referido recurso está consignado no Orçamento Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a execução dos serviços, mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos iandimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, juntamente com as Notas Fiscais, conforme o caso, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada.
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas.
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP.
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS.
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP.
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS.
g) Protocolo de envio de arquivos.
h) Guia do FGTS e GPS pagas.
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os material(ais) não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios.
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)
365
I = (6/100)
365

I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.
12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes A inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante.
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida.
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida.
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato.
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma.
15.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos.
15.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos.
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato.
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente.
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo.
15.18.4. Fizer declaração falsa.
15.18.5. Cometer fraude fiscal.
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame.
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE.
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICIDADE DOS ATOS

18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Marq Tech Comércio E Serviços LTDA - ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:CE50EB57

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2019

A Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humano e Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Públicos do Município de Baraúna/RN, consoante autorização da Sr.ª **Lucia Maria Fernandes do Nascimento,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 149/2019 relativo à Dispensa de Licitação n° 107/2019 visando à aquisição de computador e impressoras para atender necessidades das atividades realizadas por meio destas secretarias, junto à Pessoa Jurídica **FOUR TECH SUPRIMENTOS P/ IMPRESSÃO E INF. LTDA, CNPJ: 32.132.095/0001-93** residente na Av: Prudente de Morais, 2181687- Lagoa Seca- Natal/RN- Cep:59.022-310. *Com fulcro no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O processo de Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.
Art. 24- É dispensável a licitação:
I(...)
II -para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
A Secretaria de Administração, bem com a Secretaria de Infraestrutura tem se empenhado na aquisição de novas tecnologias compatíveis com a complexidade imposta na gestão Administrativa para suprir essas necessidades atuar com total eficiência. Para tanto, torna-se imprescindível a aquisição de computador e impressoras, pois ao equipar os órgão públicos, estará dando continuidade ao processo de modernização e ampliação, onde verificou-se a necessidade de implantação de uma estrutura de tecnologia para atender sua demanda. A aquisição dos equipamentos descrito no projeto básico justifica-se pela necessidade de modernização e melhor operacionalização dos sistemas de informática instalados nessa prefeitura, tendo como objetivo principal proporcionar um local para o armazenamento compartilhado de arquivos de computador e impressoras (como documentos, arquivos de som, fotografias, imagens, bases de dados, suas respectivas impressões, etc.) que podem ser acessados pelo trabalho que estão ligados à redes de computadores.
Conforme verificado nos autos do processo administrativo a necessidade da contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de computador e impressoras, vista a necessidades, ora surgidas deste município.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei n° 8666/93 a contratação junto à Pessoa Jurídica **FOUR TECH SUPRIMENTOS P/ IMPRESSÃO E INF. LTDA, CNPJ: 32.132.095/0001-93**, no valor total de R$ 15.187,00 (quinze mil, cento e oitenta sete reais), tendo em vista ser o menor preço dentre as pesquisas de mercado e Projeto Básico, tudo de acordo com os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 25 de julho de 2019.

ANDERCIO FABRIZIO BARBOZA
Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humano

JOSÉ ARIMATÉIA DE AZEVEDO
Sec. Munic. de Infraestrutura, Transportes e Serviços Público.

*Republicado por motivo de correção

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:D2C2BA47

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2019

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do Art 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores, para junto à Pessoa Jurídica: **FOUR TECH SUPRIMENTOS P/ IMPRESSÃO E INF. LTDA, CNPJ: 32.132.095/0001-93**, no valor total de R$ 15.187,00 (quinze mil, cento e oitenta sete reais), referente à aquisição de computador e impressoras pleiteada pela Secretaria Municipal de Administração e Secretaria de Infraestrutura de Baraúna/RN.
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação da Ilm. Sro. **Adercio Fabrizio Barboza** Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humano e do Ilm. Sr. **José de Arimatéia de Azevedo,** Secretário Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Públicos.

Baraúna/RN, 25 de Julho de 2019

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita do Município de Baraúna/RN

*Republicado por motivo de correção

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:FBC6272F

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
RESULTADO DO JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2019..

OBJETO: Registro de Preços destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando à eventual aquisição parcelada de combustíveis para suprir necessidades da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.

Considerando o que dispõe as regras editalícias constantes dos autos do Pregão Presencial SRP nº 026/2019 – Processo Administrativo nº 153/2019, Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, suas atualizações posteriores;

Considerando a ata de realização de abertura dos envelopes de propostas e envelopes de habilitação referente ao pregão presencial SRP nº 026/2019 em 26 de agosto de 2019 na qual sagrou-se classificado e vencedor o único licitante participante: **W.C. PINTO COMBUSTÍVEIS-ME, CNPJ: 24.587.883/0001-46**, *CLASSIFICADO conforme MAPA DE FASE DE NEGOCIAÇÃO;*

Considerando conforme consta na ata supra, foram abertos os envelopes de habilitação do nominado licitante fora observado estava *vencida a CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, tendo sido concedido prazo conforme art 43 da 123/2006. **In Verbis:***

Considerando que o licitante **W.C. PINTO COMBUSTÍVEIS-ME, CNPJ: 24.587.883/0001-46**, *apresentou vencida a CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, código de controle: DEEF.A562.12B0.F99A, cuja emissão foi: 11/02/2019 e validade 10/08/2019.* Por tratar-se de ***Microempresa/Empresa de Pequeno Porte*** fora concedido o prazo de 5 dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o §1º do art. 43, da LC 123/2006. **In Verbis:**
Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
*§1o Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame**, prorrogável por igual período**, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (**grifo meu**)*

Considerando que às 10h do dia 30(trinta) de agosto de 2019, compareceu o representante legal da empresa **W.C. PINTO COMBUSTÍVEIS-ME, CNPJ: 24.587.883/0001-46** o qual veio entregar a *CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, código de controle: 75AE.FDEB.4807.9677, cuja emissão foi: às 07:50:48 do 30/08/2019 e validade 26/02/2020,* que após conferência, foi declarada válida e autêntica, tendo sido o licitante **W.C. PINTO COMBUSTÍVEIS-ME, CNPJ: 24.587.883/0001-46,** classificado, habilitado e consequentemente vencedor do Pregão Presencial n° 026/2019, conforme mapa de fase de negociação. Os autos estão disponíveis aos licitantes participantes, aos Órgãos de Controle Externo/Órgãos Fiscalizadores e a sociedade.

Baraúna/RN 30 de agosto de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro Municipal

AGLÁCIA GLÓRIA SILVA DE MOURA
Equipe de Apoio

JOSÉ EVILÁZIO DA SILVA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:4E3638D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 210, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar **Lecy Luiz Raimundo da Silva**, do cargo de Secretário Municipal de Cultura, desta municipalidade.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício Manoel Guedes da Fonseca, em Barcelona 30 de agosto de 2019.

VICENTE MAFRA NETO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:74B9E6B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 211, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

INSTAURA PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E NOMEIA COMISSÃO PARA APURAR POSSIVEIS IRREGULARIDADES QUANTO A NÃO CONCLUSÃO DA OBRA DA UBS PORTE 1 OBJETO DA PROPOSTA Nº 12290707000113001-MS CONTRATO Nº 03/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VICENTE MAFRA NETO, Prefeito Municipal do Município de Barcelona, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Municipal nº 021/2017;

CONSIDERANDO que até a presente data não foi concluída a Obra UBS Porte 1, objeto do Contrato nº 03/2014;

CONSIDERANDO que a omissão da entrega, ensejou na expiração do contrato, o encerramento do convênio e o não envio e alimentação de informações quanto a conclusão da obra;

CONSIDERANDO que em virtude das normativas vigentes, vem sendo negada nossa solicitação de reativação da obra e abertura do sistema SISMOB para que pudéssemos alimentar e viabilizar a retomada da obra;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a instauração de Processo de Tomada de Contas Especial, a fim de apurar a omissão de entrega da conclusão da obra UBS Porte 1 Contrato Nº 03/2014, bem como possíveis irregularidades na execução da despesa da administração no exercício anterior.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

Presidente: JOSE AROLDO QUEIROGA DE MORAIS, CPF nº 105.943.024-24, servidor público, ocupante do cargo de Assessor Técnico de Projetos, matrícula 159204-1;

Secretário: ROCIENO JATEÔNIO NEVES, CPF nº 063.089.964-91, servidor público, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Administração, matrícula 137337-4;
Secretário: PHELIPPE AUGUSTO FERREIRA CRUZ, CPF nº 095.318.714-42 servidor público, ocupante do cargo de Assessor Jurídico do Município, matrícula 159506-8;

Art. 3º. Estabelecer que, para cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, deverá colher quaisquer provas, admitidas em direito, que julgar pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 90 (noventa) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. A Comissão poderá ser assessorada por técnicos contratados para essa finalidade.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 196, de 02 de maio do corrente ano.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barcelona, 30 de agosto de 2019.

VICENTE MAFRA NETO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:0B713319

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 212, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **Ana Cristina Duarte do Nascimento**, para o cargo de Secretário Municipal de Cultura, até ulterior deliberação.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício Manoel Guedes da Fonseca, em Barcelona 30 de agosto de 2019.

VICENTE MAFRA NETO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:3C89D70F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO Nº 54/2019

Reconheço a Dispensa de Licitação de nº 000150, parte integrante do Processo nº 3572/19 fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação de COMERCIAL APOLO LTDA - EPP, CNPJ: 02.440.676/0001-21 referente à Contratação de empresa para aquisição de materiais destinados aos serviços da Vigilância Sanitária do Município de Boa Saúde/RN, pelo valor de R$ 1.652,00 (um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais)
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilma. Sr.ª Ana Carolina dos Santos Costa, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Boa Saúde/RN, 30 de agosto de 2019

ERIVALDO FRANCISCO DE PONTES
Gestor do FMS

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:70FF951D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO 2020 CONISA

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2020		
ÓRGÃO: 01 - **CONSORCIO PÚBLICO**		
Unidade: 0101 - **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA**		
Objeto/Atividade: 2.001 - **Manutenção do Consórcio**		
Código	**Especificações Receitas**	**Valor em R$**
1	**Receitas**	**2.290.000,00**
1122990000	Outras Taxas pela prestação de serviços	2.250.000,00
1325010100	Receita de Remuneração de Depositos Bancários	30.000,00
1990980000	Outras Receitas Eventuais	10.000,00
Código	**Especificações Despesas**	**Valor em R$**
3	**DESPESAS CORRENTES**	**2.225.000,00**
31	**Pessoal e Encargos Sociais**	**400.000,00**
3190	Aplicações Diretas	
319011	Vencimentos e Vantagens Fixas	**400.000,00**
319011.01	Vencimentos dos Funcionários	270.000,00
319013	Obrigações Patronais	130.000,00
33	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**1.825.000,00**
3390	Aplicações Diretas	
339014	Diárias - Pessoal Civil	5.000,00
339030	Material de Consumo	250.000,00
339035	Serviços de Consultorias	20.000,00
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	50.000,00
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500.000,00
4	**DESPESAS DE CAPITAL**	**65.000,00**
44	**Investimentos**	**65.000,00**
4490	Aplicações Diretas	
449051	Obras e Instalações	35.000,00
449052	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
TOTAL GERAL EM R$		**2.290.000,00**

Lagoa Nova(RN), 23 de agosto de 2019

MARCELO MÁRIO PORTO FILHO
Presidente

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:2B73B3B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO Nº 003/2019

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Bom Jesus/RN, no uso de suas atribuições**, RESOLVE:**

DECLARAR, para todos os fins, que através do Processo nº 0110/2019, da Adesão a Ata de Registro de Preço - ARP nº 020/2019, relativa ao Pregão Presencial (SRP) nº 009/2019, – Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, destinado ao Registro de Preços para a ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO DE FOSSA"***, de acordo com as normas estabelecidas pelo edital de contrato e no item de especificação e quantidade abaixo discriminada.

DECLARA, ainda que todos os atos do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, subsequentes a esta anuência fica desde já RATIFICADOS, salvo aqueles que alterem substancialmente o objeto e o quantitativo.

EMPRESA: OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA - ME
CNPJ: 07.777.441/0001-43
ENDEREÇO: Rua Adeodato Jose dos Reis, 1000, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, CEP: 59.152-820

OBJETO

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO DE FOSSA".

ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO TÉCNICO / VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO, LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DE FOSSAS SÉPTICAS E SUMIDOUROS – CAMINHÃO 10.000L.	UND	50	R$ 700,00	R$ 35.000,00
2	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO, LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DE FOSSAS SÉPTICAS E SUMIDOUROS – CAMINHÃO 20.000L.	UND	250	R$ 800,00	R$ 200.000,00
VALOR TOTAL					R$ 235.000,00

Bom Jesus/RN, 30 de agosto de 2019.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Prefeito Municipal
Contratante

Oliveira & Oliveira LTDA - ME
CNPJ: 07.777.441/0001-43
CHRISTIANNE PATRICIA BEZERRA DE OLIVEIRA
CPF: 021.468.394-06
Contratada

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:ECB4B01A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL BOM JESUS
Contratada: OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA - ME, CNPJ: 07.777.441/0001-43
Processo nº 0110/2019 – Adesão a ARP nº 003/2019 - CPL
Objeto: Contratação de empresa para realização dos serviços de esgotamento de fossa.
Unidade Orçamentária: 11.101 – Sec. Mun. de Meio Ambiente e Urbanismo.
Natureza: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
VALOR: R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).
Vigência: 30/08/2019 a 29/08/2020

PREFEITURA MUNICIPAL BOM JESUS, em 30 de agosto de 2019.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:1C002AB3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADESÃO 004/2019

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP: Nº. 006/2019-PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROSALIMENTÍCIOS.

DATA DE ABERTURA: 30 de Agosto de 2019, às **09:00 horas.**

TERMO DE ADESÃO 004/2019

Circunstanciado pelo Parecer apresentado pela assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Brejinho/RN, datado do dia **29 de agosto de 2019**, que indicou a possibilidade de Adesão ARP, no processo denominado **"CARONA"**, a Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial 006/2019, Prefeitura Municipal de Passagem/RN, que teve como vencedora**,** a empresa **W G M GALEGO DO POSTO NETO ME –CNPJ: 23.976.306/0001-83,** aprovo a ADESÃO ao Processo e confirmo o julgamento e classificação final da proposta, onde a publicação de sua Homologação se deu no dia 25 de abril de 2019, no DiárioOficial do Município, na Edição nº 2005, haja vista terem sido obedecidas as regras do edital e das Leis 10.520/02 e 8.666/93.

Brejinho-RN, 30 de agosto de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:3DEE9C3D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187-2019-GP.

PORTARIA Nº 187-2019-GP.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO ESPECIFICADO.

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos da Lei Municipal 013/1997, que dispõe sobre o estatuto dos servidores Públicos municipais, Férias a servidora Janeclei Ferreira de Lima Pessoa, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido entre 02 de setembro de 2019 a 02 de outubro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se. Cumpra-se

AV: Antônio Alves Pessoa, 1066, Centro, Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 30 de agosto de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:381106B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188-2019-GP.

PORTARIA Nº 188-2019-GP.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO ESPECIFICADO.

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos da Lei Municipal 013/1997, que dispõe sobre o estatuto dos servidores Públicos municipais, Férias ao servidor Josival do Nascimento de Lima, ocupante do cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido entre 02 de setembro de 2019 a 02 de outubro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se. Cumpra-se

AV: Antônio Alves Pessoa, 1066, Centro, Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 30 de agosto de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:A4860BC8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 189/2019-GP.

PORTARIA N° 189/2019-GP.

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor Aparecido Ramos da Silva, Portador do CPF: 043.880.324--84, para Cargo Comissionado de Auxiliar de Abastecimento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, desta Prefeitura.

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 01 de agosto 2019.

Publique-se. Cumpra-se

AV Antônio Alves Pessoa, 1066, Centro, Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 30 de agosto de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:D4DB0AE1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 052/2019-PMCN/GP

Conceder férias remuneradas à servidora que exerce o cargo comissionado de Secretária Adjunta de Relações Públicas no Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *CONCEDER* férias remuneradas à servidora que exerce o cargo comissionado de Secretária Adjunta de Relações Públicas, no Município de Caiçara do Norte/RN, a senhora TAMARA GOMES DE MORAIS, matricula nº 550-9, referente ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro do ano de 2018, a partir do dia 02 de Setembro de 2019 devendo retornar as suas atividades no dia 02 de Outubro de 2019.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 30 de Agosto de 2019..

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:9E9C40EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 053/2019-PMCN/GP

Conceder férias remuneradas ao servidor que exerce o cargo comissionado de Coordenador Administrativo no Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *CONCEDER* férias remuneradas ao servidor que exerce o cargo comissionado de Coordenador Administrativo, no Município de Caiçara do Norte/RN, o senhor DANIEL GALVAO DE SOUZA, matricula nº 189-9, referente ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro do ano de 2018, a partir do dia 02 de Setembro de 2019 devendo retornar as suas atividades no dia 02 de Outubro de 2019.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 30 de Agosto de 2019..

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:93335D49

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
2ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA - DESERTA - PP - 68-2019

2ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA - DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190702556

OBJETO: **Registro de Preços para possível aquisição gradativa de tecidos para confecção de lapse cirúrgico , campo fenestrado, pano de maca, coberta para usuários , batas para utilização nos Unidades de Saúde , CER, Hospital do Seridó e demais anexos da secretaria que fazem uso**.

No dia 30 de agosto de 2019, às 08:00 horas, reuniram-se na sala de reunião do prédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, sito a RUA HOMERO ALVES, S/N, CONJUNTO VILA DO PRINCIPE, o Pregoeiro FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS, e a equipe de apoio: MARLY MAIA CAVALCANTE e SÉRGIO EWERTON FERNANDES SOARES, designados pela portaria 231/2019, para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

Aberta a sessão, não houve o comparecimento de nenhum representante de possível empresa licitante nem a remessa dos envelopes CREDENCIAMENTO, PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO por nenhuma empresa.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio.

ASSINAM:

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro

MARLY MAIA CAVALCANTE
Apoio

SÉRGIO EWERTON FERNANDES SOARES
Apoio

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:66F62A98

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°096/2019

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°096/2019

TOMADA DE PREÇOS N° 003/2019 – PROC. ADMIST. MC/RN Nº 2019.03.29.0033

OBJETO: **Execução dos serviços de consultoria e assessoria em gestão tributária municipal**.

Onde se lê: "VALOR DO CONTRATO: R$ 138.500,00, (cento e trinta e oito mil e quinhentos reais).."

Leia-se: "VALOR DO CONTRATO: R$ 30.800,00, (trinta mil e oitocentos reais)."

As demais informações mantêm inalteradas

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 30/08/2019. Edição 2094.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:CEB3A1D0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 030/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 2019.08.13.0053
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS.

ASSUNTO: **INSCRIÇÕES DOS AGENTES FISCAIS, AUDITORES FINAIS NO XXXI CONGRESSO NACIONAL DA FENAFIM**.
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 030/2019
1 - De acordo.
2 - Diante da análise técnica da Comissão Permanente de licitação desta unidade gestora e do Parecer favorável emitido pela assessoria jurídica deste Município, DETERMINO que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, a **INSCRIÇÕES DOS AGENTES FISCAIS, AUDITORES FINAIS NO XXXI CONGRESSO NACIONAL DA FENAFIM,** a fim de atender nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, a necessidade e demanda da Prefeitura Municipal de Caicó/RN – **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS**.
3 - Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 25, art. II da supracitada lei e, em consequência, determino a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS, que proceda com a emissão da NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos da proposta constante destes autos, e que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho, por extrato, nos locais de costume.

Caicó/RN, 30 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:ED2DAFA9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO N° 027/2019

EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO N° 027/2019
INEXIGIBILIDDE N° 030/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 2019.08.13.0053
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ; **CONTRATADO**: AFFIM – Associação dos Auditores de Tributos do Fisco Municipal de Goiânia, portadora do CNPJ 02.168.912/0001-00; **OBJETO: INSCRIÇÕES DOS AGENTES FISCAIS, AUDITORES FINAIS NO XXXI CONGRESSO NACIONAL DA FENAFIM**: VALOR GLOBAL: R$ 4.550,00, (quatro mil quinhentos e cinquenta reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS 249-2.6000.6000.4.123.25.2.12; 339039-OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA; FONTE: 1001.

Caicó/RN, 30 agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:631A3E5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CANCELAMENTO DA PORTARIA DE DIÁRIA Nº 413/2019

CANCELAMENTO DA PORTARIA DE DIÁRIA Nº 413/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	Geraldo Magela de Araújo Barros			
CARGO:	Motorista			
MATRÍCULA:	15621			
DOCUMENTOS:	**CPF:** 490.110.734-87	**RG:** 30851528-6 SSP/SP		
LOTADO (A):	Gabinete do Prefeito			
HORÁRIO DE SAÍDA:	22:00h do dia 26/08/2019			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Viagem a Natal/RN no dia 26 de agosto de 2019, para conduzir a secretária de Administração e o diretor de licitação aonde irão para Goiânia participar do CONEX 2019.				
Conforme solicitação da Secretaria: Secretaria Municipal de Administração				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
01 diária S/Pernoite	Natal/RN	26/08/2019	C/Pernoite 160,00 S/Pernoite 80,00	80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Arthur Vinícius Santos
Código Identificador:A581EA8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 878 / 2019

PORTARIA Nº. 878 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.08.26.0001**.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária **JOSENISIA FERNANDES BRAGA,** Orientadora Profissional – Corte e Costura, matrícula nº 1.5527, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ALDENOR ALVES DOS SANTOS
Secretário Adjunto de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:8CC09CE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 879 / 2019

PORTARIA Nº. 879 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.08.22.0017**.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária **LUCINEIDE PEREIRA DE ARAÚJO,** Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.5088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ALDENOR ALVES DOS SANTOS
Secretário Adjunto de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:96887F79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 880 / 2019

PORTARIA Nº. 880 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.08.22.0024**.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária **FRANCIVÂNIA FERNANDES DA SILVA,** Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.4847, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ALDENOR ALVES DOS SANTOS
Secretário Adjunto de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:69A32C01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 881 / 2019

PORTARIA Nº. 881 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.08.22.0019**.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário **ANTONIO DE ARAÚJO MEDEIROS,** Maestro, matrícula nº 1.0077, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ALDENOR ALVES DOS SANTOS
Secretário Adjunto de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:3D68D0FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 882 / 2019

PORTARIA N° 882 / 2019

Considerando a legislação vigente no Município de Caicó/RN;
Considerando que a Administração Pública deve observar os Princípios da Legalidade e Moralidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, art. 57, inciso V, amparado pelos Artigos 58 e 59, inciso I da lei Municipal n° 425/1968 e de conformidade com os autos do Processo n° **2019.08.05.0061**;

R E S O L V E:

Art. 1°- Fazer **READAPTAÇÃO,** de acordo com Laudo Médico, a Servidora, **MARIA DO SOCORRO LINHARES DA COSTA,** Matrícula n° 1.1734, ocupante do cargo de Professora PEM-LP/I, para desempenhar outra função mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual e na área de sua atuação a ser determinada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2° Esta Portaria tem validade de 02 (dois) anos, na qual a servidora terá que se submeter novamente à Junta Médica do Município, para que esta faça nova inspeção médica para saber se a mesma pode retornar a sua função de origem ou declarar a sua readaptação definitiva, devendo a Junta Médica dar diagnóstico da doença.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ALDENOR ALVES DOS SANTOS
Secretário Adjunto de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:7226C0E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 46/2019.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Presencial nº 46/2019, realizada em 30/08/2019, a saber:

Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS**

CRM COMERCIAL LTDA- CNPJ: 04.679.119/0001-93 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 5, 17 ; totalizando o valor de **R$ 113.350,00 (cento e treze mil, trezentos e cinquenta reais)**.

EQUIPAMIX UTILIDADES E EQUIPAMENTOS LTDA- CNPJ: 23.446.094/0001-22 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 8, 11, 15 ; totalizando o valor de **R$ 71.240,00 (setenta e um mil, duzentos e quarenta reais)**.

JR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME- CNPJ: 17.570.889/0001-45 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 3, 10, 16, 18 ; totalizando o valor de **R$ 101.708,00 (cento e um mil, setecentos e oito reais)**.

M. K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS- CNPJ: 21.062.777/0001-50 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 6, 9 ; totalizando o valor de **R$ 123.310,00 (cento e vinte e três mil, trezentos e dez reais)**.

THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE ME- CNPJ: 19.918.905/0001-73 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 7, 12, 13, 14 ; totalizando o valor de **R$ 40.243,00 (quarenta mil, duzentos e quarenta e três reais)**.

CANGUARETAMA/RN, em 30 de agosto de 2019.

ABRAÃO AZEVEDO LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:45BA4EDD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 46/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipa de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 46/2019 com início 16 de agosto de 2019, realizada em 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

CRM COMERCIAL LTDA- CNPJ: 04.679.119/0001-93, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 5, 17 ; totalizando o valor de **R$ 113.350,00 (cento e treze mil, trezentos e cinquenta reais)**.

EQUIPAMIX UTILIDADES E EQUIPAMENTOS LTDA- CNPJ: 23.446.094/0001-22, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 8, 11, 15 ; totalizando o valor de **R$ 71.240,00 (setenta e um mil, duzentos e quarenta reais)**.

JR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME- CNPJ: 17.570.889/0001-45, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 3, 10, 16, 18 ; totalizando o valor de **R$ 101.708,00 (cento e um mil, setecentos e oito reais)**.

M. K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS- CNPJ: 21.062.777/0001-50, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 6, 9 ; totalizando o valor de **R$ 123.310,00 (cento e vinte e três mil, trezentos e dez reais)**.

THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE ME- CNPJ: 19.918.905/0001-73, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 7, 12, 13, 14 ; totalizando o valor de **R$ 40.243,00 (quarenta mil, duzentos e quarenta e três reais)**.

CANGUARETAMA/RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:A4E994F2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 47/2019.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Presencial nº 47/2019, realizada em 30/08/2019, a saber:

Objeto: **AQUISIÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO**

CONSTRUCAR COM. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA- CNPJ: 04.540.064/0001-36 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3, 4 ; totalizando o valor de **R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil, quatrocentos reais)**.

CANGUARETAMA/RN, em 30 de agosto de 2019.

ABRAÃO AZEVEDO LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:386C7E67

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2019

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2019
OBJETO: Aquisição de medicamentos que não façam parte da farmácia básica (ABC FARMA – Éticos, Genéricos e Similares).
DATA: 13 de setembro de 2019.
HORA: 09h00min (nove) horas horário local.
LOCAL DA SESSÃO: Sede da prefeitura municipal localizada na Praça Augusto Severo, 242, 1º Andar.
INFORMAÇÕES: O Edital com seus anexos poderão ser adquiridos diretamente na sede da CPL no endereço acima citado, e/ou no site: https://www.licitafacil.tce.rn.gov.br. Maiores informações pelo E-mail: pregao@canguaretama.rn.gov.br, diretamente na sala da CPL, no endereço já citado.

Canguaretama/RN, 30 de agosto de 2019.

ABRAÃO AZEVEDO LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:61AB736B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINARIA Nº 1.262, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder contribuições financeira a Associação de Desenvolvimento Comunitário Raimundo Dadá de Oliveira e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS-RN, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Caraúbas-RN autorizado a conceder subvenção a Associação de Desenvolvimento Comunitário Raimundo Dadá de Oliveira da Comunidade de Pedrês, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 07.370.830/0001-50, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo único - a contribuição mencionada no caput será destinada à complementação de despesas para a aquisição de equipamentos e instalação do sistema solar fotovoltaico de geração própria de energia ligada à rede para a unidade consumidora no poço tubular daquela comunidade.
Art.2º- O repasse da presente contribuição somente poderá ser realizado mediante a apresentação, para arquivo da administração municipal, dos seguintes documentos:

I - Cópia da ata de eleição e posse da Diretoria em exercício, devidamente registrada no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
II - Cópia do Estatuto original e suas alterações, quando for o caso;
III - certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
IV - Comprovação de que a entidade é declarada de Utilidade Pública Municipal;
V - Projeto ou plano de aplicação assinado pelo Presidente da entidade, especificando a aplicação dos recursos e o prazo estimado para a conclusão das atividades.
Art.3º- O valor da contribuição será creditado pelo Município em conta bancária individualizada, mantida pela entidade junto a uma instituição financeira.

Art. 4º - A Associação deverá prestar contas ao Município das despesas realizadas com os recursos do auxílio recebido dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados após o recebimento do repasse.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento Programa - Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, até o limite constante no caput do Art. 1º, para atender a contribuição parcial, mediante autorização por esta Lei da seguinte forma:

UNIDADE GESTORA	02 – Município de Caraúbas (RN)	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	11.000 - Secretaria Municipal de Política de Campo e Meio Ambiente	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	11.001 – Secretaria Municipal de Política de Campo e Meio Ambiente	
FUNÇÃO	20 – Agricultura	
SUB-FUNÇÃO	605 – Abastecimento	
PROGRAMA	20 – Construção, Manutenção e Ampliação de Poços Tubulares, Açudes, Barragens e Adutoras.	
AÇÃO	20 – Construção, Instalação e Manutenção de Poços Tubulares	
ELEMENTOS DE DESPESAS	Despesa: 4.4.50.41.00 Contribuições Fonte: 10010000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	4.000,00
TOTAL R$		4.000,00

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caraúbas - RN, em 28 de agosto de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:B1E2E139

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINARIA Nº 1.261, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

EMENTA: DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais:

FAZ SABER, a todos os habitantes deste município de Caraúbas (RN) que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu Sanciono a Seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de RUA ANTONIA VITURINA DA CONCEIÇÃO "DONA TITA", o Logradouro Público municipal, situado no Bairro AEROPORTO, sentido SUL/NORTE. Iniciando na Rua Aparício Gomes. Limitando-se ao NORTE, com a Rua Maestro Salustiano; AO SUL, com Rua Aparício Gomes; AO LESTE, com terreno diversos e AO OESTE, com terrenos diversos. Atualmente o referido logradouro é denominado de Rua Projetada.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN em 28 de agosto de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:3FD80801

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO REFERENTE À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A MOSSORO TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 17.854.997/0001-40.

Pelo presente instrumento público, os signitários infine assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 1.332.227-ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica **MOSSORO TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 17.854.997/0001-40**, neste ato representado pelo Sr. **FRANCISCO WILSON NOGUEIRA,** brasileiro, portador do CPF nº 077.168.934-91, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de *aditamento contratual com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93, referente à contratação de pessoa jurídica destinada aprestar os serviços de locação de veículos para suprir as necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Caraúbas/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO
O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Caraúbas/RN, 16 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Mossoro Transportes E Locações LTDA
ANTONIO ALVES DA SILVA	***FRANCISCO WILSON NOGUEIRA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:C93B990E

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO REFERENTE À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A METODOS ESTRATEGICOS DE TECNICAS DE ASSESSORAMENTO LTDA, CNPJ: 13.393.55

Pelo presente instrumento público, os signitários infine assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 1.332.227-ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica **METODOS ESTRATEGICOS DE TECNICAS DE ASSESSORAMENTO LTDA, CNPJ: 13.393.557/0001-81**, neste ato representado pelo Sr. **ATELSON CLEMENTINO,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.709.033 SSP/RN, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de *aditamento contratual com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93, referente à contratação de pessoa jurídica destinada aprestar os serviços de locação de veículos para suprir as necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Caraúbas/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO
O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Caraúbas/RN, 16 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Metodos Estrategicos De Tecnicas E Asssessoramento LTDA
ANTONIO ALVES DA SILVA	***ATELSON CLEMENTINO***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:9C6F387E

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO REFERENTE À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A J ALCANTARA SILVA – ME, CNPJ: 27.064.548/0001-51.

Pelo presente instrumento público, os signitários infine assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 1.332.227-ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica **J ALCANTARA SILVA – ME, CNPJ: 27.064.548/0001-51**, neste ato representado pelo Sr. **JALNE ALCANTARA SILVA,** brasileiro, solteiro, empresário, portadora da cédula de identidade nº 99002230312/CE, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de *aditamento contratual com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93, referente à contratação de pessoa jurídica destinada aprestar os serviços de locação de veículos para suprir as necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Caraúbas/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO
O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Caraúbas/RN, XX de XX de XXXX.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	J Alcantara Silva - ME
ANTONIO ALVES DA SILVA	***JALNE ALCANTARA SILVA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:8EF358D6

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2018 REFERENTE À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A A F DE BRITO ME, CNPJ: 07.397.382/0001-88.

Pelo presente instrumento público, os signitários infine assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 1.332.227-ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica **A F DE BRITO ME**, **CNPJ: 07.397.382/0001-88**, neste ato representado pela Sra. **ANTONIA FRANCISCA DE BRITO** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 1.683.719-SSP/RN, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de *aditamento contratual com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93, referente à contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços de recargas de tonners, fotocópias e encadernação para uso das necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Caraúbas/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO
O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Caraúbas/RN, 26 de julho de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	A F De Brito ME
ANTONIO ALVES DA SILVA	***ANTONIA FRANCISCA DE BRITO***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:74A16491

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2018 REFERENTE À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A DICKSON STEFANNY DE ALMEIDA BRAZ - ME, CNPJ: 27.061.279/0001

Pelo presente instrumento público, os signitários infine assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 1.332.227-ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica **DICKSON STEFANNY DE ALMEIDA BRAZ - ME**, **CNPJ: 27.061.279/0001-70**, neste ato representado pelo Sr. **DICKSON STEFANNY DE ALMEIDA BRAZ,** brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2.384.259-ITEP/RN, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de *aditamento contratual com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93* e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93, referente à contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços de recargas de tonners, fotocópias e encadernação para uso das necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Caraúbas/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO
O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Caraúbas/RN, 26 de julho de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Dickson Stefanny De Almeida Braz – ME
ANTONIO ALVES DA SILVA	***DICKSON STEFANNY DE ALMEIDA BRAZ***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:A4164600

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 130/2019-GP

SÚMULA: *Dispõe sobre a cessão de servidor ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM, e considerando os termos do Convênio firmado entre o Município de Caraúbas/RN e o TJ/RN sob o nº 32/2016,

R E S O L V E:
Art. 1º Ceder ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte a servidora pública municipal Sra. **DAMIANA GIELY GUEDES DE MEDEIROS**, brasileira, solteira, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, portadora de célula de identidade nº 1.952.999-ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob o nº 035.975.414-70, pertencente ao quadro de servidores efetivos dessa municipalidade, com matricula funcional sob o nº 574, e lotação na Secretara Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto, para desempenho das suas funções junto ao Foro da Comarca de Caraúbas/RN, conforme estabelece os termos do Convênio nº 32/2016.

Parágrafo único. A cessão do servidor que trata o *caput* desta, possuí vigência de **01 de setembro de 2019** a **31 de agosto de 2021**, com ônus para este município.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 30 de agosto de 2019; 151 Anos da Emancipação Política.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

ANTONIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:5CD1464E

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 131/2019-GP

SÚMULA: *Dispõe sobre a concessão de licença especial a servidora pública municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,
CONSIDERANDO a existência de requerimento formulado por servidor público municipal, solicitando a concessão de licença especial, e a constatação do cumprimento do exercício de 10 (dez) anos ininterruptos em função pública, a contar da formalização de sua admissão, considerando licenças anteriormente gozadas, se for o caso;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, em face do que aduz a legislação que rege a categoria, em parecer ofertado em 29/08/2019;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo do requerente, e por ser de caráter potestativo, inexiste

discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER à servidora **MARIA RITA DA COSTA SALES,** inscrita no CPF sob o nº 018.807.984-09, com matrícula funcional sob o nº 287, nos termos aduzidos na Lei Municipal n° 593/2002, **licença especial,** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, contadas a partir de **14 de maio a 10 de novembro de 2019**.
Art. 2º Durante o período de vigência da licença, a servidora fará *jus* a sua remuneração habitual correspondente ao cargo que ocupa.
Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/05/2019, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 30 de agosto de 2019; 151 Anos da Emancipação Política.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

ANTONIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:1BE8C939

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

O Pregoeiro do Município de Carnaúba dos Dantas/RN, nomeado por intermédio da Portaria nº 068/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 12 **de setembro de 2019**, às **08h (oito)** horas (horário local), fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço por ITEM para REGISTRO DE PREÇO, **para registro de preços para contratação de equipamento de som de pequeno porte (palestra) e conjunto de iluminação par led**, Anexo I do Edital. O edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, situada à Rua Juvenal Lamartine, 200, centro, Tel: (84) 3479-2312 – ramal 230, no horário de 8:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira e pelo site www.carnaubadosdantas.rn.gov.br.

Carnaúba dos Dantas/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSEILTON DA SILVA SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:32E57BAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 846 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA n.º 846 de 23 de agosto de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear Naire Oliveira Severo para ocupar do cargo de Vice Diretor Nível III da Escola Municipal Mário Pinheiro, com a representação de 60% do referido cargo, junto a Secretaria Municipal de Educação Básica.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 23 de agosto de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:632E749B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 619 DE 25 DE JUNHO DE 2019.
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA n.º 619 de 25 de junho de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Exonerar **Juliane Barros da Silva** do cargo comissionado de **Gestor da Divisão de Fiscalização**, junto à **Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Obras.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 25 de junho de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:1EF192C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 077 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA n.º 077 de 05 de janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear o Sra. **Edilayne Lima Pinheiro Coutinho**, para ocupar o cargo comissionado de Secretária Adjunta (AS), junto à Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 05 de janeiro de 2017.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:7F9CE5B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE REAPRAZAMENTO PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2019

O Pregoeiro do Município de Ceará-Mirim/RN, torna Público aos interessados que o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços nº 036/2019, cujo objeto é **o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (PATRULHA MECANIZADA) ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN,OBJETIVANDO VIABILIZAR CONTRATO DE REPASSE N° 844307/2017- POR INTERMEDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OGM**, com abertura prevista para o dia 11 de setembro de 2019, às 14h00min, fica **REAPRAZADA** para o dia 13 de setembro de 2019 às 09h00min. Os autos do processo encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação no endereço à Rua Heráclito Vilar, nº 697- Centro – 1º Andar

Sede do Município de Ceará Mirim/RN, 30 de agosto de 2019

DANIEL ANSELMO SOARES
Pregoeiro

Publicado por:
Yara Dantas da Silva
Código Identificador:E58D0271

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 054/2019

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM
CONTRATADA: HERICK DIESEL SERVIÇOS E COMERCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS EIRELI
Objeto: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO OPERACIONAL, CORRETIVA E PREVENTIVA VEICULAR COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, FLUIDOS E LUBRIFICANTES.

Valor Global: R$ 1.145.559,39 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos).

Vigência: 26/08/2019 a 31/12/2019.

Assinaturas:
Pelo Contratante:
Marconi Antonio Praxedes Barretto(Prefeito Municipal)
Carlos Magnus Ribeiro Filho (Fundo Municipal de Saúde)
Lúcia Maria Salustino Dutra (Fundo Municipal de Assistencia Social)
Pela Contratada:
Herick Graciano de Almeida

Publicado por:
Yara Dantas da Silva
Código Identificador:1FA9649C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2019-GP.

Portaria Nº 104/2019-GP.

Coronel Ezequiel/RN, 30 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e a Lei Complementar nº 508/2018, de 18 de julho de 2018 e por demais fundamentos legais;

CONSIDERANDO, que a Prefeitura Municipal de CORONEL EZEQUIEL, Estado do Rio Grande do Norte, realizou Concurso Público para o preenchimento de vagas existentes no quadro efetivo de pessoal do Serviço Público do Município;

CONSIDERANDO, ainda, que, realizadas as provas, foi dado conhecimento do seu Resultado Final, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados, no site da entidade realizadora do certame;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em caráter efetivo, por ter sido aprovada no Concurso Público do Trairi (Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN), o(a) senhor(a) JOSE NILTON ANCELMO DE FRANCA, inscrito(a) no CPF sob o nº. 028.842.154-09, para o cargo/função de A.S.G do Município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será publicado no diário da FEMURN.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

CLÁUDIO MARQUES DE MACÊDO
Prefeito de Coronel Ezequiel/RN

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:69F3CECD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO CONVENCIONAL NAS RUAS JOÃO DAMASCENO FILHO E JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN, através de Contrato de Repasse nº 1053355-29 / 2018 / MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA e o município de Coronel Ezequiel/RN. **Tipo:** Menor Preço. **Início da Sessão:** 08:00 (hora local) do dia 17/09/2019. **Local:** Sala da CPL, Sede da Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel, Rua João Antunes Sobrinho, 165, centro. **Informações e Retirada de Edital:** Segunda a Sexta-feira, das 07h às 13h, Tel. 84-3299-2245, e-mail licitacao.pmce@gmail.com.

CAIO VLADMIR SILVA DE SOUZA
Presidente da CPL

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:F7275A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA DESCOBERTA PARA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ PEDRO DE FARIAS NA COMUNIDADE DE CACHOEIRA NO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN. **Tipo:** Menor Preço. **Início da Sessão:** 08:00 (hora local) do dia 18/09/2019. **Local:** Sala da CPL,

Sede da Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel, Rua João Antunes Sobrinho, 165, centro. **Informações e Retirada de Edital:** Segunda a Sexta-feira, das 07h às 13h, Tel. 84-3299-2245, e-mail licitacao.pmce@gmail.com.

CAIO VLADMIR SILVA DE SOUZA
Presidente da CPL

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:02EF2269

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel, Estado do Rio Grande do norte, no uso de atribuições legais;
Considerando o disposto no Contrato de Prestação de Serviços, datado de 10 de Janeiro de 2019, firmado entre o Município de Coronel Ezequiel/RN - Prefeitura Municipal e JOSÉ NILTON ANCELMO DE FRANÇA.
Considerando, especificamente, o disposto no Art.14º do referido Contrato;
Considerando o Poder Discricionário exercido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:
Primeiro: Rescindir, o Contratado, em caráter definitivo, Contratode Prestação de Serviços, **datado de 10 DE JANEIRO DE 2019,** firmado entre o município de Coronel Ezequiel-RN-Prefeitura Municipal, dita Contratante e **JOSÉ NILTON ANCELMO DE FRANÇA** tendo como objeto, conforme disposto no **Art.09º.**
"Art. 09- OOBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação profissional, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando os devidos serviços de **OPERADOR DE SISTEMAA SIA/SUS.**
"
Segundo: A rescisão contratual de que trata o presente termo se dá com base no Art.14º,do referido contrato.
"Art. 14 - O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato. "

Parágrafo único: A Rescisão de que trata o presente Termo se deu a partir de 30 de Agosto de 2019.
Terceiro: Para constar, lavrar o termo de rescisão de Contrato.

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN, **30 de Agosto de 2019**.

CLÁUDIO MARQUES DE MACEDO	***JOSÉ NILTON ANCELMO DE FRANÇA***
Prefeito Municipal	Contratado

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:0380D835

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

CORONELPREV
PORTARIA Nº 011/2019

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade ao servidor e dá outras providências pertinentes.

O Sr. GERSON LOPES MORAIS, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Coronel João Pessoa – CORONELPREV, consoante Portaria de Nomeação PMCJP/GP nº 086/2017, no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 12, da Lei Ordinária Municipal n.º 39, de 01 de outubro de 2010 e,

CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo **Aposentadoria por Idade** pelo servidor Público Municipal, **FURTUOSO ALVES DE LIMA**, admitido no Serviço Público em 05 de março de 1998, exercendo as atribuições do cargo de **Gari**, lotado na secretaria Municipal de Serviços Urbanos, inscrito na matrícula n° 130.003-2;

CONSIDERANDO que o requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício **CONSIDERANDO** que o requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, estatuídos na Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 37, regulamentado no âmbito municipal pela Lei n.º 39, de 01 de outubro de 2010; consoante corrobora Certidão de Tempo de Contribuição e ficha funcional emitida pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Coronel João Pessoa/RN;

CONSIDERANDO que a emissão de Parecer da Assessoria Jurídica do CORONELPREV pugnando pelo deferimento do pleito;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER a **FURTUOSO ALVES DE LIMA**, brasileiro, Servidor Público Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, na função de Gari, portador da carteira de Identidade nº. 361.179 SSP/RN e CPF/MF nº. 049.196.834-56, **APOSENTADORIA POR IDADE**, fixando-se os rendimentos da aposentadoria por idade, fixando-se os rendimentos da aposentadoria por idade, consoante disciplina o caput do artigo 37 da Lei Ordinária municipal n.º 39, de 01 de outubro de 2010 – LGPM, forma mais vantajosa, definido os proventos básicos por meio da média aritmética simples dos 80% (oitenta por cento) maiores salários de contribuição do Período Base de Cálculo - PBC, sistemática de cálculo definida pelo artigo 1º da Lei n.º 10.887, de 2004, ressalvando que o provento total não pode ser inferior ao salário mínimo, adicionando ao provento básico, em rubrica própria, o valor das verbas incorporadas, no caso quatro quinquênios, cada um no percentual de cinco por cento calculados sobre o provento básico fixado, nos termos do inciso I do artigo 33-A da Lei Municipal de Coronel João Pessoa n° 85/2013.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as contrárias.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Coronel João Pessoa – RN, 30 de agosto de 2019.

GERSON LOPES MORAIS
Presidente do CORONEL PREV
Portaria n.º 086/2017

Publicado por:
Gerson Lopes Morais
Código Identificador:9864D761

CORONELPREV
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 010/2019

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora e dá outras providências pertinentes.

O Sr. **GERSON LOPES MORAIS**, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Coronel João Pessoa – CORONELPREV, consoante Portaria de Nomeação PMCJP/GP n.º 086/2017 GP no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 12, da Lei Ordinária Municipal n.º 39, de 01 de outubro de 2010 e,

CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** pela Servidora Pública Municipal, **JOSEFA JUSELENE DE BESSA NUNES**, admitida no Serviço Público em 1º de janeiro de 1988, exercendo as atribuições do cargo

de **Professora Nível III Referência "J",** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, inscrito na matrícula n° 130.137-3;

CONSIDERANDO que o requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, consoante disciplina o artigo 6º, da pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, regulamentado no âmbito municipal, especificamente no artigo 36 cumulado com o artigo 38, da Lei Ordinária Municipal n.º 39, de 1º de outubro de 2010, consoante corrobora Certidão de Tempo de Contribuição, declaração, ficha individual, e folhas de pagamento emitida pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Coronel João Pessoa/RN;

CONSIDERANDO que a emissão de Parecer da Assessoria Jurídica do CORONELPREV pugnando pelo deferimento do pleito;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER a **JOSEFA JUSELENE DE BESSA NUNES**, brasileira, Servidora Pública Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professora Nível III Referência "J"**,** inscrito na matrícula n° 130.137-9, portadora da carteira de Identidade nº. 3.848.319 SSP/RN e CPF/MF nº 702.959.484-34, **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, cadastrado sob o número 101.101.117-2, fixando-se os rendimentos da aposentadoria conforme preceituado no artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-se com proventos integrais e com paridade, que corresponderão a título de provento básico, a remuneração básica da servidora no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, reajustado anualmente, adicionando ao provento básico, em rubrica própria, o valor das verbas incorporadas (seis quinquênios e gratificação de título no percentual de quinze por cento, calculados sobre o provento básico), conforme disposições do artigo 33 - A da Lei Ordinária Municipal nº 39, de 1° de outubro de 2010, incluído pela Lei Municipal nº 85, de 10 de dezembro de 2013.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as contrárias.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Coronel João Pessoa – RN, 31 de julho de 2019.

GERSON LOPES MORAIS
Presidente do CORONELPREV
Portaria de Nomeação GP-086/2017

Publicado por:
Gerson Lopes Morais
Código Identificador:965B704D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 084/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 84 da Lei n.º 15/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora **LÚCIA FRANKLINO NOGUEIRA**, ocupante do cargo de Gari, pertencente ao quadro de servidores de cargo de provimento efetivo do Município, estando lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Obras, Viação e Transportes.

Parágrafo Único. As Férias refere-se ao período aquisitivo de 2018, as quais serão usufruídas entre os dias 02 de setembro de 2019 e 01 de outubro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 02 de outubro de 2019.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:8A5ED354

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 085/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 84 da Lei n.º 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor **MAGNO GUTEMBERGUE FERREIRA DE FREITAS**, ocupante de Emprego Público de Agente de Endemias, pertencente ao quadro de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo do ano de 2018, as quais serão usufruídas entre os dias de setembro de 2019 e de outubro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia de outubro de 2019.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:D0946792

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 086/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 84 da Lei n.º 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor **JOSÉ CRISTIELIO DE AQUINO**, ocupante do cargo de A.S.G, atualmente em exercício de função de cargo comissionado de Controlador Interno, pertencente ao quadro de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Controle Interno.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo do ano de 2017, as quais serão usufruídas entre os dias 02 de setembro de 2019 e 01 de outubro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 02 de outubro de 2019.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:B99E6BE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, por meio de sua Pregoeira e Equipe de apoio, vem tornar pública a realização de licitação do Processo nº 083/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2019, tendo como objeto o Registro de Preço para a eventual e futura aquisição de material elétrico**,** que se realizará dia 12/09/2019 às 08:30 h. O edital encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura.

Cruzeta/RN, 30 de agosto de 2019.

HILKA TERESA CARDOS DA COSTA
Pregoeira.

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:0BE77BA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 175/2019-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria Nº 154/2019-GP, de 08 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, de 11 de julho de 2019 (Edição nº 2058, página 68).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 26 de agosto de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:0066B9E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 176/2019-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 63/2019 e o Parecer proferido pela Procuradoria-Geral deste Município;
CONSIDERANDO, ainda, que a servidora fará jus a aposentadoria voluntária, demandando o direito à integralidade de proventos,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder promoção por avanço vertical, nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 11, de 01 de junho de 2004, à servidora abaixo elencada, integrante do Quadro de Pessoal deste Município.

SERVIDOR	MAT.	CARGO	REFERÊNCIA ATUAL	REFERÊNCIA A SER IMPLANTADA
Francisca das Chagas Medeiros	45-1	Professora	P1-I	P2-E

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 26 de agosto de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:0E718195

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177/2019-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 9º, inciso II da Lei Complementar Nº 02, de 23 de dezembro de 1992 (Regime Jurídico Único),

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **EDJANE CRISTINA DOS SANTOS**, para exercer o cargo em Comissão de Vice-Diretor do Centro Municipal de Educação Infantil "Joaquim Lopes Pequeno", deste Município, criado pela Lei Complementar Nº 06-D, de 25 de junho 2003.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 30 de agosto de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:B35E66F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS – TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019

A Comissão Permanente de Licitação do Municípiode Currais Novos/RN, formalmente designada pela Portaria nº 565, de 30 de abril de 2019, dá publicidade ao resultado do julgamento da proposta de preços da Tomada de Preço nº 02/2019 para contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia civil, para realizar a obra de construção da Unidade Básica de Saúde na Comunidade Malhada da Areia, realizada no dia 29 de agosto de 2019, às 09:00 horas, na sede da CPL.

I – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
A Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados na Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 02/2019 que após as análises do Setor Técnico de Engenharia, da proposta de preços das habilitadas: TLL SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ

12.272.630/0001-02 e JUDSON G. DA SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, CNPJ 08.838.881/0001-26, a CPL baseando-se na análise e parecer técnico da planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e cálculo de BDI, exarado pelo engenheiro civil municipal Samuel Lucas Silva de Medeiros, registrado no CREA sob nº 2110454938, decidiu julgar como exequível e vencedora a proposta da empresa JUDSON G. DA SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, cujo valor total da proposta é de R$ 66.106,25 (sessenta e seis mil, cento e seis reais e vinte e cinco centavos), sendo esta classificada em 1º lugar, nos termos do art. 45, §1º, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Currais Novos/RN, 30 de agosto de 2019

ANDREA TITO DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:775EA28F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.084, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no Protocolo nº 8.636/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, ao servidor **Francisco Bezerra Brandão Júnior**, matrícula nº 148-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 02 de setembro de 2019 a 30 de novembro de 2019, referente ao quinquênio de 2005-2010.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 02 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de agosto de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:1C442A1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.085, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no Protocolo nº 7.023/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, à servidora **Ana Vitória Ferreira Campelo Medeiros**, matrícula nº 134-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia 02 de setembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020, referente ao decênio de 2005-2015.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 02 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de agosto de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:62609322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.086, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no Protocolo nº 7.677/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, à servidora **Francisca de Paula Salustiano Araújo**, matrícula nº 143-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia 02 de setembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020, referente ao decênio de 2005-2015.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 02 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 30 de agosto de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:C341B331

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 01/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 01/2019

Referente a Portaria nº 02/2019, de 30 de janeiro de 2019.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo Aposentadoria por idade e tempo de contribuição da Servidora Pública Municipal, *Maria Ilehilda da Silva*, admitida no Serviço Público em 01 de Dezembro de 1983, inscrita na matrícula n° 020, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

CONCEDER **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição**, com proventos integrais a **Maria Ilehilda da Silva**, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matrícula 020, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 36 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 3º, incisos I a III, § único da Emenda Constitucional 47/05. Acrescido ainda das vantagens de 35% (trinta e cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 35 (Trinta e Cinco) anos.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:1E4346D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 02/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 02/2019

Referente a Portaria nº 03/2019, de 30 de janeiro de 2019.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo Aposentadoria por idade e tempo de contribuição da Servidora Pública Municipal, *José Nogueira de Carvalho*, admitida no Serviço Público em 01 de Junho de 1993, inscrita na matrícula n° 373, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

CONCEDER **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição**, com proventos integrais a **José Nogueira de Carvalho**, no cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, matrícula 373, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 25% (vinte e cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do art. 75 e do § 3°, inciso IV do art. 117 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 35 (Trinta e Cinco) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:2F3C82B6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 03/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 03/2019
Referente a Portaria nº 04/2018, de 26 de junho de 2018.

O Presidente do Fundo de previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo.

Resolve:

CONCEDER benefício de pensão por morte, com proventos integrais a RAIMUNDO FERREIRA DE MELO, cônjuge supérstite, beneficiário dependente da inativa (de cujus) MARIA RAFAEL DE SOUZA FERREIRA, nos termos do art. 25 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, e em total consonância com o que dispõe o art. 201, inciso V da Constituição Federal.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:BF9C6CAE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 04/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 04/2019
Referente a Portaria nº 05/2018, de 02 de julho de 2018.

O Presidente do Fundo de previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 001.101.013-03/2018.

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a ELIAS LUIZ DA SILVA, no cargo de VIGILANTE, matrícula 045, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 35% (trinta e cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:CC29B764

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 05/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 05/2019
Referente a Portaria nº 06/2018, de 13 de julho de 2018.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 001.101.019-03/2018.

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA DA SILVA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ASG, matrícula 093, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 30 (trinta) anos e 15 (Quinze) dias.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:EAFA5924

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 06/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 06/2019
Referente a Portaria nº 07/2018, de 13 de julho de 2018.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 001.101.120-03/2018.

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a MARIA ÉDNA DAS DORES DO RÊGO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ASG, matrícula 101, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 30 (trinta) anos e 17 (Dezessete) dias.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:A8B94256

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 07/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 07/2019
Referente a Portaria nº 07/2019, de 10 de abril de 2019.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo junto a esta entidade previdenciária, requerendo Aposentadoria por Idade e por Tempo de Contribuição pela Servidora Pública Municipal, *Veronica Maria Lobo de Freitas*, admitida no Serviço Público em 01 de agosto de 1986, inscrita na matrícula n° 008, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado e ainda, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

Conceder Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais a **Veronica Maria Lobo de Freitas**, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ASG, matrícula 008, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 36 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 3º, incisos I a III, § único da Emenda Constitucional 47/05. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97,

de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 32 (trinta e dois) anos e 07 (sete) meses.
Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:55806567

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 08/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 08/2019
Referente a Portaria nº 08/2018, de 30 de julho de 2018.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo Aposentadoria por Idade e por Tempo de Contribuição pela Servidora Pública Municipal, *Luzia Judite de Oliveira Silva*, admitida no Serviço Público em 16 de maio de 1988, inscrita na matrícula n° 092, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado e ainda, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

CONCEDER **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição**, com proventos integrais a **Luzia Judite de Oliveira Silva**, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ASG, matrícula 092, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 30 (Trinta) anos, 1 (Um) mês e 15 (Quinze) dias.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:5D4AF627

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 09/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 09/2019
Referente a Portaria nº 08/2019, de 27 de maio de 2019.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo da dependente *Adriana Soares Marcelino* junto a esta entidade previdenciária, requerendo Pensão por morte do servidor *José Américo Neri de Oliveira*, inscrito na matrícula n° 301;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado e ainda, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

Conceder benefício de Pensão por Morte, com proventos calculados nos termos do art. 25, inciso II da Lei n° 247/2006 a **Adriana Soares Marcelino**, companheira, beneficiária dependente do servidor (de cujus) José Américo Neri de Oliveira, nos termos dos artigos 8°, I e 25, II da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, e em total consonância com o que dispõe o art. 201, inciso V da Constituição Federal, a partir da data do óbito em atenção ao exposto no art. 26, I, Lei nº. 247/2006.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:B3A68690

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 10/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 10/2019
Referente a Portaria nº 09/2018, de 28 de setembro de 2018.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo Aposentadoria por Idade e por Tempo de Contribuição pela Servidora Pública Municipal, *Maria Lobo da Cunha Gonçalves*, admitida no Serviço Público em 01 de agosto de 1988, inscrita na matrícula n° 021, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado e ainda, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

CONCEDER **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição**, com proventos integrais a **Maria Lobo da Cunha Gonçalves**, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matrícula 021, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 30 (Trinta) anos e 17 (Dezessete) dias.
Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:D3C31E26

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 11/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 11/2019
Referente a Portaria nº 09/2019, **de 14 de junho de 2019.**

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,
Considerando o protocolo administrativo junto a esta entidade previdenciária, requerendo Aposentadoria por Idade e por Tempo de Contribuição pela Servidora Pública Municipal, *Maria Ivoneide Lobo da Cunha Jorge*, admitida no Serviço Público em 01 de março de 1986, inscrita na matrícula n° 347, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado e ainda, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

Conceder Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais a **Maria Ivoneide Lobo da Cunha Jorge**, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, matrícula 347, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 36 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 3º, incisos I a III, § único da Emenda Constitucional 47/05. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição de 33 (trinta e três) anos e 01 (um) mês e 06 (seis) dias.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:260B5B27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 12/2019 - FUNPREV

Portaria de retificação n° 12/2019
Referente a Portaria nº 10/2018, de 15 de outubro de 2018.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo Aposentadoria por Invalidez da Servidora Pública Municipal, *Antônia Egilda de Queiroz Silva*, admitida no Serviço Público em 25 de Fevereiro de 1992, inscrita na matrícula n° 017, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, em atenção ao laudo médico constante nos autos e ainda, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

CONCEDER **Aposentadoria por Invalidez**, com proventos integrais a **Antônia Egilda de Queiroz Silva**, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matrícula 017, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 40, § 1°, I da Constituição Federal. Acrescido ainda das vantagens de 25% (vinte e cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997, em decorrência do tempo de contribuição e serviço.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:B633FD39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 013/2019 - FUNPREV

Portaria de Retificação n° 013/2019
Referente a PORTARIA nº 063, Doutor Severiano, 26 de fevereiro de 2018.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 001.101.004-3.

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a MARIA DO ROSÁRIO DE MELO SOUZA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 109, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:18C43A87

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 014/2019 - FUNPREV

Portaria de Retificação n° 014/2019
PORTARIA nº 093, Doutor Severiano, 30 de novembro de 2015.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 214/2014.

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a **MARIA DO SOCORRO CABOCLO**, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 060, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 36 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, **acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03**. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:035A7209

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 015/2019 - FUNPREV

Portaria de Retificação n° 015/2019
Referente a PORTARIA nº 093, Doutor Severiano, 07 de novembro de 2016.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 287/2016.

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a **MARIA ROMILDA DE QUEIROZ MARQUES**, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 155, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 25% (vinte e cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:F4915285

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 016/2019 - FUNPREV

Portaria de Retificação n° 016/2019
Referente a PORTARIA nº 071, Doutor Severiano, 02 de maio de 2017.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 001.101.008-3

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a **MARIA JULIA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 023, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 35 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, acrescido do Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997.
Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:4E2AACBE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 017/2019 - FUNPREV

Portaria de Retificação n° 017/2019
Referente a PORTARIA nº 090, Doutor Severiano, 30 de setembro de 2016.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo nº 282/2016.

Resolve:

CONCEDER aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais a **VEROCILDE CARLOS COSTA NOGUEIRA**, no cargo de PROFESSORA PIII Nível III Classe E, matrícula 087, trabalhando 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido ainda do art. 35 e parágrafo primeiro do art. 16, ambos da Lei nº 247/2006 que instituiu o FUNPREV. Acrescido ainda das vantagens de 30% (trinta por cento) de Adicional por Tempo de Serviços nos termos do Art. 75 da Lei Municipal nº 96/97, de 28 de novembro de 1997.
Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:3D441A4B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N° 018/2019 - FUNPREV

Portaria de Retificação n° 018/2019
Referente a Portaria nº 10/2019, de 29 de junho de 2018.

O Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerando o protocolo administrativo junto a esta entidade previdenciária, requerendo Aposentadoria por Idade Proporcional pela Servidora Pública Municipal, *Antônia Célia Carlos Oliveira*, admitida no Serviço Público em 01 de novembro de 1991, inscrita na matrícula n° 070;

Considerando que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado e ainda, considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito de Aposentadoria por Idade Proporcional;

Resolve:

Conceder Aposentadoria por Idade Proporcional, da servidora **Antônia Célia Carlos Oliveira**, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 070, trabalhando 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 17 da Lei nº. 247/2006 que instituiu o FUNPREV, e com base no art. 2° da Emenda Constitucional 41/03, em decorrência do tempo de contribuição 25 (vinte e cinco) anos, 03 (três) meses e 01 (um) dia.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data de sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 02 de setembro de 2019.

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria 106/2018

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:763FF928

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE FERIAS

Portaria Nº 77 / 2019/ GP / PME Encanto – RN, 20 de agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENCANTO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, de acordo com o Art. 84 da Lei Nº. 202 / 2002, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, **FERIAS** de 3**0 (Trinta) dias**, correspondente ao período de **19 / 12 / 2018** a **19 / 12 / 2019,** ao servidor **Francisco Gilcerlanio de Castro**, Matrícula Nº 162423-3, ocupante do Cargo de Dentista, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, tendo o requerente o direito de gozo das requeridas férias, a partir do dia **02 / 09 / 2019.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se e

Cumpra-se

ATEVALDO NAZARIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Adriane dos Santos
Código Identificador:F9132387

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE FERIAS

Portaria Nº 78 / 2019 / GP / PME Encanto – RN, 20 agosto de 2019

O Prefeito Municipal de Encanto, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, de acordo com o Art. 84 da Lei Nº. 202 / 2002, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, **FERIAS** de 3**0 (Trinta) dias**, correspondente ao período de **01 / 03 / 2018** a **01 / 03 / 2019** a servidora **Maria Aparecida Dias da Costa,** Matrícula Nº 162461-2, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC**, tendo a requerente o direito de gozo das requeridas férias, a partir **02 / 09 / 2019.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se e

Cumpra-se.

ATEVALDO NAZARIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Adriane dos Santos
Código Identificador:44AD7987

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 00050/2019 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 00050/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN – **CONTRATADO (A)**: **PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA** CNPJ Nº 40.757.908/0001-69 – **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO VEICULA - **VALOR**: R$ 1211,50 (mil duzentos e onze reais e cinquenta centavos) – **ORIGEM DOS RECURSOS**: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - **FUNDAMENTO LEGAL**: ART 24, INCISO XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Espírito Santo/RN, 19 de agosto de 2019

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:78C53271

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 000532019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 000532019

DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN – **CONTRATADO (A)**: **PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA** CNPJ Nº 40.757.908/0001-69 – **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO VEICULA - **VALOR**: R$ 1.089,34 (mil e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos) – **ORIGEM DOS RECURSOS**: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - **FUNDAMENTO LEGAL**: ART 24, INCISO XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Espírito Santo/RN, 19 de agosto de 2019

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:4536A3FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 040/2019- GP

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Espírito Santo/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município; **RESOLVE:** I – **NOMEAR** a servidora**ANA PAULA DA SILVA**, inscrita no CPF sob nº.051.686.624-98, para o cargo deCoordenadora de Serviços de Convivência. II – Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Espírito Santo/RN, 01 de agosto de 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:315F8DCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 041/2019- GP

DISPÕE SOBRE ADESIGNAÇÃODE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Espírito Santo/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município;**RESOLVE:**I – DESIGNARaservidora **JOCILEIDE FERNANDES DE LIMA NOGUEIRA**, ocupante do cargo de Secretaria Municipal de Administração, inscrita no CPF sob nº. 736.606.554-49,para desempenhar a função de Agente de Desenvolvimento Local.II – Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Espírito Santo/RN, 28 de agosto de 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:E8DADA79

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2019

PROCESSO Nº28080001/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2019. Partes: **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN - CNPJ sob o nº 08.349.086.0001-74 - **CONTRATADA:** L A DO N BRITO-ME - CNPJ sob o nº 24.475.718/0001-00. Objeto: O objeto do presente é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA,** com fornecimento de peças de reposição de Equipamentos de Informática (microcomputadores, scanners e impressoras) aos órgãos e entidades municipais, conforme especificações e quantidades estabelecidas no anexo I (termo de referência), para o exercício de 2019. Fundamento Legal: Artigo 24,

II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. Termo de Dispensa em: 29/08/2019. Ratificação em: 29/08/2019. ***Haroldo Ferreira de Morais*** – *Prefeito.* Valor Global: R$ 15.510,00 (quinze mil quinhentos e dez reais). Dotação Orçamentária para o Exercício de 2019: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1301** - Fundo Municipal de Saúde (FMS) - PROGRAMA: 10.301.0009 2.049 - Manutenção das Ativ. da Secretaria Municipal de Saúde, ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros serv. Pessoa jurídica. FONTE: 12110000, 15300000. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0301:** Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos. PROGRAMA: 04 122 0005 2.005 – Manutenção das Sec. Municipal de Administração e Recursos Humanos, ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros serv. Pessoa jurídica. FONTE: 15300000. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1401:** Fundo Municipal de Assistência Social. PROGRAMA: 08 122 0010 2.058 – Manutenção das Atividades da Sec. de Assistência Social. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros serv. Pessoa jurídica. FONTE: 13110000, 15300000.

Felipe Guerra RN, 27 de agosto de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:B3C4CE9B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108046/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108046/2019
Objeto:. Contratação de Prestado de Serviço de Viagens com Pacientes Carentes para Exames na Capital.
Contratado: Rugeldo Lourenço de Oliveira (779.430.154-87)
Valor Total Julgado: R$ 6.299,31
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:8E68B258

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108047/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108047/2019
Objeto:. Serviços de viagens com pessoas carentes para tratamento de saúde na capital do estado.
Contratado: THIAGO DA COSTA CARLOS (702.064.624-76)
Valor Total Julgado: R$ 6.315,78
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:E946A683

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE GOIANINHA-RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2019

O Município de Goianinha, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna público que às **09h00min do dia 12 de Setembro de 2019**, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, sob o número 031/2019, tipo menor preço por item, objetivando a futura e eventual aquisição parcelada de material médico hospitalar e insumos. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN – CEP: 59.173-000 Fone: (84) 3243-3926, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente de 08h:00min às 14h:00min, exceto feriados e ponto facultativo ou pelo email: pregoeiro.pmg@hotmail.com ou ainda pelo Site do Município: www.goianinha.rn.gov.br.

Goianinha/RN, 30 de agosto de 2019

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:97838EBD

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1142/2019
A Comissão de Licitação do Município de GOIANINHA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) RUDEMBERG HONORIO LISBOA, PREFEITO MUNICIPAL, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:
Objeto.....: Referente a Contrato de locação de Imóvel, para abrigar a família da Sra. MIRELE FERNANDES qual é reconhecidamente carente.
Contratado.....: LUZINETE SILVA DE OLIVEIRA
Fundamento Legal...: Art. 24, X, da Lei federal 8.666/93
Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) RUDEMBERG HONORIO LISBOA, PREFEITO MUNICIPAL.

GOIANINHA - RN, **01/08/2019.**

RICARDO LUIZ GOMES RODRIGUES
Assessoria de Contratos e Compras

Publicado por:
Jaqueline Albuquerque Silva de Souza
Código Identificador:E6DB453D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO: PORTARIA N.º 096/2019 – DIA/SEMPLAF, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, definida através do Decreto nº 833/2018, de 19.04.2018.

RESOLVE:

Conceder 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 1.000,00(um mil reais), deduzindo a importância de R$ 42,91 (quarenta e dois reais e noventa e um centavos), referente à contribuição previdenciária, totalizando a importância de R$ 1.957,09 (um mil, novecentos e cinqüenta e sete reais e nove centavos), a servidor(a) **FERNANDA CRISTINA SABINO DOS SANTOS**, matrícula de nº 1383370, ocupante do cargo de **ASSESSORA DE IMPRENSA,** para cobrir as despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação na cidade de Belém/PA, no período de 02 a 07 de setembro do ano em curso, para participar do **42º CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**.

WILSON GOMES MACHADO JÚNIOR
Secretário de Administração

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:1855D29C

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº. 090/2019 – SEMPLAF, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre nomeação de membros da Junta Médica oficial do município".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto 932, de 28 de Junho de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os profissionais médicos:

Drª Fernanda Cunha Miranda - CRM 10018/RN (Titular)
Dr José Alves Dantas - CRM 001204/RN (Titular)
Dr. Rene Anísio Rodrigues - CRM 007828/RN (Titular)
Dr. KARLYELSON ALVES DA SILVA - CRM 007424/RN (Suplente)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goianinha, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, em 01 de Agosto de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:6000F066

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
OFÍCIO Nº 323/2019-GP

Goianinha/RN 30 de agosto de 2019

Ao Gerente do Banco do Brasil
Saulo David Araújo Cabral
Agencia Goianinha/RN

Autorizo o servidor João Carlos Henrique de Souza, CPF 966.198.564-20, Secretário de Tributação e Arrecadação, a movimentar contas 6.436-x e 18.676-7 vinculada ao CNPJ 08.162.687/0001-73, na agência Goianinha-RN 1066-9 da Banco DO Brasil conforme segue abaixo:

Para devida movimentação da(s) referida(s) conta(s), concedo ao servidor relacionado neste documento os seguintes poderes: consultar/solicitar saldos e extratos, inclusive por meio eletrônico.

Solicito, ainda, a criação de chave J para acesso ao Autoatendimento Setor Público (Gerenciador Financeiro) e possibilitar a baixa e envio de arquivos.

Quaisquer alterações relativas ao uso dos poderes aqui autorizados serão imediatamente comunicadas oficialmente, ficando o Banco inteiramente isento de responsabilidade pelos prejuízos que possam ocorrer em virtude do não cumprimento dessa providência no devido tempo.

Informamos ainda, que este ofício foi exposto em mural desta Prefeitura em 29/08/2019, dando publicidade ao ato.

Atenciosamente,

Atenciosamente,

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:A9DFB165

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
OFÍCIO Nº 324/2019-GP

Goianinha/RN 30 de agosto de 2019

Ao Gerente da Caixa Econômica Federal
Luciana de Lima Andrade Figueiredo
Agencia Goianinha/RN

Autorizo o servidor João Carlos Henrique de Souza, CPF 966.198.564-20, Secretário de Tributação e Arrecadação, a movimentar conta 18-4 vinculada ao CNPJ 08.162.687/0001-73, na agência Goianinha-RN 1101 da Caixa Econômica Federal conforme segue abaixo:

Para devida movimentação da(s) referida(s) conta(s), concedo ao servidor relacionado neste documento os seguintes poderes: consultar/solicitar saldos e extratos, inclusive por meio eletrônico.

Solicito, ainda, a criação de chave J para acesso ao Autoatendimento Setor Público (Gerenciador Financeiro) e possibilitar a baixa e envio de arquivos.

Quaisquer alterações relativas ao uso dos poderes aqui autorizados serão imediatamente comunicadas oficialmente, ficando o Banco inteiramente isento de responsabilidade pelos prejuízos que possam ocorrer em virtude do não cumprimento dessa providência no devido tempo.

Informamos ainda, que este ofício foi exposto em mural desta Prefeitura em 29/08/2019, dando publicidade ao ato.

Atenciosamente,

Atenciosamente,

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:4F550E09

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 120/2019 – GP

GOV. DIX-SEPT ROSADO-RN, Em 30 de Agosto de 2019

O Prefeito do Município de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

Nomear, **ANTONIO FAGNER DE ANDRADE COSTA**, Subcoordenador de A. e M. Habitacional, Nível CC-3, do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, para atuar como gestor do Programa Bolsa Família.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dix-sept Rosado, Governador Dix-sept Rosado-RN, Em 30 de Agosto de 2019.

ANTONIO FREIRE DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonia Larissa Macedo do Vale
Código Identificador:B8C97A55

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, com fundamento no inciso X, art. 24, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em consonância como parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

Nº do Processo: 6809/2019
Nome do credor: FRANCISCO CANINDE DA SILVA SANTOS.
CPF: 492.047.184-04

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

Órgão: 05 – FUNÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 05.001 – FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO
Função: 12 – EDUCAÇÃO
Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0106 – GESTÃO PUB. INTEG. DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Projeto/Atividade: 2021 – APIOAR AS ATIV. DA SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO
Elemento de Despesa: 339036000000 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA FISICA

Valor: R$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais);

Objeto: Locação de imóvel situado na Rua da Saudade, 39, Distrito de Baixa do Meio, Guamaré/RN, para utilização no funcionamento da Sede do Núcleo Municipal de Educação Especializada - NUMEESP do Município de Guamaré/RN.

Guamaré/RN, 29 de agosto de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal de Guamaré

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:DAE81E96

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2019 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018)

Processo nº: 6771/2019.
Contratante: Município de Guamaré/RN;
Contratada: TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.
CNPJ Nº: 00.604.122/0001-97
Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S500 E DIESEL S10), OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS (OFICIAIS E LOCADOS) DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN.
Objeto do aditivo: Prorrogar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato 023/2019 e acrescer em 25% (Vinte e cinco por cento) do valor contratado**.**
Vigência: ate 90 (noventa) DIAS de 02 de setembro de 2019 a 01 de Dezembro de 2019.
Dotação Orçamentária: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
Previsão legal: Amparo Legal art. 65, I, alínea "b" § 1º e art. 57, § 1º, IV da Lei nº 8.666/93.
Assinaturas:
Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante.
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, por seu representante legal, VITOR FLORES DE DEUS, CPF Nº. 099.822.686-60 – Contratada.

Guamaré/RN, 21 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:232B70AF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2019 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018)

Processo nº: 6805/2019.
Contratante: Município de Guamaré/RN;
Contratada: TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.
CNPJ Nº: 00.604.122/0001-97
Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S500 E DIESEL S10), OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS (OFICIAIS E LOCADOS) DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN.
Objeto do aditivo: Prorrogar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato 052/2019**.**
Vigência: ate 90 (noventa) DIAS de 01 de setembro de 2019 a 30 de Novembro de 2019.
Dotação Orçamentária: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
Previsão legal: Amparo Legal art. 57, § 1º, II da Lei nº 8.666/93.
Assinaturas:
Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante.
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, por seu representante legal, VITOR FLORES DE DEUS, CPF Nº. 099.822.686-60 – Contratada.

Guamaré/RN, 22 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:0CC79D05

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2019

PROCESSO Nº: 4515/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré.
CONTRATADO: IVANILDO VIEIRA DE MELO.
CPF Nº: 088.927.174-72
OBJETO: Locação de imóvel situado na Fazenda São Francisco, Umarizeiro – Zona Rural, Guamaré/RN, para utilização na apreensão de animais que estejam soltos em via pública.
VIGÊNCIA: Pelo período de 12 (doze) meses com início em 07 de agosto de 2019 e término em 06 de Agosto de 2020.
VALOR: R$ 3.000,00 (Três mil reais) mês.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do Processo Administrativo, concernente ao Orçamento Geral do Município.
BASE LEGAL: artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. IVANILDO VIEIRA DE MELO, CPF nº 088.927.174-72– Contratado.

Guamaré/RN, 07 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:D96CF4CA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2019

PROCESSO Nº: 7337/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré.
CONTRATADO: ADEMAR ARAÚJO DA COSTA.
CPF Nº: 033.615.004-00
OBJETO: Locação de imóvel situado na Fazenda Santa Maria, S/N, Zona Rural, Guamaré/RN, para utilização na extração de piçarra atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Guamaré/RN.
VIGÊNCIA: Pelo período de 12 (doze) meses com início em 01 de setembro de 2019 e término em 31 de agosto de 2020.
VALOR: R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) mês.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do Processo Administrativo, concernente ao Orçamento Geral do Município.
BASE LEGAL: artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. ADEMAR ARAÚJO DA COSTA, CPF nº 033.615.004-00– Contratado.

Guamaré/RN, 29 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:088F3366

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2019

PROCESSO Nº: 6809/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré.
CONTRATADO: FRANCISCO CANINDE DA SILVA SANTOS.
CPF Nº: 492.047.184-04
OBJETO: Locação de imóvel situado na Rua da Saudade, 41, Distrito de Baixa do Meio, Guamaré/RN, para utilização no funcionamento da Sede do Núcleo Municipal de Educação Especializada - NUMEESP do Município de Guamaré/RN.
VIGÊNCIA: Pelo período de 12 (doze) meses com início em 01 de setembro de 2019 e término em 31 de agosto de 2020.
VALOR: R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) mês.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do Processo Administrativo, concernente ao Orçamento Geral do Município.
BASE LEGAL: artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. FRANCISCO CANINDE DA SILVA SANTOS, CPF nº 492.047.184-04– Contratado.

Guamaré/RN, 29 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:4DC1F108

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 6118/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: Janielson Conrado de Morais.
CPF: 059.894.954-20.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para atender as necessidades da Vice Prefeitura, destinado ao para funcionamento da Vice Prefeitura do Município de Guamaré/RN.
OBJETO DO ADITIVO: Renovação do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 03/09/2019, com termo final em 02/09/2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo.
Previsão legal: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. Janielson Conrado de Morais – Contratado.

Guamaré/RN, 22 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:8E1A1B1D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 6832/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: Jadiane Batista de Miranda.
CPF: 059.720.644-99.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Patrimonial, destinado ao funcionamento da Base de operações e Academia da Guarda Civil Municipal de Guamaré.
OBJETO DO ADITIVO: Renovação do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 17/10/2019, com termo final em 16/10/2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo.
Previsão legal: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. Jadiane Batista de Miranda – Contratada.

Guamaré/RN, 22 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:850906DA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 6298/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: Amauri José Guerra.
CPF: 620.102.718-15
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel situado à Rua Santo Apolo, 386-A, Dix-Sept Rosado, Natal/RN, para funcionamento da Casa de Apoio para pacientes atendidos na Capital do Estado, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
OBJETO DO ADITIVO: Renovação do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, a prorrogação contratual será até o dia 04 de agosto de 2020.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 05 de agosto de 2019 a 04 de agosto de 2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo.
Previsão legal: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. Amauri José Guerra – Contratado.

Guamaré/RN, 02 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:59A0D064

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 6846/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: Francisca Morais Bezerra.
CPF: 420.759.124-91.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, destinado ao funcionamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

OBJETO DO ADITIVO: Renovação do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 04/09/2019, com termo final em 03/09/2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo.
Previsão legal: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. Francisca Morais Bezerra – Contratada.

Guamaré/RN, 22 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:0F1C4F09

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 6410/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: Joanise Câmara da Trindade.
CPF: 425.621.630-87.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Articulação, destinado ao funcionamento da sede da secretaria.
OBJETO DO ADITIVO: Renovação do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 03/08/2019, com termo final em 02/08/2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo.
Previsão legal: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. Joanise Câmara da Trindade – Contratada.

Guamaré/RN, 01 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:36873849

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 7322/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: José Oliveira da Silva.
CPF: 155.048.754-04.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para o funcionamento da Casa de Cultura, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo.
OBJETO DO ADITIVO: Renovação do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, com início em 04/09/2019, com termo final em 03/09/2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
Previsão legal: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. José Oliveira da Silva – Contratado.

Guamaré/RN, 29 de agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:F1424A5C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL

PROCESSO Nº: 6848/2019.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: Maria Silva de Lima Siqueira.
CPF: 506.852.874-91.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, destinado ao funcionamento do anexo do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.
OBJETO DO ADITIVO: Renovação do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 04/09/2019, com termo final em 03/09/2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo.
Previsão legal: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
Assinaturas: Francisco Adriano Holanda Diógenes (Prefeito Municipal) – Contratante. Maria Silva de Lima Siqueira – Contratada.

Guamaré/RN, 22 de Agosto de 2019.

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:05E0241F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 220/2019-GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - **FICA RETIRADA,** a função gratificada, FG-I, do Sr. **FRANCISCO TALES ALVES PRAXEDES**, Mat.: 1045 Conforme Lei Complementar Municipal nº 18/2013 de 21 de março de 2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 02 de setembro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:7CAA0A2C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 217/2019-GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR,** o Sr., **CHARLLYS JOSEPHUS OSEAS TAVARES**, CPF: 838.511.604-44, do cargo de provimento político de Secretário Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, criado pelo artigo 34º, parágrafo único, alínea "a", da Lei Complementar Municipal nº 18/2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 02 de setembro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:1789D54C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 218/2019-GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:
Art. 1º - **EXONERAR,** a Sr.ª **WANDERLY BERTOLDO NUNES, CPF:** 019.626.314-00, do cargo de provimento político de Subsecretária de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde, criado pelo artigo 34°, parágrafo único, alínea "b", da Lei Complementar Municipal nº 18/2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 02 de setembro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:53C1DC83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 219/2019-GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR, a Sr.ª, WANDERLY BERTOLDO NUNES, CPF:** 019.626.314-00, para exercer o cargo de provimento político de Secretária Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, criado pelo artigo 34º, parágrafo único, alínea "a", da Lei Complementar Municipal nº 18/2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 02 de setembro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:8A9A3B02

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 221/2019-GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR,** o Sr.**, FRANCISCO TALES ALVES PRAXEDES**, matrícula: 1045, funcionário Estatutário Municipal, para exercer o cargo de provimento de Subsecretário de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde, criado pelo artigo 34°, parágrafo único, alínea "b", da Lei Complementar Municipal nº 18/2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 02 de setembro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:C8039D28

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1.495/2019 - PMI
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019

OBJETO: Seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de parceria com a Administração Pública Municipal, em regime de mútua cooperação, sob a égide da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, através de Termo de Colaboração, para a execução das atividades em saúde do SUS elencadas no anexo I – METAS DE ATIVIDADES EM SAUDE DO SUS A SEREM ATINGIDAS - do Município de Ipanguaçu/RN.

Ata da Sessão de Abertura e Julgamento dos Envelopes do Chamamento Público nº 003/2019

Às**09h00min** do dia trinta de agosto de dois mil e dezenove, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, situada na Avenida Luiz Gonzaga,800 - Centro - Ipanguaçu/RN, realizou-se a sessão pública para abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitações e plano de trabalho, apresentados em razão do certame licitatório, modalidade Chamamento Público nº 003/2019, cujo objeto é **a seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de parceria com a Administração Pública Municipal, em regime de mútua cooperação, sob a égide da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, através de Termo de Colaboração, para a execução das atividades em saúde do SUS elencadas no anexo I – METAS DE ATIVIDADES EM SAUDE DO SUS A SEREM ATINGIDAS - do Município de Ipanguaçu/RN.** Presentes os Membros da Comissão Especial de Chamamento Publico, YURI FELDMAN CABRAL DA SILVA (Presidente), matrícula: 5966,

MARIA VIRGINIO DE SIQUEIRA (Membro), matrícula: 1089 e ANDERSON RIBEIRO DOS ANJOS (Membro), matrícula: 6176, nomeados pela**Portarianº 196/2019 – GP**, de 25 de julho de 2019. O Presidente iniciou a sessão informando os procedimentos da mesma e neste momento passaram a analisar as documentações contidas nos envelopes nº 02 - HABILITAÇÃO da(s) seguinte(s) Organização(ões):

Nº	Organização	CNPJ nº
01	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH / Procuradora: Thaisa Gama Ferreira – RG nº 1.271.064 – ITEP/RN	10.443.512/0001-86

Ao analisar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 02) verificou-se que a organização de sociedade civil supracitada apresentou os documentos exigidos no item 7 do edital do Chamamento Publico nº 003/2019, restando, portanto, retamente HABILITADA. Em seguida, passou-se a analisar os envelopes nº 01 – PLANO DE TRABALHO, onde constatamos que baseado no item 8.4.1 a organização INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH atingiu a pontuação de 40 pts diante da comprovação de 4 (quatro) parcerias anteriores com órgãos públicos; baseado no item 8.4.2 a referida organização atingiu pontuação de 20 pts considerando a apresentação do Plano de Trabalho conforme exigências do respectivo Edital; baseado no item 8.4.3 a referida organização atingiu a pontuação de 40 pts em razão da redução em 20% do valor Maximo anual previsto para execução do objeto deste certame (8.4.3, inciso IV), totalizando assim 100pts, razão pela qual resta VENCEDORA do presente Chamamento Publico nos termos do Item 8.7. Em seguida, o presidente da Comissão Especial de Chamamento Publico declarou que o resultado do julgamento final será divulgado no quadro de avisos e no site oficial desta Administração Publica Municipal, nos termos do item 8.13. Com respaldo no 10.1, da data da publicação do resultado final será concedido prazo de 3 (três) dias CORRIDOS para fins de possível interposição de recurso. Não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente determinou que fosse encerrada a sessão da qual mandou que fosse lavrada a presente ATA que segue assinada pelo mesmo e pelos demais membros da Comissão Especial de Chamamento Publico.

YURE FELDMAN CABRAL DA SILVA
Presidente da Comissão de Seleção

MARIA VIRGINIO DE SIQUEIRA
Membro da Comissão de Seleção

ANDERSON RIBEIRO DOS ANJOS
Membro da Comissão de Seleção

THAISA GAMA FERREIRA
Instituto De Desenvolvimento Humano - IDH
CNPJ: 10.443.512/0001-86

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:F9EFA925

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 103/2019 - DIÁRIA

O(A) CHEFE DE GABINETE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ MORGÂNIO PAIVA, ocupante do cargo de PREFEITO, 1 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), com objetivo de Tratar de assuntos inerentes a educação deste município na SEEC/RN, em Natal/RN no dia 31/05/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 30 DE MAIO DE 2019.

DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:E3B199F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 104/2019 - DIÁRIA

Portaria nº:**104/2019**
O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS), com objetivo de conduzir o Senhor Prefeito para tratar de assuntos inerentes a educação deste município na SEEC/RN, em Natal/RN no dia 31/05/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 30 DE MAIO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:AD4C8101

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 105/2019 - DIÁRIA

O(A) CHEFE DE GABINETE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ MORGÂNIO PAIVA, ocupante do cargo de PREFEITO, 1 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), com objetivo de participar de reunião com a Frente Parlamentar Estadual e Federal do RN para tratar de assuntos relacionados a unificação das eleições 2022 e outras demandas junto ao Governo do Estado e TCE/RN em Natal/RN no dia 03/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 31 DE MAIO DE 2019.

DANIEL JOSE DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:4122DFB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 106/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de 100,00 (CEM REAIS), com objetivo de conduzir o Sr. Prefeito para participar de reunião com a Frente Parlamentar Estadual e Federal do RN para tratar de assuntos relacionados a unificação das eleições 2022 em Natal/RN no dia 03/06/2019
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 31 DE MAIO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:BF89B228

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 107/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, 1/2 (MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REIAS), com objetivo de participar de uma reunião na CEF na Plataforma de Construção Civil em Natal/RN no dia 05/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 04 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:4E58EA20

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 108/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1/2 (MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) , com objetivo conduzir o Chefe de Gabinete para participar de uma reunião na CEF na Plataforma de Construção Civil em Natal/RN no dia 05/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 04 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:D6252EFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 109/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ÂNGELA MARIA PAIVA, ocupante do cargo de SECRETARIA MINICIPAL DE ASSSISTENTE SOCIAL, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 70,00 (SETENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 70,00 (SETENTA REAIS) , com objetivo de participar do 4º Ciclo de capacitação do Selo UNICEF Edição 2017-2020 em Caicó/RN no dia 06/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:11616195

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 110/2019 - EDITAL

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) MARLI DE MEDEIROS NÓBREGA, ocupante do cargo de ARTICULADORA DO SELO UNICEF, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) , com objetivo de participar do 4º Ciclo de capacitação do Selo UNICEF Edição 2017-2020 em Caicó/RN no dia 06/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:1E13DE8B

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 111/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) PLÍNIO KLERISON NÓBREGA LUCENA, ocupante do cargo de conselheiro do CMDCA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) , com

objetivo de participar do 4º Ciclo de capacitação do Selo UNICEF Edição 2017-2020 em Caicó/RN no dia 06/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:B7AF854D

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 112/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ JORGE SOUZA DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) , com objetivo de participar do 4º Ciclo de capacitação do Selo UNICEF Edição 2017-2020 em Caicó/RN no dia 06/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:CCFE1786

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 113/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) MAIVÂNIA DE SOUSA MEDEIROS, ocupante do cargo de COORDENADORA DO CRAS, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 70,00 (SETENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 175,00 (CENTO E SETENTA E CINCO REAIS) , com objetivo de participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 10/06 a 14/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 07 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:7D16B9BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 114/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) NATANIELI DE ARAÚJO NASCIMENTO, ocupante do cargo de PSICÓLOGA, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 10/06 a 14/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 07 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:08699EE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 115/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) PLÍNIO KLERISON NÓBREGA LUCENA, ocupante do cargo de Membro doo CMAS, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 10/06 a 14/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 07 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:84EF322F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 115/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) MORGANA MICHELLE ARAÚJO BRASIL, ocupante do cargo ASSISTENTE SOOCIAL DO CRAS, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 10/06 a 14/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 07 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:7601A30F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 117/2019

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) LEDA MAYARA ALVES DA SILVA, ocupante do cargo ORIENTADORA SOCIAL DO CRAS, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 10/06 a 14/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 07 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:97E51578

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 118/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) FLÁVIA LÚCIA DE MEDEIROS, ocupante do cargo de membro do CMAS, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 10/06 a 14/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 07 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:D4EF3F15

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 119/2019 - DIÁRIA

O(A) CHEFE DE GABINETE DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ MORGÂNIO PAIVA, ocupante do cargo de PREFEITO, 1/2 (MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo de tratar questões referentes ao Programa de Transporte Escolar PETERN desta Prefeitura em Natal/RN no dia 11/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 10 DE JUNHO DE 2019.

DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:A9913104

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 120/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, 1/2 (MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de tratar questões referentes ao Programa de Transporte Escolar PETERN desta Prefeitura em Natal/RN no dia 11/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 10 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:958FC9A6

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 121/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS, ocupante do cargo de VICE PREFEITA, 1/2 (MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo de tratar de assuntos de interesse deste municipio no Gabinete do Deputado Vivaldo Costa em Natal/RN no dia 11/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 10 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:91D96140

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 123/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ÂNGELA MARIA PAIVA, ocupante do cargo de SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 70,00 (SETENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 175,00 (CENTO E SETENTA E CINCO REAIS) , com objetivo de Participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 24/06 a 28/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 21 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:7D678E12

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 124/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..

RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) FRANCISCA MORAIS DA SILVA COSTA, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, 2,5 (DUAS E MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de Participar dos cursos do programa de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, em Caicó/RN no período de 24/06 a 28/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 21 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:246539A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 125/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) PRYCYLLA MYKAELLY OLIVEIRA DE FREITAS, ocupante do cargo de PROCURADOORA JURÍDICA, 1 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo de tratar de assuntos administrativos no setor de divisão de precatórios do TJRN na cidade de Natal/RN no dia 25/06/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 24 DE JUNHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:89B5CFC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 126/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) FABIANO ALENCAR DE MEDEIROS, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, 1/2 (MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de tratar de assuntos administrativos na SEEC/RN, em Natal/RN no dia 02/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 1 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:EC66DC00

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 127/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) PRYCYLLA MYKAELLY OLIVEIRA DE FREITAS, ocupante do cargo de PROCURADOORA JURÍDICA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo de participar de uma reunião sobre o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) no TCE-RN em Natal/RN no dia 02/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 1 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:9E0D5A26

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 128/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, 1/2 (MEIA) diária(s),

ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) , com objetivo de participar de uma reunião sobre o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) no TCE-RN em Natal/RN no dia 02/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 1 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:F0AA712F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 129/2019 - DIÁRIA

O(A) CHEFE DE GABINETE DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ MORGÃNIOO PAIVA, ocupante do cargo de PREFEITO 1/2 (MEIA) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo de tratar de assuntos administrativos na SEEC/RN, em Natal/RN no dia 02/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 1 DE JULHO DE 2019.

DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:08EA8B6E

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 130/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOACK MEDEIROS MORAIS, ocupante do cargo de CONTADOR, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS) perfazendo a quantia de R$ 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS) , com objetivo de participar do Treinamento de Matrizes de Saldos Contábeis - MSC na pratica, na Ágili-RN em Assu/RN no dia 04/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 3 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:A4F796F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 132/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) FRANCISCA MORAIS DA SILVA COSTA, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) , com objetivo de participar do Encontro de Formação - Projeto Crescer sem violência, na 10 DIRED em Caicó/RN nos dias 02/07 e 03/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 1 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:A8825AE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 133/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ANTÔNIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS) , com objetivo de conduzir o Senhor Prefeito para tratar de assuntos administrativos na SEEC/RN, em Natal/RN no dia 02/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 1 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:871C9D69

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 134/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) MARLI DE MEDEIROS NÓBREGA, ocupante do cargo de Presidente do CMDCA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS) , com objetivo de solicitar as provas do Processo unificado do Conselho Tutelar no CONSEC/RN, em Natal/RN no dia 05/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 4 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:2FD16974

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 135/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JEANDERSON LIMA DA SILVA, ocupante do cargo de Conselheiro do CMDCA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS) , com objetivo de solicitar as provas do Processo unificado do Conselho Tutelar no CONSEC/RN, em Natal/RN no dia 05/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 4 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:8F54F082

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 136/2019 - DIÁRIA

O(A) CHEFE E GABINETE DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ MORGÂNIO PAIVA, ocupante do cargo de PREFEITO, 02 (DUAS) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) , com objetivo de tratar de assuntos administrativos na SUCOPE no dia 23/07/2019, no Gabinete do Dep Kelps Lima, na Secretaria de Planejamento e Finanças do RN e na Assessoria Jurídica da SEEC/RN em Natal/RN no dia 24/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 22 DE JULHO DE 2019.

DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:AEAAD26C

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 137/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ANTÕNIO MARCELINOO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 02 (DUAS) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) , com objetivo conduzir o Prefeito para tratar de assuntos administrativos na SUCOPE no dia 23/07/2019, no Gabinete do Dep Kelps Lima, na Secretaria de Planejamento e Finanças do RN e na Assessoria Jurídica da SEEC/RN em Natal/RN no dia 24/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 22 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:D3DCF24F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 138/2019 - DIÁRIA

O(A) CHEFE DE GABINETE DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ MORGÂNIO PAIVA, ocupante do cargo de PREFEITO, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) , com objetivo participar de reunião com a Dra. Luciana Ribeiro Campos no TCE/RN em Natal/RN no dia 30/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 29 DE JULHO DE 2019.

DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:B6A216E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 139/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) PRYCYLLA MYKAELLY OLIVEIRA DE FREITAS, ocupante do cargo de PROCURADORA JURÍDICA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo participar de reunião com a Dra. Luciana Ribeiro Campos no TCE/RN em Natal/RN no dia 30/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN,29 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:91A60AF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 140/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) DANIEL JOSÉ DE MEDEIROS, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo de participar de reunião com a Dra. Luciana Ribeiro Campos no TCE/RN em Natal/RN no dia 30/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN,29 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:9FBF6ED9

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 141/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ANTÔNIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS) , com objetivo de conduzir servidores para participar de reunião com a Dra. Luciana Ribeiro Campos no TCE/RN em Natal/RN no dia 30/07/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN,29 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:D2AC798D

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 142/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JORDÂNNIA KELLY DE MEDEIROS GOMES, ocupante do cargo de ASSESSSORA DE COORDENAÇÃO, 02 (DUAS) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) , com objetivo de participar da Capacitação do sistema de Cadastro Único ministrado pela Universidade CAIXA em Natal/RN nos dias 06/08 e 07/08/2019..
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN,02 DE AGOSTO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:4220C182

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 142/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JORDÂNNIA KELLY DE MEDEIROS GOMES, ocupante do cargo de ASSESSORA DE COORDENAÇÃO, 02 (DUAS) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) , com objetivo de participar da Capacitação do sistema de Cadastro Único ministrado pela Universidade CAIXA em Natal/RN nos dias 06/08 e 07/08/2019..
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN,02 DE AGOSTO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:DA48ED5F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 143/2019 - DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) MAIVANIA DE SOUSA MEDEIROS, ocupante do cargo de COORDENADORA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) , com objetivo de participar da V Conferencia dos Direitos da Pessoa Idosa do RN na Escola de Governo em Natal/RN no dia 08/08/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN,07 DE AGOSTO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:DBBD16F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 144/2019 - DIÁRIA

O(A) CHEFE DE GABINETE DE IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal..

RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) JOSÉ MORGÂNIO PAIVA, ocupante do cargo de PREFEITO, 01 (UMA) diária(s), ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) , com objetivo de tratar de assuntos administrativos na Secretaria de Estado da Saúde Pública em Natal/RN no dia 21/08/2019.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN,07 DE AGOSTO DE 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal de Ipueira

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:E988A3AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA Nº 433/2019

CNPJ: 08.148.553/0001-06. Rua Cleofas Nunes, 74 - Centro - CEP 59.855-000

PORTARIA Nº. 433 / 2019.

Dispõe sobre a Exoneração da Servidora FRANCISCA DAS CHAGAS PAIVA BESSA FERNANDES, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itaú-RN, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora **FRANCISCA DAS CHAGAS PAIVA BESSA FERNANDES,** portadora do CPF/Nº. 664.544.174-68, do Cargo em Comissão de Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de setembro de 2019.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO MOREIRA DE MORAIS
Séc. de Adm., Finanças, Planejamento, Orçamento e Tributos

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:1902CB63

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA Nº 423/2019

CGC (M.F.) 08.148.553/0001-06
Rua Cleofas Nunes, 74 - Centro - CEP 59855-000.
Tele fax: (084) 3371-2255

PORTARIA Nº. 423/ 2019. De 27 de agosto de 2019.

Concede diárias a servidores para despesas com viagens e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta o inciso IV, do artigo 139, seção III, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 59, inciso I, da Lei Municipal 202/92 (Estatuto dos Servidores Municipais).

R E S O L V E:

Determinar ao Secretário de Finanças desta Edilidade, depois de observar as exigências legais, que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 1 (uma) diária (s) a (o) servidor (a) **Sr. ADRIANO DA SILVA LUCENA,** portaria nº 087/2017, matricula nº 1000, para custeio de despesas com alimentação e deslocamento, no percurso de Itaú/Natal/Itaú, 0100, no dia 28 de agosto de 2019, na oportunidade em que tratará de assuntos de interesse do município, com a paciente Francisca Ricarte Silva Bessa na Clínica CAMPOS SALES em Natal/RN, na forma do que preconiza a legislação regente, sobretudo, a Resolução nº 011/2016, lavra do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO MOREIRA DE MORAIS
Séc.de Adm., Finanças, Planejamento, Orçamento e Tributos

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:7480DF8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 96/2019 PROCESSO Nº. 125/2019 EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Jaçanã/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE, dispensar o procedimento licitatório para realização desta despesa, conforme seguintes dados: CONTRATANTE: Município de Jaçanã/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.158.800/0001-47. CONTRATADO: JOSE ERIVALDO ALVES DE SOUZA 80704042487, inscrita no CNPJ/CPF sob nº. 12.599.559/0001-69. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA ATENDER O VEÍCULO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL. VALOR GLOBAL: R$ 6.000,00(seis mil reais). ORIGEM DOS RECURSOS: SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei Federal nº. 8.666/93.

Jaçanã/RN, 29 de agosto de 2019

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:E238DCFB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 442/2019/GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas peal Lei Orgânica do Município e de acordo a Lei Municipal nº 048/2007 de 20 de julho de 1997 e a Lei Complementar 09/2013 da Estrutura Administrativa do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear para o cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL, o Sr. ISMAEL ROMÃO DOS SANTOS, para compor o quadro de pessoal desta Prefeitura.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se

Jaçanã - RN, 02 de setembro de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:0D11171D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 443/2019/GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas peal Lei Orgânica do Município e de acordo a Lei Municipal nº 048/2007 de 20 de julho de 1997 e a Lei Complementar 09/2013 da Estrutura Administrativa do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear para o cargo em Comissão de COORDENADORA DE PROGRAMAS E PROJETOS DA AGRICULTURA, a Sra. EDINILZA DO NASCIMENTO SANTOS, para compor o quadro de pessoal desta Prefeitura.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se

Jaçanã - RN, 02 de setembro de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:190AECA2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 444/2019/GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

O prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas peal Lei Orgânica do Município e de acordo a Lei Municipal nº 048/2007 de 20 de julho de 1997 e a Lei Complementar 09/2013 da Estrutura Administrativa do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear para o cargo em Comissão de COORDENADORA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES, a Sra. GILVANCLEIDY VANGECLEIA PEREIRA, para compor o quadro de pessoal desta Prefeitura.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se

Jaçanã - RN, 02 de setembro de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:F0948BCE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000013/2018 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000013/2018
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/2018
CONTRATANTE: Município de Jandaíra/RN, inscrito no CNPJ sob n°. 08.309.239/0001-50. CONTRATADO: ENOQUE OLIVEIRA FREITAS 34195440491, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 28.167.285/0001-79. OBJETO: Prorrogação da Vigência do Contrato n°. 020/2018. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses. FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

Jandaíra/RN, 13 de agosto de 2019.

Município de Jandaíra/ RN
MARINA DIAS MARINHO
Prefeita Municipal

Enoque Oliveira Freitas 34195440491
ENOQUE OLIVEIRA FREITAS
Representante Legal

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:5DB557A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 134/2019.

CONCEDE, de 1 (uma diária), para custear as despesas com o servidor o Sr. Willi Kesle Ferreira Coordenador do Ensino Fundamental.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma diária), para custear as despesas com o servidor o **Sr. Willi Kesle Ferreira**, inscrito no **CPF: 095.613.524-27**, e portaria **n° 004/2019** – GP em viagem a cidade de Caicó/RN, para participar de uma Capacitação Técnica do PDDE e das Políticas de Transporte Escolar, a ser realizado no auditório da 10a DIRED - Diretoria Regional de Educação e Cultura e dos Desportos, localizado na Rua Monsenhor Severiano nº 150, no município de Caicó/RN. No turno da manhã das 08h:00 às 12h:00h e no turno da tarde das 14h:00 às 18h:00.
Art. **2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Janduís/RN, 26 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:C74902DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 139/2019.

CONCEDE, 01 (uma) diária com a Coordenadora Pedagógica abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária para custear as despesas com a **Coordenadora Pedagógica a Srª Taisa Fernandes Batista**, inscrita no CPF: 095.833.384-00, e Portaria n° 028/2017 - GP**,** em viagem a cidade de Pau dos Ferros/RN, no dia 30 de agosto de 2019, para participar da **I Formação Continuada para Implementação do Documento Curricular e (Re)formulação dos Projetos Políticos Pedagógicos**, que será realizado no dia 30 de agosto de 2019, das 8h00 às 17h:00, na UFERSA – Campus Pau dos Ferros – BR – 226, S/N – Pau dos Ferros/RN, conforme anexo.
Art. **2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Janduís/RN, 29 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:FDA1D4D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 138/2019.

CONCEDE, 01 uma diária a Supervisora abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 01 (uma) diária para custear as despesas com a Supervisora a Senhora **Maria de Fatima Oliveira Fernandes,** inscrito no CPF: 806.348.004-00, e Matricula nº 461**,** em viagem a cidade de Pau dos Ferros/RN, no dia 30 de agosto de 2019, para participar da **I Formação Continuada para Implementação do Documento Curricular e (Re)formulação dos Projetos Políticos Pedagógicos**, que será realizado no dia 30 de agosto de 2019, das 8h00 às 17h:00, na UFERSA – Campus Pau dos Ferros – BR – 226, S/N – Pau dos Ferros/RN, conforme anexo.

Art. **2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Janduís/RN, 29 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:253A3F34

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE JANDUÍS
REGIMENTO INTERNO CAPITULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º **-** A V Conferência Municipal de Cultura, Meta 35, Lei 430/2012, revogada pela Lei 518/2018, que versa sobre o Plano Municipal de Cultura e sua revisão, convocada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS através do Decreto Municipal nº. 016, de 20 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Município em 21 de agosto de 2019, edição 2087, terão os seguintes objetivos:

I – Propor estratégias de articulação e cooperação institucional entre entidades públicas municipal e estadual; empreendedores individuais, artistas e a sociedade civil e assim dinamizem a participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para consolidação do Plano Municipal de Cultura, em seu pleno funcionamento e financiamento;

II - Debater a execução do Plano Municipal de Cultura ao socializar metodologias e conhecimentos;

III - Discutir a cultura local nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

IV - Propor estratégias para reconhecimento e fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

V - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizar o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

VI - Propor estratégias para proporcionar ao setor cultural local o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar seu acesso à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes locais em prol da Cultura;

VIII – Contribuir para a integração das políticas públicas locais que apresentam interface com a cultura; e

IX – Avaliar os resultados obtidos nas Conferências Municipais de Cultura anteriores.

CAPÍTULO II – DO TEMÁRIO
Art. 2º - O tema geral da V Conferência Municipal de Cultura será "FINANCIAMENTO A CULTURA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura local.

Art. 3° - A V Conferência Municipal de Cultura terá foco na viabilidade econômica e financeira com base no Fundo Municipal de Cultura, Lei 411/2012, e Plano Municipal de Cultura, Lei 518/2018.

Art. 4º - As produções serão a partir da divisão de grupos, apontado experiências e estratégias coletivas e individuais por áreas de atuação como artes cênicas, audiovisual, leitura, patrimônio, músicas dentre outras.

CAPÍTULO III – DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Art. 5° - A V Conferência Municipal de Cultura, terá representação da sociedade civil e do poder público local e será realizada na cidade de Janduís, a partir das 08h, dia 04 de setembro de 2019, com a seguinte programação:

08h00min – Credenciamento
08h30min – Abertura – Formação da mesa – Hino do Município
08h40min – Oficialização da V Conferência Municipal de Cultura – Ana Célia de Lima – (Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural);
09h00min – Momento cultural
09h10min – Falações:
09h40min – Explanação sobre a FUNCULT – (Rogério Silva e Marcos Lima)
09h50min – Conferencia Municipal - Berg Bezerra – Diretor Presidente da Fundação Cultural Mestre Dadá sobre o tema "Financiamento a Cultura: Desafios e Estratégias"
10h30min – Intervalo
10h50min – Divisão de grupos (cada área representada deve se reunir para apontar desafios sobre financiamento e relatos de ações coletivas ou individuais)
11:30h – Resultado
13h - Encerramento.

Art. 6º - A V Conferência Municipal de Cultura tem caráter propositivo e deliberativo e será realizada sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Janduís através da Fundação Cultural Mestre Dadá – FUNCULT;

Art. 7º - A V Conferência Municipal de Cultura de Janduís será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural e, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural Mestre Dadá.

Art. 8º - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a V Conferência Municipal de Cultura contará com o Conselho Municipal de Política Cultural, como Comissão Organizadora Municipal;

Art. 9º - Compete à Comissão Organizadora Municipal:
I – definir o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;
II - definir data, local, pauta e programação da Conferência;
III - organizar a Conferência Municipal de Cultura;
IV – assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da Conferência Municipal de Cultura;
V - acompanhar o processo de sistematização das diretrizes e proposições da Conferência Municipal de Cultura; e
VI - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto do Decreto.

Art. 10 – Não serão eleitos delegados para representações em outras etapas Estadual o Federal,

Art. 11 **–** As despesas relacionadas com a realização da V Conferência Municipal de Cultura são de responsabilidade do município.

CAPÍTULO IV – DOS PARTICIPANTES

Art. 12 – Serão participantes da V Conferência Municipal de Cultura cidadãos residentes no município, constituídos em quatro categorias:
I – Sociedade civil com direito a voz e voto;
II – Poder público com direito a voz e voto;
II – Convidados com direito a voz;
IV – Observadores sem direito a voz.

Art. 13 **–** São condições para ser participante da V Conferência Municipal de Cultura, com direito a voz e voto:
I – Ser convidado como gestor, militante ou ter atuação cultural em outro município;
II - Ter residência no município sede da Conferência, como requisito para voto;
III - Credenciar-se através de formulário próprio, disponibilizado pela Comissão Organizadora Municipal da V Conferência Municipal de Cultura;
IV – Inscrever-se em grupos temáticos em sua área de atuação;
V- Estar presente na plenária no momento do compartilhamento de relatos e experiências.

Art. 14 **–** O credenciamento para a V Conferência Municipal de Cultura terá início às 08h e ficará por uma hora de duração, pra quem não fez o credenciamento de maneira antecipada;

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 – Será certificada a todas as pessoas que permanecerem até o final da V Conferência Municipal de Cultura e que fizer solicitação a Fundação Cultura Mestre Dadá, em até 5 dias após sua realização.
Art. 16 **–** Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Cultura de Janduís.
Art. 17 **–** Este Regimento entra em vigor após devidamente lido e aprovado em reunião plenária do Conselho Municipal de Política Cultural, publicada no Diário Oficial do Município e poderá sofrer alteração por qualquer membro credenciado pra V Conferência Municipal de Cultura.

Janduís/RN, 30 de agosto 2019.

Ana Célia de Lima
Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural
Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Cultura

Lindemberg da Silva Bezerra
Diretor Presidente da Fundação Cultural Mestre Dadá – FUNCULT
Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Cultura

Art. 1º - A V Conferência Municipal de Cultura, Meta 35, Lei 430/2012, revogada pela Lei 518/2018, que versa sobre o Plano Municipal de Cultura e sua revisão, convocada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS através do Decreto Municipal nº. 016, de 20 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Município em 21 de agosto de 2019, edição 2087, terão os seguintes objetivos:

I – Propor estratégias de articulação e cooperação institucional entre entidades públicas municipal e estadual; empreendedores individuais, artistas e a sociedade civil e assim dinamizem a participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para consolidação do Plano Municipal de Cultura, em seu pleno funcionamento e financiamento;

II - Debater a execução do Plano Municipal de Cultura ao socializar metodologias e conhecimentos;

III - Discutir a cultura local nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

IV - Propor estratégias para reconhecimento e fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

V - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizar o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

VI - Propor estratégias para proporcionar ao setor cultural local o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar seu acesso à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes locais em prol da Cultura;

VIII – Contribuir para a integração das políticas públicas locais que apresentam interface com a cultura; e

IX – Avaliar os resultados obtidos nas Conferências Municipais de Cultura anteriores.

CAPÍTULO II – DO TEMÁRIO
Art. 2º - O tema geral da V Conferência Municipal de Cultura será "FINANCIAMENTO A CULTURA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura local.

Art. 3° - A V Conferência Municipal de Cultura terá foco na viabilidade econômica e financeira com base no Fundo Municipal de Cultura, Lei 411/2012, e Plano Municipal de Cultura, Lei 518/2018.

Art. 4º - As produções serão a partir da divisão de grupos, apontado experiências e estratégias coletivas e individuais por áreas de atuação como artes cênicas, audiovisual, leitura, patrimônio, músicas dentre outras.

CAPÍTULO III – DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Art. 5° - A V Conferência Municipal de Cultura, terá representação da sociedade civil e do poder público local e será realizada na cidade de Janduís, a partir das 08h, dia 04 de setembro de 2019, com a seguinte programação:

08h00min – Credenciamento
08h30min – Abertura – Formação da mesa – Hino do Município

08h40min – Oficialização da V Conferência Municipal de Cultura – Ana Célia de Lima – (Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural);
09h00min – Momento cultural
09h10min – Falações:
09h40min – Explanação sobre a FUNCULT – (Rogério Silva e Marcos Lima)
09h50min – Conferencia Municipal - Berg Bezerra – Diretor Presidente da Fundação Cultural Mestre Dadá sobre o tema "Financiamento a Cultura: Desafios e Estratégias"
10h30min – Intervalo
10h50min – Divisão de grupos (cada área representada deve se reunir para apontar desafios sobre financiamento e relatos de ações coletivas ou individuais)
11:30h – Resultado
13h - Encerramento.

Art. 6º - A V Conferência Municipal de Cultura tem caráter propositivo e deliberativo e será realizada sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Janduís através da Fundação Cultural Mestre Dadá – FUNCULT;

Art. 7º - A V Conferência Municipal de Cultura de Janduís será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural e, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural Mestre Dadá.

Art. 8º - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a V Conferência Municipal de Cultura contará com o Conselho Municipal de Política Cultural, como Comissão Organizadora Municipal;

Art. 9º - Compete à Comissão Organizadora Municipal:
I – definir o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;
II - definir data, local, pauta e programação da Conferência;
III - organizar a Conferência Municipal de Cultura;
IV – assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da Conferência Municipal de Cultura;
V - acompanhar o processo de sistematização das diretrizes e proposições da Conferência Municipal de Cultura; e
VI - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto do Decreto.

Art. 10 – Não serão eleitos delegados para representações em outras etapas Estadual o Federal,

Art. 11 – As despesas relacionadas com a realização da V Conferência Municipal de Cultura são de responsabilidade do município.

CAPÍTULO IV – DOS PARTICIPANTES

Art. 12 – Serão participantes da V Conferência Municipal de Cultura cidadãos residentes no município, constituídos em quatro categorias:
I – Sociedade civil com direito a voz e voto;
II – Poder público com direito a voz e voto;
II – Convidados com direito a voz;
IV – Observadores sem direito a voz.

Art. 13 – São condições para ser participante da V Conferência Municipal de Cultura, com direito a voz e voto:
I – Ser convidado como gestor, militante ou ter atuação cultural em outro município;
II - Ter residência no município sede da Conferência, como requisito para voto;
III - Credenciar-se através de formulário próprio, disponibilizado pela Comissão Organizadora Municipal da V Conferência Municipal de Cultura;
IV – Inscrever-se em grupos temáticos em sua área de atuação;
V- Estar presente na plenária no momento do compartilhamento de relatos e experiências.

Art. 14 – O credenciamento para a V Conferência Municipal de Cultura terá início às 08h e ficará por uma hora de duração, pra quem não fez o credenciamento de maneira antecipada;

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 – Será certificada a todas as pessoas que permanecerem até o final da V Conferência Municipal de Cultura e que fizer solicitação a Fundação Cultura Mestre Dadá, em até 5 dias após sua realização.
Art. 16 – Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Cultura de Janduís.
Art. 17 – Este Regimento entra em vigor após devidamente lido e aprovado em reunião plenária do Conselho Municipal de Política Cultural, publicada no Diário Oficial do Município e poderá sofrer alteração por qualquer membro credenciado pra V Conferência Municipal de Cultura.

Janduís/RN, 30 de agosto 2019.

ANA CÉLIA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural
Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Cultura

LINDEMBERG DA SILVA BEZERRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural Mestre Dadá – FUNCULT
Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Cultura

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:08BFAFF7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019
OBJETO: Contratação de Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central para prestação de serviços bancários, com exclusividade necessária ao pagamento de salários e vencimentos da folha gerada pelo Município de Japi, sem exclusividade à concessão de créditos consignados aos Servidores Públicos Municipais, conforme as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados através da Portaria nº 085/2017-GP, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA**, visando à execução do objeto acima em epígrafe, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** De 02/09/2019 das 08h00min até às 08h59min do dia 16/09/2019.**ABERTURA DAS PROPOSTAS:**Dia 16/09/2019, às 09h00min.**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:**Às 09h30min do dia 16/09/2019.**LOCAL/SITE:**www.portaldecompraspublicas.com.br.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).**DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de JAPI, situada à Rua João Batista Confessor, 19, Centro, JAPI/RN, no horário de 08h00min as 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou solicitado através do e-mail: cpljapirn@gmail.com.

JAPI/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSÉ EDSON GOMES
Pregoeiro

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:DA0D96DF

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - Nº 011/2019 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - Nº 011/2019 - SRP
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Japi/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 16 de Setembro de 2019, às 08h30min, a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019, objetivando a seleção e contratação de empresa para o fornecimento futuro e parcelado de medicamentos que fazem parte da farmácia básica, através de oferta de maior porcentagem de desconto sobre a tabela da ABC FARMA – Órgão Oficial da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico para farmácias e drogarias do setor, para atender a gerência de saúde do Município de Japi/RN, à Rua João Batista Confessor, 19, Centro, Japi/RN, ou pelo E-mail: cpljapirn@gmail.com, no horário das 07:00 às 13:00 horas.

Japi/RN, em 30 de Agosto de 2019.

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:B1245F28

CPL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - SRP - CONVOCAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - SRP CONVOCAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Japi/RN, vem CONVOCAR a empresa PRM COMCERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS EIRELI, INSCRITA NO CNPJ: 29.805.880/0001-55, Vencedora na Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019-SRP, para comparecer à sede da Prefeitura Municipal, à Rua João Batista Confessor, nº 19, Centro, Japi/RN, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços oriunda do certame em referência, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. O não atendimento a presente ensejará na desclassificação do licitante infrator.

Japi/RN, em 30 de Agosto de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:88C9C868

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 23/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1006/2019

O Pregoeiro do Município de Jardim de Angicos/RN **COMUNICA** aos interessados e participantes do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 23/2019, Processo Administrativo nº 1006/2019, originado pela Solicitação de despesas nº 608/2019 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES, que objetiva a **Aquisição de material esportivo**, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, que **ADJUDICA** à(s) empresa(s):

FERNANDA THAIS SILVA DO VALE - CNPJ: 17.644.369/0001-30 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67 ; totalizando o valor de **R$ 135.304,50 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta centavos)**.

Totalizando o valor global, para fins de eventual contratação de R$ 135.304,50 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta centavos), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Item. Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, situado na Rua Pe. Saturnino de Jesus Bezerra, 68, Centro, Jardim de Angicos/RN, das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente.

Jardim de Angicos/RN, 29 de agosto de 2019.

LUIZ EUGÊNIO DA C. NETO LIMA
Pregoeiro
Portaria 01/2019

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:CB346393

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 23/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1006/2019

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial Nº 23/2019.

TIPO: Menor Preço Por Item.

REALIZADO NO DIA 29 de agosto de 2019 (quinta-feira) as 14:00.

OBJETO: Aquisição de material esportivo.

ADJUDICADO para a empresa: Fernanda Thais Silva do Vale – CNPJ 17.644.369/0001-30, no valor global de R$ 135.304,50 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta centavos),visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Fernanda Thais Silva do Vale- CNPJ: 17.644.369/0001-30 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67 ; totalizando o valor de **R$ 135.304,50 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta centavos)**.

ITENS DECLARADOS FRACASSADOS: 2, 7, 25, 36, 37, 56, 60, 64.

INFORMAÇÕES: pelo telefone (84) 3535.0005.

Jardim de Angicos/RN, 29 de agosto de 2019 (quinta-feira).

LUIZ EUGÊNIO DA C. NETO LIMA
Pregoeiro PMJA/RN

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:0B8E521D

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 23/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1006/2019

OBJETO: Aquisição de material esportivo.

JUSTIFICATIVA: A referida despesa, é extremamente necessário como forma de incentivar a pratica esportiva por parte das crianças,

jovens e adultos do município além de ser de vital importância no combate a diverso fatores que afastam os jovens da educação de qualidade como o trabalho infantil, abandono escolar entre outros, sendo um direito legal conforme ART, 23, V da CF. onde fica estabelecido como dever dos municípios combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, estando dessa forma a presente solicitação em conformidade com os princípios da motivação, continuidade, legalidade e da eficiência.

DATA DE ABERTURA: 29 de agosto de 2019 (quinta-feira), às 14:00 horas.

Circunstanciado pelo Relatório apresentado pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, **datado do dia 29 de Agosto de 2019**, que indicou como vencedor(a) do certame a empresa relacionada a seguir, aprovo a instrução do Processo e confirmo o julgamento e classificação final da proposta, haja vista terem sido obedecidas as regras do edital e das Leis 10.520/02 e 8.666/93.

FERNANDA THAIS SILVA DO VALE - CNPJ: 17.644.369/0001-30 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67 ; totalizando o valor de **R$ 135.304,50 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta centavos)**.

E por não haverem vícios e nulidades a serem sanadas venho **HOMOLOGAR** o resultado do Pregão Presencial Nº 23/2019, no valor global de R$ 135.304,50 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta centavos), haja vista ter essa empresa apresentado a melhor proposta mais vantajosa para o município.

Jardim de Angicos/RN, em 30 de agosto de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:A1C5F166

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 631/2019 - GP

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, II, VII e X e 68, I, §1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, **NILDEFRAN SALES NOGUEIRA,** inscrita no CPF/MF 049.574.454-66, para o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Saúde – nível CC-1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 30 de agosto de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:62787548

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 632/2019 - GP

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, II, VII e X e 68, I, §1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, **TALES JEFFERSON MAIA DE MEDEIROS,** inscrito no CPF/MF 014.310.434-94, para o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Agricultura e Abastecimento – nível CC-1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 30 de agosto de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:E341F718

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 633/2019 - GP

Dispõe sobre a nomeação de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os servidores abaixo, para os cargos de Provimento de Comissão:
JOÃO MARIA DUTRA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF Nº 807.573.594-34, para o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico – nível CC-1.
SAMIRA CARIELY CARDOSO CAVALCANTE, inscrita no CPF/MF 056.777.304-32, para o Cargo de Provimento em Comissão Coordenador Administrativo-Financeiro da Saúde – nível CC-2.
IARA MARIA GADELHA, inscrita no CPF/MF 673.838.234-00, para o cargo em Comissão de Coordenador do Hospital Geral Francisca Pereira Mariz – nível CC-2.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, em 30 de agosto de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:5C2886D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 634/2019 - GP

Dispõe sobre a nomeação de servidor para o quadro de servidores do município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, WHATLES NILZOM SILVA DE ARAÚJO, CPF nº 013.637.124-89, para ocupar em caráter efetivo o cargo Educador Físico, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, em virtude da aprovação do Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2019, que teve seu resultado homologado pelo Decreto nº 1.218, de 11 de junho de 2019, publicado na edição nº 2038 do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, em 12.06.2019.

Art. 2º - A Posse dar-se pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação da presente nomeação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar).

Art. 3º - Será tornado sem efeito o ato da nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, permitindo à Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN convocar o próximo conforme Edital do Concurso Público nº 001/2019.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 30 de agosto de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:218EC241

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº 805.002/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 13 de setembro de 2019, às 09hs00min, na Sala de Licitações, localizada no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019, Sistema de Registro de Preços - *do tipo menor preço por item*, visando a AQUISIÇÃO DE ÁGUA DESSALINIZADA E VASILHAME, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ com itens de participação exclusiva para MEI, ME e EPP. O Edital encontra-se disponível Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira e no endereço eletrônico: https://www.jardimdoserido.rn.gov.br/paginas/licitacoes/336. Maiores informações serão prestadas pelo e-mail: **cpl_js@outlook.com** ou pelo **Fone: (84) 3472-3902**.

Jardim do Seridó/RN, em 29 de agosto de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:946C60B7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 29/2019 com início 07 de agosto de 2019, realizada em 20 de agosto de 2019 (terça-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir:
Objeto: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS, INCLUINDO: BATERIAS, FILTROS E OUTROS QUE POSSAM SER NECESSÁRIOS, (ORIGINAIS OU DE LINHA DE MONTAGEM), PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL: PRÓPRIOS, CEDIDOS, CONVENIADOS (ATUAIS E FUTUROS) DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/ RN.**
Empresa: **J ALVES DUTRA FILHO - ME**- CNPJ: 24.779.186/0001-97, saiu vencedora no item: 3; totalizando o desconto de **25% (vinte e cinco por cento), em cada aquisição, considerando o valor total orçado de R$ 100.000,00 (cem mil reais).**
PEDRO AFONSO DANTAS ME- CNPJ: 08.204.760/0001-22, saiu vencedora no item: 1; totalizando o desconto de **10% (dez por cento), em cada aquisição, considerando o valor total orçado de R$ 3.000,00 (três mil reais).**
SERIDÓ TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME- CNPJ: 02.620.622/0001-48, saiu vencedora no item: 4; totalizando o desconto de **11% (dez por cento), em cada aquisição, considerando o valor total orçado de R$ 90.000,00 (noventa mil reais).**
TOP PEÇAS LTDA EPP- CNPJ: 01.184.984/0001-70, saiu vencedora nos itens: 2 totalizando o desconto de **24% (vinte e quatro por cento), em cada aquisição, considerando o valor total orçado de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**

JARDIM DO SERIDÓ/RN, 29 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:61F32902

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 030/2019 com início 15 de agosto de 2019, realizada em 28 de agosto de 2019 (quarta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir:
Objeto: **AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA CÂMARAS DE AR - ORIGINAIS DE FÁBRICA, PRODUTO NOVO (SEM USO), DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, INCLUINDO PNEUS E CÂMARAS DE AR PARA CARRINHO DE GARI E CARRO DE MÃO.**
CJ COMERCIO DE PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 07.865.242/0001-97 , saiu vencedora nos itens : 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 ; totalizando o valor de **R$ 297.038,00 (duzentos e noventa e sete mil e trinta e oito reais)**.
TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP- CNPJ: 23.303.897/0001-28, saiu vencedora nos itens: 1, 22, 28;

totalizando o valor de **R$ 21.056,00 (vinte e um mil e cinquenta e seis reais)**.

JARDIM DO SERIDÓ/RN, 30 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:E0657437

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 022/2019 com início 12 de agosto de 2019, realizada em 26 de agosto de 2019 (segunda-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da empresa relacionada a seguir:
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE BANDAS REGIONAL DE GRANDE PORTE, DUPLA, ORQUESTRA DE FREVO E TRIO REGIONAL, PARA ATENDER OS EVENTOS REALIZADOS PELO O MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.**
T D DE L MEDEIROS EVENTOS - EPP- CNPJ: 03.767.112/0001-60, saiu vencedor nos itens: 1, 2, 3, 4 ; totalizando o valor de **R$ 330.020,00 (trezentos e trinta mil e vinte reais)**.

JARDIM DO SERIDÓ/RN, 30 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:53024106

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019 -
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADA**: MARIA DA GUIA SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.638.864-48; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pela Credenciante e Maria da Guia Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.638.864-48– pela Credenciada.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:C82FC9B6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 027/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: JOSE ROBERTO DE ALMEIDA, inscrito no CPF/MF sob o nº 839.002.934-34; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (dozes) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 pelo Credenciante e Jose Roberto de Almeida , inscrito no CPF/MF sob o nº 839.002.934-34 pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:E6E5F196

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 028/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADA**: MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.638.864-48; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pela Credenciante e Maria de Fatima Medeiros, inscrita no CPF/MF sob o nº 813.994.644-34– pela Credenciada.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:43675EE2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 029/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADA**: GENINNY KALLINE DANTAS DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.050.164-86; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pela Credenciante e Geninny Kalline Dantas dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.050.164-86 pela Credenciada.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:A03C14B2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 030/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: CARLOS COSTA DE FARIAS, inscrito no CPF/MF sob o nº 465.851.174-68; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e Carlos Costa Farias, inscrito no CPF/MF sob o nº 465.851.174-68 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:CA492D01

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 031/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADA**: RISONEIDE ALVES FEITOSA DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 038.384.484-30; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e Risoneide Alves Feitosa da Silva, inscrita no CPF/MF sob o nº 038.384.484-30 – pela Credenciada.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:E4FC72BF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 032/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: EDVALDO RODRIGUES MILITAO, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.224.074-90; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e Edvaldo Rodrigues Militao, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.224.074-90 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:DAE309C3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 033/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: JOSÉ JACKSON DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.426.784-13; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e José Jackson da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.426.784-13 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:5D84469B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 034/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: ELCID SOUZA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº 969.275.774-91; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e Elcid Souza Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 969.275.774-91 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:76609C00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 036/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: JOSENILSON DANTAS DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.864.584-33; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (dozes) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 pelo Credenciante e Josenilson Dantas de Souza, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.864.584-33 pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:6A3CC638

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 037/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: JOSÉ AIRTON CLEODON COSTA MEDEIROS, inscrito no CPF/MF sob o nº 703.933.234-55; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (dozes) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 pelo Credenciante e José Airton Cleodon Costa Medeiros, inscrito no CPF/MF sob o nº 703.933.234-55 pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:25717806

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 038/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: JAEDSON DANTAS DO NASCIMENTO, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.629.344-07; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e Jaedson Dantas do Nascimento, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.629.344-07 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:27C8832A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 039/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: GEOVANI ROBERTO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.283.554-53; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e Geovani Roberto da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.283.554-53 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:36AD559C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 040/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: JOÃO MARIA DE AZEVEDO, inscrito no CPF/MF sob o nº 792.462.304-34; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e João Maria de Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o nº 792.462.304-34 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:0D42DC2A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 041/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.002/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 001/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38;

CREDENCIADO: WUDSON ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.702.964-90; **OBJETO:** Contratação de serviço de segurança, conforme discriminado e quantificado, sob demanda, para atender os eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 26 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 26 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Credenciante e Wudson Alves de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.702.964-90 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:1C747DD7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 042/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.001/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 002/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADA**: ANDREZA ALVES DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 706.475.464-93; **OBJETO:** Contratação de serviço de bombeiro civil para eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 233,34 (Duzentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Credenciante e Andreza Alves de Oliveira, inscrita no CPF/MF sob o nº 706.475.464-93 – pela Credenciada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:2A31511E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 043/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.001/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 002/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: JOSÉ EDSON DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.766.734-40; **OBJETO:** Contratação de serviço de bombeiro civil para eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 116,67 (Cento e dezesseis reais e sessenta e sete centavos); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Credenciante e José Edson dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.766.734-40 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:8D8B0C06

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.001/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 002/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADA**: SAMARA ANTÔNIA DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 062.871.324-00; **OBJETO:** Contratação de serviço de bombeiro civil para eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 116,67 (cento e dezesseis reais e sessenta e sete centavos); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Credenciante e Samara Antônia da Silva, inscrita no CPF/MF sob o nº 062.871.324-00 – pela Credenciada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:19B40CDB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 045/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.001/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 002/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADA**: LUANA ANDRADE PEREIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 079.289.294-14; **OBJETO:** Contratação de serviço de bombeiro civil para eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 116,67 (Cento e dezesseis reais e sessenta e sete centavos); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Credenciante e Luana Andrade Pereira, inscrita no CPF sob o nº 079.289.294-14 – pela Credenciada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:E1F65E29

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 046/2019
PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 426.001/2019
(CREDENCIAMENTO Nº 002/2019)

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CREDENCIADO**: VALDEREISON DE AZEVEDO SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.229.804-36; **OBJETO:** Contratação de serviço de bombeiro civil para eventos realizados pelo Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 12 (doze) meses; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **VALOR DO TERMO DE CREDENCIMENTO**: R$ 116,67 (cento e dezesseis reais e sessenta e sete centavos); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº

368.196.464-53 – pelo Credenciante e Valdereison de Azevedo Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.229.804-36 – pelo Credenciado.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:3B651994

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 325.006/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: PEDRO AFONSO DANTAS ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.204.760/0001-22; **OBJETO:** Aquisição de peças, produtos e acessórios, incluindo: baterias, filtros e outros que possam ser necessários, (originais ou de linha de montagem), para a manutenção dos veículos que compõem a frota municipal: próprios, cedidos, conveniados (atuais e futuros) do Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 30 de Agosto de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 3.000,00 (Três mil reais); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Contratante e Dalisson Kagery de Araújo Dantas, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.994.084-70 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:E94A777A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 325.006/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: TOP PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.184.984/0001-70; **OBJETO:** Aquisição de peças, produtos e acessórios, incluindo: baterias, filtros e outros que possam ser necessários, (originais ou de linha de montagem), para a manutenção dos veículos que compõem a frota municipal: próprios, cedidos, conveniados (atuais e futuros) do Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 30 de Agosto de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Contratante e João Batista, inscrito no CPF/MF sob o nº 490.115.704-30 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:99E884AC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 325.006/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: JOÃO ALVES DUTRA EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.789.655/0001-90; **OBJETO:** Aquisição de peças, produtos e acessórios, incluindo: baterias, filtros e outros que possam ser necessários, (originais ou de linha de montagem), para a manutenção dos veículos que compõem a frota municipal: próprios, cedidos, conveniados (atuais e futuros) do Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 30 de Agosto de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 100.000,00 (Cem mil reais); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Contratante e Karlyson Halyson Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 097.566.374-71 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:D6A3DF60

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 055/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 325.006/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: SERIDÓ TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.620.622/0001-48; **OBJETO:** Aquisição de peças, produtos e acessórios, incluindo: baterias, filtros e outros que possam ser necessários, (originais ou de linha de montagem), para a manutenção dos veículos que compõem a frota municipal: próprios, cedidos, conveniados (atuais e futuros) do Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 30 de Agosto de 2019 e termo final em 30 de Agosto de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 90.000,00 (Noventa mil reais); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Contratante e Armistrong Gleidson de Medeiros Vale, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.103.854-12 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:1BA5A936

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 709.016/2019 AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 19 de Setembro de 2019, às 09h00min, na Sala de Licitações, localizada no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", **TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019**, do tipo empreitada global por preço unitário, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO À

PARALELEPÍPEDOS NA RUA DA VILA DA COMUNIDADE CATURURÉ E DA RUA GERALDO ATANÁSIO DE AZEVEDO DA COMUNIDADE CURRAIS NOVOS, AMBAS EM JARDIM DO SERIDÓ/RN. O Edital encontra-se disponível Sala de Licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira e no endereço eletrônico: https://www.jardimdoserido.rn.gov.br/paginas/licitacoes/336. Maiores informações serão prestadas pelo e-mail: **cpl_js@outlook.com** ou pelo **Fone: (84) 3472-3902.**

Jardim do Seridó/RN, em 30 de agosto de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:A7244B1F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº 805.009/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 17 de setembro de 2019, às 08hs00min, na Sala de Licitações, localizada no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019, Sistema de Registro de Preços - *do tipo menor preço por item*, visando a AQUISIÇÃO DE PEDRAS PARALELEPIPEDOS E PEDRAS LINEARES (PARA MEIO FIO) PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO E REPAROS DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, com item de participação exclusiva para MEI, ME e EPP. O Edital encontra-se disponível Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira e no endereço eletrônico:
https://www.jardimdoserido.rn.gov.br/paginas/licitacoes/336. Maiores informações serão prestadas pelo e-mail: **cpl_js@outlook.com** ou pelo **Fone: (84) 3472-3902**.

Jardim do Seridó/RN, em 30 de agosto de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:3445E19B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE DESPESA N.º 614.019/2019 TOMADA DE PREÇO N.º 005/2019 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRECHOS DAS RUAS DO CENTRO DA CIDADE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.

JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

I. DO PREÂMBULO

Na sessão pública realizada em aos 08/08/2019, às 09:00 horas, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, reuniram-se os Senhor(as) Jaelyson Max Pereira de medeiros, Cledjane Lira de Oliveira e Jubiana Santos de Oliveira, Membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Jardim do Seridó sob a presidência do Primeiro, designados pela Portaria nº 128/2019 de 06 de junho de 2019. Tiveram início os trabalhos de abertura dos envelopes, provenientes da Licitação/Tomada de Preço nº 005/2019 destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRECHOS DAS RUAS DO CENTRO DA CIDADE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**, CONFORME PROJETO BÁSICO para atender as necessidades Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Protocolaram seus envelopes as empresas R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF n.º 17.604.005/0001-26 e CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.924.281/0001-01.
A sessão foi suspensa para a análise da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, *in verbis*:
Art.43.A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
(...)
§3oÉ facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta
É o Breve Relatório.
II – DA DECISÃO
Considerando toda a documentação apresentada pelas empresas em seus envelopes de habilitação e feita sua respectiva análise, vê-se que ambas descumpriram o item 8.3.3.3 a) do Edital (fls. 121), pelos seus respectivos responsáveis técnicos não possuírem acervo técnico compatível com o objeto da presente licitação.

Considerando tais argumentos, a Comissão Permanente de Licitação resolve **inabilitar** as empresas R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF n.º 17.604.005/0001-26 e CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.924.281/0001-01 por descumpriram o item 8.3.3.3 a) do Edital da Licitação.

8.3.3.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
a) Todos os licitantes deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no Envelope n.º 01:
(...)
Capacidade Técnica Operacional: Comprovação de aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. **a) A comprovação de capacidade técnica-operacional será feita por Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou CAU, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrados no CREA, comprovando que a mesma já executou serviços semelhantes e compatíveis em características com o objeto do presente edital**. (grifo nosso)
Caso não concorde com a decisão, a empresa poderá ser interposto recurso, nos termos do art. 109, I, a) da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Jardim do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

CLEDJANE LIRA DE OLIVEIRA
Membro da CPL

JUBIANA SANTOS DE OLIVEIRA
Membro da CPL

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:7B8D6D77

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE DESPESA N.º 619.013/2019 TOMADA DE PREÇO N.º 006/2019 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA RUA PROJETADA (ENTRE A RUA PAULINO DE MEDEIROS E RUA SANTOS DUMONT).

JULGAMENTO DE PROPOSTA
I. DO PREÂMBULO

Na sessão pública realizada em aos 22/08/2019, às 09:00 horas, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, reuniram-se os Senhor(as) Jaelyson Max Pereira de Medeiros, Cledjane Lira de Oliveira e Jubiana Santos de Oliveira, Membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Jardim do Seridó sob a presidência do Primeiro, designados pela Portaria nº 128/2019 de 06 de junho de 2019. Tiveram início os trabalhos de abertura dos envelopes, provenientes da Licitação/Tomada de Preço nº 006/2019 destinada a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO À PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA PROJETADA (ENTRE A RUA PAULINO MEDEIROS E RUA SANTOS DUMONT - CANAL), CONFORME PROJETO BÁSICO para atender as necessidades Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Protocolou seus envelopes somente a empresa Ynnove Construções LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.317.871/0001-76.

Considerando que a única proposta apresentada continha informações técnicas da área de engenharia civil e que a Comissão Permanente de Licitações não detém a expertise para analisá-las e definirem, naquele momento, se a proposta estava de acordo com os termos do edital, e também levando em consideração o disposto no art. 43, §3º da Lei Federal 8.666/1993 que faculta a Comissão Permanente de Licitação solicitar diligências para a correta instrução de processo, o Presidente com anuência dos membros resolveu enviar a proposta à Engenheira Civil que presta serviços ao município para que emitisse um Parecer Técnico sobre a proposta e se ela estava confeccionadas em conformidade com os termos do Edital.
É o Breve Relatório.

II – DA DECISÃO

Inicialmente, cumpre registrar que o Município de Jardim do Seridó/RN, em 07 de agosto de 2019, tornou pública a realização de procedimento licitatório tipo tomada de preço para contratação de empresa para pavimentação com drenagem superficial da rua projetada (entre a rua Paulino de Medeiros e rua Santos Dumont), através do Edital da TP n.º 006/2019.

Considerando o parecer técnico da Engenheira Civil Anne Michelle Franco Carvalho**,** onde analisou a proposta, constatou que a empresa YNNOVE CONSTRUÇÕES LTDA ME, habilitada no referido certame licitatório, temos que:
A referida empresa **NÃO** atendeu os critérios nos seguintes itens:
** Na composição de custo unitário dos itens significativos, temos:
Os valores unitários dos itens relacionados abaixo, estão abaixo do estabelecido no mês de referência do projeto básico (Fevereiro/19_sem desoneração).
Caceteiro com encargos complementares (código 88260)
Servente com encargos complementares (código 88316)
Por se tratar de mão de obra, esses valores unitários devem limitar ao valor estabelecido na convenção sindical vigente (SINDUSCON).
Assim, tomando por base o disposto no art. 48, §3º da Lei Federal n.º 8.666/93, a proposta da empresa YNNOVE CONSTRUÇÕES LTDA – ME fica temporariamente desclassificada, ficando aberto o prazo de 08 (oito) dias para que ajuste sua proposta aos termos do parecer da engenheira civil do município, haja vista, a urgência e necessidade de realização da obra. Diante do exposto, a empresa deverá apresentar a composição de custos para itens relacionados.
Caso não concorde com a decisão, a empresa poderá ser interposto recurso, nos termos do art. 109, I, b) da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Jardim do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

CLEDJANE LIRA DE OLIVEIRA
Membro da CPL

JUBIANA SANTOS DE OLIVEIRA
Membro da CPL

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oitodias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:C32E1557

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ-RN EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições (art. 48, *caput*, e art. 65, inciso III, da Lei Orgânica Municipal), não identificando qualquer inconstitucionalidade, seja de natureza formal ou material, bem como não identificando a existência de dispositivos que sejam contrários ao interesse público, decide SANCIONAR, com as emendas promovidas pela Câmara Municipal, o Projeto de Lei Ordinária nº 012/2019, que "*Autoriza o Município de Jardim do Seridó a firmar convênio com a Associação Jardim Futebol Clube, a fim de custear as despesas com instrutor da escolinha de futebol a manutenção do Campo de Futebol*", aprovado pela Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN, o qual terá a seguinte numeração: Lei Ordinária nº 1.140.
Ato seguinte, a PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ-RN EM EXERCÍCIO, decide PROMULGAR a Lei Ordinária nº 1.140, inovando a ordem jurídica municipal.
Determino a publicação da Lei Ordinária nº 1.140 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de garantir a população o conhecimento sobre a existência da nova lei.

Município de Jardim do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:F32A0887

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.140, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Autoriza o Município de Jardim do Seridó a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO JARDIM FUTEBOL CLUBE, a fim de custear as despesas com instrutor da escolinha de futebol e manutenção do Campo de Futebol.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, APROVOU E EU, ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS, PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. Fica o Município de Jardim do Seridó/RN autorizado a firmar, anualmente, convênio com a **ASSOCIAÇÃO JARDIM FUTEBOL CLUBE**, entidade civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública nos termos da Lei Municipal nº 1.136, de 23 de maio de 2019, inscrita no CNPJ sob o nº 32.488.572/0001-58, com sede na Rua Professora Julieta Medeiros, nº 374, Baixa da Beleza, Jardim do Seridó-RN, CEP 59343-000.

Art. 2º. O objeto do convênio será a execução de um projeto de escolinha de futebol de campo, com objetivo de descobrir novos talentos e retirar as crianças e adolescentes de ambientes sociais desfavoráveis, ajudando na formação do cidadão e estabelecendo o convívio social segundo as regras do esporte.

Art. 3º. Fica o Município de Jardim do Seridó/RN autorizado a repassar, mensalmente, à Associação Jardim Futebol Clube, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), em conta bancária de titularidade da entidade, que será depositado no mês seguinte a prestação do serviço, em conta bancária de titularidade da entidade, criada especificamente para fins de aplicação do convênio.

§ 1º. A quantia indicada no caput deste artigo deverá ser utilizada da seguinte forma:
a) 50% (cinquenta por cento) da quantia (R$ 1.000,00 – mil reais): para custeio de instrutores da escolinha, devendo pelo menos 1 (um) destes profissionais ter formação na área específica como Educador Físico, devidamente habilitado no Conselho competente e respectivo;
b) 50% (cinquenta por cento) da quantia (R$ 1.000,00 – mil reais): para a manutenção do campo de futebol e estruturas anexas, bem como para o pagamento de água, luz, reparação do alambrado, reposição de material esportivo, despesas com campeonatos, entre outras despesas relacionados com o presente convênio.

§ 2º. Fica o Município de Jardim do Seridó Município de Jardim do Seridó/RN autorizado a repassar à Associação Jardim Futebol Clube, além da quantia indicada no caput, a importância de R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) no primeiro mês do convênio, que deverá ser destinado a custear a aquisição de material esportivo para iniciar o projeto objeto do presente convênio.

Art. 4º. O Município de Jardim do Seridó deve realizar fiscalizações periódicas durante a execução do convênio, bem como proceder com auditorias nas contas da Associação Jardim Futebol Clube, encaminhando os relatórios das prestações de contas a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, para a sua posterior apreciação e efetivo controle.

Art. 5º. O Termo de Convênio será elaborado de acordo com as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observando-se, também, os dispositivos da Resolução nº 11, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.
Parágrafo Único. O termo de convênio discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

Art. 6º. Na elaboração e na execução do termo de convênio a que faz menção o art. 1º desta Lei, deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Art. 7º. O termo de convênio terá a vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos, mediante prévia autorização legislativa e acordo entre os partícipes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 8º. A fim melhorar o detalhamento de suas cláusulas ou para os fins previsto no art. 4º desta Lei, o convênio poderá ser aditado quantas vezes forem necessárias, desde que seja autorizado previamente pelo Poder Legislativo Municipal e pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, após relatório que o Projeto está sendo eficaz com as crianças e adolescente do município, como também que tenha aquiescência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Fica a Associação beneficiária obrigada a encaminhar mensalmente à Câmara Municipal e ao Executivo Municipal, até o dia 10 do mês subsequente, a prestação de contas mensal (incluindo cópia de documentos como Notas Fiscais e Recibos) do que foi adquirido/pago com a ajuda proveniente do convênio em comento.

Art. 9. As condições para suspensão e/ou rescisão deverão constar do termo de convênio.
§ 1º. O Município de Jardim do Seridó/RN deverá promover a suspensão ou a rescisão do convênio se constatado o descumprimento de suas disposições.
§ 2º. A suspensão ou rescisão do convênio será comunicada a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e a Associação Jardim Futebol Clube, fornecendo-se a esta, obrigatoriamente, meios para utilização de ampla defesa e contraditório.

Art. 11. Deverá fazer parte integrante das cláusulas e condições do convênio a ser firmado, a vedação total de cobrança de qualquer tipo de contribuição de caráter pecuniário ou em caráter prestação de serviços ao usuário.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, também procederá com a avaliação, o controle, a vistoria e a fiscalização dos serviços objeto do convênio, mediante procedimentos de supervisão indireta e/ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas pactuadas.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Jardim do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:95AFB966

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 186, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 77, IV, da Lei nº 593, de 22 de junho de 1994 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, regulamentado pelo Decreto 1.010, de 04 de outubro de 2011,

Considerando ainda o teor do Processo Administrativo nº 106/2019, da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder a servidora **Célia Bernardo de Melo**, matrícula nº 1149, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais P.A, Licença – Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – período de 02/09/2019 a 30/11/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 29 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:072BF8EA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 064/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 813.016/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38; **OBJETO:** Contratação do cantor e compositor Capilé, para abrilhantar a tradicional "feirinha da Festa do Sagrado Coração de Jesus" que acontecerá no Município de Jardim do

Seridó/RN em praça pública no dia 01 de Setembro de 2019. **VIGÊNCIA**: A vigência do Contrato Administrativo a ser subscrito se dará a partir da data de sua assinatura no dia 29/08/2019, e termino em 31 de Dezembro de 2019; **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO; **PROMITENTE CONTRATADA**: LENILSON COSTA DE MACEDO inscrita no CNPJ/MF Nº 41.136.953/0001-69. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Jardim do Seridó/RN, 29 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:8DFFD9AD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 065/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 813.017/2019
PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38; **OBJETO:** Contratação do cantor e compositor Gianinni Alencar, para abrilhantar a tradicional "Véspera da Festa do Sagrado Coração de Jesus" que acontecerá no Município de Jardim do Seridó/RN em praça pública no dia 07 de Setembro de 2019. **VIGÊNCIA**: A vigência do Contrato Administrativo a ser subscrito se dará a partir da data de sua assinatura no dia 29/08/2019, e termino em 31 de Dezembro de 2019; **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO; **PROMITENTE CONTRATADA**: G M DE ALENCAR FERNANDES inscrita no CNPJ/MF Nº 26.918.460/0001-97. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Jardim do Seridó/RN, 29 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:BA825FB8

GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 012/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ AMAZAN SILVA**, Prefeito Constitucional, inscrito no CPF sob o nº 357.721.584-49.
CONTRATADA: ELIS REGINA DOS SANTOS ROSA , Brasileira, com RG 1.777.687 /SSP-RN , inscrito no CPF sob o nº 209 187 116-86 , residente e domiciliado a Rua Dr. Heraclio Pires , nº 301 , Jardim do Seridó-RN.
Os contratantes têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato por tempo determinado nº **012/2019**, celebrado em **11/02/2019**, com fulcro no inciso VI do artigo 2° e § 1° do Artigo 4° da Lei Municipal nº 743 de 22 de abril de 2005 e 1.106/2018, , sujeitando-se as partes às seguintes Cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado por mais 03 (três) meses com término do contrato para
07/11/2019 , podendo ser rescendido a qualquer momento, salvo a posse ou não da candidata convocada pelo Edital nº 008/2018 e nomeada pela Portaria nº 169/2019 para assumir o Concurso Público Municipal .
Parágrafo Único: As demais cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas.

Jardim do Seridó/RN, 10 de agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

ELIS REGINA DOS SANTOS ROSA
Contratada

TESTEMUNHAS:
1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:1FC52D7D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com base no Convênio 01/2015 celebrado entre o Município de Jardim do Seridó e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, resolve

Art. 1º - Renovar as cessões funcionais dos servidores públicos efetivos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, perante a Direção do Foro da Comarca de Jardim do Seridó/RN: **Jailma Santos de Azevedo**, matrícula n.º 419; **Nalva Medeiros de Araújo Costa**, matrícula n.º 116; e **Suerda Caline de Araújo**, matrícula n.º 1143.

Art. 2º - As cessões serão válidas pelo prazo de 02 (dois) anos do período de 08 de outubro de 2019 à 07 de outubro de 2021 e sem ônus para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Cultural de Múltiplo Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:84E8E181

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO - PP 021

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019
OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA – TIPO CONCRETO BETUMINOSO, USINADO A QUENTE (CBUQ).

Pelo presente termo comunica-se aos interessados a Retificação do edital do Pregão Presencial nº 021/2019, cujo OBJETO segue acima mencionado.

1- Na habilitação item 12.1.1, exclui-se a exigência de apresentação:

m) Licença Ambiental para Funcionamento de Usina Asfáltica.

Ficam mantidas as demais disposições do edital do Pregão Presencial nº 021/2019.

João Câmara/RN, 30 de agosto 2019.

MANOEL BERNARDO DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:F52A09EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 072/2019-GAB

PORTARIA Nº 072/2019-GAB

A **Prefeita do Município de João Dias**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:
Art. 1º- Conceder o(a) Sr(a).**FRANCINEIDE ALVES DOS SANTOS**, inscrito(a) na Matricula nº**130196-9** e no Cadastro de Pessoa Física nº**100.839.844-61**, servidor(a) público(a) municipal efetivo ocupante do cargo de **CONSELHEIRO(A) TUTELAR** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias de FÉRIAS EM GOZO, referente ao período aquisitivo de 2018, a partir de 01/09 à 30/09 do corrente exercício.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
LEIA-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de João Dias-RN Em, 30 de Agosto de 2019.

NADJA TÁSSIA VERÍSSIMO
Prefeita

Publicado por:
Maria de Fatima Duarte de Brito
Código Identificador:86F61126

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2019-GAB

PORTARIA Nº 073/2019-GAB

A **Prefeita do Município de João Dias**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:
Art. 1º- Convocar e nomear a conselheira suplente o(a) Sr(a).**MARTILENE DO ROSARIO SILVA**, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física nº**060.114.404-01**, para ocupar cargo de **CONSELHEIRO(A) TUTELAR** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, durante o período de 30 (trinta) dias de férias em gozo da servidora **FRANCINEIDE ALVES DOS SANTOS** a partir de 01/09 a 30/09 do corrente exercício.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
LEIA-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de João Dias-RN Em, 30 de Agosto de 2019.

NADJA TÁSSIA VERÍSSIMO
Prefeita

Publicado por:
Maria de Fatima Duarte de Brito
Código Identificador:E78D344F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 074/2019-GAB

PORTARIA Nº 074/2019-GAB

A **Prefeita do Município de João Dias**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder o(a) Sr(a).**ALYNE INGRID FERREIRA DE LIMA**, inscrito(a) na Matricula nº**130231-0** e no Cadastro de Pessoa Física nº**095.769.394-02**, servidor(a) público(a) municipal contratada ocupante do cargo de **PSICÓLOGA DO PROGRAMA NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15 (Quinze) dias de FÉRIAS EM GOZO, referente ao período aquisitivo de 2018, a partir de 04/09 a 18/09 do corrente exercício.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
LEIA-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de João Dias-RN Em, 30 de Agosto de 2019.

NADJA TÁSSIA VERÍSSIMO
Prefeita

Publicado por:
Maria de Fatima Duarte de Brito
Código Identificador:A76C23A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNCIONÁRIO (A): FRANCISCA UMBELINA DA SILVA ALVES
CPF/CNPJ: 032.643.444-59
MATRÍCULA: 137372-2
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 30/08/2019
PERÍODO DE CONCESSÃO: 01/09/2019 a 30/11/2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:812CEF15

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 22070001/2019

EXTRATO DE CONTRATO N° 22070001/2019

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº: 22070001/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: FRANCISCO XAVIER DO REGO - EPP
PROCESSO DE ORIGEM: 057/2018
OBJETO: Aquisição de Pneus e Baterias, para manutenção dos veículos do Municípios de José da Penha - RN.
VALOR TOTAL: R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).
DOTAÇÃO: 647 - 3 . 2008 . 10 . 301 . 10 . 2.133 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA: 22/07/2019 à 30/09/2019.
DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B37CC603

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 12080001/2019

EXTRATO DE CONTRATO N° 12080001/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 12080001/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: EXPEDITO VIEIRA DE SOUSA DANTAS
PROCESSO DE ORIGEM: 054/2018
OBJETO: Aquisição parcelada de equipamentos e mobília para atender as necessidades do Município de José da Penha-RN
VALOR TOTAL: R$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO: 735 - 4 . 2013 . 8 . 244 . 12 . 2.21 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
VIGÊNCIA: 12/08/2019 à 30/09/2019.
DATA DA ASSINATURA: 12 de agosto de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0AEB435B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 28080001/2019

EXTRATO DE CONTRATO N° 28080001/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 28080001/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: FRANCISCO XAVIER DO REGO - EPP
PROCESSO DE ORIGEM: 057/2018
OBJETO: Aquisição de Pneus e Baterias, para manutenção dos veículos do Municípios de José da Penha - RN.
VALOR TOTAL: R$ 3.960,00 (três mil e novecentos e sessenta reais).
DOTAÇÃO: 647 - 3 . 2008 . 10 . 301 . 10 . 2.133 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA: 28/08/2019 à 30/09/2019.
DATA DA ASSINATURA: 28 de agosto de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0F1DA2ED

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL CONTRATO Nº 25020002/2019

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
CONTRATO Nº 25020002/2019

Através do presente TERMO, de um lado o MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na Rua Prefeito Francisco Fontes, nº 22, Centro de José da Penha. CNPJ nº. 08.357.642/0001-54, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Raimundo Nonato Fernandes, brasileiro, casado, médico, Carteira de Identidade nº 115.383/SSP/RN e CPF nº 074.327.554-34, residente e domiciliado no sitio arapuá nº 340, zona rural do Município de José da Penha/RN, e do outro, o Sr. VALDEYR ALFREDO DAMASCENA, residente e domiciliado na Rua Prefeito Francisco Fontes S/N, CPF nº 067.259.424-23, em razão de não mais persistir Interesse em manter presente o contrato, rescindem amigavelmente o CONTRATO Nº 25020002/2019.
CLAUSULA PRIMEIRA: DO FUNDAMENTO LEGAL - Este termo de rescisão amigável tem por fundamentação legal art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e demais elementos constantes no contrato supra mencionado.
CLAUSULA SEGUNDA: DO OBJETO - Este termo tem por objeto a rescisão amigável do CONTRATO Nº 25020002/2019, cujo objeto fora a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM ROTA DO SÍTIO PEJUABA DE CIMA ATÉ A SEDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO, PERCUSO DE IDA E VOLTA NO TURNO VESPERTINO, REFERENTE AOS 200 DIAS LETIVOS DE AULA DO ANO DE 2019, conforme a cláusula primeira do referido contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA: DO DISTRATO - Por força da presente rescisão, as partes dão como terminado o contrato de que trata a Cláusula anterior, nada mais tendo a reclamar sob qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no contrato ora rescindidas.
CLÁUSULA QUARTA: DO FORO - Fica eleito foro da Comarca de Luís Gomes/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste termo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo de Rescisão Contratual, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, presença de 02(duas) Testemunhas que também assinam.

José da Penha, 29 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA
Contratante

VALDEYR ALFREDO DAMASCENA
Contratado

Testemunhas:

1ª _____
CPF nº _____

2ª _____
CPF nº _____

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:791F8F4E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 402/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 402/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 26 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. JOSÉ EDICLEDSON DE ALMEIDA GUERRA, CPF: 008.854.374-97, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 26 de Agosto de 2019 a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:A82DA40D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 403/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 403/2019– Gabinete do Prefeito Em, 28 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. JOSÉ EDICLEDSON DE ALMEIDA GUERRA, CPF: 008.854.374-97, ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, no dia 28 de Agosto de 2019 a fim de transportar pacientes que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B7EDC70F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 404/2019 - DIÁRIA

Portaria nº404/2019– Gabinete do Prefeito Em, 28 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. MARCELO LEITE FONTES, CPF: 023.743.984-04, 02 (duas) diárias no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 300,00 (trezentos reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, nos dias 28 a 30 de Agosto de 2019 a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:BFDC2620

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 405/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 405/2019– Gabinete do Prefeito Em, 30 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. MARCELO LEITE FONTES, CPF: 023.743.984-04, ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, no dia 30 de Agosto de 2019, a fim transportar paciente do município que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:454DC71D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 19080001/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/ 2019
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/ 2002

A Comissão Permanente de Licitação do **Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no dia **02 de setembro de 2019, no site oficial do município: www.jucurutu.rn.gov.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para possível aquisição gradativa de equipamentos articulados para academia em saúde ao ar livre.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 16 de setembro de 2019, às 08:00 horas (horário local)**, na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: cpljucurutu@outlook.com.

Jucurutu/ RN, 30 de agosto de 2019.

GEÍSA DA SILVA FELICIANO DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:8740565A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 239/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 239/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **HERMÍNIO PEREIRA DE LUCENA NETO**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **Controlador (CC3)**
CPF: **078.896.454-22**
MATRÍCULA: **08189-2**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ACERCA DAS MUDANÇAS NO SIAI PARA O EXERCÍCIO DE 2020- TURMA II.**

PERÍODO DE AFASTAMENTO: **05 de setembro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **meia diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 75,00 (Setenta e cinco reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 30 de Agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:8345271E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 240/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 240/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:
Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **AMANDA DELAYNE LOPES PALHARES**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **Fiscal de Tributos/Contadora**
CPF: **017.706.334-30**
MATRÍCULA: **2963**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ACERCA DAS MUDANÇAS NO SIAI PARA O EXERCÍCIO DE 2020- TURMA II.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **05 de setembro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **meia diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 75,00 (Setenta e cinco reais)**
Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 30 de Agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:810CC985

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 241/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 241/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **JAMISON GONZAGA DE SOUZA**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **Sec. Adjunto de Finanças e Arrecadação**
CPF: **082.688.624-83**
MATRÍCULA: **80489-2**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ACERCA DAS MUDANÇAS NO SIAI PARA O EXERCÍCIO DE 2020- TURMA II.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **05 de setembro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **meia diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 75,00 (Setenta e cinco reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 30 de Agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:7C6D47E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 242/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 242/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **FRANCISCO CANINDÉ SOARES**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **Sec. Adjunto de Administração**
CPF: **490.084.204-49**
MATRÍCULA: **80461-3**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ACERCA DAS MUDANÇAS NO SIAI PARA O EXERCÍCIO DE 2020- TURMA II.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **05 de setembro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **meia diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 75,00 (Setenta e cinco reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da

data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 30 de Agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:763EE4C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 224, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 224, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre Concessão de Licença, Prêmio e da Outras Providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos desta Municipalidade, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER, a servidora **MARIA DAS GRAÇAS ALVES NUNES DOS SANTOS, matrícula n° 1098-7,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e da Cultura, em conformidade com a Lei Complementar n° 04/2006 de 03/07/2006, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores, a CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO contados na forma do Art. 92 desta Lei.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio no período de **02 de setembro a 02 de dezembro de 2019**.

Art. 3º - O(a) servidor(a) deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim da Licença Prêmio, independentemente de convocação.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Departamento de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 30 de agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

HELIMÁRIO MOREIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:E47E131E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 225, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 225, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre Concessão de Licença, Prêmio e da Outras Providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos desta Municipalidade, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a servidora **JOANA DARC DE MOURA SILVA, matrícula n° 2017-6,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e da Cultura, em conformidade com a Lei Complementar n° 04/2006 de 03/07/2006, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores, a CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO contados na forma do Art. 92 desta Lei.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio no período de **09 de setembro a 09 de dezembro de 2019**.

Art. 3º - O(a) servidor(a) deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim da Licença Prêmio, independentemente de convocação.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Departamento de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 30 de agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

HELIMÁRIO MOREIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:0ED57F7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 222, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 222, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° -EXONERAR, a pedido,**SANIELY FREITAS ARAÚJO,**CPF n° 076.150.014-63, do cargo de**PROCURADOR ESPECIAL**, de nível em comissão CC3, lotado(a) no Gabinete Civil.

Art. 2º -A presenteportaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE CIVIL, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 30 de agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:0F6E95D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 223, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 223, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1° -EXONERAR, a pedido de**JOSÉ JEFFERSON DE OLIVEIRA FELINTO**, CPF nº **101.230.764-63**, matrícula n° 3047, do cargo de **GARI**, lotado(a) na Secretaria Municipal de **Obras e Serviços Urbanos.**

Art. 2º -A presenteportaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE CIVIL, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 30 de agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:4D471B72

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços mecânicos e/ou reposição de peças e produtos a serem aplicados nos veículos pertencentes à frota municipal de Jundiá/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN.
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADO: O REI DO CAMINHÃO EIRELI – ME
CNPJ: 21.255.865/00001-79
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 660.450,00 (Seiscentos e sessenta mil quatrocentos e cinquenta reais)**.**
BASE LEGAL: Art. 2º, Inciso V, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei nº 10.520, de 17/07/2002; Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e Edital do Pregão Presencial Nº 001/2019 da Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 26 de agosto de 2019 à 26 de agosto de 2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 – Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desportos; **FUNÇÃO:** 12 – EDUCAÇÃO; **SUB-FUNÇÃO:** 361 – ENSINO FUNDAMENTAL; **AÇÃO:** 2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos; 2022 – Manutenção do Ensino Fundamental; 2023 – Salário Educação – QSE; 2024 – Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE; 2027 – Programa Estadual de Transporte Escolar – PETERN; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 07.002 – Fundo Municipal de Saúde; **FUNÇÃO:** 10 – SAÚDE; **SUB-FUNÇÃO:** 301 – ATENÇÃO BÁSICA; **AÇÃO:** 2049 – Programa de Atenção Básica – PAB FIXO; 2057 – Manut. do Fundo Mun. de Saúde; 2058 – Programa Média e Alta Complexidade – MAC; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 08.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; **FUNÇÃO:** 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL; **SUB-FUNÇÃO:** 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE; **AÇÃO:** 2074 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente; **SUB-FUNÇÃO:** 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA; **AÇÃO:** 2075 – Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social – FMAS; 2078 – Manutenção das Ações do Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família; 2079 – Manutenção das Ações do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 09.001 – Sec. Mun. de Agricultura; **FUNÇÃO:** 20 – AGRICULTURA; **SUB-FUNÇÃO:** 605 – ABASTECIMENTO; **AÇÃO:** 2085 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura. **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO. **FONTE DE RECURSO:** 10010000 – Recursos Ordinários; 11110000 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação; 11200000 – Transferência do Salário-Educação; 11230000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); 12110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde; 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.

Jundiá/RN, 26 de agosto de 2019.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: José Arnor da Silva
PELA CONTRATADA: João Ferreira da Silva

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:4C643BF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 270801/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 - PROCESSO N° 727004/2018

O Município de Lagoa d'Anta de acordo com a Legislação em vigor torna público a contratação relativa ao Processo n° 727004/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 19/2018.

CONTRATANTE: Prefeitura de Lagoa d'Anta

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER OS VEÍCULOS PERTENCENTES E/OU INCORPORADOS A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN.

CONTRATADO: PNEUTEX LTDA - EPP
R$ 173.810,00 (cento e setenta e três mil, oitocentos e dez reais)

VIGÊNCIA: 27 de agosto de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: **Unidade Orçamentária: 01 .001 – GABINETE DO PREFEITO**; Ação: 2002 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 06 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**; Ação: 2009- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 11200000 - Transferência do Salário-Educação; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 15 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**; Ação: 2233- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 16 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;** Ação: 2248- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGD PBF; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 07 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS;** Ação: 2019- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 04 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL**

DE AGRICULTURA; Ação: 2022- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 10.520 de 17/07/2002

Lagoa d'Anta/RN, 27 de agosto de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:AC1F21FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 270802/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2018 - PROCESSO N° 727004/2018

O Município de Lagoa d'Anta de acordo com a Legislação em vigor torna público a contratação relativa ao Processo n° 727004/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 19/2018.

CONTRATANTE: Prefeitura de Lagoa d'Anta

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER OS VEÍCULOS PERTENCENTES E/OU INCORPORADOS A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN.

CONTRATADO: PAULO R PEREIRA - ME
R$ 61.550,00 (sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 27 de agosto de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: **Unidade Orçamentária: 01 .001 – GABINETE DO PREFEITO**; Ação: 2002 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 06 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**; Ação: 2009- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 11200000 - Transferência do Salário-Educação; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 15 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**; Ação: 2233- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 16 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;** Ação: 2248- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGD PBF; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 07 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS;** Ação: 2019- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta / **Unidade Orçamentária: 04 .001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;** Ação: 2022- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA; Sub-Função: 099- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 10.520 de 17/07/2002

Lagoa d'Anta/RN, 27 de agosto de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:FEA2E8FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 701018/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 015/2019

ASSUNTO: Aquisição futura de material odontológico para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

O **Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Lagoa d'Anta/RN,** tendo em vista a realização da sessão pública do Pregão Presencial SRP nº 015/2019, destinado àAquisição futura de material odontológico para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde,tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e observados os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipaln.º004/2017 de 06 de janeiro de 2017; **ADJUDICA** o objeto da licitação à:

MIRELLY PINHEIRO FERREIRA - ME- CNPJ: 27.029.083/0001-06, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 4, 9, 11, 12, 14, 22, 23, 29, 30, 32, 34, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 55, 68, 69, 72, 73, 74 ; totalizando o valor de **R$ 19.503,35 (dezenove mil, quinhentos e três reais e trinta e cinco centavos)**.

ANTONIO WILLIAM COSTA- CNPJ: 24.590.259/0001-06, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3, 10, 28, 31, 35, 36, 37, 38, 49, 52, 53, 61, 63, 82 ; totalizando o valor de **R$ 26.165,35 (vinte e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)**.

E R COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 03.633.939/0001-81, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 5, 6, 8, 15, 17, 18, 20, 25, 33, 39, 44, 50, 51, 60, 62, 67, 70, 71, 76, 83, 84, 85 ; totalizando o valor de **R$ 21.475,40 (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)**.

JM COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI- CNPJ: 26.690.173/0001-72, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 7, 13, 16, 19, 21, 24, 26, 27, 48, 54, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 87 ; totalizando o valor de **R$ 21.434,15 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quinze centavos)**.

Lagoa d'Anta/RN, 30 de agosto de 2019.

WAGNER FREITAS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Wagner Freitas da Silva
Código Identificador:3F2FF716

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 612015/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2019

ASSUNTO: Aquisição de Suplementos Nutricionais para atender as demandas da Secretaria de Saúde do município.

O **Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Lagoa d'Anta/RN,** tendo em vista a realização da sessão pública do Pregão Presencial SRP nº 016/2019, destinado àAquisição de Suplementos Nutricionais para atender as demandas da Secretaria de Saúde do município,tendo

transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e observados os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal n.º 004/2017 de 06 de janeiro de 2017; **ADJUDICA** o objeto da licitação à:

NUTRIR SAUDE STORE LTDA - CNPJ: 05.818.747/0001-75, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 ; totalizando o valor de **R$ 49.682,50 (quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Lagoa d'Anta/RN, 30 de agosto de 2019.

WAGNER FREITAS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Wagner Freitas da Silva
Código Identificador:522F90C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 260801/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080901/2019 - PROCESSO Nº 809017/2019

Espécie: Contrato nº 260801/2019, firmado em 26/08/2019; **Contratante**: Município de Lagoa d'Anta – Prefeitura, **Contratado** CONFIANCA CONTABILIDADE, ASSESSORIA & CONSULTORIA; **Objeto**: Contratação de Pessoa Jurídica para realização do serviço de organização do arquivo público do município de Lagoa d'Anta/RN. **Amparo**: Dispensa nº 080901/2019; **Processo**: 809017/2019; **Vigência**: 26/08/2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado de acordo com a lei; **Cobertura Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; Ação: 2205 - IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, DE PROTOCOLO E DE PATRIMÔNIO; Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO; Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL; Programa: 0005 - GESTÃO RESPONSAVEL; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta; **Valor**: **R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais)**; **Signatários**: pelo **Contratante**, Taianni Lopes Santos e, pelo **Contratado**, Miguel Pereira da Costa Neto.

Lagoa d'Anta/RN, 26 de agosto de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:A74DCC65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 230701/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071501/2019 - PROCESSO Nº 715003/2019

Espécie: Contrato nº 230701/2019, firmado em 23/07/2019; **Contratante**: Município de Lagoa d'Anta – Prefeitura, **Contratado:** EXATA SERVICOS ADMINISTRATIVOS / CNPJ Nº 34.271.605/0001-39; **Objeto**: Contratação de Pessoa Jurídica para serviços de monitoramento de informações na mídia eletrônica, com referência ao Poder Executivo do Município de Lagoa d'Anta/RN. **Amparo**: Dispensa nº 071501/2019; **Processo**: 715003/2019; **Vigência**: 23/07/2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado de acordo com a lei; **Cobertura Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; Ação: 2028 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO; Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL; Programa: 0003 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta; **Valor**: **R$ 11.000,00 (onze mil reais)**; **Signatários**: pelo **Contratante**, Taianni Lopes Santos e, pela **Contratada**, Layne Vidal de Negreiros.

Lagoa d'Anta/RN, 23 de julho de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:009C8267

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

COMISSÃO PERMANENTE DELICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700 – Centro – Cep: 59430-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS, através da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.159.162/0001-89, sediado à Rua Praça Fabião das Queimadas, nº 700, Centro, Lagoa de Velhos/RN, CEP 59430-000, neste ato representada pela Prefeita Municipal, a Srª **SONYARA DE SOUZA RIBEIRO**, brasileira, casada, Advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 2.737.641, expedida pela ITEP/RN e do CPF nº 010.832.404-47, residente e domiciliada à Rua Dona Noca, nº 447, Alto da Conceição – Lagoa de Velhos/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no SRP Pregão Presencial nº 017/2019, homologado em 22/08/2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

EMPRESA: I L DE AGUIAR SANTOS ME	
CNPJ/MF Nº: 28.802.384/0001-85	**TELEFONE:** (84) 3205-8110
ENDEREÇO: AVENIDA CAPITÃO MOR GOUVEIA, Nº 131, LAGOA NOVA – NATAL/RN, CEP: 59063-400.	
E-MAIL: troklub_@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: IVIS LEVI DE AGUIAR SANTOS	
RG Nº: 1.831.311 – SSP/RN	**CPF/MF Nº:** 009.176.854-31

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRO/ PORCENTAGEM DE DESCONTO	PREÇO MÉDIO TOTAL
01	Grupo 1 - Prestação de serviços mecânicos automotivos especializados com manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, de lanternagem, de capotaria, de retífica em motores e bombas injetoras incluindo mão-de-obra e instalação de peças em veículos leves.	HORA	150	45,00	**6.750,00**
4	Grupo 1 - Aquisição de Peças destinados aos veículos leves.	DESCONTO	1	14,5%	**59.850,00**
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 66.600,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para RESTAÇÃO DE SERVIÇOS de manutenção preventiva e corretiva (mecânica, lanternagem, pintura, eletricidade e tapeçaria) com aplicação e FORNECIMENTO DE PEÇAS genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica, dos veículos pertencentes à frota municipal, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital e quantidades constantes da proposta da empresa cujo preço é agora registrado.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
3.1. O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013.
3.3. Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos/RN adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.
3.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.
3.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Prefeitura Municipal, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.
3.6. Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:
4.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
4.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
4.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
4.1.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
4.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4 do item 4 desta cláusula será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
4.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
4.3.1 por razão de interesse público; ou
4.3.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL** (órgão gerenciador).
5.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.4 Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.5 Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1 Os produtos serão entregues de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, em quantidades solicitadas de acordo com as Ordens de Compras expedidas, diretamente nas respectivas Secretarias requisitantes, no horário das 07h00min às 13h00min em dias úteis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será feito por ordem bancária em conta corrente do fornecedor, em uma única vez, até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal/DANFE;
7.2 É condição para o pagamento protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança, efetuado junto a setor competente do valor constante da Nota Fiscal/Fatura acompanhada, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade do **FGTS - CRF**), com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO),** Estadual (Certidão Negativa de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**, para as empresas inscritas no Estado Rio Grande do Norte) e Municipal (Certidão Negativa de **DÉBITO DO MUNICÍPIO**) e **Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS** – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;
7.2.1 Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da Contratada, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.
7.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 Caberá à licitante vencedora:
a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência - Anexo I do edital, o objeto com avarias ou defeitos.
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
f) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.
h) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência – Anexo I do edital, sem prévia autorização da Contratante.
i) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
8.2 Caberá a Prefeitura Municipal:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.
e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.2 A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.

9.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.4 Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a Prefeitura Municipal o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Gestora da Prefeitura Municipal, para as providências cabíveis.

9.5 Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

9.6 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Gestora da Prefeitura Municipal.

9.7 As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ARP, o edital do Pregão Presencial nº 017/2019 PMLV/RN e seus anexos, bem como a proposta da empresa I L DE AGUIAR SANTOS ME, inscrita no CNPJ nº 28.802.384/0001-85, classificada no certame anteriormente referenciado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.

10.3. Fica eleito o foro da Comarca de São Tomé/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lagoa de Velhos/RN, 23 de agosto de 2019.

SONYARA DE SOUZA RIBEIRO
Prefeita Municipal

IVIS LEVI DE AGUIAR SANTOS
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:CD09C963

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL Nº 021/2019

O MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Por meio de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Processo Licitatório Nº 0807201901/2019 na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando o Registro de Preços para posterior contratação de serviços plantões médicos na Unidade Mista de Saúde Prefeito Francisco de Assis Fonseca no Município Lagoa de Velhos/RN, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital. A abertura dos envelopes está prevista para o dia **12 de SETEMBRO de 2019, às 10h00min**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal, à Praça Fabião das Queimadas, nº 700, centro – Lagoa de Velhos/RN, no horário de expediente das **07h00min às 13h00min**. Outras informações, pelo fone (84) 3695-0091 ou pelo e-mail lagoadevelhoscpl@gmail.com.

Lagoa de Velhos/RN, 30 de agosto de 2019.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Pregoeiro da PMLV/RN

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:BE2FD19C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL Nº 022/2019

O MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, através de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Processo Licitatório Nº 0708201901/2019 na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO (REPRESENTADO PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO),** objetivando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, ressarcimento e endosso, com fornecimento de passagens aéreas nacionais, para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos/RN, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital. A abertura dos envelopes está prevista para o dia **12 de SETEMBRO de 2019, às 14h00min**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal, à Praça Fabião das Queimadas, nº 700, centro – Lagoa de Velhos/RN, no horário de expediente das **07h00min às 13h00min**. Outras informações, pelo fone (84) 3695-0091 ou pelo e-mail lagoadevelhoscpl@gmail.com.

Lagoa de Velhos/RN, 30 de agosto de 2019.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Pregoeiro da PMLV/RN

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:E487857C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – SRP Nº 018/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1907201901/2019
SRP PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

Na qualidade de **Prefeita Municipal de Lagoa de Velhos/RN**, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento licitatório em favor da licitante indicada a seguir:

ELETRO PEÇAS LTDA EPP - CNPJ: 08.286.262/0001-76, vencedora dos ITENS 01 ao 29 com valor total estimado de **R$ 171.044,00 (Cento e setenta e um mil quarenta e quatro reais)**.

Lagoa de Velhos/RN, 30 de agosto de 2019.

SONYARA DE SOUZA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:00A460E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS N° 005/2019 - PMLN

A Comissão Permanente do Município de Lagoa Nova/RN, torna público que após análise dos documentos habilitatórios das empresas participantes da **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019,** que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA PRAÇA JOÃO MARINHO DANTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN,** resolve habilitar os licitantes 1) **PROSERN COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI** (CNPJ: 04.500.540/0001-95), 2) **JANINI COUTO PESSOA EIRELI** (CNPJ: 29.228.569/0001-86), 3) **AF ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (**CNPJ: 28.432.179/0001-75**) e J V A LTDA ME** (CNPJ: 07.062.694/0001-30)**, tendo em vista o atendimento aos requisitos habilitatórios previstos no Instrumento Convocatório, convocando-os, desde já, para se fazerem presentes na sessão de abertura de propostas de preços a ser realizada no dia 12/09/2019 às 10h00min na sala da Comissão Permanente de Licitação.** Maiores informações pelo Fone: (84) 3437.2232 ou através do correio eletrônico: cp.licitacao1@gmail.com

Lagoa Nova/RN, 29 de agosto de 2019.

JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:1872A634

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 004/2019 - PMLN

A Comissão Permanente do Município de Lagoa Nova/RN, torna público que após análise dos documentos habilitatórios da única empresa participante da **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019**, que objetiva a **contratação de empresa prestadora de serviços de formação continuada dos professores e de implantação de portal educacional para as escolas municipais de educação básica do município de Lagoa Nova/RN,** resolveu **INABILITAR** a licitante **CLICKIDEIA TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA (CNPJ: 04.829.930/0001-03)**, tendo em vista o descumprimento dos itens 10.2, alíneas "b" e "e" do Instrumento Convocatório.

Lagoa Nova/RN, 29 de agosto de 2019

JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:6DEB7BE7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019 - PMLN

A Comissão Permanente do Município de Lagoa Nova/RN, torna público que após análise dos documentos habilitatórios das empresas participantes da **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019,** que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN,** resolveu **INABILITAR a licitante J V A LTDA ME** (CNPJ: 07.062.694/0001-30), por descumprimento do item 5.1, III, alínea "a" do instrumento convocatório, bem como habilitar os licitantes **1) PROSERN COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI** (CNPJ: 04.500.540/0001-95), 2) **JANINI COUTO PESSOA EIRELI** (CNPJ: 29.228.569/0001-86) e 3) **3R CONSTRUÇÕES LTDA (**CNPJ: 14.141.559/0001-46**), tendo em vista o atendimento aos requisitos habilitatórios previstos no Instrumento Convocatório, convocando-os, desde já, para se fazerem presentes na sessão de abertura de propostas de preços a ser realizada no dia 13/09/2019 às 10h na sala da Comissão Permanente de Licitação.** Maiores informações pelo Fone: (84) 3437.2232 ou através do correio: eletrônico: cp.licitacao1@gmail.com

Lagoa Nova/RN, 29 de agosto de 2019.

JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:AEEBC18D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0361/2019-GP

PORTARIA Nº 0361/2019-GP Lagoa Nova/RN, 30 de agosto de 2019.

"Exonera a Senhora Geyse Barbara Nunes de Araújo do Cargo Comissionado de Coordenadora de Proteção Social Especial do Município de Lagoa Nova/RN e dá outras providencias".

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal Lei Municipal nº173/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a senhora **GEYSE BARBARA NUNES DE ARAÚJO** do Cargo Comissionado de Coordenadora de Proteção Social Especial, simbologia CC-3, lotada na Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:2E95612E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0362/2019-GP

PORTARIA Nº 0362/2019-GP Lagoa Nova/RN, 30 de agosto de 2019.

"Nomeia a Senhora Geyse Barbara Nunes de Araújo ao Cargo Comissionado de Coordenadora Geral da Assistência Social, do Município de Lagoa Nova/RN e dá outras providencias".

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal Lei Municipal nº173/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora **GEYSE BARBARA NUNES DE ARAÚJO** ao Cargo Comissionado de **Coordenadora Geral da Assistência Social**, simbologia CC-3, lotada na Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:54042FC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 363/2019 - GP

Portaria nº 363/2019 - GP Lagoa Nova/RN, 30 de agosto de 2019.

"Nomeia a Senhora Lidiane Gislayne da Silva ao Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Nova/RN".

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal Lei Municipal nº 173/98.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** a senhora **LIDIANE GISLAYNE DA SILVA**, Portadora do **CPF: 034.446.824-09,** para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social, Simbologia CC-1 do Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:9C30FB6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0364/2019-GP

Portaria nº 0364/2019-GP Lagoa Nova/RN, 30 de agosto de 2019.

"Nomeia a Senhora Ednaja Faustino Silva de Moura, ao Cargo Comissionado de Chefe do Setor do Departamento de Supervisão Pedagógica, da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Nova/RN".

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal Lei Municipal nº 173/98.

RESOLVE:

Art. 1 –Nomear a Senhora **Ednaja Faustino Silva de Moura**, ao Cargo Comissionado de Chefe do Setor do Departamento de Supervisão Pedagógica, da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Nova/RN.

Art. 2-Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:74FADCBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0365/2019-GP

Portaria nº 0365/2019-GP Lagoa Nova/RN, 30 de agosto de 2019.

"Nomeia a Senhora Maria Francileide Medeiros ao Cargo Comissionado de Chefe do Setor de Serviços Gerais do Hospital Garibaldi Alves Filho do Município de Lagoa Nova/RN".

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal Lei Municipal nº173/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Maria Francileide Medeiros,** para exercer o Cargo Comissionado de Chefe do Setor de Serviços Gerais do Hospital Garibaldi Alves Filho, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Cientifique-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:6A280B32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0367/2019 - GP

Portaria nº 0367/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 30 de agosto de 2019.

"Concede auxílio financeiro e designa o Sr. Pedro Lopes Guimarães Para Custeio das Vistorias do Transporte Escolar – 2º Ciclo de 2019 DETRAN-RN e dá outras providências."

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais na Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO a formalização do processo, mediante Inquérito Civil 111.2016.000768 MPRN criado em 21 de agosto de 2019.
CONSIDERANDO a imprescindibilidade da importância do município cumprir com as obrigações, referente ao Transporte Escolar Municipal.
CONSIDERANDO que sábado dia 31 de agosto de 2019, irá ser realizado as Vistorias do Transporte Escolar – 2º Ciclo de 2019 DETRAN-RN, na Cidade de Currais Novos/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **Pedro Lopes Guimarães**, CPF: **664.051.144-49,** funcionário efetivo do quadro de servidores Municipal como responsável Legal para acompanhar os 08 (oito) ônibus com motoristas da Frota do Transporte Escolar Municipal que passarão por vistorias sábado, no dia 31 de agosto de 2019, abaixo descritos:

MARCA/MODELO	PLACA	RENAVAM
VW/15.190 – ÔNIBUS ESCOLAR	NNK1491	00199262934
IVECO CITYCLASS 70C16	NOB2997	00284087076
VW/5.190 EOD. E.S.ORE	NOB6718	00373743050
IVECO CITYCLASS 70C17	OJZ1850	00539954101
IVECO CITYCLASS 70C17	OJZ1860	00539960128
MARCOPOLO VOLARE V8L	OJZ0357	00507036620
VW/15.190 EOD E.HD ORE	QGP4375	01169082944
VW/15.190 EOD E.HD ORE	QGP4365	01169082103

Art. 2º - O pagamento do valor estimado de R$ 600,00 (seiscentos reais) deve ser realizado em conta corrente em nome do Funcionário Efetivo do quadro o Sr. **Pedro Lopes Guimarães**, CPF: **664.051.144-49**, responsável legal para acompanhar os 08 (oito) ônibus e seus respectivos motoristas da Frota do Transporte Escolar Municipal de Lagoa Nova/RN e onde deve administrar financeiramente e contabilizar todos os gastos necessários, posteriormente devendo este realizar a prestação de contas contendo Nota Fiscal eletrônica, recibos, relatório fotográfico e lista contendo assinatura dos alunos participantes e demais documentos comprobatórios no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
Art. 3º - A destinação do auxílio financeiro tem como finalidade custear as despesas referente a taxa da **Vistorias do Transporte Escolar – 2º Ciclo de 2019 DETRAN-RN** e alimentação dos motoristas e ônibus de que trata o Art. 1º;
Art. 4º - A não prestação de contas ensejará em responsabilidade civil criminal do o Sr. **Pedro Lopes Guimarães**, CPF: **664.051.144-49,** funcionário efetivo do quadro de servidores Municipal, responsável legal designada por esta portaria;
Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se,
Publique-se e;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:C6DFD102

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0366/2019 - GP

Portaria nº 0366/2019 - GP Lagoa Nova / RN 30 de agosto de 2019.

> "Designa os servidores que irão compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado – CPSS, com a finalidade de organizar, acompanhar e avaliar o Processo Seletivo Público do Município de Lagoa Nova/RN".

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDOa solicitação, para a contratação por tempo determinado de profissionais para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município de Lagoa Nova/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde.

CONSIDERANDOque a Câmara Municipal aprovou a Lei N° 603/2017 de 22 de dezembro de 2017 que dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial;

CONSIDERANDO que não existe cadastro para convocação mediante processo seletivo realizado exclusivamente para exercerem suas funções nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) na circunscrição no município de Lagoa Nova /RN dá outras providências.
CONSIDERANDOo princípio constitucional do concurso público, sendo que, excepcionalmente, poderá haver casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, inc. IX, CF/88);
CONSIDERANDOa necessidade de organização, acompanhamento e avaliação do Processo Seletivo Simplificado, para contratação de servidores temporários do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDOa necessidade de contratação temporária até consequente realização de Concurso Público Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º -Fica nomeada a Comissão do Processo Seletivo Simplificado – CPSS, com a finalidade de organizar, acompanhar e avaliar o Processo Seletivo Público do município de Lagoa Nova/RN, para contratação de servidores temporários do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º -A Comissão será constituída por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme a relação abaixo:

MEMBROS TITULARES	MATRICULA	CARGO
ISABELA GOMES TAVARES	1937	DIRETORA MÉDICA DO HOSPITAL MATERNIDADE GARIBALDI ALVES FILHO
MARIA EMÍLIA DE SOUZA E SILVA	452	PSICÓLOGA
ISMÊNIA SONELLES DA SILVA	3264	ASSISTENTE SOCIAL
MEMBROS SUPLENTES	**MATRICULA**	**CARGO**
MARIA DAS VITORIA SILVA COSTA	399	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JOSAILSA RUTHE DA SILVA COSTA FELIPE	3212	DIRETORA ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL MATERNIDADE GARIBALDI ALVES FILHO
MARJORIE OVIDIO BEZERRA GALVAO	3353	COORDENADORA DO NASF

Art. 3º -Compete à Comissão Organizadora:
I - Elaborar do Edital do Processo Seletivo Municipal, nos itens que forem de competência do Município de Lagoa Nova;
II - Planejar, acompanhar e avaliar os procedimentos administrativos necessários à realização do Processo Seletivo.

Art. 4º- Os membros da presente comissão não serão remunerados pelas atividades exercidas no exercício da referida função, sendo considerado como serviço relevante prestado ao Município, pelo qual, receberá certificado de serviço relevante prestado ao Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 5º -Fica assegurada à comissão a faculdade de convocar servidores para prestarem assessoramento técnico e emitirem pareceres em assuntos específicos.

Art. 6º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:B590761B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO N° 008/2019

Fica nula a publicação do "TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 159/2019 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - N° 3013/2019", referente à Confecção de Banners.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 30/08/2019, edição Nº 2094.

Justificativa: Falta de Documentação

Lajes/RN, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:C5A5C629

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 269/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :
1 – Conceder aos Servidores **Orlando Palhares da Silva**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, matrícula 1247, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais); e **Rauan Hiago da Silva**, ocupante do cargo de Subsecretário de Pessoal e Recursos Humanos, matricula 1680, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), com o objetivo de **participarem de um encontro para tratar assuntos relacionados à RPPS**, no Auditório da AMLAP, no dia 29 de Agosto de 2019, na cidade de Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:AEDD02F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 270/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Josilanny Swerdy Bezerra Lopes**, ocupante do Cargo de Coordenadora da Atenção Básica, matrícula 1321, **1 e 1/2 (uma e meia) diária**, no valor total de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), com o objetivo de participar do **Encontro Regional do Programa Saúde na Escola - PSE,** nos dias 29 e 30 de Agosto de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:A3315D88

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 271/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Sâmara Bridget Monteiro de Figueiredo**, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, matrícula 1347, **1/2 (meia) diária;** no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais); **Oziran Gonçalo do Nascimento**, ocupante do cargo de Fiscal da VISA, matrícula 571, **1/2 (meia) diária;** no valor de R$ 70,00 (setenta reais); e **Reniey Cavalcante Teixeira**, ocupante do cargo de Fiscal da VISA, matrícula 1530, **1/2 (meia) diária;** no valor de R$ 70,00 (setenta reais); com o objetivo de participarem da **Exposição Comentada sobre a RDC 207/18 e sua Aplicabilidade nos Municípios**, no dia 29 de Agosto de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:FAD80281

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 272/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor **Abimael Jonatas Melo da Silva Souza**, ocupante do cargo de Coordenador de Endemias, matrícula 1551, **1/2 (meia) diária**, no valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), com o objetivo de participar de uma **Reunião Técnica com os Coordenadores de Endemias dos Municípios**, em João Câmara/RN, no dia 30 de Agosto de 2019.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:0019BF61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 273/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,
R e s o l v e :

1 – Conceder as Servidoras **Flavia de Medeiros Filgueira**, ocupante do Cargo de Enfermeira, matrícula 958, **3 e 1/2 (três e meia) diárias**, no valor total de R$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais); e **Roberta Guilhermina C. da Silva**, ocupante do Cargo de Enfermeira, matrícula 959, **3 e 1/2 (três e meia) diárias**, no valor total de R$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais); com o objetivo de participarem da **XXI Jornada Nacional de Imunizações SBIm 2019,** nos dias 04, 05, 06 e 07 de Setembro de 2019, em Fortaleza/CE.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:820A7B52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Lajes Pintadas/RN torna público a quem interessar que estará realizando no dia **12 de setembro de 2019**, às **09h00min**, na Av. São Francisco, 275 - Centro, a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017, objetivando o Registro de Preços para contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos que não façam parte da farmácia básica, através de oferta de maior porcentagem de desconto sobre a tabela da ABC FARMA – Órgão Oficial da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico para farmácias, drogarias do setor, para atender a gerência de saúde do município de Lajes Pintadas/RN. O Edital encontra-se disponível na Av. São Francisco, 275 – Centro – Lajes Pintadas, no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail: cpl.lp@hotmail.com.

Lajes Pintadas/RN, em 30 de agosto de 2019.

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:5138657C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 055/2019

PORTARIA Nº 055/2019

Dispõe sobre exoneração de Motorista do quadro permanente de servidores, e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional de Lajes Pintadas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os preceitos estabelecidos no art. 66, incisos I e XII da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 37, inciso II da Constituição Federal,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o Sr. **GENILSON DA ROCHA OLIVEIRA**, portador do CPF sob o nº 058.765.994-76, do cargo efetivo de Motorista, do quadro permanente de servidores desta Prefeitura, e dá outras providências.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes Pintadas-RN, 02 de maio 2019.

ANTÔNIA FERREIRA LIMA FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Antônio Dantas Gomes
Código Identificador:29584874

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 078/2019

PORTARIA Nº 078/2019

Dispõe sobre a nomeação da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos dispositivos constantes no Art. 66, inciso I e XII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Diretoria, abaixo relacionados, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Lajes Pintadas/RN, durante o biênio 2019-2021.

I – Celito Varela Leite – PRESIDENTE
CPF: 022.680.044-06

II – Maria Aparecida Linhares – VICE-PRESIDENTE
CPF: 017.233.114-56

III – Maria do Socorro de Oliveira – SECRETÁRIA
CPF: 509.836.284-91

IV – Irandir de Maria da Silva – TESOUREIRA
CPF: 018.707.964-11

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes Pintadas-RN, 26 de agosto de 2019.

ANTÔNIA FERREIRA LIMA FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Antônio Dantas Gomes
Código Identificador:82BDFB0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2019

Processo Administrativo nº **295/2019**

Circunstanciado pelo Parecer da Assessoria Jurídica Municipal, como também da Certidão emitida pela Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, venho **RATIFICAR** a Inexigibilidade de Licitação visando à contratação da empresa CLARRISA S DE M DANTAS GOMES - ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 23.324.358/0001-75, através de seu corpo técnico, quando ficará responsável pela prestação dos serviços de assessoria técnica de engenharia, para a realização de vistorias, fiscalização de obras, elaboração de orçamentos, acompanhamento e inserção de dados nos sistemas de monitoramento de obras da educação – SIMEC/FNDE e sistema de monitoramento de obras da saúde – SISMOB/FNS, visando atender as demandas da Prefeitura Municipal de Lajes Pintadas/RN.

Lajes Pintadas/RN, em 28 de agosto de 2019.

ANTÔNIA FERREIRA LIMA FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:3A417137

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2019.

Inexigibilidade nº 004/2019 – Processo Administrativo nº 295/2019.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS, representada pelo(a) Prefeita o (a) Senhor(a) ANTONIA FERREIRA LIMA FURTADO, inscrito no CPF sob nº 543.994.754-04, brasileira, casada, residente e domiciliada neste município de Lajes Pintadas/RN. **CONTRATADO**: CLARISSA S DE M DANTAS GOMES - ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 23.324.358/0001-75, com sede à R OTAVIO LAMARTINE , 114 TERREOSALA 02 , CENTRO, SAO PAULO DO POTENGI /RN CEP:59460000. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de assessoria técnica de engenharia, para a realização de vistorias, fiscalização de obras, elaboração de orçamentos, acompanhamento e inserção de dados nos sistemas de monitoramento de obras da educação – SIMEC/FNDE e sistema de monitoramento de obras da saúde – SISMOB/FNS, visando atender as demandas da Prefeitura Municipal de Lajes Pintadas/RN. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS Ação: 2012 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 0017 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Região: 0001 - LAJES PINTADAS**. VALOR TOTAL**: R$ **66.000,00** (sessenta e seis mil reais).

Lajes Pintadas/RN, 28 de agosto de 2019.

ANTONIA FERREIRA LIMA FURTADO.
Prefeita
Contratante e

CLARRISA SANTOS DE MEDEIROS DANTAS GOMES
Contratado.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:6A12D704

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 448/2019 – PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária no valor de R$ 80,00 (oitenta reais) a Servidora **Maria do Socorro Araújo Cunha**, CPF nº 018.482.454-08, RG 957.122 ITEP/RN, Matrícula 120410-6, **Secretária Municipal de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas com alimentação e deslocamento urbano durante sua permanência em Pau Dos Ferros/RN, onde participará da 92ª (nonagésima segunda) Reunião Ordinária da CIR que será realizada no auditório da VI URSAP na data de 30 de agosto de 2019.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:535B721F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 449/2019 – PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO:

I- O requerimento apresentado pelo interessado, devidamente instruído com os comprovantes legais;

II - O que dispõe o Art. 87, inciso IV e Art. 101 da Lei nº. 239/98 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais).

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder 03 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, a servidora **Maria Cleide da Silva Soares**, **Matrícula 090183,0, CPF: 023.747-824-25, Agente Comunitário de Saúde** do quadro efetivo do município, a partir de 02 de setembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 03/01/2008 a 03/01/2013.
Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:A1C63A1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014-PP/2019-SRP

O Município de Marcelino Vieira/RN, através do gestor municipal, torna público o extrato da Homologação referente ao Pregão

Presencial nº 014-PP/2019-SRP, cujo objeto é o Registro de Preços para a futura contratação dos serviços de hospedagem para acomodar as pessoas (Pacientes) do Município de Marcelino Vieira-RN, que dependem de tratamento de saúde na cidade do Natal-RN, faz-se a Homologação a empresa denominada juridicamente de C. D. M. DE LIMA - ME POUSADA, inscrita no CNPJ nº 10.751.435/0001-21, vencedora do serviço no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), ao valor de R$ 40,00 (Quarenta reais) a Hospedagem por pessoa com traslado e todas as condições que regem o Termo de Referencia, respectivamente vencedora do presente certame.

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:626B2B5D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 34-DL/2019

O Município de Marcelino Vieira/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde, tornam público a Ratificação do Processo de Dispensa de Licitação nº 34-DL/2019, iniciado através do Processo Administrativo nº 2019.08.01-0001, cujo objeto é a locação de imóvel para instalação de uma Unidade Básica de Saúde na Zona Urbana do Município de Marcelino Vieira-RN, conforme Termo de Referencia. Imóvel localizado no centro do município de Marcelino Vieira-RN, mediante avaliação do Setor de Engenharia, Assessoria Jurídica, e controladoria Municipal, os quais encaminharam o processo Administrativo, para sua formalização na modalidade de Dispensa atendendo a Legislação vigente. O Gestor Municipal acatando o parecer favorável a Dispensa supracitada, RATIFICADA em favor do Sr. José Reginaldo Lopes inscrito no CPF nº 267.314.954-68, com proposta no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), divididos em 12 parcelas mensais de R$ 400,00 (quatrocentos reais) amparada no Art. 24 inciso X, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, alterada e consolidada, bem como a Lei Federal n° 8.245/91 (Lei do Inquilinato), nos artigos que lhe forem necessários consulta e aplicação ao caso.

Processo Ratificado Por
KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:69E6EA49

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA

Portaria nº 143/2019, de 30 de agosto de 2019

Convoca aprovados em Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências.

Kerles Jácome Sarmento, Prefeito do município de Marcelino Vieira-RN, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Lei Orgânica do município e Estatuto dos Servidores, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2019, realizado junto a Secretaria Municipal de Educação, a fim de tomarem posse aos seus respectivos cargos:

Marleide Higino da Silva; e
Francisca Luciene Fernandes.

Art. 2º. As candidatas convocadas deverão comparecer no dia 2 de setembro à Secretaria Municipal de Educação, a partir das 8h, sediada no Centro Administrativo Integrado deste município, localizado na rua Antônio Fernandes de Oliveira, nº 79, para solenidade de posse.

Art. 3º- O não comparecimento ao local na data estabelecida no Artigo 2.º implicará na perda dos direitos advindos do referido Processo Seletivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, em 30/08/2019;

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:888EE9C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000153/2019

PROCESSO: Nº 205/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000153/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 04.770.238/0001-57
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADO AO VEÍCULO NOVA SAVEIRO ROBUST DE PLACA QGS-3E65/RN, CHASSI 9BWKB45U5KP045876, PARA REVISÃO OBRIGATÓRIA PARA COBERTURA DO PERÍODO DE GARANTIA.
VALOR GLOBAL: R$ 515,05 (Quinhentos e quinze reais e cinco centavos).
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município 2019.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – Fundo Municipal de Saúde; **FUNÇÃO:** 10 – SAÚDE; **SUB-FUNÇÃO:** 301 – ATENÇÃO BÁSICA; **AÇÃO:** 2041 – Teto Mun. de Média e Alta – MAC-Média e Alta Complexidade; **NATUREZA:** 4.4.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO; **FONTE DE RECURSO:** 12140000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio; **REGIÃO:** 0001 – Montanhas.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/93.

Montanhas/RN, 30 de agosto de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:B218C2B9

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 000153/2019

PROCESSO Nº 205/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 04.770.238/0001-57
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADO AO VEÍCULO NOVA SAVEIRO ROBUST DE PLACA QGS-3E65/RN, CHASSI 9BWKB45U5KP045876, PARA REVISÃO OBRIGATÓRIA PARA COBERTURA DO PERÍODO DE GARANTIA.
VALOR GLOBAL: R$ 515,05 (Quinhentos e quinze reais e cinco centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/93.

Montanhas/RN, 30 de agosto de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:694111E3

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 420/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR à pedido** a Senhora **ADRIANA CORREIA DA SILVA**, portadora do CPF/MF sob o número 028.465.914-23, do cargo comissionado de **ASSESSORA ADMINISTRATIVA,** da Secretaria Municipal de Educação do município de Montanhas/RN.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 07 de agosto de 2019.

Montanhas/RN, em 12 de agosto de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:5DAB2EFE

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
AVISO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

O MUNICÍPIO DE MONTANHAS – PREFEITURA MUNICIPAL, através da CPL no uso de suas atribuições legais, vem tornar público no que concerne ao resultado do julgamento quanto à fase de habilitação do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº 177/2019, **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019**, objetivando a contratação de empresa especializada para executar todas as atividades inerentes ao capeamento asfáltico com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com sinalização horizontal e vertical da Rua São José no Município de Montanhas/RN, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilhas e demais anexos deste Edital, que a empresa AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 00.999.591/0001-52, apresentou tempestivamente recurso administrativo quanto ao resultado de julgamento inicialmente proferido. A CPL comunica, ainda, que atendendo ao item 8.11 do edital, e art. 109, § 3º da Lei 8.666/93, está aberto prazo para contrarrazões.

Montanhas/RN, 30 de agosto de 2019.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Presidente da CPL – PMM/RN

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:145F81E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

MONTEPREV
PORTARIA Nº 000006/2019

Aposentadoria pelo Art. 3º da EC 47/2005

Monte Alegre/RN, 02 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor do servidor CICERO CARLOS DA SILVA.

O GERENTE DE PREVIDÊNCIA E BENEFÍCIOS DO MONTEPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais lhes outorgadas nos termos do Artigo **70**, inciso **XI**, da Lei Municipal **729/2014**, de 30 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais** ao servidor **CICERO CARLOS DA SILVA,** portador do RG nº 364.766, SSP RN, CPF nº 279.239.404-87, Efetivo, no cargo SERVENTE 40H, Matrícula Funcional n.º 2481 lotado na Secretaria Municipal de Administração do Município de Monte Alegre, com fulcro no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 06 de julho de 2005 e art. 35 e seus incisos, da Lei Municipal nº 729/2014, de 30 de abril de 2014, conforme os termos do processo do MONTEPREV nº 000006/2019, **com proventos integrais acrescidos das seguintes vantagens:**

04 (quatro) quinquênios, correspondentes a 20% (vinte por cento), nos termos do art. 157, da Lei Municipal nº 455, de 18 de julho de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Gerente de Previdência
MONTEPREV

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:04EE576E

MONTEPREV
PORTARIA Nº 000004/2019

Aposentadoria pelo Art. 3º da EC 47/2005

Monte Alegre/RN, 02 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora MARIA DO CEU DE OLIVEIRA.

O GERENTE DE PREVIDÊNCIA E BENEFÍCIOS DO MONTEPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais lhes outorgadas nos termos do Artigo **70**, inciso **XI**, da Lei Municipal **729/2014**, de 30 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais** à servidora **MARIA DO CEU DE OLIVEIRA,** portador do RG nº 584.260, SSP RN, CPF nº 838.159.024-87, Efetiva, no cargo GARI 40H, Matrícula Funcional n.º 2351, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Monte Alegre, com fulcro no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 06 de julho de 2005 e art. 35 e seus incisos, da Lei Municipal nº 729/2014, de 30 de abril de 2014, conforme os termos do processo do MONTEPREV nº 000004/2019, **com proventos integrais acrescidos das seguintes vantagens:**

04 (quatro) quinquênios, correspondentes a 20% (vinte por cento), nos termos do art. 157, da Lei Municipal nº 455, de 18 de julho de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Gerente de Previdência
MONTEPREV

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:CD68001F

MONTEPREV
PORTARIA Nº 000005/2019

Aposentadoria Voluntária por Idade

Monte Alegre/RN, 02 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade em favor da servidora DALVANIRA EUCLIDES DA SILVA

O GERENTE DE PREVIDÊNCIA E BENEFÍCIOS DO MONTEPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais lhes outorgadas nos termos do Artigo 70, inciso XI, da Lei Municipal 729/2014, de 30 de abril de 2014.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade com Proventos Proporcionais** à servidora **DALVANIRA EUCLIDES DA SILVA,** portadora do RG nº 323.492, SSP/RN, CPF nº 156.263.854-87, Efetiva, no cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, Matrícula Funcional n.º 514, lotada na Secretaria Municipal de Finanças do Município do Monte Alegre, nos termos do **art. 40, § 1º, inciso III, alínea b, §§ 3º e 17 da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 1º da Lei Federal nº 10.887/04** e art. 17 e incisos da Lei Municipal nº 729/2014, de 30 de abril de 2014, conforme processo do MONTEPREV nº 000005/2019, a partir desta data até a posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Gerente de Previdência
Monte Prev

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:4692200F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 00011-2019

OBJETO - Registro de Preços para aquisição parcelada de Fardamentos destinados aos Alunos da rede Municipal de ensino/servidores e Materiais Esportivos diversos, destinados a atender as necessidades das Secretarias da Administração Municipal de Monte das Gameleiras-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00011/2019. DOTAÇÃO: Orçamento de 2019 - Recursos Próprios/FEDERAIS – 0206 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 12.122.0014.2.015 – MANUTENÇÃO DAS ATIV DA SEC; 12.361.0014.1.030 – AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLAR E FARDAMENTO; 12.361.0014.2.020 – FUNDEB 40%; 12.361.0014.2.022 – MANUTENÇÃO DAS ATV DO QSE – 02.90 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – 04.695.0011.1.067 – MANUTENÇÃO DAS ATIV DA SEC. – 02.11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS – 04.122.0022.2.076 – MANUTENÇÃO DAS ATV DA SEC DE SERV. URBANOS – 02.07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – 10.122.0022.2.076 – MANUT DAS ATIV. DA SEC DE SAUDE – 02.08 – SEC MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08.244.0021.2.058 – MANUT DA SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO; PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras e SPORTS MAGAZINE LTDA – CNPJ Nº 04.826.424/0001-60 CT Nº 1058 - VALOR TOTAL R$ 18.826,00, AGS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ Nº 30.712.427/0001-83 – CT Nº 1059 - VALOR TOTAL: R$ 17.402,00, MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA - ME – CNPJ Nº 11.886.312/0001-60 - CT Nº 1060– VALOR TOTAL: R$ 18.387,60, JOZILMA MARIA DE CARVALHO – CNPJ Nº 04.805.345/0001-73 – CT Nº 1051 – VALOR TOTAL: R$ 18.661,00, D P DE LIMA JUNIOR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EIRELI - ME – CNPJ Nº 19.206.823/0001-04 – CT. 1062 – VALOR TOTAL: R$ 32.915,60 ASSINADO EM 16.08.19 COM VIGENCIA ATÉ 31.12.19. VALOR GLOBAL 106.192,20.

Publicado por:
Francisco Toscano Neto
Código Identificador:39E73C6D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº18/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADÃO ATÉ O CENTRO ÀS MARGENS DA RN 063 NO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA - RN.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PMNF, torna público, pela **INABILITAÇÃO** das empresas: **ACC CONSTRUCOES EIRELI**inscrita no CNPJ: 15.195.707/0001-78 por não atender satisfatoriamente aos itens: 2.13.2 (apresentou a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial vencida), 2.12 alínea A; **ARTHUR NUNES DE FREITAS**inscrita no CNPJ: 28.432.179/0001-75 por não atender satisfatoriamente aos itens: 2.10.1 alínea G (não apresentou a **Certidão de Adimplência** solicitada pelo representante legal da empresa e emitida pelo setor de engenharia da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN), 2.12 alínea A; **J R MUNIZ ENGENHARIA EIRELI**inscrita no CNPJ: 26.951.460/0001-99 por não atender satisfatoriamente aos itens: 2.13.2 (não apresentou a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial), 2.12 alínea A; **G M CONSTRUCAO LTDA**inscrita no CNPJ: 07.303.933/0001-05 por não atender satisfatoriamente ao item 2.12 alínea A; **CONSTRUPAV EMPREENDIMENTOS LTDA**inscrita no CNPJ: 30.251.160/0001-74 por não atender satisfatoriamente ao item 2.12 alínea A; **JFF EMPREENDIMENTOS EIRELI**inscrita no CNPJ: 09.195.778/0001-78 por não atender satisfatoriamente aos itens: 2.10.1 (não apresentação de **Certificado de Registro Cadastral**, em vigor, expedido pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN), 2.10.1 alínea G (não apresentou a **Certidão de Adimplência** solicitada pelo representante legal da empresa e emitida pelo setor de engenharia da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN), 2.13.2 (não apresentou a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial); **ICONE ENGENHARIA EIRELI**inscrita no CNPJ: 27.374.520/0001-10 por não atender satisfatoriamente ao item 2.12 alínea A; **ESTILO CONSTRUCOES LTDA**inscrita no CNPJ: 00.820.144/0001-9410 por não atender

satisfatoriamente ao item 2.12 alínea A; **ANJOS ENGENHARIA EIRELI**inscrita no CNPJ: 19.678.703/0001-00 por não atender satisfatoriamente ao item: 2.10.1 (apresentou de **Certificado de Registro Cadastral**, em vigor, expedido pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN em desacordo com a Lei 8.666/93 artigo 22º §2o"Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação"). Quanto às demais, decide-se pela **HABILITAÇÃO** das empresas: **H B ENGENHARIA LTDA**inscrita no CNPJ: 16.992.154/0001-47; **EMPROTEC - EMPRESA DE PROJETOS TECNICOS E CONSTRUCAO CIVIL LTDA** inscrita no CNPJ: 10.465.480/0001-10; **DR & J LOCACOES E SERVICOS EIRELI**inscrita no CNPJ: 17.382.733/0001-30; **CONSTRUTORA ODECAM EIRELI**inscrita no CNPJ: 08.796.612/0001-44; **CARVALHO CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI**inscrita no CNPJ: 22.318.474/0001-19; **RVV CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**inscrita no CNPJ: 04.895.340/0001-89; **RBS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS - EIRELI**inscrita no CNPJ: 10.458.681/0001-90 e **R D CONSTRUCAO E LOCACAO LTDA**inscrita no CNPJ: 13.385.475/0001-95 por entender que as mesmas atenderam plenamente aos requisitos Edilícios, caso não haja interposição de recurso fica aprazado para o dia 11/09/2019 as 09h00min a abertura dos envelopes das propostas financeiras das empresas habilitadas. O processo com as instruções encontram-se à disposição dos interessados no setor de Licitação do Município, situado à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, centro, sala da CPL,

Nísia Floresta/RN, 30 de agosto de 2019.

DOMICIANO FERNANDES DA SILVA
Presidente.

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:7D86ECEC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 224/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, **DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Artigo 1º. **EXONERAR A PEDIDO,** o servidor THALES HEITOR TRINDADE ARAÚJO, CPF: 107.468.744-21, Auxiliar de Serviços Gerais- Servente, por motivos pessoais.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 29 de Agosto de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:1B69E307

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 225/2019 – GP/PMNF

O Prefeito Municipal de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas nos artigos 197 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 006, de 18 de novembro de 2013,
RESOLVE:
Artigo 1º - Determinar a instauração de Sindicância para apurar eventual responsabilidade da servidora público municipal, Sra LUCIANA DA SILVA SOARES , inscrito no CPF 324.184.668-76.

Artigo 2º - Constituir a Comissão de Sindicância, composta pelos servidores; Fernando Pithon Dantas, Procurador Adjunto, matriculado sob o nº 2427, Rita de Cássia da Silva, Gerente de Controle Interno, matriculada sob o nº 0223-2 e Rosineide Mendes da Silva, agente administrativa, matriculada sob o nº 0028-8, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao artigo precedente.

Artigo 3º - Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Artigo 4º - O prazo para conclusão da sindicância é de 60 (sessenta) dias.

Artigo 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito, em Nísia Floresta/RN, 30 de agosto de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:21CB775A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 226/2019 – GP/PMNF

O Prefeito Municipal de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas nos artigos 197 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 006, de 18 de novembro de 2013,
RESOLVE:
Artigo 1º - Determinar a instauração de Sindicância para apurar eventual responsabilidade da servidora público municipal, Sra ANA KELLY ALVES BARBOSA COSTA , inscrito no CPF 048.829.144-50.

Artigo 2º - Constituir a Comissão de Sindicância, composta pelos servidores; Fernando Pithon Dantas, Procurador Adjunto, matriculado sob o nº 2427, Rita de Cássia da Silva, Gerente de Controle Interno, matriculada sob o nº 0223-2 e Rosineide Mendes da Silva, agente administrativa, matriculada sob o nº 0028-8, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao artigo precedente.

Artigo 3º - Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Artigo 4º - O prazo para conclusão da sindicância é de 60 (sessenta) dias.

Artigo 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito, em Nísia Floresta/RN, 30 de agosto de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:DBDE4F46

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 182/2019

"Dispõe sobre a Convalidação do Ato de Nomeação e do Termo de Posse da Servidora Ana Carla Gonçalves de Lima e dá outras providências"

A Prefeita Municipal de Olho D'Água do Borges, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a Lei Orgânica deste Município, bem como seguindo o fora determinado no despacho de lavra do Conselheiro Relator Carlos Thompson Costa Fernandes, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos autos do processo nº. 016602/2012 – TC:

CONSIDERANDO que a Servidora Ana Carla Gonçalves de Lima, foi devidamente aprovada para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no âmbito do Concurso Público regularmente realizado por este Município;
CONSIDERANDO que a referida servidora tomou posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em 07 de abril de 1998, conforme termo de posse anexo à sua pasta funcional;
CONSIDERANDO que o gestor responsável pela Prefeitura Municipal não observou o dispositivo legal, deixando de publicar o ato de nomeação, ocasionando irregularidade na referida nomeação;
CONSIDERANDO que após sua posse, a referida Servidora exerce regularmente suas atividades como Auxiliar de Serviços Gerais;
CONSIDERANDO que a não publicação de ato de nomeação da referida Servidora decorre de mero vício de formalidade, que não se observa a figura do dolo ou má fé, elementos estes que poderiam tornar insanável o vício apresentado;
CONSIDERANDO também que o seu ato de posse, por ter sido assinado por pessoa diversa do provimento, decorre de mero vício de formalidade, que não se observa a figura do dolo ou má fé, elementos estes que poderiam tornar insanável o vício apresentado;
CONSIDERANDO, que à luz do que dispõe o Art. 55, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, desde que não importem em lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis são passíveis de convalidação;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regularizar a nomeação e posse da Ana Carla Gonçalves de Lima, que de 07 de abril de 1998 a presente data vem prestando os seus serviços em prol município de Olho D'Água do Borges.

RESOLVE:

I – Fica convalidada a nomeação da Servidora **Ana Carla Gonçalves de Lima**, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a qual tinha sido nomeada através da Portaria nº. 111/1998.

II – Ficam convalidados todos os atos por ela praticados desde 07 de abril de 1998, data em que a aludida servidora tomou posse e deu início ao cumprimento das atribuições inerentes ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

III – Tendo em vista que a posse da referida servidora foi efetivada por pessoa diferente do(a) responsável pelo seu provimento, por razões de estrito interesse público, fica convalidado o Termo de Posse da Servidora Ana Carla Gonçalves de Lima.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data da Portaria nº. 111/1998.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Mário Solano de Moura, em Olho D'Água do Borges/RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita
CPF: 465.240.614-20

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:80F50BDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 183/2019.

"Dispõe sobre a Convalidação do Ato de Nomeação e do Termo de Posse do Servidor Jose Ronaldo de Lima e dá outras providências"

A Prefeita Municipal de Olho D'Água do Borges, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a Lei Orgânica deste Município, bem como seguindo o fora determinado no despacho de lavra do Conselheiro Relator Antônio Gilberto de Oliveira Jales, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos autos do processo nº. 016884/2012 – TC:

CONSIDERANDO que o Servidor Jose Ronaldo de Lima, foi devidamente aprovado para a função de Vigilante, no âmbito do Concurso Público regularmente realizado por este Município;
CONSIDERANDO que o referido servidor tomou posse no cargo de Vigilante em 26 de junho de 1998, conforme termo de posse anexo à sua pasta funcional;
CONSIDERANDO que o gestor responsável pela Prefeitura Municipal não observou o dispositivo legal, deixando de publicar o ato de nomeação, ocasionando irregularidade na referida nomeação;
CONSIDERANDO que após sua posse, o referido Servidor exerce regularmente suas atividades como Vigilante;
CONSIDERANDO que a não publicação de ato de nomeação do referido Servidor decorre de mero vício de formalidade, que não se observa a figura do dolo ou má fé, elementos estes que poderiam tornar insanável o vício apresentado;
CONSIDERANDO também que o seu ato de posse, por ter sido assinado por pessoa diversa do provimento, decorre de mero vício de formalidade, que não se observa a figura do dolo ou má fé, elementos estes que poderiam tornar insanável o vício apresentado;
CONSIDERANDO, que à luz do que dispõe o Art. 55, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, desde que não importem em lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis são passíveis de convalidação;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regularizar a nomeação e posse do Sr. Jose Ronaldo de Lima, que de 26 de junho de 1998 a presente data vem prestando os seus serviços em prol município de Olho D'Água do Borges.

RESOLVE:

I – Fica convalidada a nomeação do Servidor **Jose Ronaldo de Lima**, no cargo de Vigilante, o qual tinha sido nomeado através da Portaria nº. 157/1998.

II – Ficam convalidados todos os atos por ele praticados desde 26 de junho de 1998, data em que o aludido servidor tomou posse e deu início ao cumprimento das atribuições inerentes ao cargo de Vigilante.

III – Tendo em vista que a posse do referido servidor foi efetivada por pessoa diferente do(a) responsável pelo seu provimento, por razoes de estrito interesse público, fica convalidado o Termo de Posse do Servidor Jose Ronaldo de Lima.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data da Portaria nº. 157/1998.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Mário Solano de Moura, em Olho D'Água do Borges/RN, 28 de agosto de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita
CPF: 465.240.614-20

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:954D170B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 493/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): LAÉRCIO PEREIRA DA SILVA			
MATRÍCULA: 1004255			
DI: 391.368.334-87			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar sessão de hemodiálise na Clínica do Rim em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 30/08/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 30 de Agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:F76AB640

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 494/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): NEILSON OLIVEIRA DE SOUZA			
MATRÍCULA: 120635-4			
DI: 2.348.953 SSP RN			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar sessão de hemodiálise na Clínica do Rim em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 30/08/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 30 de Agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:F228EC73

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 495/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): UBIRATAN VAGNE DANTAS			
MATRÍCULA: 120668-0			
DI: 2.079.224			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar sessão de Hemodiálise na Clínica do Rim em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 30/08/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 30 de Agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:5FC4558D

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 496/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): EVALDO FERNANDES DINIZ			
MATRÍCULA: 120579-0			
DI: 2.675.701			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar atendimento médico em NATAL/RN.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 30/08/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas (RN), 30 de Agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:2ACC5E48

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 002/2019 - CP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20190172

CHAMADA PÚBLICA – Nº 002/2019

PROCESSO ADMINISTRAÇÃO: 06082019/01

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM-RN

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES PRONAFIANOS DE BREJINHO-RN, CNPJ: 12.069.785/0001-38

OBJETIVO:

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, não comtempladas na 1º chamada, (POLPAS E CARNES), destinada ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, durante o exercício de 2019.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO – R$93.005,00 (noventa e três mil, cinco reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO – 26 de Agosto de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

FONTE DE RECURSOS – A despesa com a execução dos serviços objeto deste Contrato, mediante a emissão de notas de empenho, está a cargo da dotação orçamentária.

0601.123610188.2.021.3.3.90.30.00.3.3.90.30.07.
0601.123650190.2.086.3.3.90.30.00.3.3.90.30.07.
0601.123650190.2.098.3.3.90.30.00.3.3.90.30.07.
0601.123660188.2.082.3.3.90.30.00.3.3.90.30.07.
0601.123610188.2.022.3.3.90.07

Base Legal: Base Legal: Art. 14 Lei Federal nº 11.947/2009

Data Assinatura: 26 de Agosto 2019

Pelo Contratante:
ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES,
CPF: 630.350.064 - 15
Prefeito Municipal.

Pela Contratada:
VALTER CESAR DANTAS LIMA ,
CPF: 060.130.094-73
Representante Legal

Publicado por:
Zé Maria
Código Identificador:2B0D8AE4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

O Pregoeiro do Município de Pedra Grande, no uso de suas atribuições legais, torna público que a reabertura da sessão do Pregão Presencial nº 016/2019, que tem como objetivo o Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública no município de Pedra Grande/RN, se dará no dia 03 de Setembro de 2019 às 09hs00min.

Pedra Grande/RN, 30 de agosto de 2019.

RUTEMBERG DE MELO GONZAGA
Pregoeiro.

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:A14B77CA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

O Pregoeiro do Município de Pedra Grande/RN torna público que a empresa vencedora da licitação Pregão Presencial nº 015/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços no fornecimento de refeições (café, almoço e jantar), para atender as necessidades das diversas secretarias municipais foi a licitante: Ana Carla Veloso Nobre 07352985484 – CNPJ: 32.415.479/0001-13, nos itens: 01, 02 e 03.

Pedra Grande/RN, 16 de Agosto de 2019.

RUTEMBERG DE MELO GONZAGA
Pregoeiro

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:B88EE3F8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tele, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações direta com o Pregoeiro, foram conseguidos valores de acordo com a prática do mercado.

Considerando, ainda que foram realizadas análises nas documentações de habilitação das empresas vencedoras, quando se constatou que as mesmas atenderam a todos os ditames editalicios.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne à interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de contrapor as decisões proferidas, por parte dos licitantes.

Considerando, finalmente o que preconiza o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

ADJUDICO, em favor do licitante: Ana Carla Veloso Nobre 07352985494 - CNPJ: 32.415.479/0001-13, nos itens: 01, 02 e 03, a licitação Pregão Presencial nº 015/2019 para o registro de preços para prestação de serviços no fornecimento de refeições (café, almoço e jantar), para atender as necessidades das diversas secretarias municipais, onde se encaminha o processo a autoridade superior para que delibere quanto a sua homologação.

Pedra Grande/RN, 16 de Agosto de 2019.

RUTEMBERG DE MELO GONZAGA
Pregoeiro

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:976A5C25

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, inclusive a expedição do Ato Adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO, em favor da licitante Ana Carla Veloso Nobre 07352985494 - CNPJ: 32.415.479/0001-13, nos itens: 01, 02 e 03.

Assim CONVOQUE-SE a empresa acima mencionada para assinatura da ata de registro de preços.

Pedra Grande/RN, 16 de Agosto de 2019.

VALDEMIR VALENTIM SOARES BELCHIOR
Prefeito

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:27F2A502

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
AVISO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2019

PROCESSO Nº 1327/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2019

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/RN, através do Pregoeiro Municipal, designado através da Portaria nº. 16/2017 de 04/01/2017, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", objetivando contratação futura de empresa no ramo de sistema integrado de gestão para automatizar os processos das áreas de licitação, recursos humanos e contabilidade pública, gestão de combustíveis com cartão magnético, contemplando cessão de direito de uso permanente do software, serviços de instalação, parametrização, customização, implantação, treinamento, manutenção e fornecimento de atualizações do aplicativo, destinada a todas as secretarias municipais com abertura marcada para o dia **17/09/2019**, **às 14h**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Coronel José da Costa Alecrim, nº 164, Centro, Pedra Preta/RN. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no horário das 8hs às 13hs, em dias úteis, no endereço supracitado, podendo ainda ser encontrado no portal licitafacil.tce.rn.gov.br ou solicitados via e-mail em cplpedrapreta@gmail.com. Maiores informações pelo Fone/Fax: 84 3536.0041 ou no e-mail cplpedrapreta@gmail.com.

Pedra Preta/RN, 30 de agosto de 2019.

Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:A839A1F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 048/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 048/2019

A Comissão de Licitação do Município de PEDRO VELHO/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, em cumprimento à ratificação procedida pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PEDRO VELHO/RN, EM VIRTUDE DA COMEMORAÇÃO DA SEMANA DA PÁTRIA NO MUNICÍPIO.

Contratado.....: CASA NOVA TECIDOS & AVIAMENTOS (CNPJ: 05.823.100/0001-31)

Fundamento Legal...: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor total: R$ 14.188,68 (quatorze mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos)

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal.

Pedro Velho/RN, 30 de agosto de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita

Publicado por:
Wallyson Alves Moreira
Código Identificador:462A40A1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 049/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 049/2019

A Comissão de Licitação do Município de PEDRO VELHO/RN, através da Controladoria Geral do Município, em cumprimento à ratificação procedida pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: ASSESSORIA TÉCNICA VOLTADA PARA OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO NO PROTOCOLO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO SETOR DA CONTROLADORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO/RN.

Contratado.....: JOACILDO AUGUSTO BARBALHO FILHO 00965657485 (CNPJ: 21.053.551/0001-93)

Fundamento Legal...: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor total: R$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais), a ser paga em parcelas mensais de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

Vigência: 90 (noventa dias), a contar da data de assinatura do contrato.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal.

Pedro Velho/RN, 30 de agosto de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita

Publicado por:
Wallyson Alves Moreira
Código Identificador:1D4C22E8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 050/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 050/2019

A Comissão de Licitação do Município de PEDRO VELHO/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à ratificação procedida pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA O LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE PEDRO VELHO/RN.

Contratado.....: NACIONAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (CNPJ: 18.588.224/0001-21)

Fundamento Legal...: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor total: R$ 16.858,80 (dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal.

Pedro Velho/RN, 30 de agosto de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita

Publicado por:
Wallyson Alves Moreira
Código Identificador:E3B76695

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 051/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 051/2019

A Comissão de Licitação do Município de PEDRO VELHO/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à ratificação procedida pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE ATOS ADMINISTRATIVOS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - DOE E DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU.

Contratado.....: SEC PUBLICIDADE – EPP (CNPJ: 08.381.234/0001-38)

Fundamento Legal...: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor total: R$ 16.720,00 (dezesseis mil, setecentos e vinte reais).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pela Sra. PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO, Gestora Municipal.

Pedro Velho/RN, 30 de agosto de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita

Publicado por:
Wallyson Alves Moreira
Código Identificador:A736F523

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 044/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 044/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123. SRP. O Pregoeiro do Município de Pendências/RN, CNPJ Nº 08.122.657/0001-33, torna público que irá realizar licitação no dia **12/09/2019 às 09h30min**. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E MESAS PLÁSTICAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO. A quem interessar encontra-se a disposição das 07h00min as 13h00min, no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Setor de Licitações**,** Avenida Francisco Rodrigues, 205, Centro, Pendências/RN, o edital na Integra. Mais informações através do numero (84) 3522-2204 ou e-mail: cplpendencias2017@gmail.com

JOÃO LUIZ DA LUZ BEZERRA.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:368C290E

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2019.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2019.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 121/2019
Fundamentação. Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93, em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pendências/RN. CNPJ nº 08.122.657/0001-33
CONTRATADO: **EDITORA CJA LTDA - CNPJ: 13.685.301/0001-48.**
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição do livro intitulado "O Mistério no Reino dos Bichos", destinados aos alunos da rede municipal de ensino nas Escolas Municipais, e no Projeto de Livro e Leitura da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no Espaço Cultural Manoel Rodrigues de Melo.
VALOR: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
RATIFICAÇÃO: Em 30/08/2019

Pendências/RN, 30/08/2019.

FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
CPF nº 498.120.094-34
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:154DF812

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2019 (Inexigibilidade de licitação nº 012/2019) **CONTRATANTE:** Município de Pendências/RN, CNPJ nº 08.122.657/0001-33. **CONTRATADA: EDITORA CJA LTDA - CNPJ: 13.685.301/0001-48.OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição do livro intitulado "O Mistério no Reino dos Bichos", destinados aos alunos da rede municipal de ensino nas Escolas Municipais, e no Projeto de Livro e Leitura da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no Espaço Cultural Manoel Rodrigues de Melo. **VALOR**: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). **ELEMENTO DE DESPESA**: 4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes. **Assinaturas** em 30/08/2019, **PELA CONTRATANTE:** Flaudivan Martins Cabral, CPF nº 498.120.094-34. **Pela Contratada: CLEUDIVAN JANIO DE ARAÚJO**, CPF: 637.279.784-49.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:6043DB99

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇO REFERENTES A TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000111/19

OJETO: Contratação de empresas do ramo da construção civil, para execução de obras destinadas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental Alfredo Silvério e Manoel Joaquim de Sá, e as Escolas Municipais de Ensino Infantil Enéas Barboza, Francelino José de Oliveira, e João Delmiro, ambas, localizadas na zona rural do município de Portalegre/RN, conforme projeto básico anexo e planilhas orçamentárias anexas ao edital.

O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, vem através deste comunicar a abertura das propostas das Empresas Habilitadas na **TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019**:

SINAI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 30.610.555/0001-16;
HERTZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP, Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 14.605.825/0001-44;
ATR VIANA CONSTRUTORA LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 30.610.589/0001-00;

Fica agendado a abertura das propostas de preço que encontram-se em poder da CPL para o dia 03/09/2019 as 09h00min, na sala da comissão permanente de licitação na Rua José Vieira Mafaldo, Nº 122 - Centro – CEP 59810-000 - Portalegre/RN. Maiores informações através do telefone (84) 3377-2196/2241.

Portalegre/RN, 30 de agosto de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA.
Presidente da CPL.

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:EC41AD6A

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 251/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor **José Ildegarde Dias Junior**, RG nº **2.083.865 – SSP/RN,** matrícula nº **318,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5** (**meia**) diária (s), ao preço unitário de **R$ 60,00 (sessenta reais)** perfazendo a quantia de **R$ 30,00 (trinta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Currais Novos/RN**, no dia **28** do **08,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, Maria de Fátima Ferreira Otaviano, até o Hospital Regional Mariano Coelho para submeter-se ao procedimento cirúrgico de exploração de vias biliares ,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **27 de agosto de 2019**

ANA PEDRINA DE LUCENA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:5C406E05

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 252/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Alison José Alves da Silva** CPF nº **080.830.484-45 ,** matrícula nº 521**,** ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (meia**) diária(s), ao preço unitário de **R$ 60,00 (sessenta reais)** perfazendo a quantia de **R$ 30,00 (trinta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Mossoró/RN** no (s) dia (s) **29/08 ,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, Francisco Antonio da Silva para submeter-se a exame PPD (para diagnóstico de tuberculose) na UBS Maria Soares da Costa,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **28 de Agosto de 2019.**

ANA PEDRINA DE LUCENA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:5361AE19

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 253/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor **Darimar Anastácio Silvério**, RG nº **1.677.556 – SSP/RN,** matrícula nº **060,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5** (**meia**) diária (s), ao preço unitário de **R$ 60,00 (sessenta reais)** perfazendo a quantia de **R$ 30,00 (trinta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Mossoró/RN**, no dia **29** do **08,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, José de Souza Simplício até o Hospital da Solidariedade para submeter-se ao procedimento de radioterapia,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **28 de agosto de 2019**

ANA PEDRINA DE LUCENA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:BB256CEB

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000112/19

- ~~**TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000090/19**~~

OBJETO: Contratação de empresas do ramo da construção civil, para execução de obras destinadas a construção de uma Praça Multieventos – Etapa(Banheiros, Quiosques, Portal e Coreto) no município de Portalegre/RN.**A PREFEITURA MUNICIPAL de Portalegre RN**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.358.053/0001-90**, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Portalegre, CEP: 59810-000, Portalegre-RN, representado neste ato pelo Sr. Prefeito, Manoel de Freitas Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Antônio de Freitas,

Centro, CEP 59.81000, Portalegre – RN, inscrito no CPF sob o nº 155.132.974-34, nos termos da Lei nº 8.666/93, resolve adjudicar em favor desta Pessoa Jurídica: **ATR VIANA CONSTRUTORA LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 30.610.589/0001-00, com endereço no RUA INOCENCIO ALVES DA COSTA, nº 196, CENTRO – RAFAEL FERNANDES/RN, o objeto desta licitação, no valor global de: **R$ 212.418,48 (duzentos e doze mil e quatrocentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos)**.

PORTALEGRE/RN, 29 de agosto de 2019.

Retificado em 30 de agosto de 2019

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:1126CDF7

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000112/19

~~**TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000090/19**~~

OBJETO: Contratação de empresas do ramo da construção civil, para execução de obras destinadas a construção de uma Praça Multieventos – Etapa(Banheiros, Quiosques, Portal e Coreto) no município de Portalegre/RN. **A PREFEITURA MUNICIPAL de Portalegre RN**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.358.053/0001-90**, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Portalegre, CEP: 59810-000, Portalegre-RN, representado neste ato pelo Sr. Prefeito, Manoel de Freitas Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Antônio de Freitas, Centro, CEP 59.81000, Portalegre – RN, inscrito no CPF sob o nº 155.132.974-34, nos termos da Lei nº 8.666/93, resolve homologar em favor desta Pessoa Jurídica: **ATR VIANA CONSTRUTORA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 30.610.589/0001-00, com endereço no RUA INOCENCIO ALVES DA COSTA, nº 196, CENTRO – RAFAEL FERNANDES/RN, o objeto desta licitação, no valor global de **R$ 212.418,48 (duzentos e doze mil e quatrocentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos)**.

PORTALEGRE/RN, 29 de agosto de 2019.

Retificado em 30 de agosto de 2019

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:E589FE2C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO 2019.008.030.001 – TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000112/19

Partes: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE**, Estado do RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 08.358.053/0001-90, com sede a Rua José Vieira Mafaldo, 122 – Centro – CEP 59810-000 – Portalegre/RN, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas, o Sr. MANOEL DE FREITAS NETO-Prefeito Municipal, apenas denominado(a) **CONTRATANTE**, e de outro lado **ATR VIANA CONSTRUTORA LTDA,** CNPJ nº 30.610.589/0001-00, neste ato representada por José Raniere do Nascimento Viana, doravante denominado CONTRATADO(A). Objeto: Contratação de empresas do ramo da construção civil, para execução de obras destinadas a construção de uma Praça Multieventos – Etapa (Banheiros, Quiosques, Portal e Coreto) no município de Portalegre/RN. Valor global: **R$ 212.418,48 (duzentos e doze mil e quatrocentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos)**. Vigência: O Presente contrato terá vigência 12(doze) meses. Signatários: **MANOEL DE FREITAS NETO** e **JOSÉ RANIERE DO NASCIMENTO VIANA**.

PORTALEGRE/RN, 30 de agosto de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:5ADE984F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2019.008.030.002. - REFERENTE A(O) DISPENSA Nº 043/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000125/19

Partes: A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 08358053/0001-90, localizada a RUA JOSÉ VIEIRA MAFALDO, Nº 122 – PORTALEGRE / RN, neste ato representado(a) por seu Ordenador de Despesas, o Sr. **MANOEL DE FREITAS NETO**, apenas denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Fisica: **MANOEL ITAMA DE SOUZA**, com endereço na RUA PROFª HILDÉRIA LEITE, , ENCANTO/RN, doravante denominado CONTRATADO(A). Objeto: DESPESAS NECESSÁRIAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL QUALIFICADO NA ÁREA DE ORÇAMENTO PARA ASSESSORAR TECNICAMENTE OS PROFISSIONAIS DO SETOR CONTÁBIL DA PREFEITURA DE PORTALEGRE EM ASSUNTOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE PROCESSO. Valor total: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).Vigência: O Presente contrato terá vigência a partir de 30 de agosto de 2019, data de sua assinatura, e se encerrará em 31 de dezembro de 2019, ou enquanto decorrer a prestação dos serviços dentro da vigência do mesmo. Signatários: MANOEL DE FREITAS NETO e **MANOEL ITAMA DE SOUZA**.

PORTALEGRE/RN, 30 de agosto de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Ordenado(a) de Despesas

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:7A4DF73F

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0045/2019 - PMP/RN - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000128/19

DO OBJETO:
O presente instrumento se refere a DESPESAS NECESSÁRIAS COM LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTOS PARA OBRAS PÚBLICAS, DESTINADOS AO APERFEIÇOAMENTO DO SETOR DE ENGENHARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

DA JUSTIFICATIVA:
Considerando a necessidade de aperfeiçoar nossos sistemas de elaboração de projetos, se faz necessária a aquisição de software que proporcione um sistema de elaboração e análise de orçamentos de obras públicas auxiliando na elaboração de planilhas de orçamento, composição de BDI, composição de insumos, elaboração de cronogramas, memórias de cálculos e curva ABC. Valendo ressaltar ainda a importância de se ter disponível um banco de dados atualizado mensalmente com os índices de referência de preços para a construção civil (ex.: SINAPI, SEINFRA. CAERN etc).
Sendo assim faz-se necessária a aquisição de software de orçamento para obras públicas, que proporcione maior agilidade, eficiência e eficácia, bem como, maior segurança na elaboração de projetos, reduzindo a possibilidade de erros de cálculos nas referidas atividades..

DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS:
O prestador é a Pessoa Jurídica 682 SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, com endereço na R B (CJ JARDIM PRIMAVERA),166,FORTALEZA/CE, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.674.714/0001-80**.**

DO VALOR:
O valor é de R$ 1.499,88 (um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).
DA BASE LEGAL:
LEI 8.666/93 EM SEU ARTIGO 24, INCISO II.
DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Portalegre/RN, 30 de agosto de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:A87EBC1B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO Nº 2018.009.011.001, REFERENTE À LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018.

Partes: O Município de Portalegre/RN e a empresa CAVALCANTE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 28.592.275/0001-80, com sede a Rua Miguel F. de Araújo, 182 – Portal Chapada do Apodi – Apodi/RN, neste ato representada por seu Procurador o Senhor ESDRAS MANSUR LOPES CAVALCANTE FEITOSA, portador(a) do CPF nº 058.075.084-16. Objeto: contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil, para prestação dos Serviços de Recuperação de Pavimentação e Construção de Cerca em diversas Ruas do Município de Portalegre/RN, conforme projetos e orçamentos apresentados junto ao Edital Convocatório e do *Contrato nº 2018.009.011.001 – Pregão Presencial 039/2018.* Após aprovação pela Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, ficou alterado *o valor do contrato que era de R$ 62.786,23 (sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos) para R$ 62.730,38 (sessenta e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e oito centavos),* ficando todas as demais clausulas inalteradas. Signatários: MANOEL DE FREITAS NETO e ESDRAS MANSUR LOPES CAVALCANTE FEITOSA -

Portalegre/RN, 30 de agosto de 2019.

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:1516D9A7

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2019- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000128/19

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é DESPESAS NECESSÁRIAS COM LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTOS PARA OBRAS PÚBLICAS, DESTINADOS AO APERFEIÇOAMENTO DO SETOR DE ENGENHARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA. Com fulcro no artigo 24, inciso II da lei 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CREDOR: 682 SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, com endereço na R B (CJ JARDIM PRIMAVERA), 166, FORTALEZA/CE, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.674.714/0001-80. VALOR: 1.499,88 (um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

Portalegre/RN, 30 de agosto de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:05910FB5

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO A RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0035/2019 - PMP/RN - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000105/19

DO OBJETO:
O presente instrumento se refere a DESPESAS NECESSÁRIAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE ESTRUTURA DE PROTEÇÃO "GARAJAU" PARA PROTEÇÃO DE MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS E FRUTÍFERAS PARA A MELHORIA DO PAISAGISMO URBANO DO MUNICÍPIO A SEREM INSERIDOS EM CANTEIROS E PRAÇAS DO MUNICIPIO.
DA JUSTIFICATIVA:
Considerando a necessidade de fazer a proteção das mudas, contra furtos e animais, a serem implantadas em canteiros e de Portalegre ser uma cidade de rica biosfera ambiental e aquecida atividade turística e o paisagismo urbano é de suma importância para atrativos e qualidade de vida da população. Uma cidade arborizada de forma controlada e com espécies específicas para o clima e sol predominante terá efeito rápido e positivo para a saúde ambiental e da população do município. Para isso proteger as mudas para que tenham crescimento e desenvolvimento correto é indispensável para o projeto de arborização.
DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS:
O prestador é a Pessoa ~~Física~~ Jurídica ELIAS DEMÉTRIO DANTAS NETO 01206002425, com endereço na RUA JOANA BATISTA DE SOUZA,75,PORTALEGRE/RN, inscrita no ~~CPF 012.060.024-25~~ CNPJ sob o n.º 34.472.690/0001-06**.**
DO VALOR:
O valor é de R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais).
DA BASE LEGAL:
LEI 8.666/93 EM SEU ARTIGO 24, INCISO II.
DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Portalegre/RN, 26 de julho de 2019.

RETIFICADO EM 30 de AGOSTO de 2019

MANOEL DE FREITAS NETO
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:68948DB6

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2019- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000105/19

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é DESPESAS NECESSÁRIAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE ESTRUTURA DE PROTEÇÃO "GARAJAU" PARA PROTEÇÃO DE MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS E FRUTÍFERAS PARA A MELHORIA DO PAISAGISMO URBANO DO MUNICÍPIO A SEREM INSERIDOS EM CANTEIROS E PRAÇAS DO MUNICIPIO. Com fulcro no artigo 24, inciso II da lei 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CREDOR: ELIAS DEMÉTRIO DANTAS NETO 01206002425, com endereço na RUA JOANA BATISTA DE SOUZA, 75, PORTALEGRE/RN, inscrita no ~~CPF sob o n.º 012.060.024-25~~. CNPJ sob o n.º 34.072.690/0001-06. VALOR: 3.060,00 (três mil e sessenta reais).

Portalegre/RN, 26 de julho de 2019.

RETIFICADO EM 30 de agosto de 2019

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:9E00F74B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 30080001/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pureza/RN, CNPJ: 08.290.223/0001-42.
CONTRATADO(A): Arte Musical Eireli ME, CNPJ. 28.252.029/0001-80.
Valor Global: R$ 5.217,00 (cinco mil duzentos e dezessete reais);
Objetivo: Aquisição de Materiais e Instrumentos Musicais, Destinados à Banda Marcial Municipal, Para Atendimento Eventuais da Referida Banda.
ORIGEM DOS RECURSOS: Recurso Próprio.
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 – Material de consumo.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, art. 24, II.

PUREZA/RN, 30 de agosto de 2019.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal.
Contratante

ARTE MUSICAL EIRELI ME
CNPJ. 28.252.029/0001-80
Contratada

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:7CB7291B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 28080001/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal De PUREZA/RN, CNPJ: 08.290.223/0001-42.
CONTRATADO: Climério Silva de Souza - CPF. 030.779.194-78.

Valor Global: R$ 1.075,00 (hum mil e setenta e cinco reais);

OBJETIVO: Contratação de artista local/regional, para apresentação em show musical, durante as festividades da padroeira 2019, neste município de pureza, no dia 01/09/2019.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município.
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36 – Outros serviços de terceiros pessoa física
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, art. 25, III.

PUREZA/RN, 30 de agosto de 2019.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal.
Contratante

CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA
CPF. 030.779.194-78
Contratada

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:234F4B2D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 27080001/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal De PUREZA/RN, CNPJ: 08.290.223/0001-42.
CONTRATADO: Josilane Lima dos Reis - CPF. 082.479.344-77.

Valor Global: R$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais);

OBJETIVO: Contratação de artista local/regional, para apresentação em show musical, durante as festividades da padroeira 2019, neste município de pureza, no dia 05/09/2019.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município.
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36 – Outros serviços de terceiros pessoa física
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, art. 25, III.

PUREZA/RN, 30 de agosto de 2019.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal.
Contratante

JOSILANE LIMA DOS REIS
CPF. 082.479.344-77
Contratada

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:EAF616F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA NR. 081/2019

Praça 5 de Abril, nº 180 – Centro – CEP 59582-000
C.N.P.J nº 08.290.223/0001-42 - EMAIL: pmpureza@hotmail.com

PORTARIA Nº 081/2019 Pureza/RN, 26 de agosto de 2019

Concede diária a servidora que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pureza/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 1º do Decreto Executivo Nº 01/2013, de 04/01/2013,

.
Resolve:
1 - Conceder a Sra. Maria Vanuzia de Carvalho Caetano, Agente Comunitária de Saúde, 02 (duas) diárias sem pernoite, ao preço unitário de R$ 75,00 (Setenta e cinco reais), totalizando a importância de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), para custeio de despesas com transporte e alimentação, durante sua permanência na Cidade de Natal/RN, para participar do "**Encontro Regional do PSE da 1ª, 3ª, 5ª. e 7ª. Região de Saúde**" a ser realizado nos dias 29 e 30/08/2019, no Auditório Angélica Moura da Secretaria Estadual de Educação – Centro Administrativo do Governo do Estado do RN.
2 – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:87C35602

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 078/2019 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
E considerando a estrutura administrativa deste Município estabelecida pela Lei Municipal nº 528 de 03 de dezembro de 2012,
RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar RAIMUNDA BEZERRA PEREIRA**,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF 045.081.014-37 RG Nº 1.897.603 do cargo em comissão de ASSESSORA DE GABINETE – Símbolo CC-6, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Lei nº 528/2012, Art. 31 parágrafo único, h).
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita de Riachuelo, 30 de agosto de 2019.

MARA LOURDES CAVALCANTI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eduardo Santa Rosa Filho
Código Identificador:B358E8E4

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 077/2019 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DO VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR, A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS CONSELHEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN**, através da sua Prefeita Municipal, Mara Lourdes Cavalcanti, no uso de suas atribuições legais que lhe facultam e conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, informa o que se segue:
CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão público por excelência, de existência obrigatória e permanente em todos os municípios do território nacional, encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente (art. 131 ECA);
CONSIDERANDO que o item 10 dos *Parâmetros de Funcionamento dos Conselhos Tutelares*, aprovados pelo *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA*, através da resolução n. 075/2001, prescreve que *o Executivo Municipal deve providenciar local para sediar o Conselho Tutelar, bem como mobiliário adequado, telefone/fax, computadores, transporte e pessoal administrativo;*
CONSIDERANDO que o executivo municipal também é responsável por zelar e fiscalizar o patrimônio público em atual uso pelo Conselho Tutelar, para que este seja utilizado somente em prol da comunidade infanto-juvenil, garantindo que os mesmos tenham atendimento de qualidade por parte do órgão municipal encarregado de garantir seus direitos fundamentais;
BAIXA-SE a presente **PORTARIA** para disciplinar: A forma de utilização de veículo oficial destinado ao Conselho Tutelar, disciplinando os procedimentos para seu abastecimento, local de pernoite e quem poderá conduzi-lo); A concessão de diárias de viagens para membros do Conselho Tutelar; Os gastos com manutenção de internet, luz, água e material de expediente destinados ao prédio público utilizado pelo Conselho Tutelar. Senão vejamos:

O veículo oficial utilizado pelo Conselho Tutelar do Município de Riachuelo, será utilizado EXCLUSIVAMENTE para desenvolver atividades diretamente ligadas às atribuições do Conselho, ficando vedado o seu uso de forma particular;
O Abastecimento do veículo Oficial do Conselho será previamente autorizado pelo Município sendo fixado em R$ 70,00 (setenta reais) semanais. Em casos excepcionais, o Conselho Tutelar deverá encaminhar relatório de viagens e documentos comprobatórios, demonstrando a necessidade do abastecimento extraordinário, endereçado a Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social, de maneira a zelar pela utilização dos recursos públicos;
O pernoite do veículo oficial utilizado pelo Conselho Tutelar deverá ser feito na Garagem Pública de responsabilidade do Município, sendo que as chaves ficarão, nesse período, Na Unidade Básica de Saúde, Dra. Sandra Lúcia Pereira, o qual funciona 24 horas;
Somente poderá conduzir o veículo oficial utilizado pelo Conselho Tutelar, servidor (efetivo ou comissionado) e que seja habilitado (categoria mínima "B");
A concessão de diária à membro do Conselho Tutelar deverá ser precedida de requerimento assinado pelo Presidente do Conselho Tutelar, com antecedência mínima de 72 horas, devendo conter justificativa com destino, dias, evento, bem como o nome e matrícula do servidor que utilizará a mesma;
As despesas referentes a utilização da internet, luz, água e material de expediente, oriundas do prédio público utilizado pelo Conselho Tutelar, deverá ser suportada pelo Executivo Municipal.

Encaminhe-se cópia da presente portaria à Presidente do Conselho Tutelar, para fins de conhecimento
Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contarias

Riachuelo/RN 30 de agosto de 2019.

MARA LOURDES CAVALCANTI
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Eduardo Santa Rosa Filho
Código Identificador:ECD12187

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 308/2019

Dispõe sobre a Exoneração de ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da constituição Federal e incisos II e IV, do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar o Sr **ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA, RG: 382.745 – SSP/RN, CPF: 182.587.274-00,** do Cargo Efetivo de **MOTORISTA**, do quadro de servidores efetivos do Município, passando o(a) mesmo(a) fazer parte do quadro de aposentados do Município de Rodolfo Fernandes junto ao **FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE RODOLFO FERNANDES.**

Art. 2°. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Rodolfo Fernandes/RN, 30 de agosto de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:CAE0DDC5

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 309/2019

Dispõe sobre a Exoneração de Sonia Maria Simão e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da constituição Federal e incisos II e IV, do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar a Sra **SONIA MARIA SIMÃO, RG: 803.880 SSP/RN, CPF: 423.372.244-49,** do Cargo Efetivo de **Auxiliar Administrativo**, do quadro de servidores efetivos do Município, passando o(a) mesmo(a) fazer parte do quadro de aposentados do Município de Rodolfo Fernandes junto ao **FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE RODOLFO FERNANDES.**

Art. 2°. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Rodolfo Fernandes/RN, 30 de agosto de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:E4DE3CCB

RODOLFOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RODOLFO FERNANDES
ATO DE APOSENTADORIA

ATO DE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER – nos termos do Art. 40, III, §3º e 17 da Constituição Federal, Art. 2º da Emenda Constitucional nº 041/2003, art. 84 c/c art. 26 da Lei 0416/2011– Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rodolfo Fernandes, em seu artigo 26 e incisos, benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E PROPORCIONAL DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA, RG: RG: 382.745 – SSP/RN, CPF: 182.587.274-00,** Brasileiro, admitido em 12 de maio de 1985, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Rodolfo Fernandes/RN, exercendo a função no Cargo Efetivo de **Motorista**, matrícula número **0075,** com proventos no Valor **R$ 1.340,00** (Um mil, trezentos e quarenta reais), assim compostos, R$ $ 1.000,00 (um mil reais) referente à Salário Base; e R$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) referente à anuênio.

Paço da Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN,30 de agosto de 2019.

FRANCISCO WILSON DE F. R. FILHO
Prefeito Municipal
CPF: 005.958.943 – 48

CARLOS ADRIANO D. PINTO
Presidente do RODOLFOPREV
CPF: 032.752.444-85

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:05F84BE2

RODOLFOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RODOLFO FERNANDES
ATO DE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER – nos termos do Art. 40, III, §3º e 17 da Constituição Federal, Art. 2º da Emenda Constitucional nº 041/2003, art. 84 c/c art. 26 da Lei 0416/2011 – Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rodolfo Fernandes, em seu artigo 25 e incisos, benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. SONIA MARIA SIMÃO, RG: 803.880 SSP/RN, CPF: 423.372.244-49,** Brasileira, admitido em 01 de agosto de 1989, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Rodolfo Fernandes/RN, exercendo a função no Cargo Efetivo de **Auxiliar Administrativo**, matrícula número **0039,** com proventos no Valor **R$ 1.377,24** (um mil trezentos e setenta e sete vinte e quatro centavos), assim compostos, **R$998,00** (novecentos e noventa e oito reais) referente à Salário Base; e **R$ 379,24** (trezentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos) referente à anuênio.

Paço da Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN,30 de agosto de 2019.

FRANCISCO WILSON DE F. R. FILHO
Prefeito Municipal
CPF: 005.958.943 – 48

CARLOS ADRIANO D. PINTO
Presidente do RODOLFOPREV
CPF: 032.752.444-85

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:172472A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. CONTRATADA: Empresa NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.770.238/0001-57. OBJETO: Aquisição de peças, componentes e serviços para de fins de revisão mecânica obrigatória do veículo "Gol 1.0 MPI 4 Portas", marca VOLKSWAGEN, de placa QGT-4F34/RN, pertencente à Municipalidade. VALOR: R$ 629,49 (seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos). RECURSOS FINANCEIROS: FPM, ICMS e Receita Tributária Municipal. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21.06.1993 e suas alterações. DATA: 30 de agosto de 2019. ASSINATURAS: Ivanildo Ferreira Lima filho/Prefeito Municipal e NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA /Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:EF362EFC

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 1.820 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a antecipação da Feira Livre do sábado dia 07 de setembro de 2019, para a sexta-feira dia 06 de setembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 55, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o feriado nacional em comemoração à Independência do Brasil em 07 desetembro, este ano, ocorre no sábado;
CONSIDERANDO que, em nossa cidade, os dias de sábado são reservados para a ocorrência da "Feira Livre de Santa Cruz", de importância e abrangência regional;
CONSIDERANDO que as comemorações relativas à Independência do Brasil tradicionalmente ocorrem no largo da Matriz de Santa Rita de Cássia;
DECRETA:

Art. 1º - Fica antecipada a Feira Livre deste município, do dia 07 de setembro (sábado) para o dia 06 de setembro de 2019 (sexta-feira).
Art. 2º - Os órgãos das Administrações Direta e Indireta do Poder Executivo funcionarão, no dia 06 de setembro (sexta-feira), nos seus horários de expedientes normais.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando alteradas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN, em 23 de agosto de 2019

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:819DF9F1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 675/2019 – GAB

O Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder **meia diária, no valor de R$ 40,00 (quarenta reais)** ao Sr. **CEZÁRIO PEDRO DANTAS**, **CPF: 673.375.114-34,** motorista, vinculado à Secretária Municipal de Transportes e Obras Públicas, para cobrir suas despesas durante o dia **31 do corrente mês e ano**, o qual conduzirá alunos da rede pública de ensino, para aula de campo, que acontecerá na cidade de Tourus/RN, conforme solicitação nº **397**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 30 de agosto de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:7F653CFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2019 - MÉDICOS

Convoca candidatos aprovados para os cargos de Médicos, que estão dentro das vagas apresentadas pelo Concurso Público de Provas, de que trata o EDITAL 001/2018 que proveu vagas efetivas para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN:

O Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Convocar os candidatos relacionados no Anexo Único deste edital, aprovados no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2018, a PROVIDENCIAR a DOCUMENTAÇÃO abaixo relacionada, para comparecer no horário de **08:00 às 11:00** e de **14:00 às 17:00h** de segunda a quinta-feira, e, excepcionalmente, na sexta-feira das **08:00** às **11:00**, dos dias **02 a 06 de setembro de 2019**, na Secretaria Municipal de Administração, situada à rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, para apresentação da documentação, efetivação do contrato e **POSSE IMEDIATA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para tomar posse o candidato deverá obter os requisitos exigidos no Item 5, do EDITAL Nº 001/2018 DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO ÚNICO PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS DO TRAIRI / AGRESTE POTIGUAR: **a)** comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo, conforme estabelece o Anexo I do EDITAL Nº 001/2018 DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO ÚNICO PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS DO TRAIRI / AGRESTE POTIGUAR; **b)** estar quite com as obrigações eleitorais; **c)** apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato brasileiro, do sexo masculino; **d)** ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo e função; **e)** apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho; **f)** haver sido aprovado e classificado no Concurso Público; **g)** ter idade mínima de dezoito anos completos na data da contratação; **h)** firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; **i)** firmar declaração de que não possui vínculo constitucionalmente inacumulável com a administração direta ou indireta da União, Estados ou outros Municípios e empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas; **j)** apresentar, no ato da contratação, declaração do Conselho de Classe, que está apto para exercer a profissão, nos casos exigidos para a ocupação do cargo; **k)** apresentar, no ato da contratação, declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que o candidato não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão; **l)** apresentar, no ato da contratação, a fim de cumprir a etapa de investigação social, prevista nos itens 7.1 e 7.2, certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus; **m)** apresentar, no ato da contratação, a fim de cumprir a etapa de investigação social, prevista nos itens 7.1 e 7.2, certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal; **n)** cumprir as determinações do EDITAL Nº 001/2018 DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO ÚNICO PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS DO TRAIRI / AGRESTE POTIGUAR.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os requisitos descritos no item 5.1 do EDITAL Nº 001/2018 DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO ÚNICO PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS DO TRAIRI / AGRESTE POTIGUAR, deverão ser atendidos cumulativamente e a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da contratação por meio de documentação original juntamente com a respectiva cópia, e a ausência de qualquer um dos requisitos especificados no item 5.1 deste Edital impedirá a contratação do candidato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O candidato deverá entregar no ato da posse, uma foto 3 X 4, xerox e vias originais dos seguintes documentos: **a)** Comprovante de Quitação Eleitoral; **b)** Comprovante de Situação Cadastral do CPF; **c)** PIS/PASEP; **d)** Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS); xerox da página que conste último contrato de trabalho, da página seguinte em branco e da página que contém a foto (frente e verso); **e)** Documento de identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia; **f)** Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino; **g)** Certidão de Nascimento ou de Casamento; **h)** Certidão de Nascimento e comprovante de frequência escolar dos filhos menores de 14 anos e respectivo caderno de vacinação para os menores de 05 anos; CPF dos filhos; **i)** Comprovante de endereço no último mês, em nome do candidato, de acordo com a Lei Federal nº 6.629 de 16 de Abril de 1979; **j)** Certidão de Antecedentes Criminais; **k)** Declaração de Bens e valores que compõem o seu patrimônio, feito no momento da posse e xerox da declaração do imposto de renda; **l)** Declaração de abertura de conta salário, feita no momento da posse; **m)** Atestado de Saúde Admissional emitido por médico do trabalho, considerando o candidato apto física e mentalmente para o exercício do cargo, sendo que os exames necessários à expedição do atestado correrão por conta do candidato; **n)** Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo (acúmulo de cargo), emprego ou função pública, nos termos do Inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" e inciso XVII do artigo 37 da Constituição Federal, emitido no momento de posse; **o)** Xerox do documento que conste o número da conta corrente ou conta-salário; e, **p)** Xerox do comprovante da escolaridade ou habilitação

exigida como pré-requisito para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino legalmente reconhecida pelo MEC **q)** Estar devidamente inscrito no **Conselho Regional de Medicina – CRM**, apresentando documentação comprobatória (certidão expedida pelo Conselho de Classe) – inteligência do item 5.1.11 do Edital nº 001/2018.

Art. 2º - Será realizada, para os candidatos a serem empossados, avaliação da aptidão física e mental, que deverá envolver, dentre outros, exames médicos e complementares que terão por objetivo averiguar as condições de saúde apresentadas pelos candidatos, face às exigências das atividades inerentes ao cargo, cujas despesas relativas aos exames ficarão a cargo do candidato.

Art. 3º - No caso dos Portadores de Necessidades Especiais será verificada também a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido. Esta avaliação será composta por perícia médica do município ou por médico do trabalho designado pelo município, que irá avaliar a condição para o exercício do cargo observado a condição física e mental do candidato, devendo seu parecer ser fundamentado especificando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10).

Art. 4º - Os candidatos após o efetivo exercício estarão submetidos ao estágio probatório, pelo período de 03 (três) anos, em conformidade com Art. 41 § 4º da Constituição Federal.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Administração empregará a avaliação especial sobre o desempenho do servidor em estágio probatório, considerando os dispositivos constitucionais e a lei própria de avaliação.

Art. 6º - Se a Posse não se der dentro do prazo previsto na legislação, o ato de provimento será declarado sem efeito.

Art. 7º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Santa Cruz/RN, 30 de agosto de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2019

Anexo Único

MÉDICO			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**INSCRIÇÃO**	**TOTAL DE PONTOS**
22	ANNELYSE FARIAS DE AQUINO	127639-9	65,5
23	DANIEL DE CARVALHO MENDES	123467-3	62,5

Santa Cruz/RN, 30 de agosto de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:403B4F20

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 132/2019

PORTARIA 132/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. JEAN CARLOS DE ALMEIDA, CPF: 721.686.094-20 do cargo de **CHEFE DE GABINETE.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de agosto de 2019, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE DE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:02F91048

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 133/2019

PORTARIA 133/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. LUCIENE ALVES DE MEDEIROS, suplente de conselheira tutelar, CPF nº 009.508.094-54 ao cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR,** para o período de férias de uma conselheira a partir de 02 de setembro a 01 de outubro do corrente ano.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor nesta data, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:EC799378

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 134/2019 - PRORROGAÇÃO DE CESSÃO

PORTARIA 134/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar cessão do servidor público municipal **SAULO ANDRÉ PINTO DA SILVA**, matrícula 614, CPF: 090.795.024-80, Auxiliar Administrativo, 40 HORAS, nomeado em 26/12/2016, através da portaria 094/2016, para a **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA (SAPE)**, com ônus para o órgão receptor.

Art. 2º: A cessão será extinta no dia 11 de setembro de 2021, podendo ser extinta também a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Município de Santa Maria RN.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor nesta data, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:D623FCB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 135/2019 - CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA 135/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** licença prêmio por um período de 03 (três) meses a contar de 01/08/2019 a 29/10/2019 ao Servidor ANTONIO ALEXANDRE DA SILVA CALIXTO, matrícula nº 0000237, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A) PN III - C,** lotado na Secretaria Municipal de Educação**,** de acordo com a Lei Complementar Nº 22, de 8 de dezembro de 2009 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município em seu Art. 88; inciso VI, § 8º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:FA7261C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 136/2019 - CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA 136/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** licença prêmio por um período de 03 (três) meses a contar de 02/09/2019 a 01/12/2019 a Servidora ANA LUCIA PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 0000128, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS NI – B – Escola Municipal João Marques de Araújo,** lotada na Secretaria Municipal de Educação**,** de acordo com a Lei Complementar Nº 22, de 8 de dezembro de 2009 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município em seu Art. 88; inciso VI, § 8º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:BA4DEDBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 137/2019 - CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA 137/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** licença prêmio por um período de 03 (três) meses a contar de 10/09/2019 a 09/12/2019 a Servidora FRANCINEIDE RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 0000149, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS NI – B – Escola Municipal João Marques de Araújo,** lotada na Secretaria Municipal de Educação**,** de acordo com a Lei Complementar Nº 22, de 8 de dezembro de 2009 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município em seu Art. 88; inciso VI, § 8º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:6CC36FE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 138/2019 - CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA 138/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** licença prêmio por um período de 03 (três) meses a contar de 04/09/2019 a 02/12/2019 a Servidora MARIA JOSILEIDE BENTO DA SILVA, matrícula nº 0000265, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A) PN III - C – Escola Municipal João Marques de Araújo,** lotada na Secretaria Municipal de Educação**,** de acordo com a Lei Complementar Nº 22, de 8 de dezembro de 2009 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município em seu Art. 88; inciso VI, § 8º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:06E32DCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 139/2019

PORTARIA 139/2019 Santa Maria-RN, 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Constitucional do Município de Santa Maria-RN, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Rescindir o contrato de prestação de serviço temporário da servidora DACINEDE DOS SANTOS LOPES, CPF nº 064.828.334-89, do cargo de **ASSESSOR DE APOIO A PRESERVAÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de julho de 2019, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:911E5873

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO 453

DECRETO SUPLEMENTAR N° 453/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Jose Edvaldo Guimaraes Junior, Prefeito Municipal de Santana Do Matos-RN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 876/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 § Fica aberto, no corrente exercicio, Credito Adicional Suplementar, a ser consignado nas seguintes dotações orcamentarias.

02.005-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.005.12.361.0008.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|11200000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
02.005.12.361.0008.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|11110000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00
Sub-Total:	**R$ 40.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 40.000,00**

Art. 2§ Constitui Fonte de Recursos para fazer face ao credito que trata o artigo anterior, as anulacoes em igual valor nas seguintes Dotacoes Orcamentarias, conforme dispoe a Lei Federal n§ 4.320 de 17 de Marco de 1964, no seu Artigo 43 $1§, inciso III.

02.005-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.005.12.361.0008.1056.3.3.9.0.32.00.00.00|11110000 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	R$ 10.000,00
02.005.12.361.0008.1007.4.4.9.0.51.00.00.00|11200000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.000,00
02.005.12.361.0008.1007.4.4.9.0.51.00.00.00|11240000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 20.000,00
Sub-Total:	**R$ 40.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 40.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santana Do Matos, 29 de Agosto de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JUNIOR
Prefeito(a) Municipal
Municipio De Santana Do Matos

Publicado por:
Shileide Ramalho de Sousa
Código Identificador:95CF794E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1261/2019

Portaria de diária nº 1261/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade como Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder ½ (meia) diária a Sra. **MARCOS ANTONIO DA SILVA** servidor deste município, ocupante do cargo de **TEC. DE ENFERMAGEM, com matrícula Nº 2237**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 80,00 (oitenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de acompanhar paciente até o Hospital Almeida Castro, no dia 26 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:79EB4E95

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1262/2019

Portaria de diária nº 1262/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ERISVAN RODRIGUES DA SILVA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matricula nº 298**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 80,00 (oitenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Com o objetivo de transportar paciente até o Pronto Socorro Clovis Sarinho, no dia 26 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:D27BE474

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1263/2019

Portaria de diária nº 1263/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1 (uma) diária ao Sr. **JOÃO ANTONIO DE ASSUNÇÃO**, servidor deste município, ocupante do cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEN**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 80,00 (oitenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Com o objetivo de acompanhar o paciente até o Pronto Socorro Clovis Sarinho, no dia 26 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 30 de Agosto de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:32A6EC17

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1264/2019

Portaria de diária nº 1264/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:
1. Conceder 1 (uma) diária ao Sr. **WODEN LUIS PEREIRA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 80,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Para transportar paciente até Hospital Maternidade Almeida Castro, no dia 26 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:C5611661

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1265/2019

Portaria de diária nº 1265/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder ½ (meia) diária a Sra. **EDIGILMA PEREIRA DA SILVA** servidora deste município, ocupante do cargo de **AUX. DE ENFERMAGEM, com matrícula Nº 380**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de acompanhar paciente até o Hospital Maternidade Almeida Castro, no dia 27 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:C01D63CA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1266/2019

Portaria de diária nº 1266/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **RICARDO SERGIO BARBOSA** servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matrícula nº 2172**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de transportar paciente até o Hospital Maternidade Almeida Castro, no dia 29 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos/RN 30 de Agosto de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:E99515BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1267/2019

Portaria de diária nº 1267/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **MANOEL THOME DE MACEDO NETO**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Para transportar paciente até Hospital Maternidade Almeida Castro, no dia 27 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:A31F18CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1252/2019

Portaria de diária nº 1252/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ROBSON SILVA DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA,** com matricula nº 2171. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o

objetivo de transportar paciente até o Hospital Maternidade Almeida Castro, no dia 26 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 29 de Agosto de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:2F4DDD13

PREGOEIRA/EQUIPE APOIO
AVISO DE CLASSIFICADO E VENCEDOR PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2212/2019

No dia 29 **de Agosto de 2019, às 09h00min**, reuniram-se na sala de reunião do prédio da**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN**, sito a Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro, Santana do Matos/RN, a Pregoeira Francisca Liane de Araújo Alves e a equipe de apoio, Francisca Ângela de Carvalho, Monica Paula da Silva de Assis, Gilslan dos Santos Powell e Miria Dayane Barbosa Mafra, de acordo com a portaria nº 267/2019 de 30 de Julho de 2019, para a Sessão Pública do Pregão Presencial nº **046/2019**, tipo **Menor preço** que tem o objetivo o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**. Ato contínuo, foram recebidos os documentos para credenciamento e os envelopes:**declarações prévias, proposta e os documentos de habilitação**. Iniciando-se os trabalhos com o exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação da existência de poderes para formulação de lances verbais e prática dos demais atos de atribuição dos Licitantes, na seguinte conformidade:

HABILITAÇÃO
Foram abertos os Envelopes dos Licitantes que apresentaram as melhores propostas classificadas e posteriormente analisados os documentos de habilitações, sendo assim **HABILITADAS** as empresas licitantes**: AIRTON DA COSTA BATISTA - ME C.N.P.J 18.738.798/0001-39**, **EWERTON TALLISOSON DE CARVALHO TRANSPORTES CNPJ: 32.127.406/0001-26**, **JOSE GARIBALDE GUIMARAES CNPJ: 30.686.862/0001-80 e PERFORMANCE RENT A CAR EIRELI CNPJ: 04.833.168/0001-39** por cumprir na íntegra o instrumento convocatório.

RESULTADO
À vista da **HABILITAÇÃO** no certame, foram declaradas **VENCEDORAS** as empresas licitantes: **AIRTON DA COSTA BATISTA - ME CNPJ: 18.738.798/0001-39** com o valor total de R$ 56.246,40 (Cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) **, EWERTON TALLISSON DE CARVALHO TRANSPORTES CNPJ: 32.127.406/0001-26** com o valor total de R$ 28.671,30 (Vinte e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos), **JOSE GARIBALDE GUIMARAES CNPJ: 30.686.862/0001-80** com o valor total de R$ 83.307,00 (Oitenta e três mil, trezentos e sete reais) **e PERFORMANCE RENT A CAR EIRELI CNPJ: 04.833.168/0001-39** com o valor total de R$ 1.105.427,40 (Hum milhão, cento e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos) por cumprir na íntegra o instrumento convocatório.

Santana do Matos/RN, 29 de Agosto de 2019.

FRANCISCA LIANE DE ARAÚJO ALVES
Pregoeira

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:1B7DCE50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO - REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019 – PROC. ADMIN. MSM/RN N° 2212/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/ RN

Vimos através deste, comunicar as empresas vencedoras e habilitadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN: AIRTON DA COSTA BATISTA - ME C.N.P.J 18.738.798/0001-39**, **EWERTON TALLISOSON DE CARVALHO TRANSPORTES CNPJ: 32.127.406/0001-26**, **JOSE GARIBALDE GUIMARAES CNPJ: 30.686.862/0001-80 e PERFORMANCE RENT A CAR EIRELI CNPJ: 04.833.168/0001-39,** que o Exmº Senhor Prefeito Municipal, Senhor**José Edvaldo Guimarães Júnior,**determinou a convocação das empresas acima mencionadas visando as assinaturas das Atas de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos.

Para tanto, **CONVOCAMOS** os representantes das empresas licitantes acima, ao tempo em que concedemos o prazo de até sete (07) dias úteis a contar da data de publicação desta na imprensa oficial do Município, para o comparecimento a esta Prefeitura, **munido dos seguintes documentos**:

1 - todas as certidões negativas de débitos (nacional, estadual e municipal) referentes à regularidade fiscal e trabalhista;

2 - documentação habilitatória dos veículos e Condutores dos veículos que executaram os serviços:

a) Carteira Nacional de Habilitação do condutor do veículo em categoria compatível ao veículo apresentado para determinada rota;

b) Curso de Condutor de Transporte Escolar para o motorista apresentado no item anterior;

c) Certificados de Registro e Licenciamento dos Veículos, **com os tributos devidamente quitados**, e como veículo de passageiros, em nome da empresa vencedora ou recibo de compra e venda ou contrato de locação do veículo;
d) Laudo de Vistoria, dentro do prazo de validade, emitido pelo DETRAN para o veículo apresentado para o item.

A concretização da celebração das Atas de Registro de Preços e consequentes contratos administrativos está condicionada à apresentação dos referidos documentos.

Santana do Matos/ RN, 30 de Agosto de 2019.

Atenciosamente,

GIRLENE MARIA DE VASCONCELOS LEITE
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:69F00428

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

O Município de Santana do Matos RN, através da Secretaria Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde, CONVOCA a população de Santana do Matos/RN para participar de Audiência Pública de apresentação do Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas da Saúde, relativo ao **2º quadrimestre de 2019**, conforme determina o art. 36, da Lei Complementar 141/2012.

Local: Casa Legislativa de Santana do Matos.
Horário: 9hs.
Data: 30/09/2019

MÔNICA MARIA DAMASCENO
Mat. 318
Gestora do SUS

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:B569BE80

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2019

A Prefeitura de Santana do Matos/RN, por meio do presente instrumento convocatório, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2018, nos seguintes termos e condições:

Pelo presente Edital, fica devidamente convocado(s) o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), APROVADO(S) no Concurso Público nº 001/2018, realizado por este município no dia 05/08/2018 e homologado em 19/10/2018, para comparecer(em) ao Setor de Recursos Humanos/Coordenadoria de Gestão e Pessoas da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Administração deste município, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56, centro, Santana do Matos/RN, CEP: 59.520-000, entre os dias 02 de setembro de 2019 até 02 de outubro de 2019, no horário das 08:00 às 13:00 horas, de Segunda-feira a Sexta-feira, para que sejam empossados nos respectivos cargos para os quais concorreram e foram aprovados.

Ficam os convocados advertidos de que **o NÃO comparecimento para à posse no cargo dentro do prazo previsto neste Edital importará na desistência espontânea do candidato ao cargo para o qual fora aprovado,** de modo que a vaga será, por conseguinte, preenchida pelo candidato imediatamente aprovado na sequência de classificação do resultado do concurso já publicada.

O candidato convocado deverá apresentar-se munido dos documentos necessários à investidura no respectivo cargo para o qual fora aprovado, na data e no horário acima estabelecido, nos termos do que consta no Edital do Concurso Público nº 001/2018 .

Será imediatamente **REVOGADA** a nomeação do candidato que não comprovar todos os requisitos para a investidura do cargo, não tomar posse nos prazos previstos ou não pedir prorrogação de posse, conforme especificado no Edital de Concurso.

A documentação deverá ser apresentada na forma original ou através de cópias autenticadas, sendo facultado à Prefeitura Municipal proceder à autenticação por meio de pessoa competente, na condição de servidor municipal, desde que sejam apresentados no ato os documentos originais.

Relação dos Documentos a Serem Apresentados

01. 02 Fotos 3x4;
02. Título de Eleitor, bem como comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral;
03. CPF;
04. Carteira de trabalho,
05. Cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se tiver;
06. Documento de Identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia;
07. Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
08. Número da conta corrente / Banco do Brasil;
09. Declaração de Bens;
10. Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;
11. Certidão de Nascimento dos filhos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos;
12. Comprovante de escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino oficial ou legalmente reconhecida pelo MEC;
13. Para os aprovados nos cargos de Mecânico de Máquina Pesada, Porteiros, Calceteiro, deverão apresentar 01 ano de experiência e/ou Curso Reconhecido na área com carga horária mínima de 40 horas, dentro dos respectivos prazos de validade exigida no Edital nº 01/2018;
14. Comprovante de regular situação de inscrição no Órgão de classe respectivo, quando o exercício da atividade profissional do candidato o exigir.
15. Declaração de que não ocupa outro cargo ou função pública (nos casos de acumulação lícita de cargos, deverá ser indicado o cargo já ocupado), conforme modelo a ser oferecido pelo Setor de Recursos Humanos/Coordenadoria de Gestão e Pessoas da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Administração de Santana do Matos-RN.
16. Ter bons antecedentes relativamente a delitos contra o patrimônio, aos costumes e a Administração Pública, no período imediatamente anterior a 5 (cinco) anos à data da posse;
17. Comprovante de Endereço.
18. Laudo médico do Exame pré-admissional favorável, sem restrições, fornecido por médico do trabalho e o exame de sanidade mental fornecido por médico psiquiatra. Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto **física e mentalmente** para o exercício do cargo.

Para a realização do exame médico pré-admissional, o candidato deverá apresentar resultado dos seguintes exames:

a) Hemograma Completo (com contagem de plaquetas)
b) Glicemia de Jejum
c) Urina Rotina

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

MOTORISTA		
Nome	**CPF**	**Classificação**
RERYSON DE FIGUEIREDO LOPES	094.084.334-08	15º

E para que se cheque ao conhecimento de todos, em respeito aos princípios da administração pública, em especial ao da publicidade dos atos administrativos, determina-se que o referido *Edital de Convocação* seja afixado no Quadro de Publicações e Atas da Administração Pública do referido Município, localizado na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, no endereço já informado, bem como mediante publicação em Diário Oficial competente e demais veículos de comunicação que possam atender aos fins sociais deste Edital convocatório, para que surta seus efeitos legais de modo a convalidar o presente ato administrativo.

Publique-se na forma da lei.

Santana do Matos/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:AD459CFB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 294/2019 – GP

Santana do Matos, 30 de agosto de 2019.

CONSIDERANDO a Homologação dos aprovados em concurso publico realizado por esta Prefeitura em 05/08/2018;

CONSIDERANDO também, que o candidato foi aprovado e entregou toda documentação de acordo com Edital do concurso 001/2018;

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. JOCIELE FERNANDES DE ARAUJO, portador da Cédula de Identidade nº 003.090.347-SSP/RN e do CPF: 104.341.584-02, para exercer o cargo OPERADOR DE MAQUINAS, para uma carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras Publicas, Serviços Urbanos, Transportes e Meio Ambiente, para exercer a função definido no CBO: 8621-50 – Operador de Maquinas, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:23404389

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0116/2019/PMSS/CD/ADM - PUBLICAR POR INCORREÇÃO

PORTARIA N. º 0116/2019/PMSS/CD/ADM de 26 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL HUDSON PEREIRA DE BRITO, da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 931 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr. **Taciano José de Morais Medeiros,** inscrito no CPF nº 107.XXX.XXX-56, ocupante do cargo de Fiscal em Vigilância Sanitária**,** 1/2 (meia) diária em decorrência de sua viagem à cidade de Caicó/RN, no dia 27 de agosto de 2019, para participar de uma "Exposição Comentada Sobre A RDC 207/18 e sua aplicabilidade no município, conforme programação em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 0116/2019/PMSS/CD/ADM de 26 de agosto de 2019**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:00478C62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0118/2019/PMSS/CD/ADM

PORTARIA N. º 0118/2019/PMSS/CD/ADM de 30 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, Eliane Cabral da Silva, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 931 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **HUDSON PEREIRA DE BRITO,** ocupante do cargo de **PREFEITO MUNICIPAL** para realizar viagem a Capital do País, Brasília - DF, no dia 02 de setembro de 2019, para tratar de assuntos de interesse deste município no tocante ao acompanhamento da liberação de emendas parlamentares do OGU – Orçamento Geral da União em 2019, junto aos diversos Ministérios, conforme declaração em anexo e os termos descritos na **Portaria de N° 0118/2019/PMSS/CD/ADM de 30 de agosto de 2019**.

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 01 (uma) diária, na forma de que trata o Art. 1º do Decreto Municipal acima citado.

Publique-se.

ELIANE CABRAL DA SILVA
Secretária Mun. de Administração

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:98FFE2CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0119/2019/PMSS/CD/ADM

PORTARIA N. º 0119/2019/PMSS/CD/ADM de 30 de Agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL HUDSON PEREIRA DE BRITO, da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 931 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **Helson Nazaré da Silva,** inscrito no CPF nº 075.XXX.XXX.24, ocupante do cargo de **Controlador Geral,** ½ (meia) diária, em decorrência de sua viagem a Cidade de Natal – RN, no dia 04 de setembro de 2019, para participar de uma audiência técnica – mudanças no SIAI para o exercício 2020, conforme programação em anexo e termos descritos na **Portaria de N. º 0119/2019/PMSS/CD/ADM de 30 de Agosto de 2019**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:9AA68A49

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 011/2017

Contratada: **Francisco Vivaldo Jacome de Oliveira – EPP**
CNPJ - 11.608.118/0001-13
Objeto: : Contratação de empresa de Assessoria e consultoria contábil junto a Prefeitura Municipal de Santo Antônio-RN.
Fundamento Legal: Lei 8666/ Art.57, inciso II.
Objeto do presente termo aditivo: Prorrogação de prazo de vigência do Contrato firmado em 17/03/2017, em conformidade com a

justificativa acostada ao autos, bem como nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993,
Vigência: 22/08/2019 até 22/06/2020
Ratificação: Ficam mantidas todas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

SANTO ANTONIO – RN, 21/08/2019

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:78B18847

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PE/SRP - Nº 042/2019

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, através do seu pregoeiro oficial, torna público que a empresa OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 83.802.215/0001-53, impetrou com um pedido de impugnação ao PE042/2019 com OBJETO: Formação de registro de preços de cadeiras odontológicas completas, para as unidades básicas da secretaria de saúde do município de Santo Antônio-RN, HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sala da Comissão, localizada na Prefeitura Municipal da Santo Antônio-RN, Rua Padre Cerveira, 505, Centro, Santo Antônio/RN – Ou pelo fone (0xx84) 3282-2309 – pelo e-mail: pmsa.cpl45@gmail.com ou

SantoAntônio-RN, 30/08/2019

VICTOR MAGNO GUEDES GALVAO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:E5444F7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO APRECIAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - PE/SRP - Nº 042/2019

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público a apreciação de recurso administrativo, dados da empresa no relatório inicial abaxio:

"APRECIAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO (IMPUGNAÇÃO AO EDITAL)

Referência: apreciação de recurso administrativo.
Processo: 701.070/2019
Pregão Eletrônico SRP n° 042/2019
Objeto:Formação de registro de preços de cadeiras odontológicas completas, para as unidades
básicas da secretaria de saúde do município de Santo Antônio-RN.

Assunto: Decisão Pregoeiro. Resposta ao recurso interposto pela empresa Pregão Eletrônico nº 042/2019.

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. DECISÃO. IMPGNAÇÃO AO EDITAL.
REQUISITOS DA CONSTITUÇÃO FEDERAL. DA LEI Nº 10.520/202. LEI Nº 8.666/93. DA JURISPRUDÊNCIA E DA DOUTRINA.

RELATÓRIO INICIAL

Trata-se do recurso administrativo interposto pela empresa OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 83.802.215/0001-53, estabelecida na Rua Ivo Lucchi, n.68 bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça, estado de Santa Catarina, neste ato representada por Elisa Freitas Olsen, vice presidente, contra o Edital do processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 042/2019.

II – DA TEMPESTIVIDADE
O presente recurso impetrado pela empresa é considero intempestivo, tendo em vista que foi enviado por e-mail no dia 29/08/2019, às 14:22h e a licitação esta marcada para ocorrer no dia 02/09/2019 às 9h. Nosso instrumento convocatório rege no item12.1. ‘’Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, no horário de 08:00 às 13:00 horas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, mediante petição por escrito protocolizada junto à Comissão Permanente de Licitação – Rua Padre Cerveira, 505, Centro, Santo Antônio/RN;’’ Além do fato de ser enviado depois do horário correto, também não foi protocolada junto a CPL de Santo Antônio/RN, porém, visando o principio da isonomia e razoabilidade, para que nenhuma empresa saia prejudicada, apreciamos a impugnação ora impetrada.

III – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Alega a recorrente que o edital tece exigências excessivamente restritivas que se opõe a legalidade e aos princípios informadores da licitação publica.
Alega ‘’Diante de todo o exposto, REQUER, a Vossa Senhoria, seja recebida e Julgada procedente a presente Impugnação, para o fim de efetuar as alterações necessárias, em atendimento aos princípios constitucionais e legais que regem os procedimentos licitatórios como demonstrado e, possibilitar a participação da Impugnante no certame, bem como de outros fornecedores do ramo, nos seguintes termos:
a) A modificação da especificação técnica constante no item 01 da cadeira odontológica do edital

IV – DA APRECIAÇÃO E MERITO

É o breve relatório,
Passado a analise do mérito quanto aos pontos levantados/impugnador pelo interessado, conforme posicionamento da área demandante/técnica do objeto (Secretaria Municipal de Saúde), tem-se as seguintes considerações e entendimentos:
Em que pese às razões despendidas na impugnação, as disposições editalicias foram pautadas em conformidade com a legislação vigente, pois a administração tem o poder discricionário para elaborar seu termo de referência de acordo com a sua necessidade.
Referente ao refletor de no mínimo 3 leds, em pesquisa feita pela nossa equipe técnica, existem várias
empresas que possuem, e quanto a questão do acionamento através do sensor, a grande vantagem pelo sensor é que não tem toque no botão de acionamento, evitando assim uma possível infecção cruzada, na cuspideira através do sensor tem uma economia de 93% de água, diferente de outros modelos que ficam ligados direto, e outros que apertam o botão para acionar a água, basta o paciente se aproximar que a água é acionada.
Além do mais, até o momento já foram cadastradas três propostas para participarem desta licitação PE 042/2019, podendo até segunda aumentar essa quantidade de interessados, demonstrando que haverá uma competitividade, no que ocasionará uma compra vantajosa para administração

VII - CONCLUSÃO

De acordo com o exposto, considero improcedente o pedido da impugnante. ”Não há de se questionar que o cumprimento das regras estabelecidas no edital, é dever supremo da Administração Pública como também do licitante que participa, até porque a regra do instrumento convocatório está amparado no artigo 3.º da Lei n° 8.666/93.
Por todo o exposto e prestados os esclarecimentos solicitados, este Pregoeiro, decide, à luz do objeto licitado e da conformidade do nosso termo de referência com o ordenamento jurídico, pelaconsiderando a argumentação feita pelo setor técnico solicitante anexa ao processo, julgamos improcedente a presente impugnação, apresentada pela empresa OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

Encaminhe-se o presente processo para o excelentíssimo prefeito municipal para o seu conhecimento.

É nosso parecer, S.M.J.

Santo Antônio/RN, 30/08/2019

VICTOR MAGNO GUEDES GALVÃO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:0327B256

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 121, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o Decreto nº 075/2018, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e da outras providências;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de ½ (meia) diária para a servidora: **MARTA BEATRIZ ACOSTA PERES**, Controladora Municipal, Mat. 00883-4, CPF: 295.077.904-20, ao preço unitário de R$: 200,00 (duzentos reais), totalizando um valor de R$ 100,00 (cem reais) para custear despesas com deslocamento e alimentação na cidade de Natal/RN, no dia 22 de agosto do corrente ano, com objetivo de participar do curso: "Audiência Técnica – Mudanças no SIAI para o exercício de 2020, ministrado pelo Tribunal de Contas do Estado-RN.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 30 de agosto de 2019.

CLAUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:583518CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 833/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS **CNPJ/CPF**: 092.594.484-09. **OBJETO**: Contratação de profissional para instalações de aparelhos de ar condicionados nas escolas municipais como também na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Fernando-RN. Este serviço dar-se em virtude de proporcionar um maior proveito e qualidade de atendimento aos usuários como também aos profissionais que diariamente desenvolvem suas atividades, garantindo uma melhor assistência a população São fernandense. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 3.000,00 (Três Mil Reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 256 - 2 . 19001 . 12 . 361 . 42 . 2.52 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. II, da Lei 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:28 de Agosto de 2019. **Vigência**:28 de Agosto de 2019 a 28 de Outubro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 28 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geildo Bezerra Dantas
Código Identificador:5E4F5E8D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 105/2019

"Dispõe sobre a reintegração sub judice de WALLACE DE CALDAS MARTINS ao cargo de Agente de Endemias do Município de São Francisco do Oeste/RN e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO acórdão proferido nos autos APELAÇÃO CÍVEL n 0002431-59.2011.8.20.0108, do qual conheceu e deu provimento ao recurso para julgar procedente o pedido formulado e, consequentemente, reintegrar o autor/recorrente no Cargo de Agente de Endemias do Município de São Francisco do Oeste/RN;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública o cumprimento de decisões judiciais a fim de dar provimento efetivo ao agentepúblico.

RESOLVE:

Art. 1º - **Reintegrar**, a partir desta data, **WALLACE DE CALDAS MARTINS** ao cargo de Agente de Endemias do Município de São Francisco do Oeste/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José Raimundo de Freitas – Gabinete do Prefeito de São Francisco do Oeste/RN, 02 de setembro de 2019.

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:B6BAA314

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 181/2019 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PROVISÓRIA DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **SHESLEY ARAÚJO DOS SANTOS** CPF: **057.942114-74,** para , assumir provisoriamente o mandato de Conselheira Tutelar, por ocasião do gozo de férias (período aquisitivo de 2018/2019), da Conselheira Tutelar titular: **MAÍRA JAYNE MARIZ DE MEDEIROS FÉLIX** no período de 02/09/2019 a 01/10/2019 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

São João do Sabugi (RN), 30 de agosto de 2019.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:D3BBA97B

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO - PROCESSO/PMSJS/RN Nº 086/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 063/2019

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a contratação de serviços de Inspeção técnica e manutenção dos tacógrafos para quatro veículos de transporte coletivo pertencentes ao Município de São João do Sabugi/RN, com certificação do INMETRO, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no8.666/93.

NOME DO CREDOR **GTI POSTO DE ENSAIO DE CRONOTACÓGRAFO LTDA ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 19.414.509/0002-90, perfazendo o valor total de R$ 1.202,96 (um mil, duzentos e dois reais e noventa e seis centavos).

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Maria de Medeiros
Código Identificador:B3BAC3B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 256/2019, 30 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,
RESOLVEM:
Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 100%	Natal/RN	30 de agosto de 2019	125,00	125,00

TOTAL

R$ 125,00

(x) 100%

( )50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 31 de agosto de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 30 de agosto de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:D67ED271

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 002/2019

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, dispõe sobre posse dos Conselheiros da Sociedade Civil, Aprovação do Plano de Ação 2019 e outros assuntos.

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS** no uso das suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei Municipal No. 192/1995, amparada na Lei Federal 12.435 de 06 de julho de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º- Aprova sem ressalvas o Plano de Ação de 2019, conforme reunião realizada no dia 28 de junho do corrente ano, conforme Ata do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Seridó/RN, 26 de Junho de 2019

.

SIMONE DE ARAÚJO E SANTIAGO
Presidente Do CMAS

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:8CC35D6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2019 – PROC. LICITATÓRIO MSJS/RN N° 074/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN; PROMITENTE CONTRATADA: EDRIANO DA SILVA ARAÚJO 04914181401; OBJETO: Registro de Preços para possível contratação gradativa dos serviços de solda em geral e apontamento de ferramentas; VALOR GLOBAL: R$ 39.920,00 (Trinta e nove mil novecentos e vinte reais); VALIDADE: 30 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2020; MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial; SUBSCRITORES: Maria Dalva Medeiros de Araújo - Pelo Promitente Contratante e Edriano da Silva Araújo - Pela Promitente Contratada.

São José do Seridó / RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:5E2DDE22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2019 – PROC. LICITATÓRIO MSJS/RN N° 074/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN; PROMITENTE CONTRATADA: FRANCISCO DE SALES DE MEDEIROS 37872443449; OBJETO: Registro de Preços para possível contratação gradativa dos serviços de solda em geral e apontamento de ferramentas; VALOR GLOBAL: R$ 33.254,50 (Trinta e três mil duzentos e cinquenta e quatro reais); VALIDADE: 30 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2020; MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial; SUBSCRITORES: Maria Dalva Medeiros de Araújo - Pelo Promitente Contratante e Francisco de Sales de Medeiros - Pela Promitente Contratada.

São José do Seridó / RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:4C149F1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. SOB O NÚMERO DE ORDEM 13°

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o(a) senhor(a) **TIAGO BARBOSA DA SILVA**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, n°1.009, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n°000.427, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 13°, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 01/2013**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:

I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 24 de julho de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

TIAGO BARBOSA DA SILVA
Concessionario

TESTEMUNHAS:

Nome: Paola de Oliveira Eurico
CPF: 115.392.866-30
Endereço: Rua Bagre Caiacoco nº 38

Nome: Lívia dos Santos Lopes
CPF: 104.131.264-47
Endereço: Av. dos Arrecifes, 348

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:4957F40D

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. SOB NUMERO DE ORDEM 3

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o(a) senhor(a) **GEOVA BARBOSA DA SILVA**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, n° 347, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n°482-0, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 3°, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 01/2013**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas

disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na

legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 24 de julho de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

GEOVA BARBOSA DA SILVA
Concessionario

TESTEMUNHAS:

Nome: Azenate da Câmara Cruz
CPF: 035.624.194-73
Endereço: Rua das Cavalas, nº 003

Nome: Adeilton Bezerra da Silva
CPF: 081.400.774-02
Endereço: Av. dos Arrecifes, S/Nº

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:6A2A1212

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. SOB NUMERO DE ORDEM 16

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o(a) senhor(a) **MARCIO BARBOSA DA SILVA**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, n°1.009, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n°000.486-1, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 16°, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 01/2013**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 24 de julho de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

MARCIO BARBOSA DA SILVA
Concessionario

TESTEMUNHAS:

Nome: Azenate da Câmara Cruz
CPF: 035.624.194-73
Endereço: Rua das Cavalas , 103

Nome: Adeilton Bezerra da Silva
CPF: 081.400.774-02
Endereço: Av. dos Arrecifes s/nº

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:F381295F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 111

PORTARIA Nº. 111/2018 São Miguel do Gostoso/RN, 21 de agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a senhora GEOVÂNIA SANTANA RIBEIRO, Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de São Miguel do Gostoso/RN, inscrita no CPF/MF 040.902.794-45, 02 ½ (duas meias diarias) nacional, com valor unitário de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais) num total de R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais) **de acordo com o Decreto 016/2017, "aonde dispõe sobre a concessão e o pagamento de Agentes Públicos, em seu Art 6 ◦ Na hipótese do agente público estar acompanhado o Prefeito Municipal fará jus à diária correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor da diária percebida pelo cargo em referencia, ..."** para custear despesas com alimentação e translado durante o Evento "V Fórum do DEL" em Florianópolis, nos dias 03, 04 e 05 de setembro de 2019.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após contatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

JOSE RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:55719E60

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 125

PORTARIA Nº. 125/2018 São Miguel do Gostoso/RN, 28 de agosto de 2019
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao senhor PAULO CESAR MATINIANO DA COSTA FILHO, Coordenador deste Município, inscrita no CPF/MF 091.276.764-20, 04 (quatro diárias) nacional, com valor unitário de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais) num total de R$ 1.070,00 (hum mil e setenta reais) **de acordo com o Decreto 016/2017, "aonde dispõe sobre a concessão e o pagamento de Agentes Públicos, em seu Art 6 ◦ Na hipótese do agente público estar acompanhado o Prefeito Municipal fará jus à diária correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor da diária percebida pelo cargo em referencia, ..."** para custear despesas com alimentação e translado durante o Evento "V Fórum do DEL" em Florianópolis, nos dias 03, 04, 05 e 07 de setembro de 2019.
Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após contatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.
Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

JOSE RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:EA408FBF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 53/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019 REGULAMENTA A FOLGA COMPENSATÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM VIRTUDE DO TRABALHO REALIZADO NO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN

DECRETO EXECUTIVO Nº 53/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Regulamenta a folga compensatória de servidor público municipal em virtude do trabalho realizado no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de São Miguel do Gostoso/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90 e o teor da Resolução n° 170/2014 do CONANDA relativamente às providências necessárias para a realização do processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares;
Considerando o disposto no art. 15 da Lei Federal n° 8.868/1994;
Considerando o disposto no art. 98 da Lei Federal n° 9.504/1997;
Considerando que o processo de escolha unificado é um processo eleitoral significativo e contará com o apoio técnico do Tribunal Regional Eleitoral;
Considerando que os servidores municipais trabalharão na eleição e não receberão nenhuma vantagem pecuniária,
DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o procedimento para a concessão da folga compensatória de servidor público municipal pelos serviços prestados em virtude de sua participação no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.
Art. 2º. Para que o servidor público possa gozar da folga compensatória prevista na legislação eleitoral e municipal deve ser obedecida a seguinte tramitação:

I - O servidor público deve apresentar requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração conjunta emitida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pela Coordenadora da Comissão Especial do Processo de Escolha Unificado;

II - O requerimento a que se refere o inciso anterior deve ser protocolizado em até 30 (trinta) dias, contados da data do processo de escolha unificado;

III - Após a conferência da declaração emitida e verificada a sua conformidade, o Departamento de Recursos Humanos promoverá contato com a Secretaria ou Chefia imediata do servidor público para que, em conjunto, estabeleçam quais as datas serão concedidas as folgas compensatórias;

IV - As datas da folga compensatória serão estabelecidas em ato administrativo do Poder Público baseado na conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal para que não haja prejuízo na continuidade da prestação dos serviços públicos;

V - O servidor público somente estará autorizado ao gozo da folga compensatória após ser comunicado por escrito pelo Departamento de Recursos Humanos através da resposta ao requerimento apresentado. Após a comunicação assinada pelo servidor, o Departamento de Recursos Humanos adotará as providências cabíveis.

Art. 3º. Cada 01 (um) dia trabalhado no processo de escolha unificado, independentemente da quantidade de horas, equivale a um período de 02 (dois) dias consecutivos de folga compensatória, sendo que para o treinamento a folga será de um dia.
Art. 4°. A folga compensatória não pode ser convertida em retribuição pecuniária, conforme previsto no § 4º do art. 1º da Resolução TSE nº 22.747/2008, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.
Art. 5°. Os dias de um período da folga compensatória não podem ser fracionados em hipótese alguma e deverão ser gozados em dias consecutivos.
§ 1º As folgas compensatórias adquiridas devem ser gozadas no período máximo de 01 (um) ano, contado do deferimento do requerimento, cabendo ao servidor público apresentar o requerimento no prazo previsto no inciso II, do artigo 2° deste Decreto.
Art. 6°. Fica proibida a Administração Pública do Poder Executivo Municipal:

I - Conceder folga compensatória em dia que o servidor público não tenha que cumprir expediente.
Art. 7°. Compete exclusivamente à Administração Municipal tomar as providências quanto à substituição do servidor público em gozo de folga compensatória prevista neste Decreto.

Art. 8°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, Estado, 26 de agosto de 2019

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:875E12CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – CONTRATO Nº 30080001/2019.

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – CONTRATO Nº 30080001/2019.
OBJETO: contratação de entidade para assessorar o instituto previdenciário dos servidores do município de são Paulo do Potengi – IPREVSAPP, Nos serviços de gestão própria de previdência social, para suprir as necessidades do INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI – IPREVSAPP.
Ratifico nos termos do art. 26, da Lei nº. 8.666/93 o ato do S.r. Presidente da CPL que dispensou a licitação nos termos do inciso I, do art., 25, do diploma legal invocado para contratação de entidade para assessorar o instituto previdenciário dos servidores do município de são Paulo do Potengi – IPREVSAPP, Nos serviços de gestão própria de previdência social, para suprir as necessidades do INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI – IPREVSAPP, à **CENTRO DE AÇÃO COMUNITARIA DE ENTIDADES ORGANIZACIONAIS** localizada na Av. Antoine DE Saint Exupery, 1003 – Pitimbu, Natal-RN – CEP: 59.066.430. A vigência do contrato 12 meses.

São Paulo do Potengi – RN, 30 de agosto de 2019.

BRUNO GUILHERME DAMASCENO DE ARAÚJO MARQUES
Diretor Presidente (IPREVSAPP).

Publicado por:
João Maria de Luna
Código Identificador:EE91B433

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 285/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER 90 (noventa) dias de licença-prêmio a senhora MARIA DO SOCORRO LOPES, Mat. 106, servidora efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, período aquisitivo em 01/11/2005 à 31/10/2010, com vigência de 02/09/2019 à 30/11/2019, fazendo jus aos vencimentos e vantagens do seu cargo.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:6485E714

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO – (EDITAL Nº 001/2019) - CONVOCAÇÃO Nº 017/2019

Pelo presente fica convocado a comparecer na Secretaria Municipal da Administração e dos Recursos Humanos o candidato classificado no Processo Seletivo – EDITAL Nº 001/2019-SEMARH, munido de documentação descrita no Item 12 do Edital, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas:

RECEPCIONISTA (CAPS)		CÓD. 044
SEC. MUL. DE SAÚDE		
Nº	CANDIDATO(A)	DATA DE NASCIMENTO
1	EVELIN RAQUEL BRANDÃO NUNES	03/05/2001

São Paulo do Potengi/RN, 30 de agosto de 2019

ALEXANDRE HERCULANO SOARES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:4747EB1D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO SANCIONAR O PROJETO DE LEI Nº. 008/2019, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRENO URBANO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN, no uso da atribuição que lhe confere a Constituição Federal de 1988, bem como a Lei Orgânica do Município, após a devida aprovação legislativa pela Câmara Municipal, resolve **SANCIONAR o Projeto de Lei nº. 008/2019, que "Autoriza o poder executivo a fazer doação de área de terreno urbano que menciona, e dá outras providências"**.

Encaminha-se à Publicação, revogadas as disposições em contrário, passa o referido Projeto de Lei n.º 008/2019 a ser nominado e numerado como **Lei Ordinária nº. 422** de 20 de agosto de 2019.

São Pedro/RN, 20 de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:F36B41A3

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO LEI ORDINÁRIA N.º 422/2019 DE 20 (VINTE) DE AGOSTO DE 2019

LEI ORDINÁRIA N.º 422/2019 DE 20 (VINTE) DE AGOSTO DE 2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRENO URBANO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São Pedro, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, mediante as condições estipuladas nessa Lei, a Igreja Tabernaculo Evangélico de Jesus (Casa da Benção de Deus), portadora do CNPJ n. 00.113.233-007-50, a área a seguir delimitada.
Atual Proprietário: Município de São Pedro-RN
Localização: Conjunto Jose Viana, medindo 8 metros de frente por 15 metro de fundos, totalizando 120 (centro e vinte) metros quadrados, limitando-se **ao norte com a casa do Senhor Luiz Gomes de Lima, ao sul com a rua Jose Pedro Lins dos Santos, ao leste com a casa**

da Senhora Márcia Maria dos Santos e ao oeste com a Rua Projetada.
Art. 2º - A donatária tem o prazo máximo de 02 (dois) anos para o início da edificação, contados a partir da publicação da presente Lei.
Parágrafo Único – A inobservância do disposto no art. 2º implicará na imediata reversão do bem doado para o patrimônio Municipal com todas as benfeitorias nele realizadas sem qualquer ônus para o Erário Público
Art. 3º - Sob pena de revogação da doação, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas no terreno objeto desta doação, fica a Igreja Tabernaculo Evangélico de Jesus (Casa da Benção de Deus), obrigada a observar a seguinte condição:
I - não alterar a destinação da doação.
Art. 4º - Ressalvados os casos em que o imóvel sirva como garantia para financiamento da obra a que se refere o artigo 2º, fica a doação onerada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do término da construção.
Art. 5º - A doação prevista nesta Lei se efetivará por escritura pública cuja lavratura fica condicionada à conclusão da edificação pela outorgada donatária.
Art. 6º - Fica desafetada a área a ser doada de sua destinação pública específica.
Art. 7º - As despesas decorrentes da lavratura da escritura pública de doação e demais encargos, inclusive, o recolhimento do imposto sobre transmissão de bens imóveis, bem como, o seu consequente registro junto ao cartório de registro de imóveis desta comarca, correrão integralmente por conta da outorgada donatária.
Art. 8º - Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, realizar todos os registros contábil e patrimonial necessários ao cumprimento da presente lei.
Art. 9º - - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 20 (vinte) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:E9F7AD21

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 147/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 147/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2018 a 2019, a servidora **IOLETE FERREIRA DA SILVA CAMPOS**, portadora da Cédula de Identidade n.º 1.396.549 SSP/RN e inscrita no CPF sob o n.º 915.202.074-68, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:A6CB253C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 148/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 148/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2017 a 2018, a servidora **MARIA SUELY XAVIER**, portadora da Cédula de Identidade n.º 1.988.035 SSP/RN e inscrita no CPF sob o n.º 049.533.574-69, matrícula nº 162-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:F844C09F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 149/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 149/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2018/2019, a servidora **IVANETE DANTAS DE SOUZA MOTA**, portadora da Cédula de Identidade n.º 1.852.051 SSP/RN e inscrita no CPF sob o n.º 031.920.384-03, ocupante da função de CONSELHEIRA TUTELAR, Lotada no Gabinete do Prefeito.
Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:A6CF1D90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 150/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 150/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2018 a 2019, a servidora **FRANCISCA SILEIDE AIRES**, portadora da Cédula de Identidade n.º 1.204.335 ITEP/RN e inscrita no CPF sob o n.º 654.879.314-53, matrícula nº 98.0027-03, ocupante do cargo efetivo de GARI, Lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:BBF7FE0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 151/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 151/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2017 a 2018, ao servidor **PAULO SALVIANO DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade n.º 1.848.626 SSP/RN e inscrito no CPF sob o n.º 037.870.254-80, matrícula nº 1066-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:73C38844

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 152/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 152/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2017 a 2018, ao servidor **BRUNO LEONARDO QUIRINO DE OLIVEIRA FREITAS,** portador da Cédula de Identidade n.º 6.960.944 SDS/PE e inscrito no CPF sob o n.º 061.867.544-21, matrícula nº 1128-1, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:7D2C7B46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 153/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 153/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2018 a 2019, ao servidor **JADSON TIAGO DE SOUZA,** portador da Cédula de Identidade n.º 2.405.672 ITEP/RN e inscrito no CPF sob o n.º 062.079.734-70, matrícula nº 1114-1, ocupante do cargo efetivo de TRATORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:83D924DA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 154/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 154/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2018 a 2019, ao servidor **FRANCINALDO LIMA DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade n.º 002.053.834 SSP/RN e inscrito no CPF sob o n.º 043.633.08-94, matrícula nº 00.102-05, ocupante do cargo efetivo de GARI, Lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:EE7441A1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 155/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 155/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2017 a 2018, ao servidor **JACINTO MANOEL VICENTE,** portador da Cédula de Identidade n.º 677.097 ITEP/RN e inscrito no CPF sob o n.º 391.515.494-68, matrícula nº 83.0122-05, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Relações Humanas.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:A66DC8B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 156/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 156/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR(a) EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, § 1.º, da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE por 90 (noventa) dias durante o período de 29/08/2019 a 26/11/2019, correspondente ao quinquênio 2013 a 2018 a servidora **NAZARÉ FERREIRA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade n. º 189.905 ITEP/RN e inscrita no CPF sob o n. º 140.917.204-04, matrícula nº 98.0035-03, ocupante do cargo efetivo de AUX. OPERACIONAL I na função AUX. DE DERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor em 29/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:68F8B5A5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 157/2019 DE 30 (TRINTA) DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N. º 157/2019 DE 30 (trinta) DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR(a) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84 da Lei n. º 079/1997 Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Pedro/RN.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS por 30 (trinta) dias durante o período de 01/09/2019 a 30/09/2019, correspondente ao período aquisitivo de 2016 a 2017, a servidora a servidora **ADRIANA ALLI FERNANDES**, portadora da Cédula de Identidade n. º 1263243 SSP/ES e inscrita no CPF sob o n.º 042397217-09, matrícula nº 00.139.010, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR na função CIRURGIÂ DENTISTA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor EM 30/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 30 (trinta) de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:356ECB25

GABINETE DO PREFEITO
TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 422/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN, no uso da atribuição que lhes são conferidas por Lei, TORNA SEM EFEITO a publicação da Lei nº 422/2019, de 31 de julho de 2019, no Diário Oficial de dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, do dia 07 de agosto de 201, Edição 2077, por inserção indevida.

São Pedro/RN, 30 de agosto de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:B8F2C2F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1236/2019 EMENTA: DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL NA SEDE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 81, incisos II, III e XXII da Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado **Conjunto Habitacional "Luiz Hipólito Dantas"**, o conjunto formado por 26 (vinte e seis) imóveis residenciais localizados à Rua Macário Pinheiro da Silva, conforme pode ser visualizado no Anexo I e II desta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Tomé/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:1EDCA18E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 760/2008 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, de acordo com suas atribuições que lhe confere LOM, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplacação.

Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I – Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II – Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitam;

III – Serviços especiais nos termos do artigo 87, incisos III, IV e V, da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º. São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de São Tomé:

I – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

II – Conselho Tutelar;

III – Toda as demais Secretarias Municipais que atuam direta ou indiretamente com a promoção, efetivação e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º. O Município deverá criar programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, desta Lei ou estabelecer quando necessário consorcio intermunicipal para o atendimento regionalizado instituído e mantidos por entidades governamentais ou não governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os Programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

Orientação e apoio sócio Familiar;
Apoio Sócio-educativo e meio aberto;
Colocação Familiar;
Abrigo
Liberdade Assistida;
Semiliberdade;
Internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam:

A prevenção e atendimento médio e psicológico ás vitimas de negligência, maus trato, exploração, abuso, crueldade, e opressão;
Identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos
Proteção jurídido-social.

Capítulo II
Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º. Fica Criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé, órgão autônomo, deliberativo e controlador da política de atendimento á infância e á juventude, vinculado ao Gabinete do Prefeito, responsável pela execução da mencionada política e composto paritariamente de oito membros.

Parágrafo único: O Conselho será Composto de 04 (quatro) representantes do poder Executivo local, de livre nomeação do Chefe do Executivo, que preferencialmente atuem em órgãos que direta ou indiretamente
Tenham ligação com a efetivação dos direitos da criança e do adolescente e 04 (quatro) representantes de entidades da sociedade civil organizada, diretamente ligadas a defesa, promoção ou ao atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, legalmente constituídas, e em funcionamento há pelo menos 02 (dois) anos.

Art. 6º - São funções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé.:

I – Deliberar e controlar a efetivação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal, e da Lei Orgânica Municipal e todo o conjunto de normas da Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Município, utilizando quando necessário apoio técnico nas áreas contábil e jurídica do município, com fins de sugerir as modificações necessárias á consecução da política formulada;

III – Estabelecer Propriedades de atuação a definir a aplicação dos recursos públicos municipais destinados ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

IV – Homologar a concessão de auxilio e subvenções e entidades particulares filantrópicas e sem fins econômicos que atuem no atendimento, promoção ou defesa das crianças e do adolescente;

V – Avocar, quando necessário, o controle das ações de execução da política municipal de atendimento ás crianças e adolescentes;

VI – Propor as poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados a promoção, proteção e defesa da infância e juventude;

VII – Oferecer subsídios para elaboração de leis atinentes á garantia doas crianças e adolescentes preconizadas na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII – Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação dos programas e serviços a que se referem os incisos II e III, do artigo 2º desta Lei, bem como a criação de entidades governamentais ou a realização intermunicipal regionalizado de atendimento;

IX – Proceder a inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais, na forma dos artigos 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

X – Fixar critérios de utilização, através de planos aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, para o incentivo no acolhimento, sob a forma de guarda de criança ou adolescente, órfãos ou abandonados, de difícil colocação familiar;

XI – Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e juventude;

XII – Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais e internacionais, visando entender a seus objetivos.

XIII – Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito á promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

XIV – Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em lei, e em seu regimento interno, o cadastramento de entidades de defesa ou atendimento aos direitos das crianças e adolescentes que pretendam integrar o Conselho o qual fará comunicação ao Conselho Tutelar e a Juiz da Infância e da juventude conforme artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XV – Receber petições, denuncias reclamações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados ás crianças e adolescentes, dando lhes o encaminhamento devido;

XVI – Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aprovação;

XVII – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé, como órgão público, na consecução de

suas atividades adotará os princípios da administração pública constantes do artigo 37 da Constituição Federal;

XVIII – Realizar o processo de escolha dos membros do conselho tutelar de São Tomé, conforme as disposições da Lei federal nº 8.069/90 e desta Lei, designado entre seus membros e criação de Comissão Eleitoral Especial responsável pela realização do referido pleito.

Art. 7º - As organizações de sociedade civil interessadas em participar do Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, habitar-se-ão junto a comissão especialmente designada pelo Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé, comprovado documentalmente suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, bem como indicando seu representante titular e respectivo suplente. A presente comissão ora composta de representantes de entidades da sociedade civil terá sua composição amplamente divulgada.

§ 1º - A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição em assembléia específica, realizada pelo Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - A Comissão responsável pela realização do pro cesso de escolha dos membros representantes da sociedade civil encaminhará ao Prefeito no Prazo máximo de 10 (dez) dias após o processo de escolha, a relação das entidades que integrarão o conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo máximo de 20 (vinte) dias.O referido processo será fiscalizado pelo Ministério público.

§ 3º - Os Conselheiros representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados para mandato de 02 (dois) anos;

§ 4º – Os conselheiros representantes das entidades da sociedade civil poderão ser reconduzidos apenas por igual período, observado o mesmo processo previsto neste artigo. Processo este que deverá se convocado com a antecedência de 90 (noventa) dias antes do término do mandato;

§ 5º - Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente de São Tomé, na forma deste artigo, autoridade judiciária, legislativa, representante do Ministério Público, da Defensoria pública com atuação na área da criança e do adolescente ou em exercício no foro regional, distrital e federal, bem como, Conselhos de Políticas Públicas, Conselheiros Tutelares, representantes de órgão de outras esferas governamentais, e representantes que exerçam simultaneamente cargo ou função comissionada de órgão governamental e de direção em organização da sociedade civil;

§ 6º - É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho de Direitos;

§ 7º - Os membros da comissão citada no Caput deste artigo serão obrigatoriamente representantes de Entidades que não concorram ao pleito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé.

Art. 8º - Os conselheiros titulares e suplentes representantes dos órgãos públicos municipais, serão nomeados livremente pelo Prefeito Municipal que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 9º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé aprovará seu Regimento Interno no prazo Maximo de 30 (trinta) dias em sessão com quorum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão;

Art. 10. Cabe a administração municipal, fornecer os recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do órgão, devendo para tanto instituir dotação orçamentária especifica sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com base no disposto no artigo 4º alínea ´´d´´ da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A dotação a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé, inclusive para as despesas com a capacitação dos conselheiros;

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé deverá contar com espaço físico adequado para o seu funcionamento, devendo contar ainda com recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho de suas funções.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé deverá contar com um secretário Executivo, o qual será remunerado pela municipalidade conforme o disposto na legislação pertinente a estrutura administrativa do Município.

Art. 11. O Desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé será considerado como serviço público relevante prestado ao Município, e não será remunerado, sendo seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

§ 1º - O Conselheiro de Direitos responde cível, penal e administrativamente pelo exercício irregular de função, aplicando-se só mesmo naquilo que couber o disposto na legislação do servidor municipal;

§ 2º - Os membros representantes da sociedade civil e da área governamental poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados quando:
I – for constatada a reiteração de faltas injustificadas as sessões;
II – for constatada a pratica de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública;
II – A cassação do mandato dos representantes governamentais e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos membros do colegiado.

Art. 12 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente disciplinadas pelo Seu Regimento Interno.

Capitulo III
Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 13. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé, administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Tomé, com esteio nos arts. 165 da Constituição Federal, 71, 72, 73 e 74 da Lei Federal nº 4.320/64 e 88, 152, 214, e 260 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, com recursos destinados ao atendimento dos direitos das crianças e adolescentes assim constituídos.

I – Dotação consignada no orçamento do Município para assistência social voltada a criança e ao adolescente;

II – Doações de pessoas físicas e jurídicas, previstas no artigo 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Legislação e normas coletadas;

III – Valores provenientes de multas previstas no art. 214, do Estatuto da Criança e do Adolescente, oriunda das infrações descritas nos artigos 245 e 248 do referido diploma legal;

IV – Transferências de recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

VI – Rendas eventuais, inclusive resultantes de depósito e aplicações de capitais;

VII – Recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais, para repasses e entidades executoras de programas integrantes do plano de aplicação;

VIII – Outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 14. Compete ao fundo Municipal:

I – Registrar os recursos orçamentários próprios do município ou a ele transferidos pelo Estado, pela União ou entidades privadas em beneficio das crianças e dos adolescentes;

II – Registrar recursos públicos destinados a assistência social voltados a criança e ao adolescente conforme o disposto no art. 87 da Lei Federal nº 8.069/90;

III – Registrar recursos captados pelo município, atreves de convênios ou por doações ao fundo;

IV – Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das resoluções do Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e normas correlatas;

V – Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal.

Capítulo IV

Do Conselho Tutelar

Seção I

Disposições Gerais

Art. 15. Fica Criado O Conselho Tutelar de São Tomé, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único: Fica instituída a função publica de Conselheiro Tutelar, que será exercida por cinco membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

Art. 16. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município em procedimento estabelecido nesta lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Publico.

§ 1º - Podem votar os cidadãos maiores de dezesseis anos, inscrito como eleitores do município até 03 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 2º - Cada eleitor apto a participar do processo acima citado poderá votar no máximo em até cinco (05) candidatos.

Art. 17. A escolha será organizada mediante resolução do Conselho Municipal, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na legislação nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seção II
Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas

Art. 18 – A candidatura é individual e sem vinculação a partido político.

Art. 19 – Somente poderão concorrer ao Pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I – Reconhecida idoneidade moral;
II – idade superior a vinte e um anos;
III – residir no município a mais de dois anos;
IV – estar no gozo dos direitos políticos;
V - aprovação em avaliação com questões múltiplas, de caráter eliminatória de reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com nota par aprovação igual ou superior a 6,0 (seis);
VI – comprovação de nível de escolaridade do ensino médio;
VII – experiência nas áreas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 02 anos, comprovada através de declaração emitida por entidade governamental devidamente cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Aos candidatos oriundos de instituições governamentais comprovando sua experiência através de declaração do órgão a que estão vinculados;

§ 2º - A idoneidade moral será comprovada através da apresentação da certidão negativa da justiça criminal estadual.

Art. 20. A candidatura deve ser registrada no prazo de 03 (três) meses antes da escolha, mediante apresentação de requerimento endereçado a Comissão Eleitoral prevista no Art. 5º inciso XVIII desta Lei.

Parágrafo único: A solicitação da candidatura será acompanhada de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 21. O pedido de registro será autuado pela Comissão Eleitoral, abrindo-se vista ao representante do Ministério publico para eventual impugnação, no prazo de cinco dias, decidindo o conselho em igual prazo.

Art. 22. Terminando o prazo para registro de candidaturas, o Conselho publicará edital informando o nome dos candidatos registrados e estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias, contados da publucação, para o recebimento de impugnação por qualquer cidadão.

Parágrafo único: Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público para manifestação, no prazo de cinco dias, decidindo o Conselho em igual prazo.

Art. 23. Das decisões relativas ás impugnações caberá recurso ao próprio conselho, no prazo de cinco dias, contando da intimação.

Art. 24. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o conselho mandará publicar edital com os nomes dos Candidatos habilitados aompleito.

Seção III
Da Realização do Pleito

Art. 25. O processo de escolha será convocado pelo Conselho Municipal, mediante edital publicado na imprensa local, seis meses antes do termino do mandato dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 26. É vetado o abuso de poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, admitindo-se ainda a realização de debates e entrevistas.

Art. 27. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições e, qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

Art. 28. As cédulas serão confeccionadas mediante modelo previamente aprovado pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único: A Comissão Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atento á facultatividade do voto e ás peculiaridades locais.

Art. 29. Á medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnação que serão decididas em caráter definitivo pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ouvido pelo Ministério Público.

Parágrafo único. Cada candidato poderá contar com fiscal indicado de forma livre pra cada local de votação, e no processo de apuração será permitida apenas a presença do candidato.

Seção IV
Da Proclamação, Nomeação e posse dos Conselheiros

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Conselho proclamará o resultado da escolha, mandando publicar os nomes dos candidatos e o numero de sufrágios recebidos.

§ 1º - Os cinco primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação como suplentes.

§ 2º - Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 3º - Os escolhidos serão nomeados e empossado pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, entrando no exercício da função de conselheiro tutelar, no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores. O Exercício da função de Conselheiro Tutelar de São Tomé constitui serviço publico relevante.

§ 4º - Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos.

§ 5º - Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes antes da posse dos mesmos.

Seção V
Dos Impedimentos

Art. 31. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único: Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação á autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da infância e da juventude, em exercício na comarca.

Seção VI
Das Atribuições e Funcionamento do Conselho

Art. 32. Compete ao Conselho Tutelar exercer constantes da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, obedecendo aos princípios da administração pública conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único: Incumbe também ao Conselho Tutelar receber petições, denuncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados ás crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido.

Art. 33. O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, aprovará entre seus membros o Regimento Interno do órgão, visando normatizar o funcionamento administrativo do mesmo.

Art. 34. O Conselho atenderá as partes, mantendo registro das providencias adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata e em arquivo os encaminhamentos adotados.

Art. 35. O Conselho contará com uma secretaria geral, destinada das suporte administrativo necessário ao seu bom funcionamento, utilizando-se de servidores cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 36. Antes do Ato de nomeação e ao se desligar do Conselho Tutelar, a qualquer título, o conselheiro deverá declarar seus bens.

Art. 37. O Conselheiro Tutelar fica sujeito á jornada de quarenta horas semanais de trabalho distribuídas em atividade na sede do órgão e atividades em regime de sobreaviso.

Parágrafo único: O Regimento Interno do Conselho Tutelar definirá os critérios para a jornada diária a que estão sujeitos os conselheiros, limitada a no máximo, 06 (seis) horas.

Seção VII
Da Vacância

Art. 38 – A Vacância da função decorrerá de:

I – renúncia;
II – posse em cargo, emprego ou função pública remunerados;
III – falecimento;
IV – destituição

Art. 39 – Os Conselheiros Tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I – vacância de função;
II – férias do titular;
III – licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único: O suplente, no efetivo exercício da função de Conselheiro Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

Seção VIII
Dos Direitos

Art. 40. O Conselheiro Tutelar no efetivo exercício da sua função perceberá a titulo de remuneração o valor de R$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais, sendo o mesmo reajustado anualmente pelo índice aplicado ao salário mínimo vigente no país.
§ 1º - Em relação a remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos em favor do sistema previdenciário municipal, no caso de servidor público da Prefeitura Municipal, ficando esta obrigado a proceder o recolhimento devido ao INSS nos demais canos.
§ 2º – O Conselho Tutelar perderá:
I – a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço;
II – a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos.
§ 3º - A remuneração definida na Lei Municipal n 0962 de 02 de maio de 1006, será reajustada conforme o índice anualmente aplicado ao servidor público municipal de Nova Cruz.

Seção IX
Das Vantagens

Art. 41. Aos Conselheiros Tutelares serão pagas, no efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

I – gratificação natalina;
II – adicional de férias;

Art. 42. A gratificação natalina corresponde a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês de exercício da função no respectivo ano.

§ 1º - A gratificação será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

§ 2º - A fração igual ou superior quinze dias será considerada como mês integral.

§ 3º - O Conselheiro que s desvincular do Conselho Tutelar perceberá sua gratificação natalina proporcionalmente a os meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês do afastamento.
§ 4º - A gratificação Natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 43. Será pago ao Conselheiro Tutelar, por ocasião das férias, adicional correspondente a um terço da remuneração do mês de gozo de férias.

Seção X
Das Férias

Art. 44. O Conselheiro fará jus a 30 (trinta) dias de férias a cada período de doze meses de efetivo da função.

Parágrafo único: É vedado levar a conta de férias qualquer falta do serviço.

Seção XI
Das Licenças

Art. 45. Conceder-se-á ao conselheiro licença:

I – para concorrer a cargo eletivo;
II – para gestação
III – em razão de paternidade;
IV – para tratamento de saúde;
V – por acidente em serviço.

Parágrafo único. É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença prevista nos incisos I, IV, V, do artigo acima citado sob pena de casacão da licença e destituição da função.

Art. 46. Poderá ser concedida licença ao conselheiro por motivo de doença do filho, pais, conjugue ou companheiro, mediante comprovação da sua necessidade por junta médica e pelo serviço social do município.

§ 1º A licença será concedida sem o pagamento de remuneração.

Art. 47. A Conselheira Tutelar gestante terá direito a 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença remunerada, a partir do oitavo mês de gestação.

§ 1º - Ocorrendo o nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

§ 2º - No caso de natimorto, a conselheira será submetida a exame médico quando completados trinta dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

Art. 48. A licença paternidade será concedida ao conselheiro pelo nascimento de filho, pelo prazo de cinco dias, contados do nascimento.

Art. 49. Será concedida ao conselheiro licença para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.

§ 1º - para concessão de licença, considerando-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo conselheiro e que se relacione com o exercício das suas atribuições.

§ 2º - Equipara-se em serviço ao dano:

I – decorrente de agressão sofrida e não provocada, pelo conselheiro no exercício das suas atribuições;

II – sofrido no percurso da residência para trabalho e vice-versa;

III – sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo do trabalho.

Seção XII
Das Concessões

Art. 50. O Conselheiro poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por sete dias consecutivos, em razão de:

I – casamento;
II – falecimento do conjugue, companheiro, pais filhos.

Seção XIII
Do Tempo de Serviço

Art. 51. O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei

I – Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício de função será contado para todos os efeitos exceto para promoção por merecimento;

II – O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o sei mandato;

III – A contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais, podendo a Prefeitura Municipal firmar convênio com os poderes Estadual e Federal para permitir igual vantagens ao servidor público estadual ou federal.

IV – A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 dias.

Seção XIV
Dos Deveres

Art. 52. São deveres do conselheiro tutelar:

I – exercer com zelo e dedicação as suas atribuições;

II – ser leal ás instituições;

III – observar as normas legais e regulamentares:

IV – atender com presteza ao público em geral e ao poder público, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo na forma da Lei;

V – zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

VI – manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VII – guardar, quando necessário,sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;

VIII – ser assíduo e pontual;

IX – tratar com urbanidade as pessoas.

Seção XV
Das Proibições

Art. 53. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I – ausentar-se da sede do Conselho Tutelar, durante expediente, salvo por necessidade do serviço;

II – recusar fé a documento público;

III – opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV – acometer a pessoa que não seja membro do conselho tutelar o desempenho que seja de sua responsabilidade;

V – valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
VII – proceder de forma desidiosa;

VIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função;

IX – exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X – aplicar medida de proteção sem a prévia discursão da decisão do Conselho Tutelar.

Seção XVI
Da Acumulação e da Responsabilidade

Art. 54. É vedada a acumulação da função e Conselheiro Tutelar com cargo, emprego ou outra função pública remunerados conforme dispõe a Constituição Federal.

Parágrafo único: Sendo Conselheiro funcionário público, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo ou função de origem, vedada acumulação de vencimentos.

Art. 55. O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da sua função.

Seção XVII
Das Penalidades

Art. 56. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I – advertência;

II – suspensão;

III – destituição da função.

Art. 57. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 58. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante dos incisos I,II e IX do art. 53 e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna do Conselho que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 59. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência , não podendo exceder trinta dias, implicando o não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 60. O Conselheiro será destituído da função nos seguintes casos:

I – pratica de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;

II – incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;

III – ofensa física em serviço, salvo em legitima defesa própria ou de outrem;

IV – posse em cargo, emprego ou outra função pública remunerados;

V – transgressão dos incisos III,IV V, VI, VII, VIII, IX e do art. 53.

Art. 61. O ato de imposição as penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Seção XVIII
Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 62. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade no conselho tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 63. Da sindicância, que não excederá o prazo de trinta dias, poderá resultar:

I – o arquivamento da denúncia;
II – a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III – a instauração de processo disciplinar.

Art. 64. Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até trinta dias, sem prejuízo da remuneração.

Seção IXI
Da Regra de Competência

Art. 65. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I – pelo domicilio dos pais ou responsável.

II – pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, á falta de país ou responsável.

§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

Seção XX
Disposições Finais

Art. 66. Os recursos necessários a manutenção do Conselho Tutelar deverão constar da Lei orçamentária municipal conforme dispões o parágrafo único do artigo. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, destinados a cobri despesas referentes a aquisição de materiais de consumo e permanente, diárias de pessoal, despesas com locomoção e passagens, participação dos membros dos Conselheiros em outros cursos e programas de capacitação e pagamentos de outros serviços de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 67. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a viabilização dos serviços de que tratam o art. 4º, bem como para estruturação dos Conselhos Municipais de Direitos e Tutelar.

Parágrafo único. O repasse destinado á manutenção do Conselho Tutelar dar-se-á até o 5º dia útil de cada mês, observando-se as exigências legais no tocante é prestação de contas.

Art. 68. Aplicam-se aos Conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores públicos do Município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único: Caberá á Secretaria de Administração do Município coordenar e executar todas as atividades relativas a apuração disciplinar dos conselheiros tutelares de São Tomé.

Art. 69. Ficam resguardados os atuais mandatos dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho

Tutelar e conseqüentemente as prerrogativas dos mesmos, adquiridos anterior a vigência desta Lei.
Art. 70. Esta Lei entra em Vigor na data da sua publicação revogando a Lei Municipal nº 661/2004 e as demais disposições em contrário.

São Tomé/RN 12 de junho de 2008.

ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:A8B978FA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 56/2019 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO ORIENTADOR DE ENSINO PARA ORIENTADOR EDUCACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento nas Leis Municipais nº 580/98 e 896/11, além da Lei Complementar nº 07/2018 e,

CONSIDERANDO a necessidade de equivalência entre a nomenclatura do cargo ocupado e sua previsão legal;

CONSIDERANDO o teor da Súmula nº 685 do STF que dispõe ser "inconstitucional toda modalidade de provimento de que propicie ao servidor investir-se sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido";

CONSIDERANDO que a jurisprudência tem se manifestado majoritariamente favorável à viabilidade de agrupar sob uma mesma denominação os cargos cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, remuneração, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente similares e que em sendo assim, não há que se falar em preterição à exigência de concurso público porque presente afinidade de atribuições e equivalência de vencimentos, isto é, identidade substancial entre os cargos;

CONSIDERANDO que as leis municipais nº 580/98 e 896/1, além da Lei Complementar nº 07/2018 de São Tomé dispõem expressamente sobre o cargo de Orientador Educacional e que o cargo de Orientador de Ensino tem as mesmas funções;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a nomenclatura do cargo efetivo de **Orientador de Ensino** para **Orientador Educacional**, sem alteração das siglas, das unidades subordinadas e da remuneração.

Parágrafo único. Ficam mantidos os atuais titulares dos cargos efetivos alterados no caput deste artigo, considerando a nova nomenclatura de Orientador Educacional.

Art. 2º. Deverão ser publicadas novas portarias para os servidores titulares do cargo efetivo transformado para que conste a nova nomenclatura.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Tomé/RN, em 28 de agosto de 2019.

ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:143935D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
PORTARIA Nº 22 DE 30 DE AGOSTO DE 2019 – IPSV.

"CONCEDE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO"

A Diretora Presidente do **IPSV**, no uso das atribuições conferidas pelo Art. n.° 54 da Lei Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município e passou a reger o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV, e considerando o que foi requerido por meio do procedimento administrativo devidamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do IPSV e Controladoria Interna Municipal,
RESOLVE:

Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,** com proventos integrais, referente ao salário base acrescido do adicional por tempo de serviço, equivalente a 30% (trinta por cento), tendo como base legal o art. 143, III da Lei n° 258 de 27 de maio de 1998, e paridade no cargo, em favor da Sra. **Maria da Paz Medeiros Leôncio Araújo**, RG nº. 780.559 – 3ª. Via SSP/RN**,** inscrita no CPF/MF sob n.º 450.484.524-53, titular do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula n.º 0000159, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo. A referida aposentadoria se fundamenta nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, e, ainda, art. n.º 35 da Lei Municipal Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência do Município de São Vicente e criou o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São Vicente/RN, 30 de agosto de 2019.

IRES DE FÁTIMA GOMES DANTAS ARAÚJO
Diretora Presidente do IPSV
Port. nº 013/2018

Publicado por:
Ires de Fatima Gomes D. Araujo
Código Identificador:F2FFD8CE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
PORTARIA Nº 023/2019 DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

"CONCEDE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR"

A Diretora Presidente do **IPSV**, no uso das atribuições conferidas pelo Art. n.° 54 da Lei Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município e passou a reger o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV, e considerando o que foi requerido por meio do procedimento administrativo devidamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do IPSV e Controladoria Interna Municipal,

RESOLVE:
Conceder **Aposentadoria Voluntária Especial de Professor** com fulcro no § 5º do Art. 40 da Constituição Federal, cumulada com as Regras Constitucionais de Transição, com integralidade dos proventos, referentes à última remuneração percebida na atividade, incluído o percentual de **30% (trinta por cento)** a título de adicional por tempo de serviço, integrado ao salário base por força do Art. 143,

inciso III, da Lei Municipal nº 258/98, e paridade no cargo, em favor do servidor público municipal, Sr. **Francisco Mosanir Gomes de Araújo**, RG. n.º 696.837 – SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 503.739.864-91, titular do cargo de Professor I, Nível 2, Classe J, matrícula n.° 000078, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, e, ainda, no art. n.º 34 da Lei Municipal Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência do Município de São Vicente e criou o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, refogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São Vicente/RN, 30 de agosto de 2019.

IRES DE FÁTIMA GOMES DANTAS ARAÚJO
Diretora Presidente do IPSV
Port. 013/2018

Publicado por:
Ires de Fatima Gomes D. Araujo
Código Identificador:5F81F0F8

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
PORTARIA Nº 24 DE 30 DE AGOSTO DE 2019 – IPSV.

"CONCEDE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO"

A Diretora Presidente do **IPSV**, no uso das atribuições conferidas pelo Art. n.° 54 da Lei Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município e passou a reger o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV, e considerando o que foi requerido por meio do procedimento administrativo devidamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do IPSV e Controladoria Interna Municipal,
RESOLVE:

Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,** com proventos integrais, referente ao salário base acrescido do adicional por tempo de serviço, equivalente a 30% (trinta por cento), tendo como base legal o art. 143, III da Lei n° 258 de 27 de maio de 1998, e paridade no cargo, em favor da Sra. **Maria Luzinete Cabral da Silva**, RG nº. 891.176 **– 2ª**. Via SSP/RN**,** inscrita no CPF/MF sob n.º 523.478.854-72, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n.º 0000135, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo. A referida aposentadoria se fundamenta nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, e, ainda, art. n.º 35 da Lei Municipal Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência do Município de São Vicente e criou o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São Vicente/RN, 30 de agosto de 2019.

IRES DE FÁTIMA GOMES DANTAS ARAÚJO
Diretora Presidente do IPSV
Port. Nº 013/2018

Publicado por:
Ires de Fatima Gomes D. Araujo
Código Identificador:BD5B5EC8

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
PORTARIA Nº 25 DE 30 DE AGOSTO DE 2019 – IPSV.

"CONCEDE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO"

A Diretora Presidente do **IPSV**, no uso das atribuições conferidas pelo Art. n.° 54 da Lei Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município e passou a reger o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV, e considerando o que foi requerido por meio do procedimento administrativo devidamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do IPSV e Controladoria Interna Municipal,
RESOLVE:

Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,** com proventos integrais, referente ao salário base acrescido do adicional por tempo de serviço, equivalente a 30% (trinta por cento), tendo como base legal o art. 143, III da Lei n° 258 de 27 de maio de 1998, e paridade no cargo, em favor da Sra. **Alzileide Araújo da Silva Romano**, RG nº. 721.784 **–** 2ª. Via SSP/RN**,** inscrita no CPF/MF sob n.º 024.748.234-09, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n.º 000057, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social. A referida aposentadoria se fundamenta nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, e, ainda, art. n.º 35 da Lei Municipal Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência do Município de São Vicente e criou o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São Vicente/RN, 30 de agosto de 2019.

IRES DE FÁTIMA GOMES DANTAS ARAÚJO
Diretora Presidente do IPSV
Port. nº 013/2018

Publicado por:
Ires de Fatima Gomes D. Araujo
Código Identificador:DB9FC379

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 02050020

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES SAMU REGIONAL (CNPJ: 19.812.128/0001-88), referente empenho nº. 02050020, datado em 02052019, no valor de R$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS), referente nota fiscal nº.381. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referente à prestação de serviços de atendimentos móvel de urgência e emergência - SAMU. Com efeito, o serviço foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços essenciais na área da SAÚDE. Tal serviço e de suma importância para o transporte de pacientes e situação de urgência e emergência do município para hospitais da região. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 30 de agosto de 2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 354

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:649D00C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 19080002

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER (CNPJ: 08.428.765/0001-39) referente empenho nº. 19080002, datado em 19/08/2019, no valor de R$ 305,00 (TREZENTOS E CINCO REAIS), referente nota fiscal nº.197558. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes prestação de serviços de exames especializados. Com efeito, em virtude do paciente de iniciais D.J.S necessitar de realizar exame com urgência para identificar o agente causal e avaliar a gravidade para fechar o laudo medico. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do prestados de serviços supra identificado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 30/08/2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 354

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0B7D68E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 19080001

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CANCER (CNPJ: 08.428.765/0001-39) referente empenho nº. 19080001, datado em 19/08/2019, no valor de R$ 305,00 (TREZENTOS E CINCO REAIS), referente nota fiscal nº.197557. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes prestação de serviços de exames especializados. Com efeito, em virtude do paciente de iniciais J.B.S necessitar de realizar exame com urgência para identificar o agente causal e avaliar a gravidade para fechar o laudo medico. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do prestados de serviços supra identificado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 30/08/2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 354

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:EBE47DE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 326/2019 - GP.

PORTARIA Nº 326/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:

I **– EXONERAR** a pedido o Sr. **JOÃO MARIA SELFES DE MENDONÇA**, inscrito no CPF sob nº 057.159.894-34 e portador do RG sob nº 163918/SSP-RN do cargo em comissão de **Presidente da Comissão de Avaliação Medico-Pericial**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:32229E3C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 327/2019 - GP.

PORTARIA Nº 327/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:

I **– NOMEAR** a Sra. **RÂMIDA RAIZA DE OLIVEIRA PEREIRA GONÇALVES**, inscrita no CPF sob nº 075.404.364-92 e Portadora do RG sob nº 001.806.544/SSP-RN para o cargo em comissão de **Secretária Municipal de Planejamento** deste Município.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:6B2D060E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 328/2019 - GP.

PORTARIA Nº 328/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** a Sra. **GIRLEIDE SERAFIM BATISTA**, Matrícula nº 895-8, servidora comissionada, ocupante do cargo de Coordenador(a) Contábil, lotado(a) na Secretaria Municipal de Finanças, Tributação e Compras, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 16/09/2019 a 15/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:6DA408AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 329/2019 - GP.

PORTARIA Nº 329/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** ao Sr. **ABRAHÃO ALLAN MIRANDA DA SILVA**, Matrícula nº 191-1, servidor comissionado, ocupante do cargo de Coordenador Geral de Planejamento, lotado(a) na Secretaria Municipal de Planejamento, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 16/09/2019 a 15/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:8D9E8B7A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 330/2019 - GP.

PORTARIA Nº 330/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** ao Sr. **JOÃO MARIA DE OLIVEIRA JUNIOR**, Matrícula nº 1154-1, servidor comissionado, ocupante do cargo de Coordenador de Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:1A48251F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331/2019 - GP.

PORTARIA Nº 331/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** ao Sr. **JILVALDO LUIZ DO NASCIMENTO**, Matrícula nº 1191-9, servidor efetivo, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:60FAD737

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 332/2019 - GP.

PORTARIA Nº 332/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** a Sra. **DÉBORA VENÂNCIO QUIRINO DE AQUINO**, Matrícula nº 50502-1, servidor(a) efetivo(a), ocupante do cargo de Enfermeiro(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:5149BACF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 333/2019 - GP.

PORTARIA Nº 333/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** a Sra. **LUCIA ALVES DE LIMA SOUZA**, Matrícula nº 481-2, servidor(a) comissionado(a), ocupante do cargo de Subcoordenador(a) do PSF, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:1D580441

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 334/2019 - GP.

PORTARIA Nº 334/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Prefeito Luiz Moreira da Silva do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior; e,

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Prefeito Luiz Moreira da Silva.

Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:

Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz

Representante da Coordenação Pedagógica
Maria Francisca do Livramento Paiva da Silva

Representante dos Professores
Anailde Fernandes Soares

Representante dos Funcionários
João Maria Ferreira da Silva

Representante do Conselho Escolar
Jacqueline Ferreira Costa

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:99B95B9D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 335/2019 - GP.

PORTARIA Nº 335/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Professora Marlene Nascimento da Silva do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município; e,
Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior; e,
Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;
RESOLVE:
Art. 1º - **Nomear,** após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Professora Marlene Nascimento da Silva.
Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.
Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:
Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz

Representante da Coordenação Pedagógica
Maria Francisca do Livramento Paiva da Silva

Representante dos Professores
Marilene Lopes de Araújo Silva

Representante dos Funcionários
João Maria Ferreira da Silva

Representante do Conselho Escolar
Jacqueline Ferreira Costa
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:11AC9F3D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 336/2019 - GP.

PORTARIA Nº 336/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Padre Alexandrino Suassuna de Alencar do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior; e,

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Padre Alexandrino Suassuna de Alencar.

Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:
Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz

Representante da Coordenação Pedagógica
Jacqueline Ferreira costa

Representante dos Professores
Eliana Costa da Silva

Representante dos Funcionários
Rosilda Pereira de Lima

Representante do Conselho Escolar
João Maria Ferreira da Silva
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:711AF15C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 337/2019 - GP.

PORTARIA Nº 337/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Presidente Médice do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior; e,

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear,** após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Presidente Médice.

Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:
Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz

Representante da Coordenação Pedagógica
Maria Francisca do Livramento Paiva da Silva

Representante dos Professores
Ana Maria Claudino Moreira

Representante dos Funcionários
Jacqueline Ferreira Costa

Representante do Conselho Escolar
Daris Firmino do Nascimento Júnior
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:5F3B9733

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 338/2019 - GP.

PORTARIA Nº 338/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Prefeito Sílvio Sales do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior; e,

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear,** após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Prefeito Sílvio Sales.

Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:

Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz

Representante da Coordenação Pedagógica
Jacqueline Ferreira costa

Representante dos Professores
Eliana Costa da Silva

Representante dos Funcionários
Rosilda Pereira de Lima

Representante do Conselho Escolar
João Maria Ferreira da Silva
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:B4CC98A5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 339/2019 - GP.

PORTARIA Nº 339/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Governador Walfredo Gurgel do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior; e,

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear,** após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Governador Walfredo Gurgel.

Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:
Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz

Representante da Coordenação Pedagógica
Daris Firmino do Nascimento Júnior

Representante dos Professores
Maria da Conceição de Lima

Representante dos Funcionários
Francisca Moreira de Andrade

Representante do Conselho Escolar
Jacqueline Ferreira Costa
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:E8F3BF81

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 340/2019 - GP.

PORTARIA Nº 340/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Zilá de Carvalho Bezerra do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior; e,

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear,** após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Zilá de Carvalho Bezerra.

Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.
Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:
Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz

Representante da Coordenação Pedagógica
Daris Firmino do Nascimento Júnior

Representante dos Professores
Francisco Juciêr Soares da Silva

Representante dos Funcionários
Jailza Mendonça de Oliveira

Representante do Conselho Escolar
Maria Francisca do Livramento Paiva da Silva

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:CFA29FC8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 299/2019 – GP* REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 299/2019 – GP* Republicação por incorreção

Dispõe sobre a nomeação da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Manoel Pinto da Silva do Município de Serra Caiada (RN), para o mandato de janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o término da vigência do mandato da subcomissão anterior;

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério é um processo contínuo;

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear,** após as devidas indicações, os membros da Subcomissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério da EMEF Manoel Pinto da Silva.

Art. 2º - A referida subcomissão será responsável pelos atos e registros oficiais referentes à Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério do Centro Municipal das Escolas do Campo – CMEC, conforme suas atribuições, por todo o período do seu mandato, abrangendo janeiro de 2018 a janeiro de 2021.

Art. 3º - A composição da mencionada subcomissão fica assim instituída:
Representante da Direção
Artaxerxes Souza da Cruz
Representante da Coordenação Pedagógica
Maria Francisca do Livramento Paiva da Silva
Representante dos Professores
Maria Aldenice Pinheiro
Representante dos Funcionários
Carla Gracieli Paulino da Rocha
Representante do Conselho Escolar
Jacqueline Ferreira Costa
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada /RN, 13 de agosto de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO.
Prefeita Municipal

*Republicação por incorreção

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:D5DFD81B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO N° 102/2019

DECRETO Nº 102, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 364/2010 e suas alterações posteriores, de 28 de maio de 2010, que trata de remição dos aforamentos constituídos após o advento do Novo Código Civil Brasileiro, mediante aquisição do domínio por meio de doação dos imóveis foreiros do município.

CONSIDERANDO ainda a referida lei em seus artigos atinentes, pelo qual a doação legal dos terrenos foreiros do Município de Serra do Mel atende ao interesse público de uso e ocupação do solo urbano e sua consequente urbanização, bem como, a regularização da situação dos imóveis para fins de registro público, para consecução de título definitivo a ser registrado no competente cartório de registro de imóveis, em atenção ao artigo 1.277, do Novo Código Civil Brasileiro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à doação de Um terreno urbano de 300,00 m² destinada à construção, localizado na Rua José Leôncio Maia, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, lote 03, quadra 113, medindo 12,00m de frente com igual metragem nos fundos e 25,00m de comprimento em ambos os lados, perfazendo uma área total de 300,00 m², devidamente especificado no título de doação em anexo, tendo como beneficiário ALLAN CARDEC FREITAS FERNANDES, CPF 011.713.604-28 residente e domiciliado na Rua Antônia Senhora Arruda, Vila Brasília – s/n, Zona Urbana, Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 30 de Agosto de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:2E44EDDE

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO N° 103/2019

DECRETO Nº 103, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 364/2010 e suas alterações posteriores, de 28 de maio de 2010, que trata de remição dos aforamentos constituídos após o advento do Novo Código Civil Brasileiro, mediante aquisição do domínio por meio de doação dos imóveis foreiros do município.

CONSIDERANDO ainda a referida lei em seus artigos atinentes, pelo qual a doação legal dos terrenos foreiros do Município de Serra do Mel atende ao interesse público de uso e ocupação do solo urbano

e sua consequente urbanização, bem como, a regularização da situação dos imóveis para fins de registro público, para consecução de título definitivo a ser registrado no competente cartório de registro de imóveis, em atenção ao artigo 1.277, do Novo Código Civil Brasileiro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à doação de Um terreno urbano de 550,00 m² destinada à construção, localizado na Rua PM Ivan, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, lote 35, quadra 57, medindo 15,00m de frente com igual metragem nos fundos e 37,00m de comprimento em ambos os lados, perfazendo uma área total de 550,00 m², devidamente especificado no título de doação em anexo, tendo como beneficiário EDIVANIA DA SILVA ARAÚJO, CPF 011.529.134-25 residente e domiciliado na Rua José Baliza, n° 45 Vila Brasília – s/n, Zona Urbana, Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 30 de Agosto de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:816E94AC

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo N° 120824/2019
Licitação N° PP SRP 24/2019

Modalidade: Pregão Presencial- SRP

Objeto da Licitação: Registro de preços visando possível e futuro **FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL EM RESERVATÓRIO MÓVEL**, objetivando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Econômico, no abastecimento de água potável nas comunidades rurais que não recebem água canalizada e quando necessário no centro urbano, no âmbito do município de Serra do Mel.
.
Data da Autuação: 12 de agosto de 2019
Data da Licitação: 30 de agosto de 2019
Data da Adjudicação: 30 de agosto de 2019.
Circunstanciado pela Adjudicação do Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, datada dia 30 de agosto de 2019, como também amparado pela Lei 10.520/2002, que rege a modalidade de licitação pregão, e ainda com amparo na Lei 8.666/93, o Estatuto das Licitações e dos Contratos Administrativos, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial-SRP n.º 24/2019 realizado no dia 30 de agosto de 2019, decorrente de processo administrativo n° **120824/2019** instaurado em 12 de agosto de 2019, (às) Empresa(s):
PRESTADOR (es) Declarado (s) vencedor(es): CNPJ

A V FARIAS - ME 21.821.813/0001-12

Serra do Mel-RN, em 30 de agosto de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:4640F044

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120824/2019 PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 24/2019

ADJUDICAMOS o(s) vencedor (es) do Pregão Presencial-SRP nº 24/2019, realizado em 30/08/2019, a saber:
Objeto: Registro de preços visando possível e futuro Fornecimento de água potável em reservatório móvel, conforme Termo de referência.
A V FARIAS - ME- CNPJ: 21.821.813/0001-12, saiu vencedor (a) no(s) item (ns) : 1, 2, 3 ; totalizando o valor de **R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil, reais)**

Serra do Mel/RN, em 30 de agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE CIRINO
Pregoeiro

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:48E69072

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL SRP 22/2019

Objeto: Registro de preço para futura e posterior CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado, de acordo com os seguintes itinerários e rotas.

Considerando, que as 14:00 do dia 23 de Agosto de 2019 foi realizada sessão para dar continuidade ao julgamento de habilitação das empresas participantes e mais bem classificadas no certame em tela;

Considerando, que dando sequência a analise da habilitação das empresas, se verificou que as empresas V&T LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUTORA OLIVEIRA DE MELO deixaram de apresentar os documentos de cadastro no CNPJ e Inscrição Estadual conforme Item 27.4 do Edital; a empresa A K DA SILVA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E LOCAÇÕES deixou de apresentar o Balanço Patrimonial, apresentou documentos de cadastro no CNPJ e Inscrição Estadual em desacordo com o Item 27.4 do Edital e deixou de assinar as declarações exigidas no edital;

Considerando, as diligências realizadas por este Pregoeiro e acostadas aos autos, a fim de confirmar as informações constantes na documentação apresentada pela empresa MASTER LOCAÇÃO LTDA, para comprovação de sua Capacidade Técnica, na condição de empresa que ofertou os menores preços no Item 01;

Considerando, que analisando as documentações recebidas em diligência, resta comprovada que a empresa vencedora do Item 01 possui capacidade técnica comprovada para locação de veículos, inclusive com motorista, estando cumprindo fielmente o contrato pactuado junto a Prefeitura Municipal de Mossoró, conforme atestado apresentado;

Considerando, o exigido no item 10.3.4, letra "a" do edital, onde as empresas declaradas vencedoras teriam um prazo de até 05 (cinco) dias, a contar desta data para cumprir as exigências ali contidas, sob pena de imediata desclassificação;

Considerando, que as empresas MASTER LOCAÇÃO LTDA e SJ SERVIÇOS E LOCAÇÕES, vencedoras dos Itens 01 e 04, respectivamente, cumpriram na integra os requisitos do edital e já de imediato cumpriram as comprovações técnicas exigidas de acordo com Termo de Referência;

Considerando, por fim, que o resultado dos demais itens realizados em 13 de Agosto de 2019 permanecem inalterados e o atendimento de

todas as demais normas estipuladas no Edital do Pregão Presencial nº 022/2019-SRP, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio declararam vencedoras as empresas;

AJ DE SOUZA LOCAÇÕES – ME, inscrita no CNPJ: **11.572.226/0001-83**, que saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2 e 5 ; totalizando o valor de R$ 141.700,00 (cento e quarenta e um mil e setecentos reais).

RD TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ: 17.910.660/0001-02, que saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3 ; totalizando o valor de R$ 104.100,00 (cento e quatro mil e cem reais).
S J SERVIÇOS E LOCAÇÕES, inscrita no CNPJ: 26.537.990/0001-95, que saiu vencedor (a) no(s) item(ns) : 4 ; totalizando o valor de R$ 52.050,00,00 (cinquenta e dois mil, cinquenta reais).

MASTER LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 07.656.489/0001-01, que saiu vencedor (a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Diante do resultado da licitação em epígrafe, e, em cumprimento ao Item 13.1 do referido Edital, declara desde já aberto prazo para apresentação de Recursos contra a decisão deste Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias, a contar de sua publicação, tendo o mesmo prazo para apresentação das contra razões, a contar imediatamente com o final do prazo de recursos.

Sem mais,

É o que Decido.

Serra do Mel, em 30 de Agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE CIRINO
Pregoeiro

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:5D95D74D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2019 - REF. PROCESSO LICITATÓRIO MSNN/RN N° 1901240001

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
ASSUNTO: **Credenciamento de profissionais para execução dos serviços de marroeiro, pedreiro, pintor, marceneiro e serralheiro, e trabalhador braçal.**

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, ao **credenciamento das profissionais para serviço de trabalhador braçal:** MARIA AUXILIADORA GOMES DOS SANTOS e DAMIANA MARIA LUIS, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas do Município de Serra Negra do Norte/RN.

Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 25, *caput* da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação que emita NOTA DE EMPENHO em favor dos supracitados profissionais, nos termos das propostas constantes destes autos.

Serra Negra do Norte/RN, 30 de agosto de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:D66ABF03

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 049/2019 - CREDENCIAMENTO N° 001/2019 – PROC. ADMINIST MSNN/RN N° 1801240001

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN; CREDENCIADO(A): MARIA AUXILIADORA GOMES DOS SANTOS; OBJETO: Credenciamento dos serviços de trabalhador braçal; VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2019 a 23 de janeiro de 2020; VALOR DA DIÁRIA: R$ 63,33 (sessenta e três reais e trinta e três centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.04.122.0006.0175.2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal Administração e Planejamento; 07.08.122.0007.0033.2049 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 07.08.244.0027.0041.2075 – Manutenção das Ações dos Serviços de Proteção Social Básica (SCFV/ PBF/ PSB); 08.12.122.0011.0178.2014 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 08.12.361.0011.0064.2015 – Manutenção das demais Atividades do Ensino Fundamental - MDE; 08.13.392.0013.0078.2018 – Manut. das Atividades Culturais; 09.27.812.0016.0179.2048 – Manutenção da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; 10.10.122.0041.0105.2021 – Gestão e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 11.17.544.0019.0181.2045 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento, Recursos Hídricos e Abastecimento; 11.17.544.0019.0111.1024 – Construção e Manutenção de Cisternas; 11.17.511.0019.0196.1031– Construção, Manutenção e Desgotamento de Fossas Sépticas na Zona Rural; 11.17.605.0019.0112.1036 – Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário; 11.17.511.0019.0094.2092 – Manutenção e Recuperação do Saneamento da Zona Rural; 12.20.122.0020.0132.2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente; 12.20.606.0020.0116.1028 – Construção e Reforma de Bueiros e Passagens Molhadas; 12.20.606.0020.0126.1043 – Ampliação, Reforma e Manutenção do Matadouro; 13.15.451.0023.0152. 1020 – Recuperação e Ampliação de Prédios Públicos; 13.15.451.0024.0157.1021 – Construção e Melhoria Estradas Vicinais; 13.15.451.0022.0149.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos; 14.04.122.0025.0184.2029 – Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Desenvolvimento Econômico e Turismo; 15.08.122.0032.0049.2007 – Manutenção da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social; 10.10.301.0018.0101.2034 – Gestão e Manutenção da Atenção Básica; ELEMENTO DE DESPESA: 339036 – Outros serviços de terceiros – PF; 33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – PJ; 44.90.36.00 – Outros serviços de terceiros – PF; 44.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – PJ; FONTE: 10010000; 11110000; 12110000; 13110000; 12140000; PERCENTUAIS: Recursos Próprios: 100%; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n° 8.666/1993, Art. 25, *caput*; SUBSCRITORES: Sérgio Fernandes de Medeiros – pelo Credenciante e Maria Auxiliadora Gomes dos Santos – pelo (a) Credenciado (a).

Serra Negra do Norte/RN, 30 de agosto de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:90EF997E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 050/2019 - CREDENCIAMENTO N° 001/2019 – PROC. ADMINIST MSNN/RN N° 1801240001

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN; CREDENCIADO(A): DAMIANA MARIA LUIS; OBJETO: Credenciamento dos serviços de trabalhador braçal;

VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2019 a 23 de janeiro de 2020; VALOR DA DIÁRIA: R$ 63,33 (sessenta e três reais e trinta e três centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.04.122.0006.0175.2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal Administração e Planejamento; 07.08.122.0007.0033.2049 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 07.08.244.0027.0041.2075 – Manutenção das Ações dos Serviços de Proteção Social Básica (SCFV/ PBF/ PSB); 08.12.122.0011.0178.2014 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 08.12.361.0011.0064.2015 – Manutenção das demais Atividades do Ensino Fundamental - MDE; 08.13.392.0013.0078.2018 – Manut. das Atividades Culturais; 09.27.812.0016.0179.2048 – Manutenção da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; 10.10.122.0041.0105.2021 – Gestão e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 11.17.544.0019.0181.2045 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento, Recursos Hídricos e Abastecimento; 11.17.544.0019.0111.1024 – Construção e Manutenção de Cisternas; 11.17.511.0019.0196.1031– Construção, Manutenção e Desgotamento de Fossas Sépticas na Zona Rural; 11.17.605.0019.0112.1036 – Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário; 11.17.511.0019.0094.2092 – Manutenção e Recuperação do Saneamento da Zona Rural; 12.20.122.0020.0132.2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente; 12.20.606.0020.0116.1028 – Construção e Reforma de Bueiros e Passagens Molhadas; 12.20.606.0020.0126.1043 – Ampliação, Reforma e Manutenção do Matadouro; 13.15.451.0023.0152. 1020 – Recuperação e Ampliação de Prédios Públicos; 13.15.451.0024.0157.1021 – Construção e Melhoria Estradas Vicinais; 13.15.451.0022.0149.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos; 14.04.122.0025.0184.2029 – Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Desenvolvimento Econômico e Turismo; 15.08.122.0032.0049.2007 – Manutenção da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social; 10.10.301.0018.0101.2034 – Gestão e Manutenção da Atenção Básica; ELEMENTO DE DESPESA: 339036 – Outros serviços de terceiros – PF; 33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – PJ; 44.90.36.00 – Outros serviços de terceiros – PF; 44.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – PJ; FONTE: 10010000; 11110000; 12110000; 13110000; 12140000; PERCENTUAIS: Recursos Próprios: 100%; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n° 8.666/1993, Art. 25, *caput*; SUBSCRITORES: Sérgio Fernandes de Medeiros – pelo Credenciante e Damiana Maria Luis – pelo (a) Credenciado (a).

Serra Negra do Norte/RN, 30 de agosto de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:3952B613

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 301/2019

PORTARIA Nº: 301/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**MARCOS ANTÔNIO DE ARAÚJO**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	046.831.284-62

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Natal-RN	29 de agosto de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite (X) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 50,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento: Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 29 de agosto de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 28 de agosto de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:0B075457

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 302/2019

PORTARIA Nº: 302/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**JUSSIE SILVA LOPES DE VASCONCELOS**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	052.674.074-45

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal-RN	29 de agosto de 2019	100,00	100,00
(X) Diárias com Pernoite ( ) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 100,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 29 de agosto de 2019, com o objetivo de conduzir paciente para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 29 de agosto de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:3EE0F050

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 303/2019

PORTARIA Nº: 303/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**RALSON PEREIRA DE ARAÚJO**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	937.348.834-15

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Fortaleza-CE	29 de agosto de 2019	100,00	100,00
(X) Diárias com Pernoite		TOTAL		R$ 100,00
( ) Diárias sem Pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Fortaleza-CE, no(s) dia(s) 29 de agosto de 2019, com o objetivo de conduzir paciente para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 29 de agosto de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:96977C69

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 304/2019

PORTARIA Nº: 304/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**DANILO MONTE COSTA**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	937.348.834-15

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Natal-RN	30 de agosto de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite		TOTAL		R$ 50,00
(X) Diárias sem Pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 30 de agosto de 2019, com o objetivo de conduzir paciente para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 29 de agosto de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:A868B0F4

GABINETE CIVIL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2019

Edital de Convocação Nº 036/2019

O Prefeito Municipal de Serra Negra do Norte/RN, no uso das atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:
Art. 1º. CONVOCAR, o TERCEIRO suplente das eleições 2015, para mandato provisório de Conselheiro Tutelar do Município de Serra Negra do Norte/RN conforme relação constante do Anexo I, para comparecer ao Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Senador José Bernardo, nº 110, Centro, Serra Negra do Norte/RN, no prazo de **48 (QUARENTA E OITO) HORAS**, a contar da publicação deste instrumento, no horário das 08h00min às 12h00min, para assumir provisoriamente, por ocasião de Exoneração da conselheira titular Edinete Alves de Oliveira.
Art. 2º. Para contratação, o(a) candidato(a) aprovado(a) deverá apresentar todos os documentos e habilitações exigidos, conforme relação contida no Anexo II deste instrumento, bem como as exigências dos Editais de Seleção supramencionados.
Art. 3º. A convocação para confecção dos termos contratuais e análise da documentação importará em imediato exercício das funções, tendo em vista a urgente necessidade da administração pública.

Serra Negra do Norte/RN, 30 de agosto de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

ANEXO I
LISTAGEM DOS(AS) CANDIDATOS(AS)

Cargo	Nome	Processo Eletivo	C. H.
CONSELHEIRA TUTELAR	ITANO GOMES DE LIMA	2015	40 H

ANEXO II
DOCUMENTOS E HABILITAÇÕES EXIGIDAS

1. Cópia legível, acompanhada do original:
a) Cédula de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
c) Título de Eleitor e prova de quitação das obrigações eleitorais;
d) Certificado de Reservista ou Certificado de Alistamento Militar constando a dispensa (CDI) (sexo masculino);
e) Certidão de Nascimento dos filhos (se tiver);
f) Comprovante de titulação (diploma ou certificado de conclusão), com a regularidade da inscrição do órgão de classe, previsto no edital do processo seletivo;
g) Certidão de Nascimento ou Casamento;
h) PIS/PASEP;
i) 01 (uma) foto 3x4 colorida recente;
j) Comprovante de residência;
k) Certidões negativas expedidas pelos cartórios de distribuição dos ofícios criminais da Justiça Federal, Eleitoral e Estadual;
l) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
m) Informações Bancária (cópia do cartão ou outro documento comprobatório contendo nº da agencia e conta no Banco do Brasil em nome do convocado);

2. Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública.

3. Declaração de grau de parentesco (Nepotismo)

4. Declaração de Bens e Valores.

Publicado por:
Girlânia Fernandes de Medeiros Vanderlei
Código Identificador:F5F67273

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº. 069/2019, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre nomeação de médico como diretor técnico para a Secretaria Municipal de Saúde, determina funções e dá outras providências.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE, Prefeito Municipal de Serrinha, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, Considerando que o Conselho Federal de Medicina (CFM), RESOLUÇÃO CFM nº. 2.007/2013 Art. 1º Para o médico exercer o cargo de diretor técnico ou de supervisão, coordenação, chefia ou responsabilidade médica pelos serviços assistenciais especializados é obrigatória a titulação em especialidade médica, registrada no Conselho Regional de Medicina (CRM), conforme os parâmetros instituídos pela Resolução CFM nº 2.005/2012.
Considerando que o artigo 28 do Decreto nº 20.931/32, a existência do cargo de Diretor Técnico é obrigatória em qualquer organização hospitalar ou de assistência médica, sendo ele o principal responsável pelo funcionamento da instituição, nos termos do artigo 11 da Resolução CFM nº 997/80.
Considerando que o médico diretor técnico é o assessor para assuntos técnicos, sendo responsável médico pela instituição, não somente perante o Conselho, como também perante a Lei;

D e c r e t a:
Art. 1º A Secretaria Municipal de Saúde, através de portaria nomeará um médico de seu quadro de profissionais como diretor técnico, para responder tecnicamente pela Instituição.
Art. 2º As atribuições e funções do diretor técnico compreendem basicamente:
a) zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor relacionados à assistência médica no município;
b) assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do Corpo Clínico e demais profissionais de saúde em benefício da população usuária do município;
c) assegurar o pleno e autônomo funcionamento da Comissão de Ética Médica;
d) cientificar à Secretária municipal de Saúde das irregularidades que se relacionem com a boa ordem, asseio e disciplina nos estabelecimentos municipais de saúde;
e) executar e fazer executar a orientação dada pela instituição em matéria administrativa;
f) representar a instituição em suas relações com as autoridades sanitárias e outras, quando exigirem a legislação em vigor;
g) manter perfeito relacionamento com os membros do Corpo Clínico do município;
h) supervisionar a execução das atividades de assistência médica da instituição;
i) coordenar e organizar as escalas dos profissionais médicos com suas rotinas laborais;
j) acompanhar e auxiliar no desenvolvimento e implantação de protocolos de atendimento clinico;
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

RETIFICAÇÃO
Na Portaria nº 068/2019, Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 30/08/2019.
onde se lê: Portaria nº. 068/2019, de 29 de agosto de 2019,
leia-se: Decreto nº. 069/2019, de 29 de agosto de 2019.

Serrinha-RN, 29 de Agosto de 2019.

JOSE ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:AB2B3561

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO FISCAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS – SEMTRIF
TERMO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO FISCAL

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: **POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**	
CNPJ:**17.873.542/0001-71**	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:XXXXXX
ENDEREÇO: **RUA PRAIA DO FLAMENGO, Nº 78 – ANDAR 01, FLAMENGO.** CIDADE: **RIO DE JANEIRO.** UF:**RJ.** CEP: **22.210-030**	
ATIVIDADE: **35.11-5-02 – ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.**	
NATUREZA JURÍDICA: **Sociedade Anônima Fechada.**	

Considerando o dever de efetiva arrecadação dos tributos inerentes a sua competência, pela municipalidade, bem como a realização de procedimentos tendentes a constatação de ações constitutivas do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, fica instaurado o presente Procedimento Tributário, que terá por finalidade a fiscalização e, se for o caso, apuração do montante dos créditos tributários efetivamente devidos, a apuração das infrações à legislação tributária e aplicação das respectivas multas, a correta identificação dos sujeitos passivos da correspondente relação tributária e a propositura, sendo o caso, das penalidades cabíveis.

Pelo presente ato ficam os sujeitos passivos obrigados a fornecer todos os elementos necessários à fiscalização das operações que possam constituir fator gerador do tributo referido, bem como exibir toda a escrituração fiscal e contabilidade geral, caso considerado necessário pelos agentes fiscais ou pela autoridade abaixo subscrita, sem prejuízo da análise da documentação já fornecida por essa empresa.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. AUTUE-SE.

SERRINHA/RN, 28 de agosto de 2019.

MATEUS DE MEDEIROS
CPF: 100.911.874-94
Secretário de Municipal de Tributação e Finanças - SEMTRIF

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:9EC37075

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 163/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 87, incisos XV, XVI e XXXVII, da Lei Orgânica Municipal de Taipu/RN, combinado com o caput do artigo 155, inciso I, e art. 156 da Lei Municipal nº 269, de 02 de outubro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido o Senhor, **MAXCILIANO SENA DA SILVA,** CPF nº 067.232.804-66 da Função de Professor(A) Ensino Fundamental II. Lotados na Secretaria de Educação e Cultura, deste Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Taipu/RN, 30 de agosto de 2019.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:75DF7BF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2019 – GP

PORTARIA Nº 151/2019 – GP

Tangará/RN, em 30 de agosto de 2019.

O Prefeito Municipal de Tangará/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

R e s o l v e:

Art. 1º. Fica designada para exercer a função não remunerada de "Coordenadora de Saúde Bucal", a Senhora Janaina Gomes de Paiva Amorim (Odontóloga), portadora do CPF/MF 010.050.944-46.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:17533D71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA CMDCA - Nº 01 DE 2019

Portaria CMDCA - Nº 01 de 2019

Dispõe sobre a convocação da Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Tangará e dá outras providências

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Tangará, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no inciso nº VI do artigo 18 da Lei n 8.472, de 07 de dezembro de 1993, resolve:

Artigo 1º - Convocar a IX Conferência Municipal de Assistência Social com a finalidade de realizar um debate que constituirá a base do plano decenal de Assistência Social, com estratégias e metas a curto, médio e longo prazo.

Artigo 2º - A Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no município de Tangará, no dia 10 de setembro de 2019, às 8:00 horas, no Centro de referência da Assistência Social .

Artigo 3º - O evento terá como tema geral: ***ASSISTENCIA SOCIAL: DIREITO DO POVO, COM FINANCIAMENTO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.***

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência e baseado na tabela proporcionalidade populacional e porte do município conforme prevê a Política Nacional de Assistência Social, garantindo a paridade entre OG's e ONG's.

Artigo 5º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 6º - Para organização do evento foi criado uma comissão organizadora, que está composta pelos seguintes componentes: Virgiane de Oliveira e Silva (vice presidente CMAS), Ivanelson da Silva Lima (Orientador Social do SCFV), Rejane Symara de Vasconcelos(Coordenadora do PBF),Victor Emanuel da Silva(digitador e desenvolvedor gráfico) ,Rosimeire Felix Lima(logística) Thalia Ferreira Fernandes (Apoio Técnico).

Artigo 7º - Fica delegado o CMAS para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 29 de agosto de 2019.

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA MELO
Presidente Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:AEDA2638

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da JANAINA MARCELINO DE ALMEIDA, referente à SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE PAREDE DE GESSO E FORRO EM PV. Sendo no valor de **R$ 3.180,00 (Três mil e cento e oitenta reais).**

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo(a). Sr(a). Presidente da Comissão de Licitação.

Tenente Ananias - RN, 30 de agosto de 2019

LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JACOME
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Clesiano de Paiva Lima
Código Identificador:4FCBE357

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 030/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Planejamento Finanças, Tributação e Controle Orçamentário.
Assunto: Contratação de Serviços de Hospedagem, para atender as necessidades das Secretarias que ora necessita realizar atividades tais como: capacitações, encontro e palestras com Profissionais que não residem neste município.

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta **órgão 02 – projeto/atividade 2009 - elemento de despesa 33.90.36 – Outros serviços terceiros – Pessoa física, no orçamento geral vigente no exercício de 2019.**
03. Importará a despesa o valor unitário por diária conforme abaixo discriminado,
Quarto Individual R$ 35,00 (trinta e cinco reais);
Quarto Duplo R$ 60,00 (sessenta reais);
Quarto Triplo R$ 80,00 (oitenta reais);
Quarto Individual com Alimentação R$ 45,00 (quarenta e cinco reais);
Quarto Duplo com Alimentação R$ 75,00 (setenta e cinco reais);
Quarto Triplo com Alimentação R$ 105,00 (cento e cinco reais).
Totalizando um valor global estimado em R$ **14.270,00** (quatorze mil e duzentos e setenta reais), que serão pagos conforme as necessidades dos serviços solicitados e mediante apresentação das faturas e ordem de serviço, após o trâmite normal do processo de despesa.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros: **FPM, ICMS, FMAS, FMS E RECEITAS TRIBUTARIAS.**
05. Fica autorizada a contratação com **JOELMA MARIA PEREIRA DA SILVA** – **CPF: 072.618.154-46**, (Pousada Rodo Lanche) com sede profissional na **Rua Francisco Valério, 130 A – 1º andar, Tenente Laurentino cruz/RN, na prestação de** serviço de Hospedagem para Administração Pública Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, conforme **memorando Nº 045/2019 - Secplanfin.**
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 04 de julho de 2019.

MIQUEIAS DE ARAÚJO SOUZA
Secretario Mun. de Planejamento e Finanças

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:400A140D

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 034/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário e Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

Assunto: Serviço de aluguel das dependências do Espaço Sol Lazer Clube para realização de atividades recreativas que fazem parte das ações da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação.

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços através de pesquisas do mercado;
CONSIDERANDO que o Projeto visa contribuir para o bem-estar do público assistido pelo mesmo.

RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 3390.36 – Outros serviços terceiro física, no orçamento geral vigente no exercício de 2019.
03. Importará a despesa o valor global em **R$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)** referente a 06 (seis) diárias no valor de R$ 170,00 (cento e setenta reais) cada, que será pago após o trâmite normal do processo de despesa, mediante apresentação da fatura e nota fiscal devidamente acompanhada da ordem serviço.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros: **FMAS, SCFV, FPM/FME**.
05. Fica autorizado à contratação com **MARIA DAS GRAÇAS CRUZ MACEDO, CPF: 053.590.954-31 e RG: 002.059.156,** referente a 06 (seis) diárias de aluguel das dependências do Espaço Sol Lazer Clube localizado na Rua Adolfo Ferreira Baracho, nº 296 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN para **realização de atividades recreativas que fazem parte das ações do Projeto Colônia de Férias e atividades de inserção social, interação e lazer com os idosos assistidos pelo programa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e para atividades recreativas que fazem parte das ações do Projeto Escolar em alusão ao dia do estudante das escolas da rede municipal, conforme os** memorandos Nº 203/2019, 204/2019 e 353/2019 das respectivas secretarias.
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 12 de agosto de 2019.

MARLUCE PEREIRA LIMA
Sec. Mun. de Ação Social e Desenv. Humano

CAMILA BRUNA DE AZEVEDO SANTOS
Sec. Mun. de Educação e Cultura

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:AF6C9BE2

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 037/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude.
Assunto: Contratação de Árbitros para prestação dos serviços de arbitragem na realização do campeonato de Futsal.
A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
CONSIDERANDO o disposto no Inciso II do Art. 1º do Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018.
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços através de pesquisas do mercado;

01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta da **Unidade 010 – Sub-função 392 - Projeto/Atividade 3095 e elemento de despesa 33.90.36 – outros serviços de terceiro - pessoa física, no orçamento vigente do exercício de 2019.**
03. Importará a despesa um valor global em **R$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais) que será pago após o trâmite normal do processo de despesa, depois da prestação dos serviços e mediante apresentação da ordem de serviço.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros: **FPM, ICMS e RECEITAS TRIBUTARIAS.**
05. Fica autorizado à contratação com o Sr. **JOÃO EVANGELISTA DA SILVA FILHO – CPF: 011.680.244-80**, residente na Rua: Riacho Trangola, Nº 1581, bairro Dr. J. B. de Araújo – Currais Novos/RN, na Contratação de Árbitros para prestação dos serviços de arbitragem na realização do campeonato municipal de futsal, categoria aberto masculino e aberto feminino 1ª (primeira) divisão que terá 10 (dez) dias de competições, conforme o memorando Nº **049/2019 – Sec. Esportes, Lazer e Juventude.**
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 20 de agosto de 2018.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

ERIBERTO DAMASCENO OLIVEIRA
Sec. Mun. de Esporte, Lazer e Juventude

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:DFE938E6

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 038/2019

Interessado: Sec. Mun. de Educação e Cultura, Sec. Mun. de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário e Sec. Mun. de Agropecuária, Meio Ambiente, Abastecimento e Recursos Hídricos.
Assunto: Confecção e Pintura de faixas em alusão ao desfile cívico em comemoração ao 07 (sete) de setembro e eventos das Secretarias de Agropecuária e Secretaria de Ação Social.

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços através de pesquisas do mercado;
RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica, no orçamento, vigente do exercício de 2019.
03. Importará a despesa o valor global em **1.080,00** (um mil e oitenta reais), conforme quantitativo dos memorandos, que será pago após o trâmite normal do processo de despesa e após a prestação do serviço solicitado, com apresentação da nota fiscal devidamente acompanhada da ordem serviço.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros: **FPM, ICMS, FME, FMAS**.
05. Fica autorizado à contratação com a empresa **ROZIANNY BARACHO MEDEIROS, CNPJ: 13.417.404//0001-27** com sede profissional na Rua: Antônio Pereira, 307 A - Bairro: Centro – Florânia/RN**, para** confecção e Pintura de faixas em alusão ao desfile cívico em comemoração ao 07 (sete) de setembro, para as ações e eventos da Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário e para o XII Torneio Leiteiro de Tenente Laurentino Cruz/RN, **conforme os** memorandos Nº 078/19, 224/19 e 373/19 das respectivas Secretarias.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 28 de agosto de 2019.

GILDANYR FREITAS DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Agropecuária

CAMILA BRUNA DE AZEVÊDO SANTOS
Sec. Mun. de Educação e Cultura

MARLUCE PEREIRA LIMA
Sec. Mun. de Ação Social e Desen. Comunitário

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:F0E230C8

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 040/2019

Interessados: Secretaria Municipal Educação e Cultura de Tenente Laurentino Cruz/RN.
Assunto: Aquisição de material para manutenção da Fanfarra da Escola Municipal Senhora Santana e Escola Municipal Silvino Garcia do Amaral.

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços através de pesquisas do mercado;
RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 44.90.52 – material permanente, no orçamento vigente do exercício de 2019.

03. Importará a despesa o valor global de R$ 2.310,50 (dois mil e trezentos e dez reais e cinquenta centavos), sendo que R$ 721,50 (setecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) corresponde aos itens ganhos pela empresa G. W. Dantas – ME, o valor de R$ 100,00 (cem reais) corresponde ao item ganho pela empresa Geise Anne Lemos Vieira de Carvalho – ME e R$ 1.489,00 (um mil e quatrocentos e oitenta e nove reais) corresponde aos itens ganho pela empresa Arte Musical Ltda, que serão pagos após o trâmite normal do processo de despesa, com apresentação da nota fiscal devidamente acompanhada da ordem compra.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros **FME/FPM.**
05. Fica autorizado à contratação para aquisição dos itens conforme mapa de apuração de preços, com a empresa **G. W. Dantas - ME, CNPJ: 30.257.587/0001-80,** com sede profissional na Rua Dr. Hermancio Paiva, 196, Dom Elizeu – Assú/RN, para aquisição dos **ITENS 04, 07, 11 e 13, com a empresa Geise Anne Lemos Vieira de Carvalho – ME, CNPJ: 07.080.230/0001-57,** com sede profissional na Av. Floriano Peixoto, 567, Petrópolis – Natal/RN, para aquisição do **ITEM 05,** e com a empresa **Arte Musical Ltda, CNPJ:**

03.592.402/0001-10, com sede profissional na Av. Senador Salgado Filho, Loja 714, Via Direta, bairro Capim macio – Natal/RN, para aquisição dos **ITENS 01, 02, 03, 06, 08, 09, 10,12, 14 e 15** conforme **o** memorando nº 374/2019, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 28 de agosto de 2019.

CAMILA BRUNA DE AZEVÊDO SANTOS
Sec. Mun. de Educação e Cultura

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:BEFC1AE1

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 041/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente, Abastecimentos e Recursos Hídricos do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

Assunto: Contratação de Empresa Especializada em confecção de Peças de Vestuários sob medida.
A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os valores através de pesquisas de preços.

RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 3390.39 – Outros serviços terceiro - pessoa jurídica, no orçamento vigente no exercício de 2019.
03. Importará a despesa o valor global de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), que será pago, após o trâmite normal do processo de despesa conforme a execução dos serviços e apresentação de nota fiscal devidamente acompanhada da ordem de serviço,
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros: FPM e ICMS E RECEITAS TRIBUTARIAS.
05. Fica autorizado à contratação com a empresa **Amanda Claudia de Lima Dantas – ME – ARTE MODAS**, **CNPJ: 10.873.870/0001-29** com sede profissional na Rua Presidente Kennedy, 140, Centro – Currais Novos/RN, na Confecção de 40 (quarenta) camisetas em malha sob medidas para os participantes e comissão organizadora do evento do XII Torneio Leiteiro do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, conforme memorando Nº 072/2019.
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 28 de Agosto de 2019.

GILDANYR FREITAS DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Agropecuária

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:C317194D

SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 039/2019

Interessados: Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário de Tenente Laurentino Cruz/RN.
Assunto: Aquisição de material para manutenção da Fanfarra do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços através de pesquisas do mercado;
RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 44.90.52 – material permanente, no orçamento vigente do exercício de 2019.

03. Importará a despesa o valor global de R$ 367,00 (trezentos e sessenta e sete reais), sendo que R$ 127,00 (cento e vinte e sete reais) corresponde aos itens ganhos pela empresa Eletrônica Progresso Ltda e R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) corresponde aos itens ganhos pela empresa G. W. Dantas – ME, que serão pagos após o trâmite normal do processo de despesa, com apresentação da nota fiscal devidamente acompanhada da ordem compra.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros **FMAS.**
05. Fica autorizado à contratação para aquisição dos itens conforme mapa de apuração de preços, com a empresa **Eletrônica Progresso Ltda, CNPJ: 70.309.885/0001-90,** com sede profissional na Rua Presidente José Bento, 536, Alecrim – Natal/RN, para aquisição dos **ITENS 05 e 06,** e com a empresa **G. W. Dantas - ME, CNPJ: 30.257.587/0001-80,** com sede profissional na Rua Dr. Hermancio Paiva, 196, Dom Elizeu – Assú/RN, para aquisição dos **ITENS 01, 02, 03 e 04** conforme **o** memorando nº 225/2019, da Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário.
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 28 de agosto de 2019.

MARLUCE PEREIRA LIMA
Sec. Mun. Ação Social

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:A70CA3F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 036/2019

Interessado: Secretaria Municipal Saúde – Fundo Municipal de Saúde do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

Assunto: Serviços de Lanternagem ou Funilaria e Pintura Automotiva.

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
CONSIDERANDO o disposto no Inciso II do Art. 1º do Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018.
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços através de pesquisas do mercado;

RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 3390.39 – Outros serviços terceiro pessoa jurídica, no orçamento vigente no exercício de 2019.
03. Importará a despesa o valor global em R$ 4.000,00 (quatro mil reais) que será pago após o trâmite normal do processo de despesa, mediante apresentação da fatura e nota fiscal devidamente acompanhada da ordem de serviço.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros: **FPM, ICMS, FUS, RECEITAS TRIBUTARIAS.**
05. Fica autorizado à contratação com a empresa **JOSE ADRIANO DE ARAUJO - ME – CNPJ: 22.251.415/0001-70,** com sede profissional na Rua Tomas do Ó, 138 – Bairro: JK – Currais novos/RN**, para prestação dos s**erviços de lanternagem ou Funilaria e Pintura automotiva e reparação mecânica, dos veículos Fiat Siena 1.4 de placa OWG 8153 e Spin Chevrolet de placa QGM 7745, conforme os memorandos Nº 442/2019 e 443/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 16 de agosto de 2019.

EDILAMAR ABADIA V. FRANÇA PEREIRA
Sec. Mun. de Saúde

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:FD95C9A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 15/2019

Fica dispensada de licitação na forma do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores à despesa abaixo especificada, bem como do cumprimento das prescrições contidas no art. 26 do diploma legal em epígrafe.

OBJETO: Locação de trio elétrico de médio porte para abrilhantar o evento denominado **IV CHUVA DE ROSAS**, a realizar-se no dia 07 de setembro de 2019, por ocasião da festa da padroeira do município Santa Terezinha.
PROCESSO: 55/2019
DISPENSA: 15/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIBAU
CNPJ: 01.622.882/0001-90
CONTRATADA: OBJETIVA LOCAÇÕES E ENTRETENIMENTOS EIRELI - ME
CNPJ: 20.689.884/0001-40
VIGÊNCIA: 30 DE AGOSTO A 07 DE SETEMBRO DE 2019
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
VALOR TOTAL: R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).

Tibau (RN), 30 de agosto de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:953047B6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº 15/2019

RATIFICO e RECONHEÇO a dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos para a contratação referente à locação de trio elétrico de médio porte para abrilhantar o evento denominado **IV CHUVA DE ROSAS**, a realizar-se no dia 07 de setembro de 2019, por ocasião da festa da padroeira do município Santa Terezinha.
OBJETO: Locação de trio elétrico de médio porte para abrilhantar o evento denominado **IV CHUVA DE ROSAS**, a realizar-se no dia 07 de setembro de 2019, por ocasião da festa da padroeira do município Santa Terezinha.
PROCESSO: 55/2019
DISPENSA: 15/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIBAU
CNPJ: 01.622.882/0001-90
CONTRATADA: OBJETIVA LOCAÇÕES E ENTRETENIMENTOS EIRELI - ME
CNPJ: 20.689.884/0001-40
VALOR TOTAL: R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).

Tibau (RN), 30 de agosto de 2019.

Pela Contratante
JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito

Pela Contratada
ADRYANNA KARLA PAIVA PEREIRA FREITAS
CPF: 904.707.454-87

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:8AF04C80

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA SORTEIO E ORIENTAÇÕES DE ENTREVISTA NA RÁDIO

Aos vinte e nove dias do mês de Agosto de Dois mil e Dezenove, às oito horas da manhã na sede do COMDICA, reuniu – se a Comissão Especial Eleitoral com Tatiana Muniz de Siqueira, coordenadora da comissão, representante da Rede de Comercialização Solidária Rede XiqueXique e os seguintes candidatos: Andréia Rebouças Luz Dunga, Janayna Keyvylana Silva Medeiros, Andréa Kaliane Pereira Rodrigues, David Solano Leite, Armando Ermínio Neto, Miltomar Rodrigues Da Costa, Gesmaelly Naara Oliveira Silva, Maria Verônica Do Nascimento, Lázaro Dornelles Ferreira De Medeiros, Maria Madalena De Souza, Carla Camila Costa De Oliveira, Josias Venâncio Da Silva Júnior, Josiele Fernandes De Souza, Hudson Michell Florêncio De Andrade, Karizia Elaine Damasceno e Guilherme Fernandes Genésio Da Silva. Tatiane Muniz inicia a reunião dando boas vindas a todos e em seguida falou que o senhor Mário Illo está

convidando todos os candidatos para se fazerem presentes a partir do dia 02 na rádio de Tibau – RN. Tatiane explicou que será uma entrevista em que todos os candidatos terão a oportunidade de se apresentarem, informando seu nome, número e falando sobre eles mesmos. Todos concordaram com a ideia, porém apenas dez se interessaram de ir, são eles: Andréia Rebouças Luz Dunga, Janayna Keyvylana Silva Medeiros, David Solano Leite, Gesmaelly Naara Oliveira Silva, Maria Verônica Do Nascimento, Lázaro Dornelles Ferreira De Medeiros, Maria Madalena De Souza, Hudson Michell Florêncio De Andrade, Karizia Elaine Damasceno e Guilherme Fernandes Genésio Da Silva. Em seguida Tatiane Muniz faz o sorteio ficando assim o cronograma dos dias que os candidatos irão para a rádio: Na segunda dia 02 de Setembro irão Maria Verônica Do Nascimento e Hudson Michell Florêncio De Andrade, Terça dia 03 de Setembro irão Andréia Rebouças Luz Dunga e Janayna Keyvylana Silva Medeiros, na Quarta dia 04 de Setembro irão Maria Madalena De Souza e Karizia Elaine Damasceno, na Quinta dia 05 de Setembro irão , Gesmaelly Naara Oliveira Silva e Lázaro Dornelles Ferreira De Medeiros, na Sexta dia 06 de Setembro irão Guilherme Fernandes Genésio Da Silva e David Solano Leite. Feito o sorteio a Coordenadora da Comissão Tatiana Muniz de Siqueira agradece a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, a presente sessão foi encerrada, e eu Geiza Maria Freitas Costa, secretariei os trabalhos que segue por mim assinada e pelos demais.

GEIZA MARIA FREITAS COSTA

TATIANE MUNIZ DE SIQUEIRA

ANDRÉIA REBOUÇAS LUZ DUNGA

JANAYNA KEYVYLANA SILVA MEDEIROS

ANDRÉA KALIANE PEREIRA RODRIGUES

DAVID SOLANO LEITE

ARMANDO ERMÍNIO NETO

MILTOMAR RODRIGUES DA COSTA

GESMAELLY NAARA OLIVEIRA SILVA

MARIA VERÔNICA DO NASCIMENTO

LÁZARO DORNELLES FERREIRA DE MEDEIROS

MARIA MADALENA DE SOUZA

CARLA CAMILA COSTA DE OLIVEIRA

JOSIAS VENÂNCIO DA SILVA JÚNIOR

JOSIELE FERNANDES DE SOUZA

HUDSON MICHELL FLORÊNCIO DE ANDRADE

KARIZIA ELAINE DAMASCENO

GUILHERME FERNANDES GENÉSIO DA SILVA

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:01823B30

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COM A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA ANÁLISE DE CONDUTAS VEDADAS POR PARTE DE CANDIDATOS A CONSELHO TUTELAR

Aos vinte e sete dias do mês de Agosto de Dois mil e Dezenove, às oito horas e trinta minutos da manhã, na Sede do COMDICA, situada a Avenida Padre João Venturelli, nº 108, Bairro Vila Nova, Tibau – RN, reuniu – se os membros da Comissão Especial Eleitoral para análise de condutas vedadas por parte de candidatos a Conselho Tutelar. Estavam presentes: A Coordenadora da Comissão Eleitoral Tatiana Muniz de Siqueira, representante da Rede de Comercialização Solidária Rede XiqueXique e a Representante da Secretaria Municipal do Trabalho Habitação e Assistência Social Weruska Beserra Cirilo. A Comissão Especial Eleitoral analisou as denúncias não formais que chegaram até a sede do COMDICA, observou o que estava explicito nas redes sociais e decidiu abrir Processo Administrativo de nº 001/2019, através da notificação de nº 001/2019 contra a Candidata Gesmaelly Naara Oliveira Silva de acordo com os fatos e fundamentos a seguir: A – A candidata Gesmaelly Naara Oliveira Silva está realizando propaganda por meio de adesivos impressos (botons), contrariando as normas das condutas vedadas expostas no edital de nº 001/2019 no item V - A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos no tamanho máximo de 10x15cm, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas, sendo expressamente vedada sua afixação em prédios públicos ou particulares; a vedação do Item VI - Propaganda feita através de camisetas, adesivos, broches, bonés e outros meios semelhantes, bem como por alto falante ou assemelhados fixos ou em veículos; Exposto na Resolução de nº 009/2019 a vedação no item IV – a realização de propaganda eleitoral por meio de camisetas, bonés, adesivos em veículos, material impresso (panfleto, *folders*, *banners*, e assemelhados), bandeiras, rádio, televisão, *outdoors* ou espaço na mídia em geral, mediante pagamento, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores; B – A candidata Gesmaelly Naara Oliveira Silva está prometendo parte do seu salário em prol de trabalhos sociais, contrariando as normas das condutas vedadas expostas na Resolução de nº 009/2019 no item XVI - A troca de gêneros alimentícios e dinheiro pelo voto do eleitor, seja pela promessa ou pela efetiva dádiva, não importando se o eleitor aceitar ou não a oferta; C - A candidata Gesmaelly Naara Oliveira Silva está prometendo meia cesta básica e alimentação para famílias carentes, contrariando as condutas vedadas expostas na Resolução de nº 009/2019 no item VI - a doação, oferta, promessa ou entrega aos eleitores de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas; D - A candidata Gesmaelly Naara Oliveira Silva está prometendo acessória jurídica gratuita para as famílias carentes, contrariando as normas das condutas vedadas expostas no item II - o favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública e/ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da administração pública municipal; E - A candidata Gesmaelly Naara Oliveira Silva está fazendo o uso abusivo de imagens proibidas, contrariando as normas das condutas vedadas do edital de nº 001/2019 no item IX - O abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, tanto durante a campanha eleitoral quanto durante o desenrolar da votação, notadamente. F - A candidata Gesmaelly Naara Oliveira Silva participou de reunião no dia 24 de Julho de 2019 para conhecimento formal das regras do processo de escolha, juntamente com os demais candidatos e estar ciente das condutas vedadas, tendo também recebido material constando todas as informações. Depois de produzido a Notificação, a Coordenadora da Comissão Tatiana Muniz de Siqueira pede a secretaria executiva deste conselho que entregue a notificação a senhora Gesmaelly Naara Oliveira Silva, e em seguida dar por encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar a presente sessão foi encerrada, e eu Geiza Maria Freitas Costa, secretariei os trabalhos que segue assinada por mim e pelos demais presentes.

GEIZA MARIA FREITAS COSTA

WERUSKA BESERRA CIRILO

TATIANE MUNIZ DE SIQUEIRA

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:279FE366

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
DECRETO MUNICIPAL Nº 010, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil.

CONSIDERANDOo falecimento de: **JOÃO PAULO DA SILVA PEREIRA**, que, em vida, atuou com servidor público na **UNIDADE MISTA DE SAÚDE SANTA TEREZINHA** e prestou grandes serviços ao Município de Tibau;

DECRETA:

Art. 1º- Luto Oficial, neste dia 30/08/2019, no Município de Tibau, a partir desta data.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:89CB3A0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111/2019 – GP/GMTS - LICENÇA PRÊMIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111/2019 – GP/GMTS

Dispõe sobre a Concessão de Licença Prêmio a servidor público do Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Lei nº 321 de 31 de dezembro de 2004, que trata sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos e a Lei nº 401 de 13 de janeiro de 2010 do Município de Tibau do Sul/RN;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 02 de setembro de 2019 a 30 de novembro de 2019, ao servidor(a):

DIANA GADELHA DA SILVA GALVÃO, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 040.294.904-84, com matrícula nº 1562, no cargo de Professor(a) PN III, lotado(a) na Secretaria de Educação do Município de Tibau do Sul/RN.

Art. 2º. Esta portaria tem eficácia a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTÔNIO MODESTO RODRIGUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kerginaldo Rodrigues Ferreira
Código Identificador:227C015F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2019 – GP/GMTS - EXONERAÇÃO EF - REPUBLICADO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2019 – GP/GMTS

Dispõe sobre Exoneração de Cargo de Provimento Efetivo no Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal nº 321 de 31 de dezembro de 2004, em seu Artigo 110, inciso II;

CONSIDERANDO a decisão, conforme as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2018, nos termos do Regime Jurídico do Município de Tibau do Sul;

R E S O L V E:

Art.1º. Exonerar o(a) servidor(a)**WELLINGTON DE OLIVEIRA JUNIOR**, matricula 1130-4, inscrito no CPF nº 903.819.394-72, do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Tibau do Sul.

Art. 2º. Esta portaria tem eficácia a partir de sua publicação, com efeitos a partir do dia 24 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 22 de agosto de 2019.

ANTÔNIO MODESTO RODRIGUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kerginaldo Rodrigues Ferreira
Código Identificador:3A2F46B3

GABINETE DO PREFEITO
CMDCA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CEP: 59178-000 – Tibau do Sul/RN
E-mail: cmdcatibaudosul2018@gmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIBAU DO SUL/RN, criada pela Resolução nº 001/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 518/2015 convoca os eleitores para participar do processo de escolha que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DE TIBAU DO SUL.

1– A eleição ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019, no horário de 8h às 17h, no local abaixo relacionado:
Local de Votação - Seção Eleitoral
Escola Municipal Dr.º Hélio Galvão, situada à Rua Tabelião Rivaldo Rodrigues, s/n, Centro, Tibau do Sul

2 – Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores no município até o dia 30 de agosto de 2019.
2.1. O voto é facultativo para todos;
2.2. Para o exercício do voto, o cidadão deve apresentar-se ao local de votação munido dos seguintes documentos:
a) via digital do título de eleitor (e-Título), desde que haja cadastro com fotografia;
b) carteira de identidade, passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, desde que possível a comprovar a identidade do eleitor;
c) carteira de reservista;
d) carteira de trabalho;
e) carteira nacional de habilitação.
2.3. Não poderão votar os eleitores cujos dados não constem do Caderno de Votação fornecido pela Justiça Eleitoral.
2.4 Não será considerado como documento oficial a Carteira de Estudante.

3. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

NÚMERO	CANDIDATOS (AS)
01	SANGY LEITE DA SILVA
02	JONATHAN VITOR GALVÃO PEREIRA
03	MARIA HELENA S. FERNANDES
04	ROBERTO CESAR DE A. JÚNIOR
05	MICHEL ANDERSON B. DE ALMEIDA
06	ANITA ALICE DIONIZIO DE LIMA
07	MARIA AUXILIADORA V. S. SIMIÃO
08	IRLAN KAIQUE DA SILVA

Tibau do Sul, 30 de agosto de 2019

ARYANNE MANNUELA DE LIMA BESERRA
Presidenta da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Kerginaldo Rodrigues Ferreira
Código Identificador:05354C77

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 263/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 263/2019, 22 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **072/2013, de 09 de janeiro de 2013.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Lizy Karol dos Santos.
Cargo/Função: Enfermeira.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	23.08.2019	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 23 de Agosto de 2019, participou da capacitação " MANEJO DE CASOS DE SARAMPO", conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 22 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:44C6CC5D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 264/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 264/2019, 23 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de janeiro de 2017.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Lindeltonio Clementino de Morais.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	26.08.2019	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 26 de Agosto de 2019, com a paciente Cinthia Cristine Ferreira Silva, para realizar exame na Clínica Potiguar, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN,23 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:FDA26224

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 265/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 265/2019, 26 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de Janeiro de 2017.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Isaías Benedito da Silva.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	27.08.2019	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN no dia 27 de Agosto de 2019, com a paciente Lilia Maria Cavalcante, para realizar consulta odontológica, conforme anexos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 26 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:5A274C9F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 266/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 266/2019, 26 de agosto de 2019

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de Janeiro de 2017.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Pedro Guilherme dos santos.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	27.08.19	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 27 de Agosto de 2019, com a paciente Ana Cecília Andrade Vicente, para realizar consulta na Januário Cicco, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 26 de agosto de 2019

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:5B974BC4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 267/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 267/2019, 27 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de Janeiro de 2017.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: João Paulo Pereira da Costa.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Currais Novos/RN	28.08.2019	40,00	40,00
Total				40,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Currais Novos/RN, no dia 28 de Agosto de 2019, com o paciente Martiniano dos Santos , para realizar internamento para realizar cirurgia, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 27 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec.Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:F8F7697C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 268/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 268/2019, 28 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de Janeiro de 2017.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Fabiano Batista Gomes.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Currais Novos/RN	29.08.2019	40,00	40,00
Total				40,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Currais Novos/RN, no dia 29 de Agosto de 2019, com o paciente Martiniano dos Santos, que teve alta pós cirurgia, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 28 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:737B4D75

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 269/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 269/2019, 28 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de Janeiro de 2017.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: João Paulo Pereira da Costa.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	29.08.2019	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 29 de Agosto de 2019, com o paciente José Douglas Gabriel da Silva , para realizar consulta no Hospital Varela Santiago, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 28 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:0C0D7381

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1901220073

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **1901220073**

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/ RN; PROMITENTE CONTRATADA: **A NOVA SOLUÇÃO EIRELI**; OBJETO: Registro de preços para possível aquisição gradativa de fardamento para a Secretaria Municipal de Saúde; VALIDADE DA ARP: 30 de Agosto de 2019 a 30 de agosto de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 9.625,00 (nove mil e seiscentos e vinte e cinco reais); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei N° 10.520/2002; SUBSCRITORES: Chilon Batista de Araújo Neto – pelo Promitente Contratante e Ramaley Ferdinando de Araújo Nóbrega - pelo Promitente Contratada.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 30 de Agosto de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:14EDC6D4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1901220073

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **1901220073**

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/ RN; PROMITENTE CONTRATADA: **RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JÚNIOR 06202550481**; OBJETO: Registro de preços para possível aquisição gradativa de fardamento para a Secretaria Municipal de Saúde; VALIDADE DA ARP: 30 de Agosto de 2019 a 30 de agosto de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 30.897,75 (trinta mil e oitocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei N° 10.520/2002; SUBSCRITORES: Chilon Batista de Araújo Neto – pelo Promitente Contratante e Rubens Castilho Nunes Diniz Júnior - pelo Promitente Contratada.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 30 de Agosto de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:DACD3B3C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 270/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 270/2019, 28 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **072/2013, de 09 de janeiro de 2013.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Jéssica Aline Silva.
Cargo/Função: Técnica de Enfermagem.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	29.08.2019	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN no dia 29 de Agosto de 2019, com o paciente José Douglas Gabriel da Silva, para realizar consulta no Hospital Varela Santiago, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 28 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:8385DE84

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1901220073

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **1901220073**

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/ RN; PROMITENTE CONTRATADA: **INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES STARRET LTDA ME**; OBJETO: Registro de preços para possível aquisição gradativa de fardamento para a Secretaria Municipal de Saúde; VALIDADE DA ARP: 30 de Agosto de 2019 a 30 de agosto de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 13.392,75 (treze mil e trezentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei N° 10.520/2002; SUBSCRITORES: Chilon Batista de Araújo Neto – pelo Promitente Contratante e Érika Murielly Bezerra Dantas Lucena - pelo Promitente Contratada.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 30 de Agosto de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:C72F588E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 271/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 271/2019, 28 de agosto de 2019

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de Janeiro de 2017.**

RESOLVEM:
Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Pedro Guilherme dos santos.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	29.08.19	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 29 de Agosto de 2019, com a paciente, para realizar consulta, conforme anexo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 28 de agosto de 2019

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:4F989FCF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 272/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 272/2019, 29 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **124/2017, de 16 de Janeiro de 2017.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Fabiano Batista Gomes.
Cargo/Função: Motorista.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	30.08.2019	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 30 de Agosto de 2019, com a paciente Rosane Soares da Siva, para realizar, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 29 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO ANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:A941CB1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 273/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 273/2019, 29 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, nos termos do Decreto nº **072/2013, de 09 de janeiro de 2013.**

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:
Agente Político/Servidor: Yale Pereira de Oliveira.
Cargo/Função: Técnica de Enfermagem.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal/RN	30.08.2019	100,00	100,00
Total				100,00

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN no dia 30 de Agosto de 2019, com o paciente, para realizar , conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas - RN, 29 de Agosto de 2019.

MIRELLY MÁRTIR LINS SILVA
Sec. Mul. de Saúde

WAGNA GOMES ARAÚJO SANTOS
Sec. Mul de Fazenda

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:E5D107E7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2019 DISPENSA N° 031/2019 – PROC. ADMINIST MTB/RN N° 1901220082.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2019 DISPENSA N° 031/2019 – PROC. ADMINIST MTB/RN N° 1901220082.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/ RN; CONTRATADA: **A. M. F CARVALHO CONSTRUÇÕES E PROJETOS EIRELI**; OBJETO: **execução dos serviços de Elaboração de Projetos complementares (elétrico, hidrossanitário, estrutura de concreto armado, estrutura metálica, combate a incêndio, drenagem e elaboração de planilha orçamentária, cronogramas e especificação técnica**; VIGÊNCIA: 11 de Julho a 31 de dezembro de 2019; VALOR GLOBAL: R$ 13.940,00 (treze mil e novecentos e quarenta reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.15.122.0013.1315.2038 - Manutenção das atividades da Sec. Mul. de Transporte, Obras e Serviços Urbanos; 33.90.39 – outros serviços de terceiros – PJ; Fonte: 01000 – recursos ordinários; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei N°10.520/2002; SUBSCRITORES: Chilon Batista de Araújo Neto – pelo Contratante e Anne Michelle Franco Carvalho – pela Contratada.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 11 de Julho de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:0D40977C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2018 – PMT/RN

Contratante: O Município de Touros/RN.
Contratada: FISIOESTETICK FISIOTERAPIA E ESTÉTICA EIRELI ME, CNPJ/MF Nº 27.326.836/0001-37.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência, no período compreendido entre 30 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2020.
Assinaturas: Pela Contratante, FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE (Prefeito Municipal).
Pela Contratada, VERUSKHA REIS DE OLIVEIRA.
Local/data da Assinatura: Touros/RN, 30 de agosto de 2019.

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:3C1869F4

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE

Em conformidade com Parecer da Assessoria Jurídica, o qual opinou pela inexigibilidade de licitação, o ordenador de despesa do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE/Touros-RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as determinações do Art. 25, II da lei 8.666/93, é considerado que consta no processo administrativo em que trata a respeito de contratação da empresa **Câmara de Dirigentes Lojista de Natal – CDL, CNPJ nº 08.343.675/0001-45**, para realização de consultas e inclusões junto ao SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC, e com isso atender as necessidades desta instituição, pelo valor estimado de R$1.800,00 (mil e oitocentos reais), venho desta forma declarar a inexigibilidade de licitação para contratação da referida empresa, determinando que se proceda com a formalização do contrato, assim como elaboração do extrato e respectiva publicação na imprensa oficial.

Touros/RN, 28 de agosto de 2019.

VALDIR ANTUNES DA SILVA
Presidente de SAAE

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:8FCA4E2C

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE DISPENSA

Á vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 24, Inciso XXXI, da Lei Federal 8.666/93, bem como do Parecer Jurídico datado de 26 de agosto de 2019, RATIFICO E AUTORIZO a dispensa de licitação com a empresa**DAMIÃO JOAQUIM BEZERRA - ME, CNPJ: 17.908.663/0001-01**, cujo objeto CONSISTE naContratação de empresa especializada para serviços de reforma nas casas de bombas de diversos distritos do município de Touros/RN**,** pelo valor total estimado de R$33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais).

Touros/RN, 27 de agosto de 2019

VALDIR ANTUNES DA SILVA
Presidente Do SAAE

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:D687D8E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°109/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

EMENTA: Dispõe sobre a cessão de servidor e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO, o ofício Nº659/2019 (PAV nº 6686/2019) de 20 de agosto de 2019, expedido pelo Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

R E S O L V E

Art. 1º - Fica concedida a renovação da cessão funcional da servidora **GILMARA MAIA DA COSTA FERREIRA**, matricula nº 010391-8, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, no Fórum do município de Umarizal.

Parágrafo Único – Caberá ao município o ônus da remuneração salarial devida ao servidor ora cedido.

Art. 2º - A cessão se dará pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único – A cessão poderá ser revogada a qualquer tempo caso o município venha a necessitar do servidor cedido ou se o interesse público e a conveniência o exigir.

Art. 3º - A presente PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de setembro de 2019 e término em 01 de setembro de 2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeita, Umarizal-RN, em 28 de agosto de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:4436880C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº111/2019 DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração da Sra. Marla Luryan do Nascimento Pereira do Cargo em Comissão de Assessora Jurídica e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Exonera a Senhora **MARLA LURYAN DO NASCIMENTO PEREIRA**, CPF Nº 096.398.764-02, RG Nº 2.238.684, do *Cargo em Comissão de Assessora Jurídica* – (CC3).

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita.

Umarizal-RN, em 30 de agosto de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:2244C933

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº016/2019 DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 494/2012 de 27 de dezembro de 2012, considerando o disposto no art. 16, § 6º, I, da Resolução nº 004/2013 – TCE e tendo em vista a solicitação de diárias do Prefeito Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Sr.ª. **ELIJANE PAIVA DE FREITAS**, uma diária no valor unitário de R$ 400,00(quatrocentos reais), ocupante do cargo de Prefeita Municipal, para fazer face às despesas com locomoção alimentação e hospedagem na capital NATAL/RN, conforme a seguir:
Objeto do Deslocamento: Participar do Fórum Estadual de Órgão Municipais de Desenvolvimento Econômico na Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte.
Local de destino: Natal-RN
Período do Afastamento: 01 (um) dia em 03 de setembro de 2019.
Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 16, § 6º, III, da Resolução nº 004/2013 – TCE, de 31 de janeiro de 2013.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sec. Municipal de Administração, Umarizal-RN, em 30 de agosto de 2019.

VANILDO MARQUES DA SILVA JÚNIOR
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:BD9BF0A7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 062/2019, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO Nº 062/2019, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Abre no Orçamento do Município, crédito suplementar no valor de R$ 171.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 43, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com a Lei Municipal nº 662, de 14 de dezembro de 2018, Art 6º.

RESOLVE:
Art. 1º Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2019 (Lei n° 662, de 14 de dezembro de 2018), crédito suplementar no valor de: R$ 171.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais), para atender as programações a seguir:

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 08.001: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Funcão 12: Educação
Sub-Função 365: Educação Infantil
Programa 0110: Educação Básica
Projeto/Atividade 2030: Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de despesa 33.90.30: Material de Consumo
Fonte de Recurso 11240000: Outras Transferências de Recursos do FNDE
Valor: R$ 71.400,00 (setenta e um mil e quatrocentos reais)

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 10.001: Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Funcão 15: Urbanismo
Sub-Função 451: Infra-estrutura Urbana
Programa 0122: Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade 1018: Pavimentação e/ou Manutenção de Logradouros Públicos
Elemento de despesa 44.90.51: Obras e Instalações
Fonte de Recurso 10010000: Recursos Ordinários
Valor: R$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Total da suplementação: R$ 171.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária no valor de R$

171.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais), conforme a seguir:

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 08.001: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Funcão 12: Educação
Sub-Função 365: Educação Infantil
Programa 0110: Educação Básica
Projeto/Atividade 2030: Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de despesa 33.90.32: Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – R$ 30.000,00
33.90.39: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 41.400,00
Fonte de Recurso 11240000: Outras Transferências de Recursos do FNDE
Valor: R$ 71.400,00 (setenta e um mil e quatrocentos reais)

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 10.001: Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Funcão 15: Urbanismo
Sub-Função 451: Infra-estrutura Urbana
Programa 0122: Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade 1018: Pavimentação e/ou Manutenção de Logradouros Públicos
Elemento de despesa 33.90.39: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso 10010000: Recursos Ordinários
Valor: R$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Total da anulação: R$ 171.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Upanema/RN, 29 de agosto de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:2A7C84C2

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0371/2019, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0371/2019, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 - GPMU.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação acordado entre os municípios de Mossoró e Upanema que tem por objeto disciplinar a cessão mútua de pessoal, firmado em 23 de agosto de 2019,
CONSIDERANDO a Portaria nº 233/2019, de 26 de Agosto de 2019 da Prefeitura Municipal de Mossoró,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder ao município de Mossoró/RN, a servidora LUCIMARIA VIEIRA DA COSTA, matrícula nº 427, Professora do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Upanema/RN, pelo período de 2 (dois) anos, por PERMUTA com a servidora NÊMORA LISSA DA SILVA, Professora Nível II, matrícula 5095433, do Quadro Geral de Efetivos de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, conforme Termo de Cooperação firmado em 23 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:C94DC3E6

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO

Termo de Cooperação que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN e o MUNICÍPO DE UPANEMA-RN, para os fins que especifica.

O MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 08.348.971/0001-39, com sede no Palácio da Resistência, situado na Avenida Alberto Maranhão, 1751, centro, Mossoró (RN), neste ato representado por sua Prefeita Municipal, ROSALBA CIARLINI ROSADO, inscrita no CPF sob o nº 199.516.984-68, e portadora do Registro Geral – RG sob o nº 988.702, órgão expedido ITCP/RN e o MUNICÍPIO DE UPANEMA-RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 30.018.848.0001/09, com sede na Av. João Francisco, Centro, Upanema (RN), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA, inscrito no CPF sob o nº 423.490.284-53 e portador do Registro Geral – RG sob o nº 7401489, órgão expedidor SSP/RN (2ª via), todos no final assinados, têm justo e acertado, nos termos e estipulações desta avença e das normas jurídicas incidentes neste diploma legal, mediante as cláusulas constantes do contexto deste documento, que mutuamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo visa disciplinar a cessão mútua de pessoal a ser feita entre os Municípios de Mossoró e o Município de Upanema, objetivando a cooperação técnica para atendimento de necessidades de recursos humanos do quadro efetivo desses Entes, conforme cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente termo tem fundamento jurídico na autonomia dos Municípios inscrito no art. 18 da Constituição Federal, na competência para dispor sobre seus servidores previsto no art. 39 da Constituição Federal, e nas respectivas Leis Orgânicas e Leis dos Regimes Jurídicos de cada Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

§1º - São obrigações comuns dos MUNICÍPIOS:
I – Ceder o(s) servidor(es) efetivo(s) do seu quadro permanente, especificados no rol anexo, para desempenhar suas atividades nos órgãos do outro Município, ficando assegurado aos servidores cedidos, os direitos e vantagens da legislação vigente do Município cedente;
II – assegurar o pagamento, até a data da efetiva cessão, da remuneração integral dos servidores cedidos, de acordo com o Regime Jurídico ao qual se encontrem submetidos, apurada conforme os registros de frequência mensalmente encaminhados pelo órgão competente do Município cessionário, até o dia 20 de cada mês;
III – garantir apoio técnico na efetivação de cursos e eventos para qualificação e aperfeiçoamento do servidor recebido;
IV – na hipótese de falta funcional grave ou de falta disciplinar praticada pelo servidor cedido, imediatamente, lavrar termo e informar o fato ao Município cedente para tomada de providências disciplinares, sem prejuízo de instauração de processo administrativo

disciplinar próprio, cuja cópia integral será encaminhada ao Município cedente.
V – promover a gestão do pessoal recebido e solicitar, a qualquer momento, devolução ou substituição do servidor cedido;
VI – proporcionar condições para o desempenho das atividades atribuídas ao servidor recebido respeitando sua lotação na rede pública de ensino do município;
VII – determinar a movimentação do servidor cedido, independente de anuência prévia, considerando a imperativa necessidade do serviço, de uma para outra Unidade do Município cessionário.
§ 2º - São condições específicas para a cessão:
I – os servidores integrantes das carreiras do magistério ou da saúde só poderão ser cedidos para desempenho de atividades dentro da rede própria de educação ou de saúde, respectivamente.
II – é facultado, mas não obrigatório, ao Município cessionário atribuir função gratificada ou cargo em comissão ao servidor recebido, devendo esse custo ser integralmente assumido pelo Município cessionário, inclusive quanto às contribuições previdenciárias;
III – os servidores recebidos deverão desempenhar suas atividades de acordo com as atribuições do cargo do Município cedente.
IV – os custos da cessão mútua, incluída as contribuições previdenciárias, deverão ser, na medida do possível, equivalentes, de modo a não onerar excessivamente apenas um dos Municípios, sendo aceitável uma diferença de até 30% entre os custos.

CLÁUSULA QUARTA - DA SINDICÂNCIA E DAS SANÇÕES

Todo e qualquer fato ou incidente que dependa da sindicância para chegar à autoria e materialidade terá procedimento aberto pelo interessado cessionário, informando o fato ao Município cedente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E RESCISÃO
Este termo terá validade de 2(dois) anos a partir de sua publicação.
§ 1º - Cabe a cada município publicar o presente termo nas condições previstas na legislação de cada ente;
§ 2º - O presente Termo poderá ser desfeito a qualquer momento por uma das partes, respeitada comunicação prévia de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As questões jurídicas que não possam ser dirimidas por consenso serão resolvidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 18, I, p, da Lei Complementar Estadual nº 165, de 28 de abril de 1999 – Lei de Organização Judiciária do RN.
E por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as Cláusulas e condições do presente Termo, que depois de ter lido e achado conforme, vai assinado em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo fim, na presença de duas (02) testemunhas idôneas, para publicação e execução.

Mossoró (RN), 23 de agosto de 2019.

Pelo Município de Mossoró/RN
ROSALBA CIARLINI
Prefeita

Pelo Município de Upanema/RN
LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F3C8839B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - CNPJ: 01.146.871/0001-80
Processo nº 02.252/2019 - Inexigibilidade nº 014/2019
Objeto: Aquisição de jogos educativos e brinquedos para a Educação Infantil da rede de ensino de Upanema.
VALOR: R$118.690,00 (cento e dezoito mil seiscentos e noventa reais).

Unidade Orçamentária	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	0110	Educação Básica
Ação	2030	Funcionamento das atividades do Ensino Infantil
Natureza	3.3.90.30	Material de consumo
Fonte Dos Recursos	11240000	Outras Transferências de Recursos do FNDE

Vigência: 30/08/2019 a 30/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Assinado pela Contratante
PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - CNPJ: 01.146.871/0001-80
Assinado pela Contratada

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:CF18813C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

Venha-Ver/RN, em 30 de agosto de 2019

REFERÊNCIA**:** PORTARIA Nº 69/2019–GP publicado no Diário Oficial do Município de 30/08/2019. Edição 2094. Onde se leu: **Art. 1º- NOMEAR,osseguintes Representantes dos Servidores Técnicos- Administrativos das Escolas Básicas Públicas e Diretores das Escolas Básicas Públicas, para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB do Município do Venha-Ver/RN, para o exercício 2019 a 2021,** leia-se: **Art. 1º- NOMEAR, os seguintes representantes do Poder Executivo Municipal, para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB do Município do Venha-Ver/RN, para o exercício 2019 a 2021.**

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:B23660C3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 015/2019 - CMDCA

Regulamenta a folga compensatória de servidor público municipal em virtude do trabalho realizado no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Venha-Ver/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VENHA-VER, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90 e o teor da Resolução n° 170/2014 do CONANDA relativamente às providências necessárias para a realização do processo de escolha unificado do Conselheiros Tutelares;

Considerando o disposto no art. 15 da Lei Federal n° 8.868/1994;

Considerando o disposto no art. 98 da Lei Federal n° 9.504/1997;

Considerando que o processo de escolha unificado é um processo eleitoral significativo e contará com o apoio técnico do Tribunal Regional Eleitoral;

Considerando que os servidores municipais trabalharão de forma voluntária na eleição e não receberão nenhuma vantagem pecuniária;

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o procedimento para a concessão da folga compensatória de servidor público municipal pelos serviços prestados em virtude de sua participação no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.

Art. 2º. Para que o servidor público possa gozar da folga compensatória prevista na legislação eleitoral, deve ser obedecida a seguinte tramitação:

I - O servidor público deve apresentar requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração conjunta emitida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha Unificado;

II - O requerimento a que se refere o inciso anterior deve ser protocolizado em até 30 (trinta) dias, contados da data do processo de escolha unificado;

III - Após a conferência da declaração emitida e verificada a sua conformidade, o Departamento de Recursos Humanos promoverá contato com a Secretaria ou Chefia imediata do servidor público para que, em conjunto, estabeleçam quais as datas serão concedidas as folgas compensatórias;

IV - As datas da folga compensatória serão estabelecidas em ato administrativo do Poder Público baseado na conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal para que não haja prejuízo na continuidade da prestação dos serviços públicos;

V - O servidor público somente estará autorizado ao gozo da folga compensatória após ser comunicado por escrito pelo Departamento de Recursos Humanos através da resposta ao requerimento apresentado. Após a comunicação assinada pelo servidor, o Departamento de Recursos Humanos adotará as providências cabíveis.

Art. 3º. Cada 01 (um) dia trabalhado no processo de escolha unificado, independentemente da quantidade de horas, incluído o dia utilizado para treinamento e atos preparatórios do processo eleitoral, equivale a um período de 02 (dois) dias consecutivos de folga compensatória.

Art. 4°. A folga compensatória não pode ser convertida em retribuição pecuniária, conforme previsto no § 4º do art. 1º da Resolução TSE nº 22.747/2008, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 5°. Os dias de um período da folga compensatória não podem ser fracionados em hipótese alguma e deverão ser gozados em dias consecutivos.

§ 1º As folgas compensatórias adquiridas devem ser gozadas no período máximo de 01 (um) ano, contado do deferimento do requerimento, cabendo ao servidor público apresentar o requerimento no prazo previsto no inciso II, do artigo 2° deste Decreto.

Art. 6°. Fica proibida a Administração Pública do Poder Executivo Municipal:

I - Conceder folga compensatória que termine em vésperas de feriados ou pontos facultativos ou que se inicie logo após os mesmos;

II - Conceder folga compensatória em dia que o servidor público não tenha que cumprir expediente.

Art. 7°. Compete exclusivamente à Administração Municipal tomar as providências quanto à substituição do servidor público em gozo de folga compensatória prevista neste Decreto.

Art. 8°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no dia 23 de agosto de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

JOSÉ CÉLIO CHAVES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:CA1A822E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 071/2019- GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VENHA VER, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor**FRANCISCA ELIVANETE GONÇALVES CHAVES**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, pertencente ao quadro de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao exercício de 2018/2019, as quais serão usufruídas entre os dias 01 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 01 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Venha-Ver/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSÉ CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:B2E6C94B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 072/2019- GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VENHA VER, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor**DAIZA AMORIM ARAUJO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, pertencente ao quadro de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao exercício de 2018/2019, as quais serão usufruídas entre os dias 01 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 01 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Venha-Ver/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSÉ CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:69058692

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 073/2019- GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VENHA VER, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM.

R E S O L V E:
Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor**JOSÉ FERNANDES DE LIMA**, ocupante do cargo de Motorista, pertencente ao quadro de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao exercício de 2018/2019, as quais serão usufruídas entre os dias 02 de setembro de 2019 a 01 de outubro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 02 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Venha-Ver/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSÉ CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:42ED9F70

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 074/2019- GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VENHA VER, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor**JOSÉ FRANCILEUDO DE AQUINO**, ocupante do cargo de Motorista, pertencente ao quadro de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao exercício de 2018/2019, as quais serão usufruídas entre os dias 01 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 01 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Venha-Ver/RN, 30 de agosto de 2019.

JOSÉ CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:5331C40A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 075/2019- GP

DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PRÊMIO POR ASSISUIDADE DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VENHA VER, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM, e;

CONSIDERANDO o Art. 102, §1º e §2º, da Lei Nº 018 de 30 de dezembro de 1997 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais do Venha-Ver/RN);

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença-prêmio por assiduidade a servidora**ANTONIA FERNANDES DE ARAÚJO SILVA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços gerais, em razão de documentação juntada pela servidora.

Art. 2º. A licença será de 90 (noventa) dias, tendo início em 01/09/2019 e término em 30/11/2019.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Venha Ver (RN), 30 de agosto de 2019.

Publique-se e cumpra-se.

JOSÉ CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:3E50887C

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
EXTRATO DE CONTRATO N.º 096/2019 - PMVV

ORIGEM: Dispensa de licitação n.º 013/2019 - PMVV
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Venha-Ver/RN.
CONTRATADO: FELIPE MARCOS NEVES SILVA - CNPJ: 27.383.233/0001-77.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE ROÇO EM DIVERSOS TRECHOS DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 23.024,80 (vinte e três mil vinte e quatro reais e oitenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93 Artigo 24, Inciso I.
DATA DA ASSINATURA: 30 de agosto de 2019.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 30/08/2019 até 31/12/2019.

JOSE CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jocicleide Carvalho Pessoa
Código Identificador:A7CFEF37

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2019 - CPL/PMVF – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Depois de cumprida as exigências legais e esgotado os prazos para a interposição de recursos administrativos, Homologo os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, quanto ao procedimento Licitatório Pregão Eletrônico nº 011/2019– CPL/PMVF – Sistema de Registro de Preços (SRP), referente a eventual e futura contratação de Pessoa Jurídica para fornecer combustível, lubrificantes e materiais correlatos, os quais serão destinados aos veículos da frota oficial e locados a serviço da Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN, adjudicado os itens 3, 4, 5, 6 e 7 em favor do licitante: POSTO MEDEIROS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 04.398.119/0001-15, perfazendo um valor global total de R$ 781.672,50 (setecentos e oitenta e um mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos); para que produza os efeitos legais nos termos do art. 43 inciso VI da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Vila Flor/RN, Quarta-Feira, 28 de Agosto de 2019 (28/08/2019).

VÂNIA DA SILVA MARTINS
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:AC943176

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 137/2019 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo próprio servidor, conforme Processo nº 1474/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, do Cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, o senhor **CLAUDIANO PINHEIRO SILVA**, inscrito no Cadastro Funcional sob o Nº 134.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN Em 30 de agosto de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:2B15EA8B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 138/2019 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Senhora**DANIELLE MIRANDA DE MEDEIROS RIBEIRO GIFONI**, inscrita no Cadastro Funcional sob o Nº 732, para assumir o Cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.**
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN Em 30 de agosto de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:E776500F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 872/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **OGIVAN ARAÚJO DOS SANTOS** Mat. 436, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 29 de agosto de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 30 de agosto de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:124C8C4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 873/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de SANTA-CRUZ/RN, no dia 29 de agosto de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno,

será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, 30 de agosto de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:A65659F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 874/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LAURENTINO CRUZ NETO** Mat. 352, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 29 de agosto de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 30 de agosto de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:D2308619

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 875/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JOSÉ ANDRIÊ DE MEDEIROS** Mat. 357, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 29 de agosto de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 30 de agosto de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:73F98D67

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

EMENTA: TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2019 – PMF/FMS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FLORÂNIA E PROFISSIONAL DA ÁREA DE SAÚDE PARA ATUAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 – Constitui objeto do presente Termo, a Rescisão Unilateral do Contrato Nº 098/2019, celebrado em 1º agosto de 2019, entre contratante e o contratado, **a partir do dia 30 de agosto de 2019**;
E, por assim decidir, lavra-se o presente termo.

Florânia/RN, 30 de agosto de 2019

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:147829FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1507/2019 30 DE AGOSTO DE 2019

Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R$ 836.000,00 (Oitocentos e trinta e seis mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º
- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 836.000,00 (Oitocentos e trinta e seis mil reais)**, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado à **"Manutenção do Programas do Fundo Municipal de Saúde de Apodi,** conforme discriminado abaixo:

Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção Básica				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.110**	**Manutenção da Estratégia de Saúde da Família – ESF e NASF**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903700	Locação de Mao de Obra	Fonte	12140001	R$	200.000,00
Total de Suplementação					**R$**	**200.000,00**
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção Básica				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.116**	**Manutenção da Estratégia de Saúde Bucal - ESB**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903700	Locação de Mao de Obra	Fonte	12140002	R$	191.000,00
					R$	**191.000,00**
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.117**	**Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903700	Locação de Mao de Obra	Fonte	12140007	R$	190.000,00
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica	Fonte	10010000	R$	148.000,00
					R$	**338.000,00**
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Função	10	Saúde				
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.115**	**Assistência Farmacêutica Suplementar**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903200	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	Fonte	10010000	R$	107.000,00
					R$	**107.000,00**
Total das Suplementações					**R$**	**836.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere Art. 1º são provenientes da anulação parcial e/ou total, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	**2.108**	**Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
	33909200	Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte	10010000	R$	1.000,00
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44903900	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	Fonte	10010000	R$	2.000,00
Anulação					**R$**	**3.000,00**

Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.121**	**Manutenção da Gestão Municipal do Sistema Único de Saúde**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33390300	Material de Consumo	Fonte	12140011	R$	25.000,00
Anulação					R$	**25.000,00**
Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção Básica				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.110**	**Manutenção da Estratégia de Saúde da Família – ESF e NASF**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	12140001	R$	50.000,00
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	12140005	R$	50.000,00
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	12140005	R$	35.000,00
Elemento de Despesa	33903100	Premiações Culturais, Artísticas, cientificas, Desportivas e outras	Fonte	12140005	R$	50.000,00

Elemento de Despesa	33909200	Despesas de exercícios Anteriores	Fonte	10010000	R$	1.000,00
Elemento de Despesa	33909300	Indenizações e Restituições	Fonte	10010000	R$	4.000,00
Anulação					**R$**	**190.000,00**
Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção Básica				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.111**	**Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	12140006	R$	20.000,00
Elemento de Despesa	33903200	Material, Bem ou serviço para distribuição gratuita	Fonte	12140006	R$	30.000,00
Anulação					**R$**	**50.000,00**
Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção Básica				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.112**	**Manutenção das Ações de Vigilância a Saúde**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31900400	Contratação por tempo determinado	Fonte	12140006	R$	81.000,00
Elemento de Despesa	31901300	Obrigações Patronais	Fonte	12110000	R$	35.000,00
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903200	Material, Bem ou serviço para distribuição gratuita	Fonte	12140006	R$	30.000,00
Anulação					**R$**	**146.000,00**
Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção Básica				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.116**	**Manutenção da Estratégia de Saúde Bucal - ESB**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31900400	Contratação por tempo determinado	Fonte	12110000	R$	54.000,00
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	10010000	R$	20.000,00
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	12140006	R$	86.000,00
Elemento de Despesa	33903600	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte	10010000	R$	2.000,00
Elemento de Despesa	33909200	Despesas de exercícios Anteriores	Fonte	10010000	R$	10.000,00
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905200	Equipamentos e Material permanente	Fonte	12140006	R$	30.000,00
Anulação					**R$**	**202.000,00**
Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Função	10	Saúde				
Subfunção	301	Atenção Básica				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.120**	**Manutenção das Unidades Básicas de Saúde - UBS**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31900400	Contratação por tempo determinado	Fonte	12140006	R$	94.000,00
Anulação					**R$**	**94.000,00**

Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	**2.117**	**Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31900400	Contratação por tempo determinado	Fonte	12110000	R$	11.000,00
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	12110000	R$	50.000,00
Anulação					**R$**	**61.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	244	Assistência Comunitária				
Programa	23	COMUNIDADE FELIZ				
Ação	**2.126**	**Manutenção das Atividades dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS**				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31901100	Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil	Fonte	10010000	R$	65.000,00

Total das Anulações	**R$**	**836.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.
Apodi/RN, em 30 de agosto de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:5C998D95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1508/2019 30 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre Autorização Legislativa para Abertura de Crédito Adicional Especial no valor R$ 94.935,29 (Noventa e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º
- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial para criar os Elementos de Despesa:445092 Equipamentos e Material Permanente na(s) seguinte(s) Fonte(s) de Recurso: 21240000 Transferência de Recursos do FNDE, nos termos do art. 40 e 41, II e 42, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de **R$ 94.935,29 (Noventa e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos)**, destinado à compra de Equipamentos e Materiais permanentes para equipar escolas do Município conforme discriminado abaixo:

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	15	Educação para Todos				
Ação	2.36	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905200	Equipamentos de Material Permanente	Fonte	21240000	R$	20.289,63
Total Suplementação					**R$**	**20.289,63**

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	365	Educação Infantil				
Programa	15	Educação para Todos				
Ação	2.53	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905200	Equipamentos de Material Permanente	Fonte		R$	74.645,66
Total Suplementação					**R$**	**74.645,66**
Total Geral					**R$**	**94.935,29**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de Superávit financeiro, nos termos do art. 41II, 42 e 43 I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964;

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.
Apodi/RN, em 30 de agosto de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:704EBF0E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra**. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF: 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **ELTON ALVES DA SILVA - ME**, CNPJ: **00.852.365/0001-44**, com sede na Rua GERSON BELARMINO DE SOUZA, nº 802, CEP: 59630-680, Rincão – Mossoró/RN, neste ato representada pelo Sr. ELTON ALVES DA SILVA, brasileiro, brasileiro, portador da cédula de identidade de n° 650.508 - ITEP/RN, inscrito no CPF: 465.567.104-15, residente e domiciliado na Rua Coronel Fausto, nº 28, CEP: 59600-365, Alto da Conceição – Mossoró/RN, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO Pregão Presencial SRP nº 016/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços visando à contratação de Pessoa Jurídica destinada a eventual prestação de serviços em manutenção de equipamentos médicos e odontológicos em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Baraúna/RN, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Baraúna, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **PRESTADOR DE SERVIÇO** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ORDEM DE SERVIÇP, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 03(três) dias úteis a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de executar os serviços.
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
01	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CADEIRA ODONTOLÓGICA.	SV	10	215,00	2.150,00
02	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPO ODONTOLÓGICO.	SV	30	100,00	3.000,00
03	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM REFLETOR ODONTOLÓGICO.	SV	30	105,00	3.150,00
04	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CUSPIDEIRA.	SV	50	110,00	5.500,00
05	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM COMPRESSOR ODONTOLÓGICO.	SV	25	215,00	5.375,00
06	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CANETA ODONTOLÓGICA.	SV	75	120,00	9.000,00
07	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MICRO MOTOR.	SV	75	125,00	9.375,00
08	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CONTRA ANGULO.	SV	75	130,00	9.750,00
09	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM AMALGAMADOR.	SV	35	160,00	5.600,00
10	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FOTOPOLIMERIZADOR.	SV	35	165,00	5.775,00
11	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MOCHO ODONTOLÓGICO.	SV	15	80,00	1.200,00
12	SERVIÇO DE REVISÃSO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SELADORA ODONTOLOGICA.	SV	50	100,00	5.000,00
13	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM AUTOCLAVE	SV	15	210,00	3.150,00

	ODONTOLÓGICA.				
14	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM UNIDADE MOVEL ODONTOLOGICA.	SV	10	450,00	4.500,00
15	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ULTRASSON ODONTOLOGICO.	SV	12	210,00	2.520,00
16	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DETECTOR FETAL	SV	50	98,00	4.900,00
17	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM TENSIOMETRO	SV	150	32,00	4.800,00
18	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ESTETOSCOPIO	SV	150	23,00	3.450,00
19	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CENTRAL DE NEBOLIÇÃO	SV	30	78,00	2.340,00
20	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FOCO CIRURGICO	SV	30	395,00	11.850,00
21	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MESA DE PEQUENAS CIRURGIAS	SV	12	390,00	4.680,00
22	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ASPIRADOR CIRURGICO	SV	12	250,00	3.000,00
24	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VALVULA DE OXIGENIO	SV	40	78,00	3.120,00
25	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FLUXOMETRO	SV	40	55,00	2.200,00
26	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM OTOSCOPIO	SV	24	95,00	2.280,00
27	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM LARINGOSCOPIO	SV	24	95,00	2.280,00
28	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM OXIMETRO DE PULSO	SV	6	255,00	1.530,00
29	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM OXIMETRO DE PULSO PORTATIL	SV	6	275,00	1.650,00
30	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM GLICOSIMETRO	SV	50	45,00	2.250,00
31	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ECG.	SV	12	345,00	4.140,00
32	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM AUTOCLAVE INDUSTRIAL	SV	20	580,00	11.600,00
33	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DESTILADOR	SV	12	200,00	2.400,00
34	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DESFIBRILADOR.	SV	5	500,00	2.500,00
35	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BALANÇA ANTROPOMETRICA	SV	20	145,00	2.900,00
36	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BALANÇA PEDIATRICA	SV	20	145,00	2.900,00
37	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FOCO AUXILIAR	SV	20	160,00	3.200,00
38	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM COPOSCÓPIO	SV	10	310,00	3.100,00
39	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ULTRASSOM FISIOTERAUPÉTICO	SV	10	140,00	1.400,00
40	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA TURBILHÃO FISIOTERAUPÉTICO DE 200 LITROS	SV	5	255,00	1.275,00
41	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM TEENS DE QUATRO CANAIS	SV	15	290,00	4.350,00
42	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FEENS	SV	15	250,00	3.750,00
43	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMETRICA	SV	12	278,00	3.336,00
44	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSON	SV	12	210,00	2.520,00
45	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM INFRAVERMELHO	SV	15	180,00	2.700,00
46	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETRO ESTIMULADOR	SV	12	175,00	2.100,00
47	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CABOS DE TENS E FENS.	SV	30	85,00	2.550,00
48	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MAQUINA DE LAVAR INDUSTRIAL	SV	12	395,00	4.740,00
49	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SECADORA ROTATIVA	SV	12	215,00	2.580,00
50	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CALANDRA.	SV	12	400,00	4.800,00
51	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EXTRATORA.	SV	12	445,00	5.340,00
VALOR TOTAL				**R$ 199.556,00**	

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do produto, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.
§ 3º O FORNECEDOR não poderá se abster de cumprir a Ata de Registro de Preços alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o fornecedor buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso da execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;

b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo particular fornecedor.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Elton Alves Da Silva - ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***ELTON ALVES DA SILVA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:3CCD49F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO Nº 001/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra**. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF: 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ELTON ALVES DA SILVA - ME**, CNPJ: **00.852.365/0001-44**, com sede na Rua GERSON BELARMINO DE SOUZA, nº 802, CEP: 59630-680, Rincão – Mossoró/RN, neste ato representada pelo Sr. ELTON ALVES DA SILVA, brasileiro, brasileiro, portador da cédula de identidade de n° 650.508 - ITEP/RN, inscrito no CPF: 465.567.104-15, residente e domiciliado na Rua Coronel Fausto, nº 28, CEP: 59600-365, Alto da Conceição – Mossoró/RN, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 016/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a contratação de Pessoa Jurídica destinada a eventual prestação de serviços em manutenção de equipamentos médicos e odontológicos em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Baraúna/RN, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
01	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CADEIRA ODONTOLÓGICA.	SV	10	215,00	2.150,00
02	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPO ODONTOLÓGICO.	SV	30	100,00	3.000,00
03	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM REFLETOR ODONTOLÓGICO.	SV	30	105,00	3.150,00
04	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CUSPIDEIRA.	SV	50	110,00	5.500,00
05	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM COMPRESSOR ODONTOLÓGICO.	SV	25	215,00	5.375,00
06	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CANETA ODONTOLÓGICA.	SV	75	120,00	9.000,00
07	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MICRO MOTOR.	SV	75	125,00	9.375,00
08	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CONTRA ANGULO.	SV	75	130,00	9.750,00
09	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM AMALGAMADOR.	SV	35	160,00	5.600,00
10	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FOTOPOLIMERIZADOR.	SV	35	165,00	5.775,00
11	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MOCHO ODONTOLÓGICO.	SV	15	80,00	1.200,00
12	SERVIÇO DE REVISÃSO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SELADORA ODONTOLOGICA.	SV	50	100,00	5.000,00
13	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM AUTOCLAVE ODONTOLÓGICA.	SV	15	210,00	3.150,00
14	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM UNIDADE MOVEL ODONTOLOGICA.	SV	10	450,00	4.500,00
15	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ULTRASSON ODONTOLOGICO.	SV	12	210,00	2.520,00
16	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DETECTOR FETAL	SV	50	98,00	4.900,00
17	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM TENSIOMETRO	SV	150	32,00	4.800,00
18	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ESTETOSCOPIO	SV	150	23,00	3.450,00
19	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CENTRAL DE NEBOLIÇÃO	SV	30	78,00	2.340,00
20	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FOCO CIRURGICO	SV	30	395,00	11.850,00
21	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MESA DE PEQUENAS CIRURGIAS	SV	12	390,00	4.680,00
22	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ASPIRADOR CIRURGICO	SV	12	250,00	3.000,00
24	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VALVULA DE OXIGENIO	SV	40	78,00	3.120,00
25	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FLUXOMETRO	SV	40	55,00	2.200,00
26	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM OTOSCOPIO	SV	24	95,00	2.280,00
27	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM LARINGOSCOPIO	SV	24	95,00	2.280,00
28	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM OXIMETRO DE PULSO	SV	6	255,00	1.530,00
29	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM OXIMETRO DE PULSO PORTATIL	SV	6	275,00	1.650,00
30	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM GLICOSIMETRO	SV	50	45,00	2.250,00
31	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ECG.	SV	12	345,00	4.140,00
32	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM AUTOCLAVE INDUSTRIAL	SV	20	580,00	11.600,00
33	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DESTILADOR	SV	12	200,00	2.400,00
34	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DESFIBRILADOR.	SV	5	500,00	2.500,00
35	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BALANÇA ANTROPOMETRICA	SV	20	145,00	2.900,00
36	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BALANÇA PEDIATRICA	SV	20	145,00	2.900,00
37	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FOCO AUXILIAR	SV	20	160,00	3.200,00
38	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM COPOSCÓPIO	SV	10	310,00	3.100,00
39	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ULTRASSOM FISIOTERAUPÉTICO	SV	10	140,00	1.400,00
40	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA TURBILHÃO FISIOTERAUPÉTICO DE 200 LITROS	SV	5	255,00	1.275,00
41	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM TEENS DE QUATRO CANAIS	SV	15	290,00	4.350,00
42	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM FEENS	SV	15	250,00	3.750,00
43	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMETRICA	SV	12	278,00	3.336,00
44	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSON	SV	12	210,00	2.520,00
45	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM INFRAVERMELHO	SV	15	180,00	2.700,00
46	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETRO ESTIMULADOR	SV	12	175,00	2.100,00
47	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CABOS DE TENS E FENS.	SV	30	85,00	2.550,00
48	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MAQUINA DE LAVAR INDUSTRIAL	SV	12	395,00	4.740,00
49	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SECADORA ROTATIVA	SV	12	215,00	2.580,00
50	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CALANDRA.	SV	12	400,00	4.800,00
51	SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EXTRATORA.	SV	12	445,00	5.340,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ 199.556,00 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), correspondente ao objeto constante da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 000/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O prazo de vigência do Termo de Contrato destinado à execução dos serviços dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá pelo período de 12 (doze) meses, podendo, a critério da Administração Púbica, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Baraúna/Secretaria Municipal de Saúde para a execução dos serviços objeto deste edital;

6.1.3. Trocar os produtos que apresentarem defeitos ou em desconformidade;

6.1.4. Solicitar a troca dos produtos mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Baraúna/Secretaria Municipal de Saúde;

6.1.5. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;

6.1.6. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Caberá à CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como:

a) salários;

b) seguros de acidentes;

c) taxas, impostos e contribuições;

d) frete;

e) indenizações; e

f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna;

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna;

6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;

6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerados sem condições de uso, ou em desconformidade por outra nova, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;

6.2.6. Comunicar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**

6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial SRP nº 016/2019**;

6.2.9. Os serviços deverão ser solicitados de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo a necessidade do Município;

6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo **03(três) dias úteis** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

7. À CONTRATADA caberá, ainda:

7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna;

7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.

7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Baraúna, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Baraúna.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Baraúna.

9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO

10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá a ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA

11. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos consignados conforme abaixo especificado:

UNIDADE ORCAMENTARIA
02.013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO
2022 MANUT. DAS ATIV. DA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2036 MANUT. DAS ATIV. DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL - SB
ELEMENTO DE DESPESA
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FONTE	
12110000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
12140000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
12150000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao prestador de serviço;

12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.

12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)
365
I = (6/100)
365

I = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;

Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;

d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;

15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**

15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 016/2019**, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Elton Alves Da Silva - ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***ELTON ALVES DA SILVA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:33890835

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra**. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **CENTRO DE DIAGNÓSTICO HUMANO LTDA "CDH"**, **CNPJ/MF nº 04.666.364/0001-66**, com sede na Av. Xavier da Silveira, nº 1152, CEP: 59.075-450, Lagoa Nova – Natal/RN, neste ato representada pelo Sr. **FILIPE FERNANDES DE MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade de n° 1.817.464 – SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 086.109.034-94, residente e domiciliado na Rua Dr. Sebastião Zuza de Matos, nº 4449,Condomínio Jardim Botânico, BL 37, Aptº 201 CEP: 59.080-470, Natal/RN, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais referente ao ***Registro de Preços destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando à locação de aparelho automático para realização de exames biológicos, hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas) e a aquisição de material de consumo e permanente destinados ao laboratório do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho localizado no Município de Baraúna/RN***, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR.**
Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades.
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços. e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.
Art. 4º. O PRESTADOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação.
b) Executar os serviços e fornecimento de bens obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.
c) Iniciar a execução dos serviços de locação dos aparelhos automáticos de exames em até **10(dez) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na ordem de serviço, ou documento que substitua o pedido do serviço contadas do recebimento da Ordem de Serviço.
d) Executar a entrega do(s) material (ais) de consumo e dos do(s) material (ais) permanente(s) em até **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na Ordem de Compra, ou documento que substitua o pedido de compra contadas do recebimento da Ordem de Compra.
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP.
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP.
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos serviços prestados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de prestar os serviços.
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, os serviços e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
01	*Locação de aparelho automático para realização de exames hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas).* **Especificações mínimas do equipamento:** Aparelho automático com produtividade mínima de 60 (sessenta) amostras por hora, tendo 20 parâmetros, volume de amostra de 100 µL. **Metodologia:** Impedância e Fotometria (hemoglobina) livre de cianeto. Sistema de interfaceamento com o principal e realização através de copilar para pediatria. 60 testes por hora. O vencedor do item deverá fornecer solução diluente, detergente, lisante, calibrador, controle, soluções de limpeza e qualquer outra que seja necessária para o bom funcionamento do equipamento que será instalado a quantidade deve obrigatoriamente ser suficiente para 1800 hemogramas por mês. O vencedor	mês	12	2.000,00	24.000,00

	deste item na licitação deverá realizar a integração do equipamento com sistema do laboratório.				
02	*Locação de aparelho automático para realização de exames bioquímicos.* **Especificações mínimas do equipamento:** Mínimo de 200 testes por hora. Lavagem automática de cubetas. Sistema de gestão laboratorial + interfaceamento. Refrigeração dos reagentes. **Princípio:** Colorimetria fotoelétrica **Comprimentos:** 09 comprimentos de onda opcional (**300nm ~ 700nm).** **Bandeja de reagentes:** 40 posições Bandeja de **Amostra:** 40 posições **Bandeja de Reação:** 60 posições de reação Equipamento com **CONSUMO DE ÁGUA:** sistema de tratamento de àgua. **EQUIPAMENTO COM 02 BRAÇOS:** 1 DISPENSADOR DE REAGENTE E 1 HOMOGENIZADOR DE AMOSTRA **Alimentação**: 220V (1 ± 1 0%), 50/60Hz. Deverão ser fornecidos reagentes para a realização mensal dos seguintes exames Albumina 50 testes, Proteínas totais 50 testes, Bilirrubina direta e total 100 testes, Colesterol 800 testes, Creatina 400 testes, glicose 1200 testes, Colesterol HDL direto 500 testes, Triglicerídeos 800 testes, ureia UV 400 testes, ácido úrico 400 testes, TGO 400 testes, TGP 400 testes, Fosfataste Alcalina 100 testes, Cknac 200 testes, Ckmb 200 testes, colesterol LDL 200 testes, Gama GT 100 testes, Magnésio 50 testes, Fosforo 100 testes, Proteína Urinaria 50 testes, Microalbuminúrica com calibrador e controle 50 testes. O vencedor deste item na licitação deverá realizar a integração do equipamento com sistema do laboratório	Mês	12	4.900,00	58.800,00
07	Chinkungunha Igm/Igm c/20 testes	Cx	12	760,00	9.120,00
09	Coloração Panótica 3x500.	Cx	20	29,00	580,00
10	Dengue Igg/Igm 30 testes	Kit	30	235,00	7.050,00
11	Escalpe P Coleta De Sangue C Seringa 23g C Tubo 7" Cx100.	Cx	30	24,00	720,00
16	HCG 25 T c/50 testes.	Cx	96	26,90	2.582,40
17	Lamina fosca cx 50 unid.	Cx	36	4,45	160,20
19	Lanceta Esteril, para realização de tempo de sangria (TS) cx/200 peças.	Cx	6	11,00	66,00
20	Lugol para parisitologia 500 ml.	Und	20	29,00	580,00
23	Pipeta automática 1000ul.	Und	1	59,00	59,00
24	Pipeta automática 100ul.	Und	1	59,00	59,00
25	Pipeta automática 500ul.	Und	1	59,00	59,00
26	Pipeta automática de 10ul.	Und	1	59,00	59,00
27	Pipeta automática de 250ul	Und	1	59,00	59,00
28	Pipeta automática de 400ul.	Und	1	59,00	59,00
29	Pipeta automática de 50ul.	Und	1	59,00	59,00
30	Pipeta de 200ul.	Und	1	59,00	59,00
33	Tubo de hemólise sem tampa com 100 pc.	Pct	36	8,50	306,00
34	Tubo edta k3 2ml cx 100 (tampa roxa).	Cx	6	45,60	273,60
36	Tubo para coleta de sangue a vácuo com gel e ativador de coagulo (tampa amarela) cx c/100 und.	Pct	48	50,00	2.400,00
37	Tubo para VHS (westergreen descartável) c/ 01 und.	Und	480	0,70	336,00
38	VDRL 250 testes.	Kit	3	31,50	94,50
42	Estufa Bacteriológica de 30 litros.	Und	1	2.000,00	2.000,00
Valor total				**R$ 109.540,70**	

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da execução do serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico.
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal.
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10º. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11º. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser executados os serviços de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12º. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03. Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada.
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta.
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora.

a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
12.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13º. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
13.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante.
13.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida.
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida.
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato.
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma.
13.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos.
13.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos.
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14º. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15º. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP.
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços.
e) não manter as condições de habilitação.
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação. e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Prefeita Municipal.

Art. 16º. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17º. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo **BENEFICIÁRIO**.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Centro De Diagnóstico Humano LTDA
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***FILIPE FERNANDES DE MEDEIROS***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:80E9B6E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO Nº 001/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CENTRO DE DIAGNÓSTICO HUMANO LTDA "CDH"**, **CNPJ/MF nº 04.666.364/0001-66**, com sede na Av. Xavier da Silveira, nº 1152, CEP: 59.075-450, Lagoa Nova – Natal/RN, neste ato representada pelo Sr. **FILIPE FERNANDES DE MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade de n° 1.817.464 – SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 086.109.034-94, residente e domiciliado na Rua Dr. Sebastião Zuza de Matos, nº 4449,Condomínio Jardim Botânico, BL 37, Aptº 201 CEP: 59.080-470, Natal/RN, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente contrato tem como objeto a ***contratação de Pessoa Jurídica visando à locação de aparelho automático para realização de exames biológicos, hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas) e a aquisição de material de consumo e permanente destinados ao laboratório do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho localizado no Município de Baraúna/RN***, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
01	*Locação de aparelho automático para realização de exames hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas).* **Especificações mínimas do equipamento:** Aparelho automático com produtividade mínima de 60 (sessenta) amostras por hora, tendo 20 parâmetros, volume de amostra de 100 µL. **Metodologia:** Impedância e Fotometria (hemoglobina) livre de cianeto. Sistema de interfaceamento com o principal e realização através de copilar para pediatria. 60 testes por hora. O vencedor do item deverá fornecer solução diluente, detergente, lisante, calibrador, controle, soluções de limpeza e qualquer outra que seja necessária para o bom funcionamento do equipamento que será instalado a quantidade deve obrigatoriamente ser suficiente para 1800 hemogramas por mês. O vencedor deste item na licitação deverá realizar a integração do equipamento com sistema do laboratório.	mês	12	2.000,00	24.000,00
02	*Locação de aparelho automático para realização de exames bioquímicos.* **Especificações mínimas do equipamento:** Mínimo de 200 testes por hora. Lavagem automática de cubetas.	Mês	12	4.900,00	58.800,00

	Sistema de gestão laboratorial + interfaceamento. Refrigeração dos reagentes. **Princípio:** Colorimetria fotoelétrica **Comprimentos:** 09 comprimentos de onda opcional **(300nm ~ 700nm).** **Bandeja de reagentes:** 40 posições Bandeja de **Amostra:** 40 posições **Bandeja de Reação:** 60 posições de reação Equipamento com **CONSUMO DE ÁGUA:** sistema de tratamento de àgua. **EQUIPAMENTO COM 02 BRAÇOS:** 1 DISPENSADOR DE REAGENTE E 1 HOMOGENIZADOR DE AMOSTRA **Alimentação**: 220V (1 ± 1 0%), 50/60Hz. Deverão ser fornecidos reagentes para a realização mensal dos seguintes exames Albumina 50 testes, Proteínas totais 50 testes, Bilirrubina direta e total 100 testes, Colesterol 800 testes, Creatina 400 testes, glicose 1200 testes, Colesterol HDL direto 500 testes, Triglicerídeos 800 testes, ureia UV 400 testes, ácido úrico 400 testes, TGO 400 testes, TGP 400 testes, Fosfataste Alcalina 100 testes, Cknac 200 testes, Ckmb 200 testes, colesterol LDL 200 testes, Gama GT 100 testes, Magnésio 50 testes, Fosforo 100 testes, Proteína Urinaria 50 testes, Microalbuminúrica com calibrador e controle 50 testes. O vencedor deste item na licitação deverá realizar a integração do equipamento com sistema do laboratório				
07	Chinkungunha Igm/Igm c/20 testes	Cx	12	760,00	9.120,00
09	Coloração Panótica 3x500.	Cx	20	29,00	580,00
10	Dengue Igg/Igm 30 testes	Kit	30	235,00	7.050,00
11	Escalpe P Coleta De Sangue C Seringa 23g C Tubo 7" Cx100.	Cx	30	24,00	720,00
16	HCG 25 T c/50 testes.	Cx	96	26,90	2.582,40
17	Lamina fosca cx 50 unid.	Cx	36	4,45	160,20
19	Lanceta Esteril, para realização de tempo de sangria (TS) cx/200 peças.	Cx	6	11,00	66,00
20	Lugol para parisitologia 500 ml.	Und	20	29,00	580,00
23	Pipeta automática 1000ul.	Und	1	59,00	59,00
24	Pipeta automática 100ul.	Und	1	59,00	59,00
25	Pipeta automática 500ul.	Und	1	59,00	59,00
26	Pipeta automática de 10ul.	Und	1	59,00	59,00
27	Pipeta automática de 250ul	Und	1	59,00	59,00
28	Pipeta automática de 400ul.	Und	1	59,00	59,00
29	Pipeta automática de 50ul.	Und	1	59,00	59,00
30	Pipeta de 200ul.	Und	1	59,00	59,00
33	Tubo de hemólise sem tampa com 100 pc.	Pct	36	8,50	306,00
34	Tubo edta k3 2ml cx 100 (tampa roxa).	Cx	6	45,60	273,60
36	Tubo para coleta de sangue a vácuo com gel e ativador de coagulo (tampa amarela) cx c/100 und.	Pct	48	50,00	2.400,00
37	Tubo para VHS (westergreen descartável) c/ 01 und.	Und	480	0,70	336,00
38	VDRL 250 testes.	Kit	3	31,50	94,50
42	Estufa Bacteriológica de 30 litros.	Und	1	2.000,00	2.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ 109.540,70 (cento e nove mil, quinhentos e quarenta reais e setenta centavos), correspondente ao fornecimento do objeto constante da cláusula primeira, indicado na tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a subcontratação

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de vigência do contrato ***destinado ao fornecimento de bens*** dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

5.2. O prazo de vigência do Termo de Contrato ***destinado à execução dos serviços de locação*** dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá pelo período de 12 (doze) meses, podendo, a critério da Administração Púbica, ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, conforme inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 CABERÁ À CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde para a execução dos serviços, objeto deste edital, quando for o caso.

6.1.3. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na execução dos serviços objeto deste Certame.

6.1.4. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.1.5. Realizar consulta ao SICAF e ao CADIN, visando apurar a regularidade das condições iniciais de habilitação da empresa, quando da convocação da licitante para assinatura do contrato bem como durante a execução contratual.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) salários.

b) seguros de acidentes.

c) taxas, impostos e contribuições.

d) frete.

e) indenizações. e

f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna.

6.2.4. Efetuar a realização dos serviços conforme fixado na Proposta do Licitante.

6.2.5. Comunicar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
6.2.6. Proceder a execução dos serviços sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada.
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**.
6.2.9. O prazo do início da execução dos serviços de locação dos aparelhos automáticos de exames é de no máximo **10(dez) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na ordem de serviço, ou documento que substitua o pedido do serviço contadas do recebimento da Ordem de Serviço.
6.2.10. O Prazo de entrega do(s) material (ais) de consumo e dos do(s) material (ais) permanente(s) é de no máximo **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na Ordem de Compra, ou documento que substitua o pedido de compra contadas do recebimento da Ordem de Compra.
6.2.11. Executar os serviços e fornecimento de bens obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução dos serviços ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/ Secretaria Municipal de Saúde.
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a execução do(s) serviço(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Baraúna, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Baraúna.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE. e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Baraúna.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente a execução dos serviços caberá a cada Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos serão advindos do **Orçamento Geral do Município**, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORCAMENTARIA	
	02.013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO	
	2022 MANUT. DAS ATIV. DA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
ELEMENTOS DE DESPESA	
	339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
	339030 MATERIAL DE CONSUMO
	449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTES	
12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
12140000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
12150000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde

11.1. O referido recurso está consignado no Orçamento Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a execução dos serviços, mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos iandimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, juntamente com as Notas Fiscais, conforme o caso, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada.

b) Certidão negativa de débitos trabalhistas.
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP.
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS.
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP.
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS.
g) Protocolo de envio de arquivos.
h) Guia do FGTS e GPS pagas.
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os material(ais) não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios.
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)
365

I = (6/100)
365

I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.
12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes A inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante.
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida.
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida.
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato.
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma.
15.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos.
15.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos.
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato.
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente.
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo.
15.18.4. Fizer declaração falsa.
15.18.5. Cometer fraude fiscal.
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame.
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE.
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 013/2019**, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Centro De Diagnóstico Humano LTDA
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***FILIPE FERNANDES DE MEDEIROS***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:96ED43FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra**. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **DIAGFARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA – ME**, **CNPJ/MF nº 11.426.166/0001-90**, com sede na Av. Dom Pedro II , nº 2641, CEP: 58040-440, Torre – João Pessoa/PB, neste ato representada pelo Sr. CARLOS ROBERTO BOTELHO DE ARAÚJO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade de n° 867742 - SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 047.677.644-91, residente e domiciliado na Rua Raimundo Adeizo Rodrigues, nº 39,Apt. 301 CEP: 58076-120, João Paulo II – João Pessoa/PB, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais referente ao ***Registro de Preços destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando à locação de aparelho automático para realização de exames biológicos, hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas) e a aquisição de material de consumo e permanente destinados ao laboratório do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho localizado no Município de Baraúna/RN***, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR.**

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades.
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços. e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O PRESTADOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação.
b) Executar os serviços e fornecimento de bens obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.
c) Iniciar a execução dos serviços de locação dos aparelhos automáticos de exames em até **10(dez) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na ordem de serviço, ou documento que substitua o pedido do serviço contadas do recebimento da Ordem de Serviço.
d) Executar a entrega do(s) material (ais) de consumo e dos do(s) material (ais) permanente(s) em até **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na Ordem de Compra, ou documento que substitua o pedido de compra contadas do recebimento da Ordem de Compra.
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP.
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP.
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos serviços prestados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de prestar os serviços.
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, os serviços e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
03	Agulha para Coleta a Vácuo 25x0.7, embalagem com 100 unidades	Cx	36	28,50	1.026,00
08	Coletor universal 50ml tampa branca cx c/1.000 unds	Kit	30	228,00	6.840,00

13	Imunolátex ASLO 60 testes, com calibrador e controle	Kit	20	38,00	760,00
15	Imunolatex PCR 60 testes, com calibrador e controle	Kit	30	39,80	1.194,00
35	Tubo edta k3 4ml cx 100 (tampa roxa).	Cx	120	45,00	5.400,00
39	Zika igg/igm c/50 testes	Kit	12	1.440,00	17.280,00
41	Contador de células digital	Und	1	490,00	490,00
43	Homogeneizador hematológico.	Und	1	850,00	850,00
44	Microscópio Óptico binocular	Und	2	1.500,00	3.000,00
Valor Total				**R$ 36.840,00**	

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da execução do serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico.
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal.
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10º. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11º. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser executados os serviços de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12º. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03. Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada.
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta.
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora.
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
12.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13º. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
13.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante.
13.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida.
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato.
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma.
13.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos.
13.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos.
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14º. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15º. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP.
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços.
e) não manter as condições de habilitação.
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação. e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Prefeita Municipal.

Art. 16º. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17º. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo **BENEFICIÁRIO**.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Diagfarma Comércio E Serviços De Produtos Hospitalares E Laboratoriais LTDA – ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***CARLOS ROBERTO BOTELHO DE ARAÚJO***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:6501417B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra**. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, **CNPJ/MF nº 07.969.641/0001-06**, com sede na Rua Frei Miguelinho, nº 811 A, CEP: 59603-350, Doze Anos - Mossoró/RN, neste ato representada pelo Sr. MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade de n° 779.116 - SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 537.619.104-44, residente e domiciliado na Rua Delfino Freire, nº 525, CEP: 59.605-160, Boa Vista - Mossoró/RN, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais referente ao ***Registro de Preços destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando à locação de aparelho automático para realização de exames biológicos, hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas) e a aquisição de material de consumo e permanente destinados ao laboratório do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho localizado no Município de Baraúna/RN***, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR.**

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades.
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços. e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O PRESTADOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação.
b) Executar os serviços e fornecimento de bens obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.
c) Iniciar a execução dos serviços de locação dos aparelhos automáticos de exames em até **10(dez) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na ordem de serviço, ou documento que substitua o pedido do serviço contadas do recebimento da Ordem de Serviço.
d) Executar a entrega do(s) material (ais) de consumo e dos do(s) material (ais) permanente(s) em até **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na Ordem de Compra, ou documento que substitua o pedido de compra contadas do recebimento da Ordem de Compra.
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP.
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP.
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos serviços prestados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de prestar os serviços.

Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, os serviços e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNIT(R$)	VALOR TOTAL(R$)
04	ANTI A, Frasco com 10 ml.	Cx	12	14,90	178,80
05	ANTI B, Frasco com 10 ml.	Cx	12	14,90	178,80
06	ANTI D, Frasco com 10 ml	Cx	12	30,00	360,00
12	Fita de Urina com 10 parâmetros, caixa c/ 100 tiras	Kit	100	23,00	2.300,00
14	Imunolatex Fator Reumatoide 60 testes, com calibrador e controle.	Kit	20	37,00	740,00
18	Lamina lisa cx 50 und.	Ff	12	3,70	44,40
21	Óleo de imersão 50 ml.	Cx	10	15,50	155,00
22	Papel Filtro para realização de tempo de coagulação, embalagem com 100 unidades	Cx	12	2,90	34,80
31	Ponteira amarela pct 1000.	Pct	24	9,00	216,00
32	Ponteira azul pct 1000.	Pct	12	26,00	312,00
40	Centrífuga bivolt macro 24 tubos 15 ml	Und	1	3.000,00	3.000,00
Valor Total				**R$ 7.519,80**	

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da execução do serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico.
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal.
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10º. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11º. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser executados os serviços de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12º. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03. Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada.
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta.
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora.
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
12.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13º. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
13.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante.
13.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida.
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida.
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato.
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma.
13.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos.
13.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos.
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14º. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15º. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP.
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços.
e) não manter as condições de habilitação.
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação. e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Prefeita Municipal.

Art. 16º. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17º. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo **BENEFICIÁRIO**.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Marq Tech Comércio E Serviços LTDA - ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:327107B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 47/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipa de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 47/2019 com início 16 de agosto de 2019, realizada em 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

Vencedor(es): **CONSTRUCAR COM. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**						
CNPJ: **04.540.064/0001-36**	Email: **CONSTRUCAR10@YAHOO.COM.BR**				Telefone: **3613-1249**	
Endereço: **R DOS CANINDES, 1458 , ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59030-600**						
Representante: **EDUARDO JOSÉ DOS SANTOS** - RG: **5623501-SSP/PE**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00003	10,00	Unid	BITONEIRA PROFISSIONAL MOMOFÁSICA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MINIMAS: FREEQUENCIA 60HZ; RENDIMENTO: 85 LITROS; POTENCIA DO MOTOR: 1/2CV; ROTAÇÃO DO MOTOR: 1700RPM; CAPACIDADE DA MISTURA: 90L; E CAPACIDADE DO TAMBOR: 150L.	CSN	2.580,00	25.800,00
00004	5,00	Unid	BITONEIRA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MINIMAS: CAPACIDADE DO TAMBOR: 400L; CAPACIDADE DE MISTYURA - 320L; ROTAÇÃO DO TAMBOR - 28RPM; POTENCIA DO MOTOR: 2CV 4 POLOS; TENSÃO DO MOTOR: 220 V; CORREIA DO MOTOR - 2/A - 59.	CSN	4.520,00	22.600,00
Total:						**48.400,00**

CANGUARETAMA/RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:6E08BC50

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 92/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 92/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019 -PROCESSO Nº 203/2019

Aos **30 de agosto de 2019**, o MUNICIPIO DE CANGUARETAMA, através da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 08.365.017/0001-54, com sede à Praça Augusto Severo, 242 - Cento - Canguaretama/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Constitucional, Dra. MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO, brasileira, divorciada, odontóloga, residente a Rua Gilberto Rodrigues da Silva,nº 175 - Distrito de Barra de Cunhaú - Canguaretama/RN, portadora da cédula de identidade n.º 13.935.229– SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob n.º 126.276.904-34, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente

da licitação na modalidade Pregão, cujo objetivo fora a formalização de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, realizada no dia 30 de agosto de 2019, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 209, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Canguaretama, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa **EQUIPAMIX UTILIDADES E EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ: **23.446.094/0001-22,** DETENTORA DA ARP.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b.1 - o prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contados da efetiva entrega da ordem de compra ou instrumento similar.
c) fornecer o material conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir de **30/08/2019,** prolongando-se até **29/08/2020,** podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material(is)/serviço(s) licitado(s), registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo, totalizando a importância global de R$ **71.240,00, (setenta e um mil, duzentos e quarenta reais).**

Fornecedor: **EQUIPAMIX UTILIDADES E EQUIPAMENTOS LTDA**		
CNPJ: **23.446.094/0001-22**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA FONSECA E SILVA, 1038 , ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59030-270**		
Representante: **SUNEY SOARES DE SOUZA** - CPF: **011.628.954-62**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
8	0007224 - ESPREMEDOR DE FRUTAS DOMÉSTICO	MONDIAL	Und.	20,00	92,000	1.840,00
11	0001158 - FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS E FORNO - PINTURA EPOXIELETROSTATICA; FOGÕES E FORNO DEMSMONTÁVEIS; PEFIL EXTERNO E INTERNO COM 70MM; MEDIDAS APROXIMADAS DA ALTURA 800MM; LAGRUTA 1.100MM, PROFUNDIDADE 850MM; MEDIDAS ITNERNAS APROXIMADAS: DO FORNO 300MM; LARGURA 520MM E PROFUNDIDADE 490MM.	CRISTALAÇO	Und.	20,00	2.190,000	43.800,00
15	0017309 - MESA PLÁSTICA, deverá conter as seguintes especificações mínimas: 01 Mesa plástica quadrada preferencialmente na cor branca, medindo 70 x 70cm,preferencialmente na cor branca. Incluso todos os custos de transporte, montagem e desmontagem, insumos, alimentação, hospedagem dos funcionários, custos que ficarão por conta da contratada.	TOPPLAST	UNID.	400,00	64,000	25.600,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Canguaretama, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, localizada na Praça Augusto Severo, 242 - Centro, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores, através das publicações realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FAMURN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Canguaretama/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea “b” e “c”. Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea “d”.
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Canguaretama / RN

Nada mais havendo a tratar, lavrei _____ , a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Canguaretama/RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Empresa Detentora da Ata:
Equipamix Utilidades e Equipamentos LTDA
CNPJ: 23.446.094/0001-22.
Representante Legal:
SUNEY SOARES DE SOUZA,
Socio Administrador, Brasileiro(a), Casado(a)
Portador do CPF n.º 011.628.954-62.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:043C8708

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 93/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 93/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019 -PROCESSO Nº 203/2019

Aos **30 de agosto de 2019**, o MUNICIPIO DE CANGUARETAMA, através da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 08.365.017/0001-54, com sede à Praça Augusto Severo, 242 - Cento - Canguaretama/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Constitucional, Dra. MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO, brasileira, divorciada, odontóloga, residente a Rua Gilberto Rodrigues da Silva,nº 175 - Distrito de Barra de Cunhaú - Canguaretama/RN, portadora da cédula de identidade n.º 13.935.229– SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob n.º 126.276.904-34, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão, cujo objetivo fora a formalização de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, realizada no dia 30 de agosto de 2019, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 209, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Canguaretama, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa **JR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME,** inscrito no CNPJ: **17.570.889/0001-45,** DETENTORA DA ARP.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b.1 - o prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contados da efetiva entrega da ordem de compra ou instrumento similar.
c) fornecer o material conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir de **30/08/2019,** prolongando-se até **29/08/2020,** podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material(is)/serviço(s) licitado(s), registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo, totalizando a importância global de R$ **101.708,00, (cento e um mil, setecentos e oito reais).**

Fornecedor: **JR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME**		
CNPJ: **17.570.889/0001-45**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA SENADOR DUARTE FILHO, 116 , SANTOS REIS, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59141-110**		
Representante: **José Radamés Fernandes Malheiro** - CPF: **054.760.664-89**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0007218 - Liquidificador doméstico, com 3 velocidades, copo com capacidade para 1,5 litros	CNDENSE	Und.	20,00	89,000	1.780,00
3	0001153 - Freezer Horizontal com duas portas; com capacidade entre 440/500 litros. 220v; pés com rodízio; pintura ante corrosiva na cor branca.	ESMALTEC	Und.	16,00	2.200,000	35.200,00
10	0017853 - ESCADA PORTÁTIL EM ALUMINIO COM 7 DEGRAUS	MOR	Unid	10,00	223,000	2.230,00
16	0017310 - CADEIRA PLÁSTICA, preferencialmente na cor branca, sem braço e capacidade para até 140 kg, empilhável. As cadeiras deverão possuir certificação do INMETRO, conforme NBR 147762001. Incluso todos os custos de transporte, montagem e desmontagem, combustível, insumos, alimentação, transporte e hospedagem dos funcionários, custos que ficarão por conta da contratada.	NOSSA PLAST	UNID.	1500,00	35,500	53.250,00
18	0007191 - Bebedouro de coluna modelo gelágua para garrafão de 20 litros, com sistema easy open removível (abertura automática do garrafão e facilidade de limpeza interna do produto), termostato frontal com 7 níveis de temperatura, reservatório vedado, produto certificado pelo inmetro e gás refrigerante ecológico em inox.	ESMALTEC	Und.	16,00	578,000	9.248,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Canguaretama, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, localizada na Praça Augusto Severo, 242 - Centro, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores, através das publicações realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FAMURN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:

a) Deverão ser entregue os produtos em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Canguaretama/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Canguaretama / RN

Nada mais havendo a tratar, lavrei _____ , a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Canguaretama/RN, 30 de agosto de 2019

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Empresa Detentora da Ata:
JR Industria E Comercio De MoveiS LTDA ME
CNPJ: 17.570.889/0001-45.
Representante Legal:
JOSÉ RADAMES FERNANDES MALHEIRO,
Sócio Administrador, Brasileiro(a), Casado(a)
Portador do CPF n.º 054.760.664-89.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:6C4A4F1A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 94/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 94/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019 -PROCESSO Nº 203/2019

Aos **30 de agosto de 2019**, o MUNICIPIO DE CANGUARETAMA, através da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 08.365.017/0001-54, com sede à Praça Augusto Severo, 242 - Cento - Canguaretama/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Constitucional, Dra. MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO, brasileira, divorciada, odontóloga, residente a Rua Gilberto Rodrigues da Silva,nº 175 - Distrito de Barra de Cunhaú - Canguaretama/RN, portadora da cédula de identidade n.º 13.935.229– SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob n.º 126.276.904-34, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão, cujo objetivo fora a formalização de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, realizada no dia 30 de agosto de 2019, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 209, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Canguaretama, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa **M. K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS,** inscrito no CNPJ: **21.062.777/0001-50,** DETENTORA DA ARP.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b.1 - o prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contados da efetiva entrega da ordem de compra ou instrumento similar.
c) fornecer o material conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;

e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir de **30/08/2019,** prolongando-se até **29/08/2020,** podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material(is)/serviço(s) licitado(s), registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo, totalizando a importância global de R$ **123.310,00, (cento e vinte e três mil, trezentos e dez reais).**

Fornecedor: **M. K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS**		
CNPJ: **21.062.777/0001-50**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA JOAQUIM RIBEIRO, 181 , CENTRO , SÃO BENTO/PB, CEP: 58865-000**		
Representante: **MEIRE KARLA DE AZEVEDO DUTRA DANTAS** - CPF: **027.380.014-08**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0001157 - Liquidificador Industrial capacidade –copo em Inox com capacidade para 6 litros; Voltagem 220.	VITHORY	Und.	30,00	788,000	23.640,00
6	0007194 - Bebedouro industrial com 02 torneiras, estrutura de chapa galvanizada pintada com tinta eletrostática a pó base epóxi e proteção antibacteriana. Isolado e estruturado em poliuretano injetado. Compressor hermético de baixo nível de ruído e baixo consumo	TERMISA	Und.	30,00	2.590,000	77.700,00
9	0017852 - BATEDEIRA INDUSTRIAL 05 LITROS, 220V	PHILCO-POWER CHEF	Unid	26,00	845,000	21.970,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Canguaretama, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, localizada na Praça Augusto Severo, 242 - Centro, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores, através das publicações realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FAMURN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Canguaretama/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Canguaretama / RN

Nada mais havendo a tratar, lavrei _____ , a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Canguaretama/RN, 30 de agosto de 2019

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Empresa Detentora da Ata:
M. K. De Azevedo Araujo Dutra Dantas
CNPJ: 21.062.777/0001-50.
Representante Legal:
MEIRE KARLA DE AZEVEDO DUTRA DANTAS,
Empresária, Brasileiro(a), Casado(a)
Portador do CPF n.º 027.380.014-08.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:E70D109D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 95/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 95/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019 -PROCESSO Nº 203/2019

Aos **30 de agosto de 2019**, o MUNICIPIO DE CANGUARETAMA, através da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 08.365.017/0001-54, com sede à Praça Augusto Severo, 242 - Cento - Canguaretama/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Constitucional, Dra. MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO, brasileira, divorciada, odontóloga, residente a Rua Gilberto Rodrigues da Silva,nº 175 - Distrito de Barra de Cunhaú - Canguaretama/RN, portadora da cédula de identidade n.º 13.935.229– SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob n.º 126.276.904-34, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão, cujo objetivo fora a formalização de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, realizada no dia 30 de agosto de 2019, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 209, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Canguaretama, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa **CRM COMERCIAL LTDA,** inscrito no CNPJ: **04.679.119/0001-93,** DETENTORA DA ARP.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b.1 - o prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contados da efetiva entrega da ordem de compra ou instrumento similar.
c) fornecer o material conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir de **30/08/2019,** prolongando-se até **29/08/2020,** podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material(is)/serviço(s) licitado(s), registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo, totalizando a importância global de R$ **113.350,00, (cento e treze mil, trezentos e cinquenta reais).**

Fornecedor: **CRM COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **04.679.119/0001-93**	Telefone: **84 3211-7625**	Email: **crmlicitacoes01@gmail.com**
Endereço: **RUA GENERAL GUSTAVO CORDEIRO DE FARIA, 459 , PETRÓPOLIS, NATAL/RN, CEP: 59012-570**		
Representante: **RENILSON NERY DE MOURA** - CPF: **421.327.974-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0007193 - Bebedouro industrial com 03 torneiras, estrutura de chapa galvanizada pintada com tinta eletrostática a pó base epóxi e proteção antibacteriana. Isolado e estruturado em poliuretano injetado. Compressor hermético de baixo nível de ruído e baixo consumo	PIZZIOLO/P100C3T	Und.	30,00	3.193,000	95.790,00
17	0017856 - KIT PARA COZINHA EM AÇO COM 04 PORTAS E DUAS GAVETAS.	BERTOLINI	Unid	20,00	878,000	17.560,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Canguaretama, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, localizada na Praça Augusto Severo, 242 - Centro, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores, através das publicações realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FAMURN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Canguaretama/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Canguaretama / RN

Nada mais havendo a tratar, lavrei _____ , a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Canguaretama/RN, 30 de agosto de 2019

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Empresa Detentora Da Ata:
CRM Comercial LTDA
CNPJ: 04.679.119/0001-93.
Representante Legal:
RENILSON NERY DE MOURA ,
Socio Administrador, Brasileiro(a), Casado(a)
Portador do CPF n.º 421.327.974-04.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:8FE34F21

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 46/2019 -PROCESSO Nº 203/2019

Aos **30 de agosto de 2019**, o MUNICIPIO DE CANGUARETAMA, através da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 08.365.017/0001-54, com sede à Praça Augusto Severo, 242 - Cento - Canguaretama/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Constitucional, Dra. MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO, brasileira, divorciada, odontóloga, residente a Rua Gilberto Rodrigues da Silva,nº 175 - Distrito de Barra de Cunhaú - Canguaretama/RN, portadora da cédula de identidade n.º 13.935.229– SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob n.º 126.276.904-34, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão, cujo objetivo fora a formalização de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, realizada no dia 30 de agosto de 2019, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 209, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓDOMÉSTICOS, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Canguaretama, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa **THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE ME,** inscrito no CNPJ: **19.918.905/0001-73,** DETENTORA DA ARP.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b.1 - o prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contados da efetiva entrega da ordem de compra ou instrumento similar.
c) fornecer o material conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir de **30/08/2019,** prolongando-se até **29/08/2020,** podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material(is)/serviço(s) licitado(s), registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo, totalizando a importância global de R$ **40.243,00, (quarenta mil, duzentos e quarenta e três reais).**

Fornecedor: **THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE ME**		
CNPJ: **19.918.905/0001-73**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA BRUNO MAIA DE MELO, 81 , MANGABEIRA, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58059-132**		
Representante: **THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE** - CPF: **090.349.804-99**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0007217 - FORNO MICRO-ONDAS COM CAPACIDADE PARA 25 LITROS NA COR BRANCA	PANASONIC/ST35HW	Und.	16,00	493,000	7.888,00
12	0017854 - SANDUICHEIRA DOMESTICA GRIL, 220V	FAMA/FGR01	Unid	20,00	86,500	1.730,00
13	0008224 - TELA DE PROJEÇÃO - TIPO TRIPÉ; ÁREA VISUAL MINIMO DE 2,00X2,00M; 110"; TECIDO MATTRE WHITTE (BRANCO OPACO); GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	TES/TTM200	UNID.	15,00	845,000	12.675,00
14	0017855 - TELEFISOR DE LED COM 39 POLEGADAS.	PHILCO/PTV39	Unid	10,00	1.795,000	17.950,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:

a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Canguaretama, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, localizada na Praça Augusto Severo, 242 - Centro, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores, através das publicações realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FAMURN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Canguaretama/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:

a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Canguaretama / RN

Nada mais havendo a tratar, lavrei _____ , a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Canguaretama/RN, 30 de agosto de 2019

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Empresa Detentora da Ata:
Thomas José Beltrão De Araujo Albuquerque ME
CNPJ: 19.918.905/0001-73.
Representante Legal:
THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE,
Empresário, Brasileiro(a), Casado(a)
Portador do CPF n.º 090.349.804-99.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:010E6658

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 91/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 47/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 91/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 47/2019 -PROCESSO Nº 204/2019

Aos **30 de agosto de 2019**, o MUNICIPIO DE CANGUARETAMA, através da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 08.365.017/0001-54, com sede à Praça Augusto Severo, 242 - Cento - Canguaretama/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Constitucional, Dra. MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO, brasileira, divorciada, odontóloga, residente a Rua Gilberto Rodrigues da Silva,nº 175 - Distrito de Barra de Cunhaú - Canguaretama/RN, portadora da cédula de identidade n.º 13.935.229– SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob n.º 126.276.904-34, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão, cujo objetivo fora a formalização de AQUISIÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO, realizada no dia 30 de agosto de 2019, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 210, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à AQUISIÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Canguaretama, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa **CONSTRUCAR COM. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA,** inscrito no CNPJ: **04.540.064/0001-36,** DETENTORA DA ARP.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b.1 - o prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contados da efetiva entrega da ordem de compra ou instrumento similar.
c) fornecer o material conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir de **30/08/2019,** prolongando-se até **29/08/2020,** podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material(is)/serviço(s) licitado(s), registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo, totalizando a importância global de R$ **48.400,00, (quarenta e oito mil e quatrocentos reais).**

Fornecedor: **CONSTRUCAR COM. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**		
CNPJ: **04.540.064/0001-36**	Telefone: **3613-1249**	Email: **CONSTRUCAR10@YAHOO.COM.BR**
Endereço: **R DOS CANINDES, 1458 , ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59030-600**		
Representante: **EDUARDO JOSÉ DOS SANTOS** - CPF: **038.138.414-48**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Vlr. Total (R$)
3	0017928 - BITONEIRA PROFISSIONAL MOMOFÁSICA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MINIMAS: FREEQUENCIA 60HZ; RENDIMENTO: 85 LITROS; POTENCIA DO MOTOR: 1/2CV; ROTAÇÃO DO MOTOR: 1700RPM; CAPACIDADE DA MISTURA: 90L; E CAPACIDADE DO TAMBOR: 150L.	CSN	Unid	10,00	2.580,000	25.800,00
4	0017929 - BITONEIRA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MINIMAS: CAPACIDADE DO TAMBOR: 400L; CAPACIDADE DE MISTYURA - 320L; ROTAÇÃO DO TAMBOR - 28RPM; POTENCIA DO MOTOR: 2CV 4 POLOS; TENSÃO DO MOTOR: 220 V; CORREIA DO MOTOR - 2/A - 59.	CSN	Unid	5,00	4.520,000	22.600,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Canguaretama, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Canguaretama/RN, localizada na Praça Augusto Severo, 242 - Centro, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores, através das publicações realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FAMURN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Canguaretama/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea “b” e “c”. Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea “d”.
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Canguaretama / RN

Nada mais havendo a tratar, lavrei _____ , a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Canguaretama/RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Empresa Detentora da Ata:

Construcar Com. de Material de Construção LTDA
CNPJ: 04.540.064/0001-36.
Representante Legal:
EDUARDO JOSÉ DOS SANTOS,
Analista de Licitação,
Brasileira,
Casado(a)
Portador do CPF n.º 038.138.414-48.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:13677430

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 004, DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL POR PRAZO DETERMINADO.
O Município de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado - PSS, para preenchimento de vagas e a formação de cadastro de reserva, de profissional a serem contratado por tempo determinado visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal c/c a Lei Municipal nº 744, de 21 de janeiro de 1999.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e seus anexos, organizado e executado pelo Município de Cruzeta.
O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital tem por finalidade selecionar profissional, através da análise de currículo, para contratação por tempo determinado.
O Processo Seletivo Simplificado referente a este Edital terá prazo de validade de **01 (um) ano**, a contar da data de publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período no interesse da administração.
O Cronograma deste Processo Seletivo Simplificado é o constante no Anexo I deste Edital, cujas datas deverão ser rigorosamente respeitadas, salvo por motivo de força maior.
Quadro de funções e carga horária por Secretaria:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SMECE:

Categoria profissional	Carga Horária Semanal	Nº de Vagas
Professor de Matemática	30 horas	01

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo Simplificado dar-se-á através do portal do Município de Cruzeta (www.cruzeta.rn.gov.br) e no site do Diário Oficial da FEMURN (www.diariomunicipal.com.br/femurn/).
2.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento das etapas deste Processo Seletivo Simplificado através dos meios de divulgação acima citados.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer e estar de acordo com as normas deste Edital certificando-se de que preenche todas as exigências e os requisitos aqui contidos.
3.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das regras e condições estabelecidas neste Edital, em seus Anexos, como também em eventuais comunicados e instruções específicas para a realização do certame, não podendo alegar desconhecimento.
3.3. São condições para inscrição:
3.3.1. Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12, § 1º, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 72.436/72.
3.3.2. Estar ciente que deverá possuir, na data da convocação, a qualificação mínima exigida para o cargo, determinada no Anexo VII e documentação determinada no item 13.0 deste Edital.
3.3.3. É imprescindível que o candidato possua número de CPF – Cadastro de Pessoa Física – regularizado.
3.4. Será aceita apenas uma inscrição por candidato, devendo optar por uma função apenas.
3.5. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado deverão ser realizadas pessoalmente na sede da Prefeitura, na Coordenadoria de Recurso Humanos, situada na Praça João de Góes, nº 167, Centro, Cruzeta-RN, no horário das 08 às 12 horas, **no período de 03 a 04 de setembro de 2019**.
3.5.1. As inscrições serão feitas através do preenchimento em duas vias da Ficha de Inscrição – Anexo II (preenchidas manualmente) – pelo próprio candidato, e do Comprovante de Inscrição – Anexo III, deste Edital.
3.6. Serão admitidas inscrições através de procurador devidamente habilitado.
3.6.1. O procurador deverá apresentar procuração particular com necessidade de firma reconhecida.
3.6.2. A assinatura constante na procuração deverá ser idêntica a do documento de identificação do candidato utilizado no ato de inscrição.
3.6.3. Além do instrumento de mandato, o procurador deverá apresentar cópia do seu documento de identificação.
3.7. No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar currículo padronizado, na forma do Anexo IV, acompanhado dos anexos II e III, devidamente preenchidos, que deverão ser acondicionados em envelope, posteriormente lacrados e identificados na parte externa com: o nome do candidato e a função pleiteada.
3.8. Não serão aceitas inscrições que contenham dados e/ou informações incompletas, além de candidatos que usarem de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição.
3.9. O descumprimento das instruções para inscrições implicará na não efetivação da mesma.
3.10. Para efeito de inscrição, serão considerados documentos de identificação:
a) Cédula de Identidade;
b) Certificado de Reservista;
c) Carteira de Trabalho;
d) Carteira Nacional de Habilitação contendo foto;
e) Carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham validade como identidade.
3.11. Não será cobrada taxa de inscrição.

4. DA SELEÇÃO

4.1. O Processo Seletivo Simplificado constará de 02 (duas) etapas, de caráter eliminatório e classificatório, a qual se realizará através de Análise Curricular (modelo de currículo exigido no anexo IV) e entrevista, sendo:
a) Análise de Currículo valendo 50,0 pontos;
b) Entrevista valendo 50,0 pontos.
4.2. A avaliação do Currículo será feita de acordo com os critérios e pontuações constantes no Anexo V deste Edital, realizada com base na documentação que for apresentada, bem como na experiência profissional comprovada.
4.2.1. A comprovação da experiência profissional será feita mediante apresentação de: cópia de Contrato de Trabalho averbado em CTPS ou contrato individual de trabalho. No caso de servidor público, de certidão ou declaração de tempo de serviço, ambas emitidas pelo setor de pessoal ou equivalente, observando-se a correlação com a função pretendida, e ainda:
a) para comprovação de experiência profissional no exterior, a ser utilizada apenas para pontuação de título, deve ser apresentada declaração do órgão ou empresa ou, no caso de servidor público, de certidão de tempo de serviço, todos devidamente traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado;
b) não será computado como experiência profissional o tempo de estágio ou monitoria;
c) todo documento apresentado para fins de comprovação de experiência profissional deverá ser emitido pelo setor de pessoal competente ou equivalente e conter a data de início e de término do trabalho realizado.
4.2.2. Diplomas de Graduação e Especialização: Cópia de Certificado, Diploma e Certificado de conclusão do ensino fundamental, conforme o caso.
4.3. O processo de seleção será dirigido pela Comissão responsável pela elaboração do Processo Seletivo Simplificado no Município de Cruzeta, sigla CPSS, designados pela Portaria Municipal nº 181, de 12 de dezembro de 2018, para esse fim.
4.4. A CPSS poderá solicitar a qualquer momento a complementação de informações que julgar necessárias.

5. DA ANÁLISE DO CURRÍCULO

5.1 Para a análise curricular, o candidato terá obrigatoriamente que apresentar cópias dos documentos.
5.2 A análise do currículo inclui a confirmação das informações constantes nos documentos apresentados pelo candidato.
5.3 Será atribuída a maior pontuação que o documento permitir, não se admitindo a computação cumulativa de pontos por um mesmo documento ou experiência.
5.4 A Análise Curricular será realizada de acordo com os critérios do ANEXO V.

6. DA ENTREVISTA

6.1 Por ocasião da entrevista a que se refere o presente Edital, aComissão responsável pela elaboração de Processo Seletivo Simplificado no Município de Cruzeta deverá avaliar do candidato os seguintes critérios:
a)Maturidade e potencialdocandidato;
b)Conhecimentodas atribuições do Cargo Público;
c) Proatividade e comunicação do candidato;
d) Organização de tempo e espaço do candidato;
e) Capacidade de trabalho em equipe e atendimento ao público.
6.2 A Comissão responsável pela elaboração de Processo Seletivo Simplificado no Município de Cruzeta poderá, caso entenda necessário, solicitar auxilio de Psicólogo ou outro profissional responsável para acompanhar as entrevistas dos candidatos.

6.3Comissão responsável pela elaboração de Processo Seletivo Simplificado no Município teránomáximo10minutospararealizar a entrevista e abordar os itens constantes no item 6.1 deste Edital.
6.4 A data para realização da entrevista serão divididas da seguinte forma:
a) Dia **06/09/2019** – para o cargo de Professor de Matemática vinculado à Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes, a partir das 08 horas, na **sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Rua Tiburtino Bezerra, S/N, Bairro Santo Antônio, em Cruzeta-RN, contato (84) 3473-2479**.
6.5 Não haverá convocação de candidatos para as entrevistas, estando aptos todos aqueles que forem inscritos e entregarem a documentação na data e local definido neste Edital.

7. DOS CRITÉRIOS PARA O DESEMPATE

7.1 Havendo empate entre os classificados, o desempate obedecerá à seguinte ordem:
a) O candidato que obtiver maior pontuação no critério de titulação;
b) Permanecendo o empate, o candidato que obtiver maior pontuação no critério de atualização profissional;
c) Ocorrendo empate na classificação, o critério de desempate será o maior tempo de experiência profissional na função que se candidata e se persistir o empate, terá preferência o (a) candidato (a) com maior idade.

8. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1 No presente Processo Seletivo Simplificado serão destinados 5% (cinco por cento) de vagas a pessoas portadoras de deficiência, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência apresentada.
8.2 O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.
8.3 Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.
8.4 O tipo de deficiência, caracterizada ou não dentro da legislação vigente e incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado.
8.5 O candidato com deficiência que obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos neste Edital figurará em lista específica e também na listagem de ampla concorrência.

9. DO RESULTADO PRELIMINAR

9.1. O resultado preliminar do Processo Seletivo Simplificado será divulgado nos sites www.cruzeta.rn.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/femurn/, prevista para o dia **10 de setembro de 2019.**

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, perante a Comissão para fiscalização e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, salientando-se, dentre outros:
a) O Edital;
b) As inscrições;
c) A análise curricular e Entrevista;
d) Demais atos decisórios do certame.
10.2. O candidato que desejar interpor recurso, até 02 dias após as publicações dos atos, poderá fazê-lo observando os seguintes procedimentos:
a) Preencher integralmente o Instrumento de Recurso no Anexo VI deste Edital com as instruções nele constante;
b) Entregar pessoalmente o Recurso na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça João de Góes, nº 167, Centro, Cruzeta/RN.
c) Em hipótese alguma, será aceita revisão de recurso ou recurso do recurso do Resultado Final.

11. DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A nota final geral do Processo de Seleção Simplificada será a média aritmética da etapa 1 (análise curricular) e da etapa 2 (entrevista), considerando 50 (cinquenta) pontos para o currículo e 50 (cinquenta) pontos para a entrevista, conforme fórmula abaixo:
NF = (E1 + E2) / 2
11.2 Os candidatos serão classificados por ordem crescente de acordo com a pontuação obtida, em lista de classificação preliminar e final, a ser publicada no Diário Oficial dos Municípios dos RN (www.diariomunicipal.com.br/femurn/).
11.3 Ocorrendo empate na classificação final, os critérios de desempates serão os constantes no item 7 deste Edital.

12. DO RESULTADO

12.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será divulgado nos sites www.cruzeta.rn.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/femurn/, a partir do dia **13 de setembro de 2019**.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1. A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá mediante a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
13.2. O candidato que, por qualquer motivo, não apresentar no prazo determinado a documentação exigida será desclassificado em definitivo e perderá o direito a ser contratado.
13.3. O candidato designado deverá assumir suas atividades em dia, hora e local definido pela Administração, sendo que, somente após esta data, ser-lhe-á garantido o direito à remuneração.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. As possíveis contratações se darão na forma prevista na Lei Municipal nº 744, de 21 de janeiro de 1999.
14.2. Como condição para ser contratado na função para o qual foi admitido o candidato aprovado deverá:
14.2.1. Ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade completos na data da contratação;
14.2.2. Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;
14.2.3. Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;
14.2.4. Estar qualificado para o cargo pretendido até a data da publicação da convocação.

15. DA DOCUMENTAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

15.1. Apresentar os seguintes documentos:
a) comprovação dos pré-requisitos/escolaridade constantes do Edital nº 004/2019;
b) certidão de nascimento ou casamento (conforme o respectivo estado civil);
c) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
d) comprovante de residência com bairro e CEP;

e) título de eleitor com o comprovante de votação da última eleição;
f) certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
g) cédula de identidade;
h) carteira de trabalho – CTPS;
i) cadastro de pessoa física – CPF;
j) documento de inscrição de PIS ou PASEP se houver;
k) uma foto 3x4 recente com fundo branco;
l) declaração de que não exerce cargo ou função pública não acumulável na administração pública federal, estadual ou municipal, conforme vedação constante das normas do artigo 37, incisos XVI e XVII, e § 10 da Constituição Federal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.
16.2. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar nos sites www.cruzeta.rn.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/femurn/, as etapas do Processo Seletivo Simplificado.
16.3. O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Praça João de Góes, nº 167, Centro, Cruzeta, das 8 às 12 hs, ou pelo telefone (84) 3473-2210.
16.4. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela CPSS.

Cruzeta-RN, 30 de agosto de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito

ANEXO I – CRONOGRAMA

PERÍODO	**ATIVIDADE**
02/09/2019	Publicação do Edital.
03 a 04/09/2019	Período de inscrições com entrega de currículo.
06/09/2019	Entrevistas
10/09/2019	Divulgação dos resultados parcial do Processo Seletivo Simplificado no Portal do Município de Cruzeta (www.cruzeta.rn.gov.br) e no site do Diário da FEMURN (www.diariomunicipal.com.br/femurn).
11 a 12/09/2019	Prazo para apresentação de recursos.
13/09/2019	Data provável do resultado final.

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº DE INSCRIÇÃO:		DATA DA INSCRIÇÃO:
NOME DO CANDIDATO:		
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___		SEXO:
FUNÇÃO À QUE DESEJA CONCORRER:		
VINCULADO À SECRETARIA:		
ENDEREÇO:	RUA:	Nº:
	BAIRRO:	COMPLEMENTO:
	CEP:	
TELEFONES:	RESIDENCIAL:	CELULAR:
E-MAIL:		
ESTADO CIVIL:		
RG/ÓRGÃO EMISSOR:		CPF:
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA ( ) SIM ( ) NÃO		
Declaro estar ciente das condições do presente Processo de Seleção Simplificado e aceitá-las. Declaro ainda, sob as penas da Lei, serem verdadeiras as informações por mim prestadas. _____ Assinatura do Candidato		
RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO:	ASSINATURA E CARIMBO:	

ANEXO III – COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nº DE INSCRIÇÃO:	DATA DA INSCRIÇÃO:
NOME DO CANDIDATO:	
RG/ÓRGÃO EMISSOR:	CPF:
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___	SEXO:
FUNÇÃO À QUE DESEJA CONCORRER:	
VINCULADO À SECRETARIA:	
_____ Assinatura E Carimbo Do Responsável Pela Inscrição	

ANEXO IV – MODELO DO CURRÍCULO

I – DADOS PESSOAIS	
NOME COMPLETO:	
ENDEREÇO:	
CEP:	
TELEFONE FIXO:	
CELULAR:	
E-MAIL:	
DATA DE NASCIMENTO:	
ESTADO CIVIL:	
SEXO: ( ) FEMININO ( ) MASCULINO	
NATURALIDADE:	
FILIAÇÃO:	PAI
	MÃE
RG: ÓRGÃO EMISSOR:	

CPF:
TÍTULO DE ELEITOR:
ZONA: SEÇÃO:
PROFISSÃO:
II – FORMAÇÃO ACADÊMICA
III – CAPACIDADE TÉCNICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Especificar local, duração e resumo das atividades desenvolvidas que guardam estreita relação com a especialidade e a área de atuação para a qual concorre**):**
INSTITUIÇÕES ONDE TRABALHOU:
CARGOS OCUPADOS E FUNÇÕES EXERCIDAS (Informar respectivos períodos**):**
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (Principais atividades, realizações relevantes e respectivos períodos**):**
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, CURSOS E MINICURSOS:
OBS: Anexar os documentos comprobatórios de todos os elementos declarados.

ANEXO V - ITENS PARA ANÁLISE CURRICULAR E ENTREVISTA

1 - FORMAÇÃO ACADÊMICA – MÁXIMO 15 PONTOS
Curso Técnico – 02 pontos
Graduação – 03 pontos
Pós-Graduação – 04 pontos
Mestrado – 06 pontos
2 - CURSOS DE CAPACITAÇÃO – MÁXIMO 13 PONTOS
Apresentação de trabalhos científicos – 02 pontos, máximo 06 pontos
Cursos relacionados à área de atuação 20 h – 01 ponto, máximo de 03 pontos
Cursos relacionados à área de atuação 40 h – 02 pontos, máximo de 04 pontos
3 - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E SIMPÓSIOS (MÍNIMO DE 20 HORAS) – MÁXIMO DE 05 PONTOS
01 ponto por evento comprovado
4 - PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS, LIVROS E ARTIGOS – MÁXIMO 05 PONTOS
01 ponto por cada publicação
5 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMPROVADA DE ATUAÇÃO NO CARGO PRETENDIDO – MÁXIMO 12 PONTOS
03 pontos por ano de experiência comprovada
TOTAL DE 50 PONTOS

ENTREVISTA – MÁXIMO 50 PONTOS
Maturidade e PotencialdoCandidato – 10 pontos
Conhecimentodas Atribuições do Cargo Público - 10 pontos
Proatividade e Comunicação do Candidato – 10 pontos
Organização de Tempo e Espaço do Candidato – 10 pontos
Capacidade de trabalho em equipe e atendimento ao público – 10 pontos

ANEXO VI – MODELO DE RECURSO

FORMULÁRIO PARA RECURSO
Nº DO PROTOCOLO (Preenchimento realizado por funcionário responsável pelo recebimento)
NOME DO CANDIDATO:
Nº DA INSCRIÇÃO:
DATA DE NASCIMENTO:
FUNÇÃO PLEITEADA:
RG: CPF:
DATA DO PROTOCOLO:
HORA DE ATENDIMENTO:
JUSTIFICATIVA PARA REVISÃO:

_____
Assinatura Do Candidato/Recorrente
.....
COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE RECURSO
NOME DO CANDIDATO:
RG:
Nº DA INSCRIÇÃO:
FUNÇÃO PLEITEADA:
Nº DO PROTOCOLO:
HORA DO ATENDIMENTO:

_____
Assinatura E Carimbo Do Funcionário Responsável Pelo Recebimento

ANEXO VII – DO CARGO, SALÁRIO E REQUISITO

CARGOS	SALÁRIOS (R$)	REQUISITO
Professor de Matemática	2.301,97	Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática.

ANEXO VIII – ATRIBUIÇÕES DO CARGO
PROFESSOR DE MATEMÁTICA
Elaborar e cumprir o plano de trabalho, bem como a proposta pedagógica da escola; Levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; Zelar pela aprendizagem do aluno; Estabelecer os mecanismos de avaliação; Implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor

rendimento; Organizar registros de observação dos alunos; Participar de atividades extraclasse; Realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos; Colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; Participar de cursos de formação e treinamento; Participar da elaboração e execução do plano político-pedagógico; Integrar órgãos complementares da escola; Executar tarefas afins com a educação.

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:948808BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO PREGÃO 013/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Pregão N.º 013/2019

1.O Município de Encanto/RN, tendo em vista a realização do Processo Licitatório na modalidade Pregão N.º 013/2019, destinado Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene destinado ao atendimento das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e Saúde, considerando os critérios legais, resolve **ADJUDICAR** o mesmo em favor de:

243 - F A NUNES GONDIM ME (12.995.411/0001-43)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	7806 - DETERGENTE 500ML	UN	Marilux	5.000	1,95	9.750,00
2	1772 - LIMPADOR DE LIMPEZA PESADA 12X500ML	CX	Pratice	900	4,99	4.491,00
3	14814 - Sabão Barra Neutro 200G. Multiuso; para limpeza em geral, biodegradável; embalagem com 5 unidades; com nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade; e registro no Ministério da Saúde.	UND	Guarani	1.500	5,60	8.400,00
4	8327 - SABÃO EM PÓ TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL 500G	UND	Absoluto	2.500	3,49	8.725,00
5	14345 - PEDRA SANITARIA	UND	Marilux	2.000	2,10	4.200,00
6	2062 - Água Sanitária 1L c/ 12 Und	CX.	Marilux	7.000	1,90	13.300,00
7	8323 - ESPONJA DE LÃ DE AÇO PCT 60G	UND	Assolan	3.500	1,39	4.865,00
8	7721 - DESINFETANTE 1L	UN	Marilux	5.000	2,49	12.450,00
9	13012 - SABONETE 90G	UND	Even	1.951	1,75	3.414,25
10	2021 - Papel Higiênico c/ 4 Rolos	PCT	Nilly	3.500	2,89	10.115,00
11	2093 - Papel Toalha Interfonado	RL	Snob	2.390	4,75	11.352,50
12	7751 - GUARDANAPOS DE PAPEL	PCT	Fox	12.000	0,95	11.400,00
13	14815 - Balde de Plástico 10 L	UND	Segplast	151	7,19	1.085,69
14	654 - VASSOURA DE PALHA	UND	Artezanal	1.000	1,45	1.450,00
15	7792 - ESPONJA DUPLA FACE 3UND	PCT	Esfrelux	2.000	1,65	3.300,00
16	2078 - Flanela para Limpeza	UND	Roma Textil	730	1,95	1.423,50
17	13013 - PANO DE CHAO	UND	MP Tex	800	2,79	2.232,00
18	14816 - Luvas Multiuso Luvas em látex resistente, palma antiderrapante, interior liso, com acabamento nas bordas, sendo pacotes com 1 par. Na cor amarela, nos tamanhos P, M e G de acordo com a ABNT 13.393.	PAR	Danny	3.500	4,75	16.625,00
19	2086 - Pá para Lixo com Cabo	UND	Vó Mina	300	8,19	2.457,00
20	14724 - Rodo plástico com 60 cm	UND	Vó Mina	535	9,29	4.970,15
21	653 - VASSOURA DE NYLON	UND	Vó Mina	350	9,35	3.272,50
22	7741 - PANO DE PRATO	UN	MP Tex	400	2,69	1.076,00
23	14725 - Limpador para Vidros	FR	Marilux	500	4,99	2.495,00
24	8322 - DESODORIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL (BOM AR)	UND	Secar	3.000	9,29	27.870,00
25	7724 - LUSTRA MÓVEIS	UN	Bry	305	4,19	1.277,95
26	14726 - Fosforo Maço com 10 caixas	CX	Billa	80	2,95	236,00
27	2112 - Escova para Sanitário	UND	Rainha	500	7,19	3.595,00
28	13402 - ACIDO MURIATICO	UND	Limpa Fácil	2.000	4,39	8.780,00
29	14817 - Cesto para lixo 15 L	UND	Mil Plastic	151	3,49	526,99
30	2064 - Alcool 92º	UND	Tri-D	2.000	8,29	16.580,00
31	14727 - Avental Doméstico Frontal	UND	Neves	400	3,50	1.400,00
32	9164 - BALDE PLÁSTICO DE 20L	UND	Segplast	530	9,19	4.870,70
33	14728 - Escova de Lavar	UND	Rainha	250	3,89	972,50
34	1073 - BALDE PLASTICO 12 L	UND	Segplast	50	7,99	399,50
35	14818 - Balde Plástico 8L.	UND	Segplast	50	6,75	337,50
36	14729 - Cesto Para lixo com pedal	UND	Mil Plastic	50	13,20	660,00
37	14730 - Sabão de coco em pedra 200gr	UND	FC	400	3,49	1.396,00
38	9811 - Pano de Chão 100% algodão branco	UND	MP Tex	800	2,99	2.392,00
39	14819 - Rodo Plástico com 40 cm	UND	Vó Mina	251	9,29	2.331,79
40	14820 - Cesto Para Lixo 20 Litros.	UND	Mil Plastic	20	9,10	182,00
41	14821 - Sabonete Liquido 500ml.	UND	Marilux	326	4,99	1.626,74
42	14732 - Álcool Gel 70%	FR	Econômico	757	8,29	6.275,53
43	14733 - Inseticida Aerosol Matatudo	FR	Baygon	125	9,29	1.161,25
44	380 - POLIDOR DE ALUMINIO 500ML	UND	Marilux	2.705	1,75	4.733,75
45	12620 - SABÃO EM PEDRA 01 KG. Barras de 1 k	UND	Guarani	1.032	4,80	4.953,60
46	14734 - Cera Liquída para assoalho incolor	FR	Marilux	173	4,49	776,77
47	2095 - Prendedor de Roupas Plástico. Pacote c/12 Und	PCT	Aurea	153	3,75	573,75
48	2105 - Saco Plástico para Lixo 15L c/ 100und	PCT	Rava	377	13,10	4.938,70
49	14740 - Saco Plástico para lixo 20L c/ 100 unidades	UND	Rava	1.390	16,20	22.518,00
50	14741 - Saco Plástico para lixo 30L c/100 unidades	UND	Rava	420	16,85	7.077,00
51	2106 - Saco Plástico para Lixo 40L c/ 100Und	PCT	Rava	254	18,90	4.800,60
52	14742 - Saco Plástico para lixo 60L c/100 unidades	UND	Rava	889	19,20	17.068,80
53	2107 - Saco Plástico para Lixo 100L c/ 100Und	PCT	Rava	457	23,50	10.739,50

54	14822 - Saco Plástico para Lixo 110 L c/ 100 Unid	UND	Rava	696	25,90	18.026,40
55	14823 - Copo Descartável capacidade 180 ml	PCT	FC Oliveira	389	3,49	1.357,61
56	14736 - Copo Plástico descartável 250 ml	PCT	FC Oliveira	636	3,55	2.257,80
57	14824 - Copo Plástico Descartável para Café	PCT	FC Oliveira	519	1,50	778,50
58	14825 - Cesto de Plástico para lixo 10 Litros.	UND	Mil Plastic	517	3,35	1.731,95
59	2068 - Cesto de Plástico para Lixo 30L	UND	Mil Plastic	503	26,50	13.329,50
60	2104 - Toucas Descartáveis	UND	Talge	782	0,20	156,40
61	2111 - Amaciante para Roupas 1L	UND	Marilux	550	3,79	2.084,50
Total (R$):						343.624,17

Encanto/RN, 15/08/2019.

FABIANO FERREIRA ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Maria Lucigleice Alves de Oliveira
Código Identificador:A980B0A3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO PREGÃO N.º 014/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Pregão N.º 014/2019

1.O Município de Encanto/RN, tendo em vista a realização do Processo Licitatório na modalidade Pregão N.º 014/2019, destinado Regitro de Preços para futura e evnetual Aquisição de material laboratorial para manutenção de secretaria Municipal de Sáude, considerando os critérios legais, resolve **ADJUDICAR** o mesmo em favor de:

366 - JOANA DARC BESSA ME (07.641.623/0001-92)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	9967 - Creatinina	KIT		12	45,90	550,80
2	9968 - Reagente para aslo	KIT		8	93,80	750,40
3	9969 - Reagente para pcr	KIT		8	97,80	782,40
4	9970 - Reagente para fator reumatoide	KIT		8	91,00	728,00
5	9971 - Sacos de ponteiras pequenas	PCT		4	17,90	71,60
6	9972 - Sacos de ponteiras grandes	PCT		4	24,60	98,40
7	9973 - Coletores	UND		8.000	0,63	5.040,00
8	9974 - Lamina lisas	CX		8	8,15	65,20
9	9975 - Laminas foscas	CX		8	8,15	65,20
10	9976 - Calise para parasitologico	UND		20	4,55	91,00
11	9977 - Reagente para vdrl	KIT		8	88,80	710,40
12	9978 - Diuluidor de plaquetas	LT		5	39,10	195,50
13	9979 - Reagente para b-hcg	KIT		8	133,60	1.068,80
14	9980 - Reagente para classificação sanguinea	KIT		12	166,50	1.998,00
15	9981 - Fita reativa para sumario de urina	KIT		20	69,00	1.380,00
16	9982 - Lancetas	UND		600	14,75	8.850,00
17	9983 - Luvas	CX		30	22,30	669,00
18	9984 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL	CX		6	9,90	59,40
19	9985 - glicosemonoreagente-500t.-enzimático	KIT		15	133,90	2.008,50
20	9986 - Pipetador automatico 250 ml	UND		1	127,00	127,00
21	9987 - Pipetador automatico 500 ml	UND		1	125,90	125,90
22	9988 - Laminula para camara de neubauer	CX		3	7,35	22,05
23	9989 - Ureia	KIT		8	166,50	1.332,00
24	9990 - Diluidor de leucocitos	LT		8	38,65	309,20
25	9991 - Tubo capilar s/ heparina	PCT		14	21,10	295,40
26	9992 - Colesterol	KIT		12	108,70	1.304,40
27	9993 - Trigicerides	KIT		12	292,30	3.507,60
28	9994 - Anticoagulante universal (para hemograma)	UND		10	7,00	70,00
29	9995 - Curativus esteril	PCT		14	27,15	380,10
30	9996 - Pipeta de vidro de 2 ml	UND		10	44,75	447,50
31	9997 - Pipeta de vidro de 5 ml	UND		10	34,80	348,00
32	9998 - Pipeta de vidro de 10 ml	UND		10	35,75	357,50
33	9999 - Pipeta de vidro de 20 ml	UND		5	35,75	178,75
34	10000 - Fita crepe	UND		10	9,00	90,00
35	10001 - Corante para uso hematologico	KIT		6	87,85	527,10
36	12540 - Leitor Semi-automatizado de Bioquímica	UND		1	10.520,00	10.520,00
37	12541 - Equipamento Automatizado de Hematologia de 19 ou 21 Parâmetro	UND		1	26.735,00	26.735,00
Total (R$):						71.860,10

Encanto/RN, 12/08/2019.

FABIANO FERREIRA ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Maria Lucigleice Alves de Oliveira
Código Identificador:1CE0CDC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 2208000188/2019

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação n.º 2208000188/2019

O Senhor Prefeito Municipal do Encanto/RN, através da Prefeitura Municipal de Encanto, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 2208000188/2019, vem emitir a presente autorização de dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Despesa referente a aquisição de peças para veículo tipo Moto Niveladora RG 140 B, em atendimento a Sec. Mun. De Agricultura de Encanto/RN, pelos valores abaixo descrito:

586 - RN TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (40.762.320/0001-01)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	16436 - Lamina Patrol 13 Furos	UND		2	600,00	1.200,00
2	16437 - Parafuso Lam. Cant. D4120	UND		26	4,00	104,00
3	16438 - Porca Lam. Cant. Dent.	UND		26	2,00	52,00
4	16439 - Filtro de Ar	UND		1	220,00	220,00
Total (R$):						1.576,00

Assim, autorizo a presente dispensa.
Às providências de estilo.

Encanto/RN, 22/08/2019

ATEVALDO NAZÁRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vanubia Gameleira Campos
Código Identificador:8B79FEA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2019

DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOSE MORGANIO PAIVA, Prefeito Municipal de Ipueira, , no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 470/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Lei 460/2017, art. 6o. - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrioes constitucionais e nos termos da Lei no. 4.320/64, autorizado a abrir creditos adicionais suplementares ate o valor correspondente a 30 (Trinta porcento) dos Oramentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedem as previsões constantes desta Lei, mediante a utilizacao de recursos provenientes de:
I - anulacao parcial ou total de dotacoes;

02.002-GABINETE CIVIL	
02.002.06.181.0002.1111.3.3.9.0.36.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.000,00
02.002.04.122.0004.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.600,00
Sub-Total:	**R$ 4.600,00**
02.003-SEC. MUL. DE ADMINISTRACAO E REC. HUMANOS	
02.003.04.122.0004.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
Sub-Total: R	**$ 15.000,00**
02.004-SEC MUNICIPAL DE FINANCAS E TRIBUTACAO	
02.004.04.123.0005.2019.3.3.9.0.93.00.00.00|10010000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 21.010,00
Sub-Total:	**R$ 21.010,00**
02.007-SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
02.007.27.813.0021.2008.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2019	
02.007.27.813.0021.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 500,00
02.007.27.813.0021.2032.3.3.9.0.30.00.00.00|10010000 Material de Consumo	R$ 4.800,00
Sub-Total:	**R$ 6.300,00**
02.009-SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS	
02.009.15.452.0024.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 21.000,00
02.009.15.452.0024.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|10010000 Material de Consumo	R$ 17.500,00
Sub-Total:	**R$ 38.500,00**
02.010-SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA	
02.010.20.608.0026.1004.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
02.010.20.606.0027.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|10010000 Material de Consumo	R$ 8.000,00
02.010.20.606.0027.1007.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 9.000,00
02.010.20.606.0026.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|10010000 Material de Consumo	R$ 350,00
Sub-Total:	**R$ 27.350,00**
03.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA	
03.001.10.301.0014.2036.3.3.5.0.41.00.00.00|12110000 Contribuicoes	R$ 3.900,00
03.001.10.128.0017.1077.3.3.9.0.39.00.00.00|12110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 6.500,00
03.001.10.301.0014.2060.3.3.9.0.39.00.00.00|12140000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 8.000,00
03.001.10.302.0018.2040.3.3.9.0.36.00.00.00|12140000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 15.000,00
03.001.10.301.0014.2036.3.3.9.0.39.00.00.00|12110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 32.000,00
DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2019	

03.001.10.302.0018.1087.3.3.9.0.32.00.00.00|12140000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 3.000,00
03.001.10.304.0015.1090.4.4.9.0.52.00.00.00|12110000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 300,00
03.001.10.301.0014.1079.4.4.9.0.52.00.00.00|12110000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 600,00
Sub-Total:	**R$ 69.300,00**
04.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IP	
04.001.08.244.0009.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|13110000 Material de Consumo	R$ 17.000,00
04.001.08.244.0009.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|13110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.500,00
04.001.08.244.0009.2045.3.3.9.0.39.00.00.00|13900000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.100,00
Sub-Total:	**R$ 20.600,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 202.660,00**

Lei 460/2017, art. 6o. - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrioes constitucionais e nos termos da Lei no. 4.320/64, autorizado a abrir creditos adicionais suplementares ate o valor correspondente a 30 (Trinta porcento) dos Oramentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedem as previsões constantes desta Lei, mediante a utilizacao de recursos provenientes de:
I - anulacao parcial ou total de dotacoes;

02.003-SEC. MUL. DE ADMINISTRACAO E REC. HUMANOS	
02.003.04.122.0004.2017.3.3.9.0.36.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 20.000,00
02.003.04.122.0004.2017.3.1.9.0.94.00.00.00|10010000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 20.000,00
02.003.04.122.0004.2017.3.1.9.0.91.00.00.00|10010000 Sentencas Judiciais	R$ 20.000,00
02.003.04.122.0004.2017.3.1.9.0.04.00.00.00|10010000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 20.000,00
Sub-Total:	**R$ 80.000,00**
02.006-SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO	
DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2019	
02.006.12.365.0012.2051.3.1.9.0.16.00.00.00|11120000 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.000,00
02.006.12.361.0012.2021.3.1.9.0.04.00.00.00|11110000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 13.000,00
02.006.12.365.0012.2051.3.1.9.0.16.00.00.00|11110000 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.000,00
Sub-Total:	**R$ 18.000,00**
02.009-SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS	
02.009.15.752.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|16200000 Obras e Instalacoes	R$ 9.000,00
02.009.15.752.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|15100000 Obras e Instalacoes	R$ 1.000,00
02.009.15.451.0022.1056.4.4.9.0.51.00.00.00|10010000 Obras e Instalacoes	R$ 7.500,00
02.009.15.451.0022.1056.4.4.9.0.51.00.00.00|15100000 Obras e Instalacoes	R$ 7.500,00
Sub-Total:	**R$ 25.000,00**
02.010-SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA	
02.010.20.608.0026.1008.4.4.9.0.52.00.00.00|15100000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 27.000,00
02.010.20.608.0026.1008.4.4.9.0.52.00.00.00|10010000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.000,00
Sub-Total:	**R$ 30.000,00**
02.011-SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E REC. HIDR	
02.011.17.512.0030.1068.3.3.9.0.39.00.00.00|15100000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.800,00
02.011.17.512.0030.1068.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.200,00
Sub-Total:	**R$ 12.000,00**
DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2019	
02.999-RESERVA DE CONTIGENCIA	
02.999.04.122.0099.9999.9.9.9.9.99.00.00.00|10010000 RESERVA DE CONTINGENCIA	R$ 37.660,00
Sub-Total:	**R$ 37.660,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 202.660,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipueira, 01 de Julho de 2019.

JOSE MORGANIO PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Alencar de Medeiros
Código Identificador:19FB9D3C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 192301/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 23/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1006/2019 VIGÊNCIA DE 30 DE AGOSTO DE 2019 A 29 DE AGOSTO DE 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192301/2019 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 23/2019, tendo por objetoa **Aquisição de material esportivo.**

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos, com sede no(a) Praça da Matriz, 10 – Centro – Jardim de Angicos/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.111.338/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Suely Fonseca Bezerra de Lima, inscrito(a) no CPF sob o nº 018.851.774-02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 23/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios (Femurn), processo administrativo n.º 1006/2019, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal 07, do dia 16 de maio de 2014, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ***Aquisição de material esportivo***, especificado(s) no(s) item(ns)/Lotes do Termo de Referência do edital do *Pregão* nº 23/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: FERNANDA THAIS SILVA DO VALE
CNPJ: 17.644.369/0001-30
Endereço: Cicero Varela, **nº** 158 **Bairro:** centro, **Cidade:** joão Câmara - **CEP:** 59550-000
Telefone: (84) 3262.3356 - **E-mail:** netosportes@hotmail.com
Representante legal: FERNANDA THAIS SILVA DO VALE
CPF: 061.395.864-02

Item	Descrição	Marca	UNIDADE MEDIDA	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0010123 - BOLA DE FUTEBOL DE AREIA - ESPECIFICAÇÃO: BOLA DE FUTEBOL DE AREIA, CONFECCIONADA EM PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO REMOVIVEL E LIBRIFICADO DIÂMETRO 68-69CM, PESO 420-445G	MAGUSSY	UNID	25,00	82,000	2.050,00
3	0010125 - BOLA DE FUTSAL(MIRIN) - ESPECIFICAÇÃO: - BOLA DE FUTSAL MIRIN, COM CÂMARA, FORRO MULTIAXIAL, MIOLO EM SILICONA LUBRIFICADO E SUBSTITUIVEL	MAGUSSY	UNID	50,00	28,000	1.400,00
4	0010126 - BOLA DE FUTSAL TAMANHO(INFANTIL) - ESPECIFICAÇÃO: BOLA DE FUTSAL INFANTIL CONFECCIONADA EM POLIURETANO, COM CÂMARA, FORRO MULTIAXIAL, MIOLO EM SILICONE LUBRIFICADO E SUBSTITUIVEL, COM PESO ENTRE 350 A 380 GRAMAS E CIRCURFERÊNCIA ENTRE 55 E 59CM.	MAGUSSY	UNID	50,00	27,000	1.350,00
5	0010127 - BOLA DE FUTSAL TAMANHO OFICIAL - ESPECIFICAÇÃO: BOLA DE FUTSAL(ADULTO), CONFECCIONADA EM MICROFIBRA DE POLIURETANO, TERMOSSODADOS OU TERMOCOLADOS, COM CÂMARA AIRBILITY, FORRO MULTIAXIAL, MIOLO EM SILICONE AUTOFIBRADO E SUBSTITUIVEL, COM PESO ENTRE 350 A 380 GRAMAS E CIRCURFERÊNCIA ENTRE 55 E 59CM. APROVADO PELA FEDERAÇÃO DE FUTSAL.	MAGUSSY	UNID	60,00	72,000	4.320,00
6	0010128 - BOLA DE FUTVOLEI TAMANHO OFICIAL - ESPECIFICAÇÃO: BOLA DE FUTEVOLEI OFICIAL: COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, CÂMARA AIRBYLITY, MIOLO ROMEMOVIVEL E LUBRIFICADO, DIÂMETRO 68-69CM, PESO 420-445G.	MAGUSSY	UNID	15,00	40,000	600,00
8	0010130 - BOLA DE VOLEI (ADULTO) OFICIAL - ESPECIFICAÇÃO: BOLA DE VOLEI (ADULTO) OFICIAL CONFECCIONADA EM MICROFIBRA DE PLIURETANO COM 18 GOMOS, COM CÂMARA DE AR, FORRO MULTIAXIAL, MIOLO EM SELICONE AUTOFIBRADO E SUBSTITUIVEL, COM PESO 26 A280 GRAMAS, CIRCUNFERÊNCIA DE 65 A 68CM. APROVADA PELA FEDERAÇÃO DE VOLEI.	PENALTY	UNID	80,00	42,000	3.360,00
9	0010131 - BOLA DE VOLEI DE AREIA TAMANHO OFICIAL	MAGUSSY	UNID	80,00	40,000	3.200,00
10	0010132 - BOLA PEQUENA DE 1KG EMBORRACHADA(MEDICINE BALL)	MAGUSSY	UNID	15,00	52,000	780,00
11	0010133 - BOLA PEQUENA DE 2KG EMBORRACHADA(MEDICINE BALL)	MAGUSSY	UNID	15,00	66,000	990,00
12	0010134 - BOLA SUIÇA - 65 CM	VOLLO	UNID	60,00	40,000	2.400,00
13	0010135 - BOMBA PARA INFLAR BOLAS - ESPECIFICAÇÃO: BOMPA PARA INFLAR BOLAS TAMANHO PEQUENO, COM SISTEMA DE DUDPLA AÇÃO. CONFECCIONADA EM PLASTICO, 01 MANGUEIRA EXTENSORA, 02 BICOS(AGULHAS) ROSQUEÁVEIS.	MAGUSSY	UNID	15,00	10,000	150,00
14	0010136 - REDE DE FUTEBOL DE AREIA - ESPECIFICAÇÃO: REDE DE FUTEBOL DE AREIA 5MM, FIO DE SEDA.	PANGUE	UNID	10,00	130,000	1.300,00
15	0010137 - REDE DE FUTEBOL DE CAMPO - ESPECIFICAÇÃO: REDES DE FUTEBOL DE CAMPO ESTILO EUROPEU, FIO DE SEDA 4MM MALHA 16X16 COM 1,50 MTS DE PROFUNDIDADE.	PANGUE	UNID	15,00	190,000	2.850,00
16	0010138 - REDE DE FUTEBOL SOCYTE TAMANHO OFICIAL	PANGUE	UNID	25,00	130,000	3.250,00
17	0010139 - REDE DE FUTSAL TAMANHO OFICIAL - ESPECIFICAÇÃO: REDES DE FUTSAL 4MM, FIO DE SEDA.	PANGUE	UNID	25,00	95,000	2.375,00
18	0010142 - JOGO DE CARTÃO MANUAL PARA ARBITRAGEM - ESPECIFICAÇÃO: JOGO DE CARTÃO (MANUAL) PARA ARBITRO (AMARELO/VERMELHO - CARTÃO UTILIZADO PARA ADVERTEÊNCIAS AOS JOGADORES. PARA DIVERSAS MODALIDADES EM PVC IMPERMEÁVEL	PANGUE	UNID	20,00	8,000	160,00
19	0010143 - APITO PARA ARBITRAGEM OOFICIAL - ESPECIFICAÇÃO: APITO PARA ARBITRAGEM OFICIAL, TIPO PROFISSIONAL, MATERIAL: PLASTICO NÃO TÓXICO NA COR PRETA, 115 DECIBÉIS	FOX PEARL	UNID	20,00	14,000	280,00
20	0010144 - CONE PARA TREINAMENTO ESPORTIVO -ESPECIFICAÇÃO: CONE PARA TREINAMENTO ESPORTIVO: ALTURA DE 50CM, CONFECCIONADO EM PVC, COM SUPORTE/BASE DE SUSTENTAÇÃO FIXO, MODELO SEXTAVADO, BASE QUADRADA COM 6 LADOS MEDINDO 28.5X28.5MM	PANGUE	UNID	25,00	12,000	300,00
21	0010145 - DISCO/CHAPEU PARA TREINAMENTO ESPORTIVO - ESPECIFICAÇÃO: DISCO/CHAPÉU CHINÊS):6,5CM DE ALTURA E 19,5CM DE DIAMETRO. UTILIZADO PARA TREINO, EXERCÍCIOS E JOGOS. MATERIAL PLÁSTICO FLEXIVEL.	PANGUE	UNID	100,00	2,000	200,00
22	0010146 - MEDALHA DE BRONZE 5,5CM - ESPECIFICAÇÃO: MEDALHA (BRONZE) TAMANHO DE 5,5CM, MEDALHA FUNDIDA COM DETALHES EM ALTO RELEVO COM ÁREA DISPONIVEL PARA PERSONALIZAÇÃO, GRAVURA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ESPORTES	CRESPAR	UNID	600,00	5,000	3.000,00
23	0010147 - MEDALHA DE OURO 5,5CM - ESPECIFICAÇÃO: MEDALHA (OURO) TAMANHO DE 5,5CM, MEDALHA FUNDIDA COM DETALHES EM ALTO RELEVO COM ÁREA DISPONIVEL PARA PERSONALIZAÇÃO, GRAVURA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ESPORTES	CRESPAR	UNID	600,00	5,000	3.000,00
24	0010148 - MEDALHA DE PRATA 5,5CM - ESPECIFICAÇÃO: MEDALHA (PRATA) TAMANHO DE 5,5CM, MEDALHA FUNDIDA COM DETALHES EM ALTO RELEVO COM ÁREA DISPONIVEL PARA PERSONALIZAÇÃO, GRAVURA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ESPORTES	CRESPAR	UNID	600,00	5,000	3.000,00
26	0010150 - TROFEU 66CM - ESPECIFICAÇÃO: TROFEU COM TAÇA METALIZADANA COR PRATA, LCOM EFEITO, TEXTUALIZADO. ALTURA 66CM. COPA COM 41CM DE LARGURA A PARTIR DA ALÇA. BASE OCTAGONAL COM 26,5CM DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA, PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIAVEL	JEB'S	UNID	50,00	100,000	5.000,00
27	0010151 - TROFEU 79 CM - ESPECIFICAÇÃO: TROFEU COM TAÇA METALIZADANA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTUALIZADO E DETALHE NA COR DOURADA BRILHANTE. ALTURA 79CM. COPA COM 45CM DE LARGURA A PARTIR DA ALÇA. BASE OCTAGONAL COM 26,5CM DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA, PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIAVEL	JEB'S	UNID	50,00	110,000	5.500,00
28	0010152 - CRONOMETRO DIGITAL - ESPECIFICAÇÃO: CRONOMETRO DIGITAL PROGRESSIVO E REGRESSIVO, A PROVA D'AGUA, UNID DE MEDIDA:1/100 DE SEGUNDOS. COM MOSTRADOR DE HORA E DATA (12 E 24), ALARME DISPOSITIVO DE PARADA DE TEMPO, BATERIA DE LITIO E CORDÃO. TAMANHO DA CAIXA COM MEDIDAS APROXIMADAS 8,50CMX6,50CMX2,30CM.	VOLLO	UNID	15,00	19,000	285,00
29	0010153 - GARRAFA TÉRMICA COM TORNEIRA, COM CAPACIDADE DE 12 LITROS	INVICTA	UNID	25,00	130,000	3.250,00
30	0010154 - CAIXA TÉRMICA - ESPECIFICAÇÃO: CAIXA TÉRMICA 24 LITROS, ABERTURA PRÁTICA E FUNCIONAL E ISOLAMENTO TÉRMICO COM ESPUMA DE PU (PLIURETANO) LIVRE DE CFC	INVICTA	UNID	25,00	125,000	3.125,00
31	0010155 - BAMBOLÊ - ESPECIFICAÇÃO: BAMBOLÊ: COMPOSIÇÃO DE PLASTICO RIGIDO; DIMENSÃO APROXIMADA DE 64 CENTIMENTROS	NS	UNID	100,00	2,000	200,00
32	0010156 - CORDA DE SEDA COM EMPUNHADURA DE MADEIRA - ESPECIFICAÇÃO: CORDA DE SEDA COM APROXIMADAMENTE << POLEGADA DE DIÂMETRO, COMPRIMENTO DE 2,4M, COM EMPUNHADURA DE MADEIRA, FIXADA INTERNAMENTE EM MANOPLA DE SISTEMA GIRATÓRIO	PANGUE	UNID	100,00	6,000	600,00
33	0010157 - COLCHONETE PARA GINASTICA - ESPECIFICAÇÃO: COLCHONETE PARA GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO, CONFECCIONADO EM EVA DE ALTA RESISTÊNCIA, DENSIDADE 28 KG/MÝ, MEDINDO 90CMX45CMX2,0CM DE ESPESSURA, COM COBERTURA EM PELÍCULA SILICONADA IMPERMEÁVEL	PANGUE	UNID	200,00	19,000	3.800,00
34	0009715 - MEIA BRANCA SOQUETE	NS	UNID	50,00	7,000	350,00
35	0010158 - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO N 4 - ESPECIFICAÇÃO: BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO Nº 4 MIOLO SLIPSYSTEN REMOVIVEL E LUBRIFICADO, PU/PVC, COSTURA 100%, TERMOTEC, CÂMARA AIRBILITY 360-390G, 64-66CM, APROVADAS PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, USADAS PARA CATEGORIAS SUB 08A SUB 15	PENALTY	UNID	50,00	60,000	3.000,00
38	0010161 - CHUTEIRA PARA PRÁTICA DE FUTEBOL DE CAMPO (ESPECIFICAÇÃO: CHUTEIRA EM COURO LEGÍTIMO COM SOLADO DE PU, TAMANHOS DIVERSOS)	MURIELLY	UNID	100,00	55,000	5.500,00

39	0010162 - TÊNIS PARA PRÁTICA DE FUTSAL (ESPECIFICAÇÃO: TÊNIS PARA PRÁTICA DE FUTSAL COM CABEDAL EM COURO SINTÉTICO E SOLADO EM LATÉX, TAMANHOS DIVERSOS)	MURIELLY	PAR	100,00	40,000	4.000,00
40	0010163 - CALÇÃO DE LINHA 100% ALGODÃO	GALINDO	UNID	100,00	11,000	1.100,00
41	0010164 - MEIÃO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS (ESPECIFICAÇÃO: MEIÃO COM ELÁSTICO NO PUNHO, CANELADO, ELÁSTICO REFORÇADO NO TORNOZELO, ÁREA DE VENTILAÇÃO NA PONTURRILHA E SOLA DO PÉ ATOALHADA, PARA PROPORCIONAR MAIS CONFORTO E SEGURANÇA PARA OS ATLETAS, TAMANHO ÚNICO)	LBC	PAR	200,00	6,900	1.380,00
42	0010165 - CAMISAS PERSONALIZADAS FRENTE E COSTA EM MALHA DRAY FIT	GALINDO	UNID	100,00	13,900	1.390,00
43	0010166 - REDE DE VOLEI DE AREIA OFICIAL	PANGUE	UNID	10,00	69,000	690,00
44	0010167 - XADREZ ESCOLAR (ESPECIFICAÇÃO: XADREZ ESCOLAR TABULEIRO COM BASE EM MDF DE 25,5 X 25,5 E 32 PEÇAS EM PLÁSTICO, A MAIOR PEÇA MEDINDO 5,6CM, ESTRATÉGIA, CONCENTRAÇÃO E RACIOCÍNIO LÓGICO, RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 7 ANOS DE IDADE. MEDIDAS DA EMBALAGEM: 26 X 26CM)	XALINGO	UNID	100,00	29,000	2.900,00
45	0010168 - JOGO DE DAMA TRADICIONAL	XALINGO	UNID	100,00	14,000	1.400,00
46	0010169 - MARCAÇÃO DE VOLEI DE PRAIA	PANGUE	UNID	10,00	59,000	590,00
47	0010170 - BOLA DE BASQUETE (ESPECIFICAÇÃO: OFICIAL, COURO SINTÉTICO, MATRIZADA, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETEBOL, SELO DE APROVAÇÃO DA FIBA, RETENÇÃO E AR, MIOLO REMOVÍVEL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE)	PENALTY	UNID	25,00	60,000	1.500,00
48	0010171 - BOLA DE HANDEBOL H1 (ESPECIFICAÇÃO: OFICIAL, COURO SINTÉTICO, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL, CALIBRAGEM 6 LBS, CÂMARA DE BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL, MATRIZADA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE)	PENALTY	UNID	50,00	49,000	2.450,00
49	0010172 - BOLA DE HANDEBOL H2	MAGUSSY	UNID	50,00	34,000	1.700,00
50	0010173 - BOLA DE HANDEBOL H3	MAGUSSY	UNID	50,00	39,000	1.950,00
51	0010174 - BOLA DE FUTEBOL SOCIETY (ESPECIFICAÇÃO: RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO DE FUTEBOL SETE SOCIETY, EM MICROFIBRA COM PESO DE 420 A 450 GRAMAS, PRESSÃO DE 5 A 6 LIBRAS, E CIRCUNFERÊNCIA DE 68 A 69 CM)	PENALTY	UNID	50,00	69,000	3.450,00
52	0010175 - CANELEIRA PARA FUTEBOL	PROGNE	UNID	100,00	9,900	990,00
53	0010176 - LUVA PARA GOLEIROS (ESPECIFICAÇÃO: LUVA PARA GOLEIRO DE FUTSAL PALMA DE MÃO, ESPUMA LATEX MACIA)	PROGNE	UNID	10,00	29,000	290,00
54	0010177 - LUVA PARA KARATÊ	IMPACTO SPORT	UNID	15,00	63,000	945,00
55	0010178 - SAPATILHA PARA PRÁTICA DE ATLETISMO	NS	PAR	50,00	120,000	6.000,00
57	0010180 - KIMONO PARA KARATÊ TAMANHOS P M G	AIKOKU	UNID	50,00	99,990	4.999,50
58	0010181 - PROTETOR DE TÓRAX PARA ARTES MACIAIS	IMPACTO	UNID	25,00	109,000	2.725,00
59	0010182 - TATAME DE E.V.A. DENTADO (ESPECIFICAÇÃO: MEDINDO 1 X 1M, ESPESSURA DE 30MM)	PANGUE	UNID	200,00	65,000	13.000,00
61	0010185 - CAIXA TÉRMICA GRANDE (ESPECIFICAÇÃO: TERMOPLÁTICO CO M CAPACIDADE MIN. DE 45L)	INVICTA	UNID	15,00	255,000	3.825,00
62	0010186 - TORNOZELEIRA (ESPECIFICAÇÃO: TORNOZELEIRA, CONFECCIONADA EM NYLON RESINADO, SISTEMA DE FIXAÇÃO COM VELCRO E FECHO, ACABAMENTO SEM COSTURA EXTERNA NAS DIVISÓRIAS, COM CARGA DE 2,0 KG EM GRANALHA DE FERRO)	PROGNE	UNID	50,00	18,000	900,00
63	0010187 - HALTERES - 1KG	PANGUE	PAR	50,00	22,900	1.145,00
65	0010189 - HATERESS - 3KG	PANGUE	PAR	50,00	27,900	1.395,00
66	0010191 - MARCAÇÃO PARA BEACH SOCCER	PANGUE	UNID	15,00	199,000	2.985,00
67	0011575 - ESCADA DE AGILIDADE	VOLLO	UN	10,00	68,000	680,00

Perfazendo o Valor Total de **R$ 135.304,50** (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta centavos).

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes serão as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte; Saúde e Assistência Social.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura da ata, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, cuja cópia será encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Jardim de Angicos, 30 de agosto de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional do Município de Jardim de Angicos

Empresa (s):
Fernanda Thais Silva do Vale
CNPJ: 17.644.369/0001-30
FERNANDA THAIS SILVA DO VALE
CPF: 061.395.864-02

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:811AE0B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.325 , DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS
Gabinete Civil

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**10.000,00**
	2022 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**10.000,00**
	2022 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**10.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	5.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:062A51D3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO Nº 015/2019 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2019, para provimento efetivo nos cargo de nível fundamental, nível médio e nível superior, destinado ao preenchimento de vagas dos quadros de carreiras da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, CONVOCA o candidato habilitado, relacionado no Anexo I deste Edital, com vistas à nomeação para o cargo efetivo, observadas a seguintes condições;

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE POSSE:

Os candidatos relacionados no Anexo I, do presente Edital deverão comparecer a SMA – Secretaria Municipal de Administração, sito à Av. Governado Dix-Sept Rosado, nº 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da Publicação da Portaria de Nomeação, no horário de 08:00 h às 12:00h, para entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para assinatura do Termo de Posse.
Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 01.
O não comparecimento nos termos do item 01 do presente edital implicará a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado em concurso.

2. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO:

A publicação dos atos de nomeação, que se dará na data de publicação deste edital, será termo inicial para a posse do candidato, na forma do artigo 13, §3° da Lei Complementar de nº 001/1997, de 19 de Dezembro de 1997.

3. DA POSSE:

Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada a posse ao candidato, observado o prazo disposto neste edital, nos termos do art. 13 da Lei Complementar de nº 001/1997, de 19 de Dezembro de 1997.
Empossado, o candidato terá o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Jardim de Piranhas/RN, na forma Lei Complementar de nº 001/1997, de 19 de Dezembro de 1997.

Gabinete do Prefeito, em 30 de agosto de 2019.

Elídio Araújo de Queiroz
Prefeito Municipal
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO Nº 015/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
ANEXO – I

CARGO – EDUCADOR FÍSICO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
147860-4	WHATLES NILZOM SILVA DE ARAÚJO	03

Gabinete do Prefeito, em 30 de agosto de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

ANEXO – II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 015/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

01 (uma) foto 3x4 (recente);

Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
a) Preenchimento de Ficha Cadastral da Prefeitura Municipal (modelo em anexo);
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Número de PIS/PASEP;
d) Cédula de Identidade (RG);
e) Certidão de Nascimento ou de Casamento;
f) Certidão de Nascimento de filhos e dependentes, como também, cópia do CPF;
g) Certificado de Reservista ou equivalente (se homem);
h) Comprovante de Habilitação Profissional e Escolaridade exigida para o cargo;
i) Título Eleitoral juntamente com comprovante de quitação eleitoral;
j) Carteira de Trabalho (folhas de número e série e dados pessoais);
k) Comprovante de residência (boleto de Água, Luz, Telefone, etc.), atual;
l) Número da conta corrente do Banco do Brasil;
m) Registro no Conselho Competente, para os cargos exigidos no Edital;
n) Certificados e/ou Diplomas dos cursos exigidos, ou, documento comprobatório de atividade para o cargo pretendido, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2019;

Apresentação do original dos seguintes documentos:
a) Atestado de capacidade física e mental para o exercício das atribuições do cargo e função, emitido por profissional habilitado;

b) Apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;
c) Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal (modelo em anexo);
d) Declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;
e) Certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus;
f) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;
g) Declaração de bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda (Ano Base 2018);
h) Declaração de acúmulo de cargos assinada de que o candidato não exerce outro cargo público. Em caso positivo, declarar: Órgão, local de lotação, cargo, carga horária semanal, horários de expediente, nome do chefe imediato e telefone de contato (modelo em anexo);

Gabinete do Prefeito, em 30 de agosto de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 015/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DECLARAÇÃO DE BENS – ANEXO III

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar;
( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Se, Descreve quais bens:

NOME COMPLETO: _____
CARGO: _____
LOCAL E DATA: _____

_____
Assinatura – Nome

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 015/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS – ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI ACUMULAÇÃO DE CARGO

Eu _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ – Bairro _____, nesta cidade de _____, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN – Edital 2019, para o cargo de _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei, junto a Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, que **não** exerço nenhum outro cargo, emprego ou função no Serviço Público, quer seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, quer seja na Administração Direta ou Indireta, cuja acumulação seja vedada com o cargo para o qual serei nomeado, conforme estabelece o caput do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição Federal.
Jardim de Piranhas/RN, dia/mês/ano.

_____
Assinatura
OU

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE POSSUI ACUMULAÇÃO DE CARGO

Eu _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ – Bairro _____, nesta cidade de _____, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN – Edital 2019, para o cargo de _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei, junto a Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, que por ocasião da posse que mantenho outro cargo, emprego ou função no Serviço Público, conforme estabelece o caput do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição Federal. Informo que possuo vínculo com o Órgão _____,
lotado(a) no(a) _____ no Cargo de_____, com carga horária semanal de _____ horas, que cumpro nos dias e horários abaixo descriminados e conforme declaração, anexa, expedida por (Nome/cargo) e telefone para contato.

DIAS	HORÁRIO

Jardim de Piranhas/RN, dia/mês/ano.

_____
Assinatura
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 015/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DECLARAÇÃO QUE NÃO SOFREU PENALIDADES DISCIPLINARES – ANEXO V

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, confirme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

NOME COMPLETO: _____
CARGO: _____
LOCAL E DATA: _____

_____
Assinatura – Nome

ANEXO VI
FICHA CADASTRAL – eSocial
Dados Pessoais e Funcionais

Nome:			
Nacionalidade: BRASILEIRA		Naturalidade/Estado:	Cor:
CPF:		Data de Nascimento:	PIS/PASEP:
Carteira de Trabalho nº:		Série:	Data de Emissão:
Estado Civil:	Nº do Registo:	Cartório:	
RG: Órgão expedidor: Data de Emissão:			
Titulo de eleitor: Zona: Seção:			
Nome do Pai:			
Nome da Mãe:			
Nome do Cônjuge:		D/N:	CPF:
Nº do Registro no Conselho de Classe: Data de Emissão: Data de Validade:			
(Para Motoristas) CNH nº Categoria: Data de Expedição: Data de Validade:			
(Para homens) Reservista ou Certificado de Dispensa nº:			
Endereço/Nº:			Bairro:
Município:		UF:	CEP:
Telefone:		E-mail:	
Conta Bancária para pagamento – **Banco do BRASIL** Agência: Conta Corrente:			
Grau de Escolaridade:			
Dependentes:			
Nome/Grau de Parentesco:		D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:		D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:		D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:		D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:		D/N:	CPF:
Nº da Portaria de Nomeação:		Cargo/Função:	
Data de Admissão:		Carga Horária Semanal:	
Lotação:			
Regime de trabalho: ( ) Segunda-feira a sexta-feira ( ) Plantão ( ) 16h ( ) Outros:			
Outros Dados:			
Possui outro vínculo: ( )Sim ( )Não			
Cargo:		Função:	
Carga Horária Semanal:		Órgão:	
Cargo:		Função:	
Carga Horária Semanal:		Órgão:	

Eu, _____(Assonatura do Servidor). Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto noCódigo PenalBrasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.
Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

Jardim de Piranhas/RN, ___ de _____ de 2019.

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:25137A55

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua da Matriz, 200 - Centro - CNPJ: 04.214.217/0001-55

Fone (084) 3285 – 5036

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.214.217/0001- 55, sediada à Rua da Matriz, nº 200, centro – Jundiá/RN, CEP 59188-000, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ ARNOR DA SILVA**, brasileiro, casado, servidor público federal aposentado, portador da Carteira de Identidade nº 403.342, expedida pela SSP/RN e do CPF nº 201.550.004-97, residente e domiciliado no Sítio Lajedo Grande, nº 19, Zona Rural, CEP: 59.188-000, Jundiá/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Licitatório Nº 0000000103/2019, Pregão Presencial nº 012/2019, homologado em 24/05/2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

EMPRESA: AT GONDIM DE ALMEIDA - EPP						
CNPJ/MF Nº: 07.276.398/0001-32		**TELEFONE:** (84) 3222-1322				
ENDEREÇO: AV. OLAVO MONTENEGRO Q-16 CASA 13 – CAMPIM MACIO – NATAL/RN, CEP: 59.078-330						
E-MAIL: contato@laccartuchos.com.br						
REPRESENTANTE LEGAL: LENILSON ANGELO DE ALMEIDA						
RG Nº: 633.754 SSSP/RN		**CPF/MF Nº:** 390.105.034-32				
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS ITENS**	**QTD**	**UND**	**MARCA / MODELO**	**PREÇO UNIT**	**PREÇO TOTAL**
07	Tela de Projeção Tripé 1,80x1,80m; Dimensões: 260x188x12cn.	UND	05	TS	578,00	2.890,00
13	Scanner colorido de mesa com mesa com alimentação automática de capacidade com resolução no mínimo de 600 dpi, digitalização frente e verso, duplex, com velocidade de digitação de até 24ppm.	UND	02	FUJITISU / SP 1120	2.275,00	4.550,00
14	Leitor scanner código de barras boleto bancário para porta USB.	UND	02	TANCA / TL 120	283,00	566,00
28	Processador Core i3-8100 Coffee Lake 8a Geração, Cache 6MB, 3.6GHz, LGA 1151 Intel UHD Graphics 630 - BX80684I38100	UND	20	INTEL / BX80684I38100	800,00	16.000,00
29	Pasta Térmica Bisnaga 10g	UND	4	IMPLASTIC	8,50	34,00
VALOR TOTAL REGISTRADO						**R$ 24.040,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de materiais e suprimentos de informática para atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e quantidades constantes da proposta da empresa cujo preço é agora registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP.
3.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013.
3.3. Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.
3.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.
3.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Prefeitura Municipal, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.
3.6. Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:
4.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
4.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
4.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
4.1.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
4.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4 do item 4 desta cláusula será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
4.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
4.3.1 por razão de interesse público; ou
4.3.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL** (órgão gerenciador).
5.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.4 Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.5 Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 Os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria solicitante, de segunda-feira a sexta-feira das 07h às 13h. Os materiais serão recebidos por servidores da PMJ/RN.

6.2 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a PMJ/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;
6.3 O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelos responsáveis ao recebimento, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;
6.3.1 Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta;
6.4 Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, será verificada, pela Secretaria Solicitante da PMJ/RN, a conformidade do material proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação;
6.5 Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;
6.6 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;
6.7 O prazo de entrega do produto ofertado será de 05 (cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO
7.1 A liquidação da despesa iniciará com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo credor no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN e deverá ser concluído no prazo máximo de 19 (dezenove) dias corridos.
7.2 O Setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação de cobrança protocolada e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta proceda com o registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas no sistema orçamentário, financeiro e contábil.
7.3 Após o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Secretaria Municipal de Finanças terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar a documentação apresentada pelo credor, acompanhada da cópia da nota de empenho, para fins de liquidação da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO
8.1 O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do atesto pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
8.2 O processo de pagamento será iniciado na Secretaria Municipal de Finanças, com a fatura/nota fiscal apresentada pelo fornecedor, bem como os documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
8.2.1 Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da Contratada, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.
8.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES
9.1 Caberá à licitante vencedora:
a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência - Anexo I do edital, o objeto com avarias ou defeitos.
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
f) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.
h) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência – Anexo I do edital, sem prévia autorização da Contratante.
i) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
9.2 Caberá a Prefeitura Municipal:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.
e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.
Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
10.2 A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.
10.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
10.4 Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a Prefeitura Municipal o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, o Gestor da Prefeitura Municipal, para as providências cabíveis.
10.5 Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.
10.6 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Gestor da Prefeitura Municipal.
10.7 As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
11.1. Integram esta ARP, o edital do Pregão Presencial nº 012/2019 PMJ/RN e seus anexos, bem como a proposta da empresa**:** AT GONDIM DE ALMEIDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 07.276.398/0001-32, classificada no certame anteriormente referenciado.
11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.
10.3. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jundiá/RN, 27 de maio de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

LENILSON ANGELO DE ALMEIDA
Representante Legal Da Empresa

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:3723449B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua da Matriz, 200 - Centro - CNPJ: 04.214.217/0001-55
Fone (084) 3285 – 5036

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019
A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.214.217/0001-55, sediada à Rua da Matriz, nº 200, centro – Jundiá/RN, CEP 59188-000, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ ARNOR DA SILVA**, brasileiro, casado, servidor público federal aposentado, portador da Carteira de Identidade nº 403.342, expedida pela SSP/RN e do CPF nº 201.550.004-97, residente e domiciliado no Sítio Lajedo Grande, nº 19, Zona Rural, CEP: 59.188-000, Jundiá/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Licitatório Nº 0000000103/2019, Pregão Presencial nº 012/2019, homologado em 24/05/2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

EMPRESA: EBARA TECNOLOGIA LTDA	
CNPJ/MF N°: 04.471.402/0001-25	**TELEFONE:** (84) 3212-1446
ENDEREÇO: AV. PRUDENTE DE MORAIS, Nº 1389, LAGOA SECA- NATAL/RN, CEP: 59.075-700	
E-MAIL: ebaravendas@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: EVERTON MENDONÇA EBARA	
RG N°: 2.035.099 – SSP/RN	**CPF/MF Nº:** 926.060.085-53

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	MARCA / MODELO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01	Monitor LED Widescreen Full HD, com tela de 19,5" ou superior, Resolução Máxima 1890 X 1080, bivolt.	UND	30	AOC / E2270SWN	600,00	18.000,00
03	Impressora Multifuncional laser, porta UBS 2.0 de alta velocidade, com volume mensal de páginas recomendado: 250 a 2000 páginas; ciclo de serviços: até 8000 páginas (A).	UND	20	BROTHER / DCP-1602	940,00	18.800,00
05	Projetor de mesa, brilho de 2700 lumens, lâmpada 200w UHE, Entrada: HDMI x 1: Computador: VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1; S-Vídeo: Mini DIN x 1; Vídeo composto: RCA (amarelo) x 1; USB Tipo A X (Memoria UBS, Wifi); USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Controle); RS-232 x 1; Saída: VGA (Mini D- sub 15 pin) x 1 – Monitor Out; Audio (Stereo Mini Jack) x 1, bivolt.	UND	05	ACER / X1123H	2.000,00	10.000,00
06	Câmera Digital, 16 mp, Zoom Óptico 8x, cartão de 4 GB, na cor preta, memória interna de 25 MB, conexões mini-Usb e wifi, Zoom Digital 4x; Recurso de vídeo: Full HD 1920 px1080p/30qps; HS 1920x1080/15 qps; HS 1280x720/60qps; HS 640x480/120qps; iFrame 720/25p.	UND	10	NIKON / B500	1.900,00	19.000,00
08	Notebook com tela de 14'', Windows 10, processador Intel Core i5, memória 4 GB ou superior, Gravador de CD e DVD; Bateria Bivolt, 2 células 30 WH, Adapdor A/C de 45W; Conexões mínimas:1 USB 3.0Superior Speed; 2 Universal Serial Bus (USB) 2.0, 1 HDMI, 1 VGA (15 pinos), 1RJ – 45 (LAN), 1 conector conjunto para saída de fone de ouvido/entrada de microfone; bivolt.	UND	05	POSITIVO / STILO	2.570,00	12.850,00
12	Câmera digital, 16.1 MP – 60 x – wi-fi – Preta.	UND	05	NIKON/P900	4.100,00	20.500,00

18	Pen drive de 16 GB	UND	100	SANDISK	22,00	2.200,00
19	HD externo 1 TB – USB 3.0	UND	10	WESTWER DIGITAL	355,00	3.550,00
21	Switch Gigabit de mesa, com 8 portas Fast Ethernet 10/100 Mbps.	UND	05	TP-LINK / SG1008DP	170,00	850,00
22	Computador Windows 10 Completo Core i5, Quad Core – 6 MB 3.0Ghz, Ram 4GB DDR4, HD 1 TB SATA3, Gravador de CD e DVD, com teclado e mouse incluso, Placa mãe onboard com vídeo, som e rede.	UND	30	EBARA / 8100	2.080,00	62.400,00
23	Computador Windows 10 Completo Core i5, Quad Core – 3,0 GHz, 16 GB de Ram DDR4, HD 500 GB Sata 3, sistema operacional 64 bits, com teclado e mouse, Placa Mãe onboard com vídeo, som e rede.	UND	02	EBARA / 8100	2.450,00	4.900,00
26	Placa-mãe LGA-1151 mATX, DDR4 2666MHz, suporte M.2, HDMI, SATA 6Gbps e USB 3.1 Gen1Suporte a módulos 2133 MHz Non-ECC, Un-buffered Memory-CPU: - Soquete LGA1151 para processadores Intel Core i7 / i5 / i3 / Pentium / Celeron de 8ª geração-Memória:2 x DIMMs, no máximo 32 GB, DDR4 2666/2400 / 2133MHz, no-ECC, memória sem buffer- Arquitetura de memória dual channel	UND	20	CENTRIUM / H310	425,00	8.500,00
27	Memória 4GB 2400Mhz DDR4 CL17 - KVR24N17S6/4	UND	20	OXY / KVR24N17S6/4	205,00	4.100,00
30	FONTE PC 230W REAL CHAV.GA230- Alimentação: bivolt Potência: 230W (real) ou 450W (pico) Inmetro: cabo de energia certificado Quantidade de pinos da fonte: 20 4	UND	20	GOLDTEC / 230W	77,00	1.540,00
39	Cartucho colorido referência HP 662 Preto.	UND	15	HP / 662	44,50	667,50
40	Cartucho colorido referência HP 662 Colorido.	UND	10	HP / 662	44,50	445,00
VALOR TOTAL REGISTRADO						**R$ 188.302,50**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de materiais e suprimentos de informática para atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e quantidades constantes da proposta da empresa cujo preço é agora registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013.

3.3. Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.

3.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

3.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Prefeitura Municipal, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.

3.6. Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.1.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

4.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4 do item 4 desta cláusula será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.3.1 por razão de interesse público; ou

4.3.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL** (órgão gerenciador).

5.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.4 Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5 Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 Os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria solicitante, de segunda-feira a sexta-feira das 07h às 13h. Os materiais serão recebidos por servidores da PMJ/RN.

6.2 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a PMJ/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;

6.3 O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelos responsáveis ao recebimento, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;

6.3.1 Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta;

6.4 Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, será verificada, pela Secretaria Solicitante da PMJ/RN, a conformidade do material proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação;

6.5 Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;
6.6 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;
6.7 O prazo de entrega do produto ofertado será de 05 (cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação da despesa iniciará com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo credor no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN e deverá ser concluído no prazo máximo de 19 (dezenove) dias corridos.
7.2 O Setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação de cobrança protocolada e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta proceda com o registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas no sistema orçamentário, financeiro e contábil.
7.3 Após o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Secretaria Municipal de Finanças terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar a documentação apresentada pelo credor, acompanhada da cópia da nota de empenho, para fins de liquidação da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do atesto pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
8.2 O processo de pagamento será iniciado na Secretaria Municipal de Finanças, com a fatura/nota fiscal apresentada pelo fornecedor, bem como os documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
8.2.1 Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da Contratada, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.
8.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 Caberá à licitante vencedora:
a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência - Anexo I do edital, o objeto com avarias ou defeitos.
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
f) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.
h) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência – Anexo I do edital, sem prévia autorização da Contratante.
i) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
9.2 Caberá a Prefeitura Municipal:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.
e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.
Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
10.2 A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.
10.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.4 Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a Prefeitura Municipal o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, o Gestor da Prefeitura Municipal, para as providências cabíveis.
10.5 Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.
10.6 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Gestor da Prefeitura Municipal.
10.7 As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta ARP, o edital do Pregão Presencial nº 012/2019 PMJ/RN e seus anexos, bem como a proposta da empresa EBARA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.471.402/0001-25, classificada no certame anteriormente referenciado.
11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.
10.3. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jundiá/RN, 27 de maio de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

EVERTON MENDONÇA EBARA
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:382ED5CA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua da Matriz, 200 - Centro - CNPJ: 04.214.217/0001-55
Fone (084) 3285 – 5036

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.214.217/0001-55, sediada à Rua da Matriz, nº 200, centro – Jundiá/RN, CEP 59188-000, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ ARNOR DA SILVA**, brasileiro, casado, servidor público federal aposentado, portador da Carteira de Identidade nº 403.342, expedida pela SSP/RN e do CPF nº 201.550.004-97, residente e domiciliado no Sítio Lajedo Grande, nº 19, Zona Rural, CEP: 59.188-000, Jundiá/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Licitatório Nº 0000000103/2019, Pregão Presencial nº 012/2019, homologado em 24/05/2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

EMPRESA: JOSE RONYERDO FERREIRA RAMIRO 75012227387	
CNPJ/MF Nº: 22.361.150/0001-63	**TELEFONE:** (84) 98804-1023
ENDEREÇO: RUA PARQUE DOS IGARAPÉS, Nº 131, NOVA ESPERANÇA – PARNAMIRIM/RN, CEP: 59144-134.	
E-MAIL: jronyerdd@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: JOSE RONYERDO FERREIRA RAMIRO	
RG Nº: 3.218.369 – SP/RN	**CPF/MF Nº:** 750.122.273-87

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	MARCA / MODELO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01	Caixa de som 2.0 USB para computador.	UND	20	BRIGHT	25,00	500,00
VALOR TOTAL REGISTRADO						**R$ 500,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de materiais e suprimentos de informática para atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e quantidades constantes da proposta da empresa cujo preço é agora registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP.
3.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013.
3.3. Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.
3.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.
3.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Prefeitura Municipal, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.
3.6. Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:
4.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
4.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
4.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
4.1.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
4.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4 do item 4 desta cláusula será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
4.3.1 por razão de interesse público; ou
4.3.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL** (órgão gerenciador).
5.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.4 Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.5 Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 Os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria solicitante, de segunda-feira a sexta-feira das 07h às 13h. Os materiais serão recebidos por servidores da PMJ/RN.
6.2 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a PMJ/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;
6.3 O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelos responsáveis ao recebimento, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;
6.3.1 Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta;
6.4 Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, será verificada, pela Secretaria Solicitante da PMJ/RN, a conformidade do material proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação;
6.5 Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;
6.6 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;
6.7 O prazo de entrega do produto ofertado será de 05 (cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação da despesa iniciará com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo credor no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN e deverá ser concluído no prazo máximo de 19 (dezenove) dias corridos.
7.2 O Setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação de cobrança protocolada e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta proceda com o registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas no sistema orçamentário, financeiro e contábil.
7.3 Após o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Secretaria Municipal de Finanças terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar a documentação apresentada pelo credor, acompanhada da cópia da nota de empenho, para fins de liquidação da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do atesto pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
8.2 O processo de pagamento será iniciado na Secretaria Municipal de Finanças, com a fatura/nota fiscal apresentada pelo fornecedor, bem como os documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
8.2.1 Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da Contratada, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.
8.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 Caberá à licitante vencedora:
a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência - Anexo I do edital, o objeto com avarias ou defeitos.
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
f) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.
h) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência – Anexo I do edital, sem prévia autorização da Contratante.
i) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
9.2 Caberá a Prefeitura Municipal:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.
e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.
Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
10.2 A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.
10.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
10.4 Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a Prefeitura Municipal o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, o Gestor da Prefeitura Municipal, para as providências cabíveis.
10.5 Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.
10.6 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Gestor da Prefeitura Municipal.
10.7 As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta ARP, o edital do Pregão Presencial nº 012/2019 PMJ/RN e seus anexos, bem como a proposta da empresa JOSE RONYERDO FERREIRA RAMIRO 75012227387, inscrita no CNPJ nº 22.361.150/0001-63, classificada no certame anteriormente referenciado.
11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.
10.3. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jundiá/RN, 27 de maio de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

JOSE RONYERDO FERREIRA RAMIRO
Representante Legal Da Empresa

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:2E72DC51

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua da Matriz, 200 - Centro - CNPJ: 04.214.217/0001-55
Fone (084) 3285 – 5036

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.214.217/0001-55, sediada à Rua da Matriz, nº 200, centro – Jundiá/RN, CEP 59188-000, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ ARNOR DA SILVA**, brasileiro, casado, servidor público federal aposentado, portador da Carteira de Identidade nº 403.342, expedida pela SSP/RN e do CPF nº 201.550.004-97, residente e domiciliado no Sítio Lajedo Grande, nº 19, Zona Rural, CEP: 59.188-000, Jundiá/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Licitatório Nº 0000000103/2019, Pregão Presencial nº 012/2019, homologado em 24/05/2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

EMPRESA: MARCO A. B. DE MELO	
CNPJ/MF N°: 03.911.717/0001-83	**TELEFONE:** (84) 3217-6127
ENDEREÇO: RUA ALAMEDA DOS FLANBOYANTS, Nº 705A, NEÓPOLIS – NATAL/RN, CEP: 59067-180	
E-MAIL: marco.mminfo@gmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: MARCO AURÉLIO BARROS DE MELO	
RG N°: 1.671.625 – SSP/RN	**CPF/MF Nº:** 008.280.704-31

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	MARCA / MODELO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
02	Estabilizador 1000 va, bivolt, com no máximo 04 tomadas.	50	UND	MBÍ / PT1000B1	219,00	10.950,00
04	Impressora Multifuncional tanque de tinta, porta UBS 2.0 de alta velocidade, imprime, copia e digitaliza colorida, bivolt.	10	UND	HP / MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA 316 PRETA	749,00	7.490,00
09	Mouse Óptico UBS	50	UND	PISC / 1807	9,90	495,00
11	Adaptador Wireless UBS WI-FI Dual Band com antena 300 mps.	50	UND	RALINK / 600 MBPS C/ ANTENA REMOVÍVEL	45,00	2.250,00
20	Roteador Wireless Dual Band 300 Mbps; Portas 1x WAN Ethernet 10/100 Mbps; 4x LAN Ethernet 10/100 Mbps.	15	UND	DLINK / AC 750MBPS DIR-819	156,00	2.340,00
24	No-Break 1400VA, bivolt, no mínimo 04 tomadas (padrão NBR 14136)+Extension Cord (mais 04), porta fusível externo com unidade reserva, filtro de linha interno.	15	UND	TS SHARA / UPS COMPACT RO 1400 2BS FULL-RANGE + FILTRO DE LINHA MTF 4T	849,00	12.735,00
31	Tonner com referência HP 83 A	100	UND	CHINAMATE / CF283A (1.5K)	33,90	3.390,00
32	Tonner com referência HP 85 A	100	UND	EVOLUT / CB435 /436/285/278 (2K)	34,00	3.400,00
33	Tonner com referência HP 12 A	100	UND	EVOLUT / Q2612 (2K)	33,00	3.300,00
34	Tonner com referência HP 1020	100	UND	EVOLUT / Q2612 (2K)	33,00	3.300,00
35	Tinta para reposição de tanque de impressoras Epson INK JET, com referência 66z na cor preta, contendo 1 litro.	50	FR	BULK INK	38,00	1.900,00
36	Tinta para reposição de tanque de impressoras Epson INK JET, com referência 66z na cor amarela, contendo 1 litro.	50	FR	BULK INK	38,00	1.900,00
37	Tinta para reposição de tanque de impressoras Epson INK JET, com referência 66z na cor azul, contendo 1 litro.	50	FR	BULK INK	38,00	1.900,00
38	Tinta para reposição de tanque de impressoras Epson INK JET, com referência 66z na cor vermelha, contendo 1 litro.	50	FR	BULK INK	38,00	1.900,00
VALOR TOTAL REGISTRADO						**R$ 57.250,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de materiais e suprimentos de informática para atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e quantidades constantes da proposta da empresa cujo preço é agora registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013.

3.3. Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.

3.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

3.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Prefeitura Municipal, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.

3.6. Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.1.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

4.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4 do item 4 desta cláusula será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.3.1 por razão de interesse público; ou

4.3.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL** (órgão gerenciador).

5.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.4 Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5 Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 Os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria solicitante, de segunda-feira a sexta-feira das 07h às 13h. Os materiais serão recebidos por servidores da PMJ/RN.

6.2 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a PMJ/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;
6.3 O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelos responsáveis ao recebimento, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;
6.3.1 Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta;
6.4 Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, será verificada, pela Secretaria Solicitante da PMJ/RN, a conformidade do material proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação;
6.5 Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;
6.6 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;
6.7 O prazo de entrega do produto ofertado será de 05 (cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação da despesa iniciará com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo credor no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN e deverá ser concluído no prazo máximo de 19 (dezenove) dias corridos.
7.2 O Setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação de cobrança protocolada e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta proceda com o registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas no sistema orçamentário, financeiro e contábil.

7.3 Após o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Secretaria Municipal de Finanças terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar a documentação apresentada pelo credor, acompanhada da cópia da nota de empenho, para fins de liquidação da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do atesto pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
8.2 O processo de pagamento será iniciado na Secretaria Municipal de Finanças, com a fatura/nota fiscal apresentada pelo fornecedor, bem como os documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
8.2.1 Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da Contratada, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.
8.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 Caberá à licitante vencedora:
a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência - Anexo I do edital, o objeto com avarias ou defeitos.
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
f) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.
h) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência – Anexo I do edital, sem prévia autorização da Contratante.
i) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
9.2 Caberá a Prefeitura Municipal:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.
e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
a) advertência;

b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.
Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
10.2 A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.
10.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
10.4 Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a Prefeitura Municipal o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, o Gestor da Prefeitura Municipal, para as providências cabíveis.
10.5 Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.
10.6 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Gestor da Prefeitura Municipal.
10.7 As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta ARP, o edital do Pregão Presencial nº 012/2019 PMJ/RN e seus anexos, bem como a proposta da empresa MARCO A. B. DE MELO, inscrita no CNPJ nº 03.911.717/0001-83, classificada no certame anteriormente referenciado.
11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.
10.3. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jundiá/RN, 27 de maio de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO BARROS DE MELO
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:5AC639AD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua da Matriz, 200 - Centro - CNPJ: 04.214.217/0001-55 Fone (084) 3285 – 5036

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.214.217/0001-55, sediada à Rua da Matriz, nº 200, centro – Jundiá/RN, CEP 59188-000, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ ARNOR DA SILVA**, brasileiro, casado, servidor público federal aposentado, portador da Carteira de Identidade nº 403.342, expedida pela SSP/RN e do CPF nº 201.550.004-97, residente e domiciliado no Sítio Lajedo Grande, nº 19, Zona Rural, CEP: 59.188-000, Jundiá/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no Processo Licitatório Nº 0000000103/2019, Pregão Presencial nº 012/2019, homologado em 24/05/2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

EMPRESA: RMS DA SILVA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP	
CNPJ/MF Nº: 13.165.472/0001-46	**TELEFONE:** (84) 3645-0591
ENDEREÇO: RUA BRIGADEIRO PESSOA RAMOS, Nº 68, COHABINAL – PARNAMIIRM/RN, CEP: 59140-730.	
E-MAIL: ff_distribuidora@yahoo.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: ANDRÉ BRUNO CAMELO E SOUZA	
RG Nº: 2.093.930 – SSP/RN	**CPF/MF Nº:** 053.771.034-59

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	MARCA / MODELO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
10	Teclado Básico Slim preto USB, com 111 teclas.	50	UND	MULTILASER	22,00	1.100,00
15	Cabo USB A/B 2.0 para impressora multifuncional.	20	UND	COMTAC	8,40	168,00
25	Servidor com: Processador E3-1220 v5 de 3GHz, cache de 8M, 4C/4T, Turbo(80W), sem sistema operacional, sem RAID com SATA incorporado, Memoria de 16GB/DDRA UDIMM,2133 MT/s, ECC, BCC, Disco rígido (HD) 1 TB 7 2k RPM SATA 3Gbps 3,5in cabled Hand Drive, Energia PSU cabeada de 290 W, 4 HDDs de 3,5 com fio, Compartimentos de unidade 4 HDDs de 3,5 com fio, Slot 1x8PCIe 3,0 (conectores x 16), 1x4 PCIe 3,0 (conectores x 8), 1x4 PCIe 3,0 (conectores x 8), 1x1 PCIe 3,0 (conector x1), comunicação Dois LOMs de 1 GbE, acesso a dispositivo 8 entradas USB, no Total: Entradas USB traseiras:2 x USB 3,0 e 4 x USB 2,0; entradas USB frontais: 1 x UBS 2.0 e 1 x UBS 3,0.	02	UND	LENOVO / TS150	5.400,00	10.800,00
41	Tonner com referência samsung m2020w	100	UND	MASTERPRINT	68,00	6.800,00
VALOR TOTAL REGISTRADO		**R$ 18.868,00**				

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de materiais e suprimentos de informática para atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e quantidades constantes da proposta da empresa cujo preço é agora registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP.
3.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013.

3.3. Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.
3.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.
3.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Prefeitura Municipal, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.
3.6. Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:
4.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
4.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
4.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
4.1.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
4.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4 do item 4 desta cláusula será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
4.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
4.3.1 por razão de interesse público; ou
4.3.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL** (órgão gerenciador).
5.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.4 Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
5.5 Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 Os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria solicitante, de segunda-feira a sexta-feira das 07h às 13h. Os materiais serão recebidos por servidores da PMJ/RN.
6.2 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a PMJ/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;
6.3 O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelos responsáveis ao recebimento, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;
6.3.1 Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta;
6.4 Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, será verificada, pela Secretaria Solicitante da PMJ/RN, a conformidade do material proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação;
6.5 Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;
6.6 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;
6.7 O prazo de entrega do produto ofertado será de 05 (cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação da despesa iniciará com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo credor no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN e deverá ser concluído no prazo máximo de 19 (dezenove) dias corridos.
7.2 O Setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação de cobrança protocolada e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta proceda com o registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas no sistema orçamentário, financeiro e contábil.
7.3 Após o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Secretaria Municipal de Finanças terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar a documentação apresentada pelo credor, acompanhada da cópia da nota de empenho, para fins de liquidação da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do atesto pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
8.2 O processo de pagamento será iniciado na Secretaria Municipal de Finanças, com a fatura/nota fiscal apresentada pelo fornecedor, bem como os documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
8.2.1 Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da Contratada, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.

8.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 Caberá à licitante vencedora:

a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência - Anexo I do edital, o objeto com avarias ou defeitos.

e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

f) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.

h) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência – Anexo I do edital, sem prévia autorização da Contratante.

i) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

9.2 Caberá a Prefeitura Municipal:

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2 A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.

10.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.4 Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a Prefeitura Municipal o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, o Gestor da Prefeitura Municipal, para as providências cabíveis.

10.5 Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

10.6 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Gestor da Prefeitura Municipal.

10.7 As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta ARP, o edital do Pregão Presencial nº 012/2019 PMJ/RN e seus anexos, bem como a proposta da empresa RMS DA SILVA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 13.165.472/0001-46, classificada no certame anteriormente referenciado.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.

10.3. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jundiá/RN, 27 de maio de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

ANDRÉ BRUNO CAMELO E SOUZA
Representante Legal Da Empresa

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:FF3A9D9D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 701018/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº15/2019

A Exma. Sra. Prefeita Municipal
TAIANNI LOPES SANTOS

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o resultado do julgamento do procedimento em referência, que tem por objeto o Aquisição futura de material odontológico para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Abalizados na Proposta apresentada pela empresa habilitada conforme Ata de Realização da Sessão e Termo de Adjudicação do Pregão Presencial SRP nº 015/2019, solicitamos a Vossa Excelência a análise, para posterior homologação do resultado desta licitação a licitante vencedora, conforme vai a seguir descrito, por ter sido avaliada e julgada como mais vantajosa para a Administração.

Vencedor(es): **ANTONIO WILLIAM COSTA**						
CNPJ: **24.590.259/0001-06**			Email: **awcr@hotmail.com**	Telefone: **(84) 99983-5589**		
Endereço: **R JAGUARARI, 2512 , CANDELARIA II, NATAL/RN, CEP: 59064-500**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00003	160,00	Caixa	ANESTESICO CITANEST 3% C/50 TUB.	DENSPLY	67,00	10.720,00
00010	60,00	Caixa	ANESTESICO MEPIVACAINA C/EPINEFRINA 2% C/ C/50 TB.	DFL	101,90	6.114,00
00028	12,00	Caixa	DESENSIBILIZANTE KF 2% GEL 2,5G	FGM	11,80	141,60
00031	1000,00	Unidade	ESCOVA DENTAL INFANTIL 30	COLGATE	0,55	550,00
00035	15,00	Unidade	ESPATULA SUPRAFILL 01	DUFLEX	22,00	330,00
00036	50,00	Unidade	ESPELHO BUCAL INOX	GOLGRAN	2,05	102,50
00037	60,00	Caixa	FIO SEDA P/ SUTURA 0.4	SHALON	25,80	1.548,00
00038	30,00	Unidade	FIO DENTAL S/ CAIXA 500M	HILLO	6,00	180,00
00049	10,00	Caixa	LAMINA DE BISTURI ACO CARBONO N 15 C/100 UND	SOLIDOR	18,00	180,00
00052	2000,00	Kit	KIT DE SAUDE BUCAL INFANTIL (ESCOVA+FIO+CREME)	COLGATE	2,50	5.000,00
00053	25,00	Unidade	MATRIZ DE ACO INOX 0.05 X 0,5MM	PREVEN	1,10	27,50
00061	15,00	Caixa	PONTA PAPEL PROTAPER F1 C/72 UND	DENTSPLY	13,65	204,75
00063	15,00	Unidade	POTE DAPPEN VIDRO COLORIDO C/12	RIMMEL	17,80	267,00
00082	200,00	Pacote	SUGADOR DESCARTAVEL C/40 UND	SS PLUS	4,00	800,00
Total:						**26.165,35**

Vencedor(es): **E R COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS LTDA**						
CNPJ: **03.633.939/0001-81**			Email: **er.representacoes@yahoo.com.br**	Telefone: **(84) 2010-9993**		
Endereço: **AV PRUDENTE DE MORAIS , 520 , TIROL , NATAL /RN, CEP: 59020-510**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	10,00	Unidade	ALVEOLISUL 20G	IODONTOSUL	20,20	202,00
00005	15,00	Pacote	ALGINATO PO 410G	DENTSPLY	11,50	172,50
00006	200,00	Caixa	AMALGAMA 1 PORCAO GS-80 C/50 CAPS.	SDI	53,50	10.700,00
00008	30,00	Caixa	ANESTESICO DE ARTICAINA+EPINEF 4% C/50 X 1,8ML	DFL	112,00	3.360,00
00015	30,00	Unidade	BROCA ZEKRYA CIRURGICA	MICRODONT	8,00	240,00
00017	50,00	Unidade	BROCA CIRURGICA FGXL	MICRODONT	8,80	440,00
00018	50,00	Unidade	BROCA CIRURGICA 702	MICRODONT	10,10	505,00
00020	50,00	Unidade	BROCA CIRURGICA LONGA	KG	8,80	440,00
00025	5,00	Unidade	CAMARA PARA REVELAÇÃO	BIOTRON	136,00	680,00
00033	12,00	Unidade	ENDO ICE SPRAY 200 ML	MAQUIRA	23,10	277,20
00039	50,00	Caixa	FIO SEDA ODONTOLOGICA 3-0 AG. 1,7CM DE 1/2 C/24 UN	SHALON	25,60	1.280,00
00044	6,00	Unidade	FILME PARA RX ODONTOLOGICO ADULTO CX C/ 150	KODAK / CARE STREAN	129,00	774,00
00050	12,00	Kit	KIT POLIMENTO AMALGMA C/ 6 PCS	KG	20,15	241,80
00051	12,00	Kit	KIT POLIMENTO DE RESINA C/6 PCS	KG	22,20	266,40
00060	60,00	Unidade	PONTA DIAMANTADA Nº1015	FAVA	1,95	117,00
00062	15,00	Kit	POSICIONADOR FILME AUTOCLAVAVEL ADULTO	MAQUIRA	52,00	780,00
00067	6,00	Unidade	PORTA ALGODAO REDONDO INOX ABERTO 08 X 08CM	GOLGRAN	8,50	51,00
00070	15,00	Unidade	PASTA DE POLIMENTO DIAMOND EXCEL 2G	FGM	3,50	52,50
00071	20,00	Unidade	PORTA AMALGAMA ADULTO	MAQUIRA	9,40	188,00
00076	15,00	Unidade	REMOVEDOR DE MANCHA 30ML	URABY	3,20	48,00
00083	50,00	UNIDAE	TIRA DE ACO 4MM C/12	PREVEN	3,90	195,00
00084	100,00	Caixa	TOUCA DESC. C/ELAST. BRANCA C/ 100 UND	FAVA	4,10	410,00
00085	10,00	Unidade	TESOURA METZEMBAUM RETA 15CM - ABC	GOLGRAN	5,50	55,00
Total:						**21.475,40**

Vencedor(es): **JM COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI**						
CNPJ: **26.690.173/0001-72**			Email: **jm.licitacao2017@gmail.com**	Telefone: **(84) 3302-6473 / 3302 - 6471**		
Endereço: **AV INTERVENTOR MARIO CAMARA, 2661 , NOSSA SENHORA DE NAZARE, NATAL/RN, CEP: 59062-600**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00007	150,00	Caixa	AMALGAMA 2 PORCOES C/50 CAPS	SDI	93,50	14.025,00
00013	60,00	Caixa	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100 UND	PROCARE	28,50	1.710,00
00016	50,00	Pacote	BABADOR DESCARTAVEL AZUL C/100 UND	SS PLUS	11,50	575,00
00019	50,00	Unidade	BROCA 2200 FF	FAVA	1,93	96,50
00021	50,00	Unidade	CONDICIONADOR ACIDO CONDAC GEL 37% C/3 DE 2,5 UND	BIODINAMICA	3,60	180,00
00024	15,00	FRASCO	CLOREXIDINA A 0,12% DE 1000ML S/ MORANGO	IODONTOSUL	16,60	249,00
00026	50,00	Unidade	CABO P/ ESPELHO BUCAL INOX	GOLGRAN	3,60	180,00
00027	15,00	FRASCO	CLOREXIDINA SOLUCAO 2% 100ML	MAQUIRA	10,00	150,00
00048	25,00	Unidade	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR PO+LIQ A3	FGM	15,30	382,50
00054	25,00	Unidade	MATRIZ DE ACO INOX 0.05 X 0,7MM	I.DENTAL	1,25	31,25
00056	10,00	Unidade	OLEO LUBRIFICANTE SPRAY REFIL 200ML C/1 BIC0	MAQUIRA	13,90	139,00
00057	60,00	Unidade	PONTA DIAMANTADA Nº1012	FAVA	1,93	115,80
00058	60,00	Unidade	PONTA DIAMANTADA Nº1013	FAVA	1,93	115,80
00059	60,00	Unidade	PONTA DIAMANTADA Nº1014	FAVA	1,93	115,80
00064	50,00	Unidade	PONTA DIAMANTADA 3195 FF	FAVA	1,93	96,50

00065	50,00	Unidade	PONTA DIAMANTADA 4138 FG	FAVA	1,93	96,50
00066	50,00	Unidade	PONTA DIAMANTADA TIPO CHAMA	FAVA	1,93	96,50
00075	500,00	Pacote	ROLETE DE ALGODAO DENTAL C/100 UND	SS PLUS	1,85	925,00
00077	20,00	Unidade	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL EA3,5 4G	FGM	10,20	204,00
00078	40,00	Unidade	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL EA1 4G	FGM	10,20	408,00
00079	40,00	Unidade	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL EA2 4G	FGM	10,20	408,00
00080	40,00	Unidade	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL EA3 4G	FGM	10,20	408,00
00081	10,00	Unidade	SELANTE FLUROSHIELD MATIZADO REFIL	MAQUIRA	16,50	165,00
00086	20,00	FRASCO	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADE 15ML	SS WHITE	9,30	186,00
00087	25,00	Caixa	VERNIZ C/ FLUOR	FGM	15,00	375,00
Total:						**21.434,15**

Vencedor(es): **MIRELLY PINHEIRO FERREIRA - ME**						
CNPJ: **27.029.083/0001-06**		Email: **odontomasterrn@gmail.com**		Telefone: **(84) 3217-5960**		
Endereço: **AV JOAO XXIII, 72 , COHABINAL, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59140-690**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00002	160,00	Caixa	ANEST.LIDOCAINA+FELINEFRINA C/ 50 TUB.(NOVOCOL)	SS WHITE	47,90	7.664,00
00004	30,00	Unidade	APLICADOR (CAVIBRUSH) REGULAR C/100 UND	DENTSCARE	7,69	230,70
00009	60,00	Caixa	ANESTESICO MEPIVACAINA 3% S/ VASO COM 50 TUB.	DLA	102,50	6.150,00
00011	60,00	Caixa	ANESTESICO TOPICO TUTTI-FRUTI 12G	DFL	6,95	417,00
00012	50,00	Unidade	ADESIVO ODONTOLOGICO DENTINA/ESMALTE DE 4ML	BIODINAMICA	11,30	565,00
00014	50,00	Unidade	BROCA CARBIDE FG	ANGELUS	5,45	272,50
00022	25,00	Unidade	CABO PARA BISTURI N. 03	ABC	7,90	197,50
00023	15,00	Pacote	CARTAO P/ RX ODONTOLOGICO DE 2 FUROS C/100 UND	DALLAS	9,00	135,00
00029	15,00	Unidade	DESCOLADOR MOLT 2-4	PRATA	20,53	307,95
00030	1000,00	Unidade	ESCOVA DENTAL ADULTO	C.KOVACS	0,72	720,00
00032	15,00	Unidade	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S	PRATA	4,54	68,10
00034	150,00	Unidade	ESCOVA ROBSON PLANA P/ C. ANGULO	PREVEN	1,04	156,00
00040	10,00	Unidade	FIO RETRATOR 00 E.F	BIODINAMICA	13,64	136,40
00041	30,00	Unidade	FIXADOR DENTAL 475 ML	CAITHEC	7,70	231,00
00042	40,00	FRASCO	FLUOR GEL ACIDULADO SABOR T.FRUTTI DE 200ML	IODONTOSUL	4,15	166,00
00043	40,00	FRASCO	FLUOR GEL NEUTRO S/ SABOR 200ML	IODONTOSUL	4,15	166,00
00045	5,00	Unidade	GESSO ESPECIAL 1KG	GOLD STAR BRASIL	16,90	84,50
00046	15,00	Caixa	HIDROXIDO DE CALCIO PÓ P.A 10G	BIODINAMICA	4,03	60,45
00047	10,00	FRASCO	HEMOSTÁTICO LIQUIDO	TECHNEW	11,17	111,70
00055	150,00	Caixa	MASCARA DESC. TRIPLA C/ELASTICO C/50 UND HOSP	MEDIX LTDA	4,60	690,00
00068	25,00	Unidade	PASTA PROFILATICA MENTA S/OLEO 90G	MAQUIRA	7,35	183,75
00069	50,00	Unidade	PAPEL CARBONO DUPLA FACE CONTACTO	PREVEN	1,80	90,00
00072	40,00	Unidade	PEDRA SHOFU FG ESFERICA PW1514	AMERICAN BURRS	7,53	301,20
00073	20,00	Unidade	RESTAURADOR PROVISORIO FLUOR 25G ROSA	TECHNEW	8,05	161,00
00074	30,00	Unidade	REVELADOR DENTAL 475 ML	CAITHEC	7,92	237,60
Total:						**19.503,35**

O valor total da adjudicação realizada é de R$ 88.578,25 (oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Esclareço ainda, que o julgamento recaiu sobre a proposta de menor preço e que o preços ofertados estão em conformidade com os praticados no mercado, o que satisfaz as exigências legais.

Lagoa d'Anta/RN, 30 de agosto de 2019.

WAGNER FREITAS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Wagner Freitas da Silva
Código Identificador:04C3FFBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 612015/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2019

A Exma. Sra. Prefeita Municipal
TAIANNI LOPES SANTOS

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o resultado do julgamento do procedimento em referência, que tem por objeto o Aquisição de Suplementos Nutricionais para atender as demandas da Secretaria de Saúde do município.

Abalizados na Proposta apresentada pela empresa habilitada conforme Ata de Realização da Sessão e Termo de Adjudicação do Pregão Presencial SRP nº 016/2019, solicitamos a Vossa Excelência a análise, para posterior homologação do resultado desta licitação a licitante vencedora, conforme vai a seguir descrito, por ter sido avaliada e julgada como mais vantajosa para a Administração.

Vencedor(es): **NUTRIR SAUDE STORE LTDA**						
CNPJ: **05.818.747/0001-75**			Email: **contato@nutrirltda.com.br**		Telefone: **(84) 3231-1744**	
Endereço: **R ROMUALDO GALVAO , 2109 LOJA 08 COND TRADE CENTER BLOCO UNICO , LAGOA NOVA , NATAL /RN, CEP: 59056-165**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	10,00	Lata	ALFAMINO 400G	ALFAMINO/NESTLÉ	291,59	2.915,90
00002	10,00	Lata	ALFARE 400G	ALFARE/NESTLÉ	235,21	2.352,10
00003	10,00	Lata	ALTHERA 450G	ALTHERA/NESTLÉ	160,91	1.609,10
00004	10,00	UND	IMPACT TORTA DE LIMAO 1L	IMPACT TORTA DE LIMÃO/NESTLÉ	81,57	815,70
00005	10,00	UND	IMPACT TORTA DE LIMAO 200ML	IMPACT TORTA DE LIMÃO/NESTLÉ	23,13	231,30
00006	10,00	UND	ISOSOURCE 1.5 1L	ISOSOURCE 1.5/NESTLÉ	33,67	336,70
00007	10,00	UND	ISOSOURCE MIX 1L	ISOSOURCE MIX/NESTLÉ	28,89	288,90
00008	10,00	UND	ISOSOURCE SOYA FIBER 1L	ISOSOURCE SOYA FIBER/NESTLÉ	24,47	244,70
00009	10,00	UND	ISOSOURCE SOYA 1L	ISOSOURCE SOYA/NESTLÉ	23,09	230,90

00010	50,00	Lata	MODULEN IBD 400G	MODULEN/NESTLÉ	381,06	19.053,00
00011	10,00	UND	NOVASOURCE GC MORANGO 200ML	NOVASOURCE GC/NESTLÉ	11,65	116,50
00012	10,00	UND	NOVASOURCE GC 1L	NOVASOURCE GC/NESTLÉ	52,15	521,50
00013	10,00	UND	NOVASOURCE PROLINE 200ML	NOVASOURCE PROLINE/NESTLÉ	17,79	177,90
00014	10,00	UND	NOVASOURCE REN 200ML	NOVASOURCE REN/NESTLÉ	20,89	208,90
00015	10,00	UND	NOVASOURCE SENIOR BAUNILHA 1L	NOVASOURCE SENIOR/NESTLÉ	33,51	335,10
00016	10,00	Lata	NUTREN 1.0 400G	NUTREN 1.0/NESTLÉ	79,37	793,70
00017	10,00	UND	NUTREN 1.5 MORANGO 200ML	NUTREN 1.5 MORANGO/NESTLÉ	14,81	148,10
00018	10,00	UND	NUTREN 2.0 BAUNILHA 200ML	NUTREN 2.0 BAUNILHA/NESTLÉ	15,87	158,70
00019	10,00	Lata	NUTREN ACTIVE BAUNILHA 400G	NUTREN ACTIVE BAUNILHA/NESTLÉ	60,71	607,10
00020	10,00	Lata	NUTREN KIDS BAUNILHA 350G	NUTREN KIDS BAUNILHA/NESTLÉ	38,95	389,50
00021	10,00	Lata	NUTREN SENIOR PO SEM SABOR 370G	NUTREN SENIOR SEM SABOR/NESTLÉ	70,61	706,10
00022	10,00	UND	PEPTAMEN 1.5 250ML	PEPTAMEN 1.5/NESTLÉ	45,69	456,90
00023	10,00	Lata	PEPTAMEN JUNIOR 400G	PEPTAMEN JUNIOR/NESTLÉ	210,99	2.109,90
00024	10,00	UND	PEPTAMEN JUNIOR 250ML	PEPTAMEN JUNIOR/NESTLÉ	40,03	400,30
00025	50,00	Lata	PEPTAMEN 400G	PEPTAMEN/NESTLÉ	181,43	9.071,50
00026	10,00	UND	RESOURCE FIBER MAIS FLORA 6X5G	RESOURCE FIBER MAIS FLORA/NESTLÉ	106,91	1.069,10
00027	10,00	Lata	RESOURCE FIBER MAIS 260G	RESOURCE FIBER MAIS/NESTLÉ	115,23	1.152,30
00028	10,00	UND	RESOURCE GLUTAMINE 20X5G	RESOURCE GLUTAMINE/NESTLÉ	155,73	1.557,30
00029	10,00	Lata	RESOURCE PROTEIN 240G	RESOURCE PROTEIN/NESTLÉ	77,85	778,50
00030	10,00	UND	RESOURCE THICKEN UP CLEAR 125G	RESOURCE THICKEN UP CLEAR/NESTLÉ	84,53	845,30
Total:						**49.682,50**

O valor total da adjudicação realizada é de R$ 49.682,50 (quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Esclareço ainda, que o julgamento recaiu sobre a proposta de menor preço e que o preços ofertados estão em conformidade com os praticados no mercado, o que satisfaz as exigências legais.

Lagoa d'Anta/RN, 30 de agosto de 2019.

WAGNER FREITAS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Wagner Freitas da Silva
Código Identificador:1B172864

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2019

COMISSÃO PERMANENTE DELICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700 – Centro – Cep: 59430-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2019

O MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS, através da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.159.162/0001-89, sediado à Rua Praça Fabião das Queimadas, nº 700, Centro, Lagoa de Velhos/RN, CEP 59430-000, neste ato representada pela Prefeita Municipal, a Srª **SONYARA DE SOUZA RIBEIRO**, brasileira, casada, Advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 2.737.641, expedida pela ITEP/RN e do CPF nº 010.832.404-47, residente e domiciliada à Rua Dona Noca, nº 447, Alto da Conceição – Lagoa de Velhos/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no SRP Pregão Presencial nº 017/2019, homologado em 22/08/2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

EMPRESA: ELETRO PEÇAS LTDA EPP	
CNPJ/MF Nº: 08.286.262/0001-76	**TELEFONE:** (84) 3211-1189
ENDEREÇO: RUA ALMINO AFONSO, Nº 83/85/87, RIBEIRA – NATAL/RN, CEP: 59012-010.	
E-MAIL: eletropecas@uol.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: KLEIBER ANTUNES FURTADO JÚNIOR	
RG Nº: 792.640 – SSP/RN	**CPF/MF Nº:** 466.725.594-34

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRO/ PORCENTAGEM DE DESCONTO	PREÇO MÉDIO TOTAL
2	Grupo 2 - Prestação de serviços mecânicos automotivos especializados com manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, de lanternagem, de capotaria, de retífica em motores e bombas injetoras incluindo mão-de-obra e instalação de peças em veículos tipo ônibus e micro ônibus.	HORA	250	104,00	**26.000,00**
3	Grupo 3 - Prestação de serviços mecânicos automotivos especializados com manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, de lanternagem, de capotaria, de retífica em motores e bombas injetoras incluindo mão-de-obra e instalação de peças em veículos pesados, maquinas e implementos.	HORA	100	135,00	**13.500,00**
5	Grupo 2 - Aquisição de Peças destinados aos veículos tipo ônibus e micro ônibus.	DESCONTO	1	13,5 %	**60.550,00**
6	Grupo 3 - Aquisição de Peças destinados aos veículos pesados, máquinas e implementos.	DESCONTO	1	13,5 %	**51.900,00**
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 151.950,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para RESTAÇÃO DE SERVIÇOS de manutenção preventiva e corretiva (mecânica, lanternagem, pintura, eletricidade e tapeçaria) com aplicação e FORNECIMENTO DE PEÇAS genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica,

dos veículos pertencentes à frota municipal, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital e quantidades constantes da proposta da empresa cujo preço é agora registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013.

3.3. Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos/RN adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.

3.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

3.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Prefeitura Municipal, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.

3.6. Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.1.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

4.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4 do item 4 desta cláusula será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.3.1 por razão de interesse público; ou

4.3.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da **PREFEITURA MUNICIPAL** (órgão gerenciador).

5.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.4 Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5 Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1 Os produtos serão entregues de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, em quantidades solicitadas de acordo com as Ordens de Compras expedidas, diretamente nas respectivas Secretarias requisitantes, no horário das 07h00min às 13h00min em dias úteis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será feito por ordem bancária em conta corrente do fornecedor, em uma única vez, até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal/DANFE;

7.2 É condição para o pagamento protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança, efetuado junto a setor competente do valor constante da Nota Fiscal/Fatura acompanhada, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade do **FGTS - CRF**), com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO),** Estadual (Certidão Negativa de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**, para as empresas inscritas no Estado Rio Grande do Norte) e Municipal (Certidão Negativa de **DÉBITO DO MUNICÍPIO**) e **Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS** – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.2.1 Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da Contratada, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.

7.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 Caberá à licitante vencedora:

a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência - Anexo I do edital, o objeto com avarias ou defeitos.

e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

f) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.
h) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência – Anexo I do edital, sem prévia autorização da Contratante.
i) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
8.2 Caberá a Prefeitura Municipal:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.
e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.
Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
9.2 A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.
9.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
9.4 Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a Prefeitura Municipal o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Gestora da Prefeitura Municipal, para as providências cabíveis.
9.5 Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.
9.6 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Gestora da Prefeitura Municipal.
9.7 As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ARP, o edital do Pregão Presencial nº 017/2019 PMLV/RN e seus anexos, bem como a proposta da empresa X ELETRO PEÇAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 08.286.262/0001-76, classificada no certame anteriormente referenciado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.
10.3. Fica eleito o foro da Comarca de São Tomé/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lagoa de Velhos/RN, 23 de agosto de 2019.

SONYARA DE SOUZA RIBEIRO
Prefeita Municipal

KLEIBER ANTUNES FURTADO JÚNIOR
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:21D0CD39

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0.002/2018

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0.002/2018

01º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO EM QUANTITATIVO DE ITEM DO CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE "MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS; MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PREDIOS PUBLICOS, VIAS, LOGRADOUROS E EQUIPAMENTOS PUBLICOS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN, E A EMPRESA JOSÉ MARCOS DE MEDEIROS BEZERRA, CNPJ Nº 22.355.701/0001-86.

PRMEIRO Termo aditivo que fazem entre si, de um lado a**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com endereço administrativo à Av. Drº. Silvio Bezerra de Melo nº 363, Centro, CEP: 59.390-000 – Lagoa Nova/RN, inscrita no CNPJ:

08.182.313/0001-10; neste ato representado por seu Prefeito LUCIANO SILVA SANTOS, brasileiro, casado, portador do RG nº. 2.283.014 SSP/RN e do CPF: 854.431.154-72, residente e domiciliado a Rua Tomaz Silveira, 703 – Centro – LAGOA NOVA/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **JOSÉ MARCOS DE MEDEIROS BEZERRA - MM METALÚGICA**, CNPJ. **22.355.701/0001-86** neste ato representado pelo Senhor JOSÉ MARCOS DE MEDEIROS BEZERRA, do CPF/MF nº **080.696.104-09** doravante denominado CONTRATADO, amparados na Lei Federal Nº 8.666/93, art. 65, I, "b", **§ 1º**e acréscimo na quantidade de item do contrato original, nos termos seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE NA QUANTIDADE

O presente termo Aditivo tem pôr objetivo aplicar a CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES., item 12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei Nº 8.666, de 1993., subitem 12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação., ficando neste ato os quantitativos do item: SERVIÇOS DE SOLDA/SOLDADOR, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD CONTRATADA	PERCENTUAL % REAJUSTE	QTD REAJUSTE	SALDO	SALDO + QTD REAJUSTADA
14	SERVIÇOS DE SOLDA/SOLDADOR: • UNE E CORTA PEÇAS DE LIGAS METÁLICAS USANDO PROCESSOS DE SOLDAGEM E CORTE COMO ELETRODO REVESTIDO, TIG, MIG, MAG, OXIGÁS, ARCO SUBMERSO, BRASAGEM, PLASMA. PREPARA EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS, CONSUMÍVEIS DE SOLDAGEM E CORTE E PEÇAS A SEREM SOLDADAS.	718,90	25 %	179,72	0,85	180,57

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato do processo em epígrafe permanecerão inalteradas.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente termo, em duas (02) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

LAGOA NOVA/RN, 30 DE AGOSTO DE 2019.

LUCIANO SILVA SANTOS	*JOSÉ MARCOS DE MEDEIROS BEZERRA*
Prefeito Municipal	CNPJ: 22.355.701/0001-86
Contratante	Contratada

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:423BBB06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 4928/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

Objeto: SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO VOLANTE
Ata de Registro de Preços nº 90/2019
Data de assinatura: 13/08/2019
Vigência: 13/08/2019 a 12/08/2020
Órgão Gerenciador:
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas. Representante: Ismael Alves de Souza
Órgão(s) Participante(s):
MUNICÍPIO DE PARELHAS. Representante: Alexandre Carlo de Medeiros Dantas
FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS-RN. Representante: Ana Otília de Souza Diniz
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO. Representante: Rogéria Layanne Caldas Dantas

Fornecedor: **S B DE AZEVEDO**		
CNPJ: **07.249.213/0001-09**	Telefone: **84998592630**	Email: **SUERDA-BEZERRA@HOTMAIL.COM**
Endereço: **RUA JOSEFA ALVES SANTANA, 116 ANEXO A, MARIA TERCEIRA, PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**		
Representante: **Suerda Bezerra Santana**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0007584 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO VOLANTE EM CARRO DE SOM. Descrição básica: Som com potência igual ou superior a 3.000 watts, licenciado junto aos órgãos de trânsito, com combustível e motorista inclusos.		Hora	600,00	27,000	16.200,00

Valor Total R$16.200,00

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:17484A6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 73

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 73

Processo nº6536/2019

Pelo presente termo fica declarada a dispensa de licitação, de acordo com especificações contidas na solicitação do setor requisitante, conforme documentações anexas aos autos e informações abaixo:

• Certidão negativas da contratada, devidamente validadas na data do parecer técnico;
• Declaração de saldo de existência orçamentária;
• Dotação orçamentária;
• Fonte de recurso;
• Declaração de adequação orçamentária e financeira.

OBJETO:ATIVIDADE DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE, CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE SAÚDE, SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.
JUSTIFICATIVA

ESSA SOLICITAÇÃO DESTINA-SE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS E ESPECIALIZADOS EM GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA. ORIENTAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS DE GESTÃO E AO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE, CONTRIBUINDO TAMBÉM NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A ADEQUADA APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS. A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO POTENCIALIZA O TRABALHO MINUCIOSO DA GESTÃO EM SAÚDE DO MUNICÍPIO, SALIENTANDO QUE UM TRABALHO DE GESTÃO QUALIFICADO E BEM ORIENTADO ACARRETA EM UM SISTEMA BEM PLANEJADO, CONTRIBUINDO PARA A DIMINUIÇÃO NA PRECARIZAÇÃO E NO FLUXO DOS SERVIÇOS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 13, INCISO III E ART. 25, INCISO II DA LEI Nº. 8.66693 FONTE DE RECURSOS: 12140001 - ATENÇÃO BÁSICA: (PAB/PMAQ)

FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

Vencedor(es): **LÍDIA MARIA DANTAS**						
CNPJ: **009.862.004-50**				Email:	Telefone:	
Endereço: **RUA PROJETADA, 0 , CENTRO, TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN, CEP: 59338-000**						
Representante: **LÍDIA MARIA DANTAS** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	5,00	Mês	- Orientações para construção do Plano Municipal de Saúde, Relatório de Gestão, Relatórios Quadrimestrais, Programação Anual de Saúde. - Organização de: Conferência Municipal de Saúde, Seminários e Audiência Pública. - Monitoramento e alimentação dos Programas. - Implantação de Programas e Sistemas. - Apoio logístico as equipes da Estratégia Saúde da Família, NASF e PMAQ.		3.200,00	16.000,00
Total:						16.000,00

VALOR: R$ 16.000,00(dezesseis mil reais)

Parelhas/RN, 28 de agosto de 2019.

ANA OTILIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária de Saúde

Publicado por:
Francisca Cleonice Borges
Código Identificador:9B5FD7F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 73

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO Nº 6536/2019
INEXIGIBILIDADE Nº 73/2019

RATIFICO a decisão da Comissão Permanente de Licitação, referente à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos do Art. 25, II, da Lei federal 8.666/93 da lei nº 8.666/93 e alterações, conforme dados abaixo:
OBJETO:ATIVIDADE DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE, CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE SAÚDE, SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.
JUSTIFICATIVA
ESSA SOLICITAÇÃO DESTINA-SE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS E ESPECIALIZADOS EM GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA. ORIENTAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS DE GESTÃO E AO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE, CONTRIBUINDO TAMBÉM NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A ADEQUADA APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS. A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO POTENCIALIZA O TRABALHO MINUCIOSO DA GESTÃO EM SAÚDE DO MUNICÍPIO, SALIENTANDO QUE UM TRABALHO DE GESTÃO QUALIFICADO E BEM ORIENTADO ACARRETA EM UM SISTEMA BEM PLANEJADO, CONTRIBUINDO PARA A DIMINUIÇÃO NA PRECARIZAÇÃO E NO FLUXO DOS SERVIÇOS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 13, INCISO III E ART. 25, INCISO II DA LEI Nº. 8.66693 FONTE DE RECURSOS: 12140001 - ATENÇÃO BÁSICA: (PAB/PMAQ)
FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

Vencedor(es): **LÍDIA MARIA DANTAS**						
CNPJ: **009.862.004-50**				Email:	Telefone:	
Endereço: **RUA PROJETADA, 0 , CENTRO, TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN, CEP: 59338-000**						
Representante: **LÍDIA MARIA DANTAS** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	5,00	Mês	- Orientações para construção do Plano Municipal de Saúde, Relatório de Gestão, Relatórios Quadrimestrais, Programação Anual de Saúde. - Organização de: Conferência Municipal de Saúde, Seminários e Audiência Pública. - Monitoramento e alimentação dos Programas. - Implantação de Programas e Sistemas. - Apoio logístico as equipes da Estratégia Saúde da Família, NASF e PMAQ.		3.200,00	16.000,00
Total:						16.000,00

VALOR: R$ 16.000,00(dezesseis mil reais)

Parelhas/RN, 28 de agosto de 2019.

ANA OTILIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária de Saúde

Publicado por:
Francisca Cleonice Borges
Código Identificador:87E06BD0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2019.008.029.001– PMP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0038/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
RUA JOSÉ VIEIRA MAFALDO, 122 – CENTRO - Portalegre/RN
CEP: 59810-000.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA A SEREM UTILIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN.
Proc. Licitatório n.º 000113/19
PREGÃO PRESENCIAL n.º 0038/2019
Abertura: 09:00min
Data da Abertura: 19 de agosto de 2019.
Aos 19 de agosto de 2019, a Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08358053/0001-90, localizada a RUA JOSÉ VIEIRA MAFALDO, Nº 122 – PORTALEGRE / RN, neste ato representado(a) por seu Ordenador de Despesas, o Sr. **MANOEL DE FREITAS NETO**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Antônio Freitas, 76 – Centro – CEP 59810-000 - Portalegre/RN, portador(a) do Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF sob o nº 155.132.974-34 e Cédula de Identidade sob o nº 261.409ITEP/RN, nos termos da Lei nº 10.520/2002, da Resolução nº 004/2013- TCE, e, de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93, e conforme a classificação da proposta apresentada no PREGÃO PRESENCIAL nº **0038/2019** – PMP, homologado em 26/08/2019, resolve registrar o preço oferecido pelo proponente: **MERCADINHO MIRAGEM LTDA**, com endereço na R JOAQUIM CLEMENTE, SN, UMARIZAL/RN, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o n.º 11.939.808/0001-55 que sagrou-se vencedor(a) de parte/ total do objeto da licitação, com o valor o global de **R$ 65.503,55 (sessenta e cinco mil, quinhentos e três reais e cinquenta e cinco centavos).** , conforme relação abaixo e os seguintes termos:

2		MERCADINHO MIRAGEM LTDA				
Item	Código	CNPJ: 11.939.808/0001-55 R JOAQUIM CLEMENTE, SN - CENTRO, UMARIZAL - RN, CEP: 59865-000 Telefone: 84-3397-2365Fax: 84-3397-2365 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	007.009.001	ÁGUA SANITÁRIA A BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUIMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDROXIDO DE SODIO, CLORETO. TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO ESVERDEADA. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL.FRASCO COM 1 LITRO Marca: LAVANDERIA	UND	3470	1,89	6.558,30
2	007.001.779	ÁLCOOL GEL 500G C/VÁLVULA PUMP - ÁLCOOL 70%. GEL PARA HIGIENIZAR AS MÃOS; AÇÃO BACTERICIDA E ANTISSÉPTICA. EMBALAGEM TRANSPARENTE Marca: COPERACOL	UND	600	8,19	4.914,00
11	007.009.036	DESINFETANTE USO DOMÉSTICO, ASPECTO FÍSICO LIQUIDO. APLICAÇÃO: DESINFETANTE E GERMICIDA, NAS FRAGRÂNCIAS DE EUCALIPTO, PINHO, LAVANDA E JASMIM. FRASCO COM 2 LITROS Marca: MARILUX	UND	1375	4,20	5.775,00
12	007.007.713	DESODORIZADOR SANITÁRIO TABLETE SÓLIDO DE 35G. APLICAÇÃO: PARA VASO SANITÁRIO Marca: MARILUX	UND	800	1,75	1.400,00
13	007.001.791	DESODORIZADOR DE AMBIENTES (TIPO BOM AR) COM 360 ML Marca: AIR WACK	UND	450	9,90	4.455,00
16	007.009.066	ESPANADOR COM PENA DE AVESTRUZ, CABO MADEIRA 40 CM. ESPANADOR ELETROSTÁTICO Marca: ARTESANAL	UND	30	11,00	330,00
21	007.009.070	JOGO DE TAPETE COM 3 PEÇAS PARA COZINHA. COMPOSIÇÃO: 87% POLIPROPILENO / 13% POLIÉSTER. MEDIDAS 01 TAPETE 50CM X 1,50M E 02 TAPETES 50CM X 80CM. Marca: ARTESANAL	JOGO	27	24,00	648,00
22	007.001.831	JOGO DE TAPETES PARA BANHEIRO 3 PEÇAS Marca: ARTESANAL	UND	74	26,00	1.924,00
24	007.009.040	LIMPA PISO USO FÁCIL, NAS FRAGRÂNCIAS: LAVANDA EUCALIPTO, JASMIM, LIMÃO, LAVANDA, PINHO, TALCO. EMBALAGEM COM 2 LITROS Marca: MARILUX	UND	1000	5,79	5.790,00
27	007.009.041	LIMPA VIDRO LÍQUIDO, FRASCO COM 500 ML, COM GATILHO Marca: URCA	UND	150	5,15	772,50
33	007.001.376	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO COM FOLHA DUPLA, NÃO RECICLADO, MACIO 10X300 M PCT COM 4 ROLOS Marca: VELUDO	PCT	2600	4,99	12.974,00
35	007.009.057	PEDRA PARA AFIAR COM DUAS CAMADAS (GROSSA E FINA) TIPO RETANGULAR, COM APROXIMAÇÕES DE: ESPESSURA: 25,4MM, LARGURA:50MM, COMPRIMENTO: 203MM, TIPO DE GRÃO ABRASIVO, CARBURETO DE SILÍCIO Marca: SERTÃO PLAST	UND	6	13,00	78,00
37	007.009.047	RODO COM 2 BORRACHAS, BASE MEDINDO 40 CM EM POLIPROPILENO, CABO DE MADEIRA, COM ENCAIXE ROSQUEADO Marca: BOM D'AGUA	UND	60	8,39	503,40
38	007.009.016	RODO COM 2 BORRACHAS, BASE MEDINDO 60 CM EM POLIPROPILENO, CABO DE MADEIRA, COM ENCAIXE ROSQUEADO	UND	80	14,99	1.199,20

		Marca: VOMINA				
41	007.001.804	SABÃO EM PÓ, EMBALAGEM DE 1 KG Marca: LABANDEIRA	UND	1300	5,49	7.137,00
44	010.001.213	SABONETE LIQUIDO 1000 ML Marca: MARILUX	UND	500	10,95	5.475,00
49	007.001.507	SHAMPOO PARA CABELOS NORMAIS 350 ML Marca: PALMOLIVE	UND	200	8,50	1.700,00
51	007.009.080	TAPETE, TAPETE ANTIDERRAPANTE. TAPETE, PISO, MATERIAL SUPERFÍCIE 100% ALGODÃO LISO, MATERIAL DA BASE DE POLIPROPILENO, COM REVESTIMENTO DE ESPUMA DE LÁTEX ANTIDERRAPANTE, DIMENSÕES 45 X 70 CM. PREFERENCIALMENTE COR ESCURA Marca: MILPLAST	UND	90	25,00	2.250,00
52	007.009.022	TOALHA DE BANHO TOALHA DE BANHO, TAMANHO PARA ADULTO, COMPOSIÇÃO DO TECIDO 100% ALGODÃO, PESANDO NO MININO 400 GR/M2, FELPUDA, MEDINDO (0,91X1,50) LISA COM COSTURA REFORÇADA, RESISTÊNCIA A LAVAGEM INDUSTRIAL, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO IMETRO, EMBALAGEM INDIVIDUALMENTE Marca: SANTISTA	UND	20	19,00	380,00
53	007.001.338	TOALHA DE ROSTO Marca: SANTISTA	UND	80	9,00	720,00
56	007.009.087	SABONETE LÍQUIDO COM VÁLVULA PUMP AROMAS DIVERSOS, ASPECTO FÍSICO CREMOSO, ACIDEZ PH NEUTRO, APLICAÇÃO BANHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEROLADO E GLICERINADO, COMPOSIÇÃO FÓRMULA BALANCEADA, DEIXANDO SUA PELE MACIA E PERFUMADA, 500 ML Marca: ESSENCIALI	UND	65	7,15	464,75
64	007.009.015	PENTE PARA CABELO – PENTE DE CARBONO, CABO FINO TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 20CM Marca: SANTA CLARA	UND	10	3,79	37,90
65	007.009.020	SABONETEIRA PLÁSTICA , TAMANHO 7CM DE LARGURA,11CM DE COMPRIMENTO E 4CM ALTURA Marca: PLASBERG	UND	5	3,50	17,50
Total do Proponente						65.503,55

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para posterior aquisição AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA A SEREM UTILIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente ARP terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2 – Durante o prazo de validade desta ARP, o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN** não será obrigado a firmar a(s) contratação(ões) que dela poderá(ão) advir, facultando-se a realização de licitação ou de contratação direta específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 – O preço registrado manter-se-á fixo e irreajustável durante a validade desta Ata de Registro de Preços - ARP, salvo em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe, previstos na Lei nº 8.666/93.

3.2 – Nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, o pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro de preço registrado nesta ARP, mediante solicitação fundamentada e aceita pelo ordenador de Despesa demandante.

3.3 – Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou da apresentação de nota(s) fiscal(is) de seu(s) fornecedor(es), datada(s) tanto do período da licitação quanto daquele da solicitação do reajustamento. Para fins de subsidiar a análise de atendimento à solicitação, o pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto cujo equilíbrio de preço esteja sendo pleiteado.

3.4 – Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

3.5 – Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN**, e os propostos pela(s) empresa(s) à época da realização do certame licitatório.

3.6 – Fica vedado à empresa registrada interromper o fornecimento no decorrer do trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – O preço ofertado pela empresa signatária da presente ARP é o especificado em sua proposta de preços, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL nº **0038/2019** – PMP.
4.2 – Em cada fornecimento decorrente desta ARP serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº **0038/2019** – PMP que a precedeu e a integra.

4.3 – O Fornecimento será recusado nos seguintes casos:

4.3.1 – Quando executado com especificações técnicas diferentes das contidas no edital de licitação;
4.3.2 – Quando apresentar qualquer problema durante a verificação de conformidade;

o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN**.

5. DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES.

5.1. DO PROPONENTE

Apresentar, no momento da contratação, gerência responsável / preposto em nome da CONTRATADA.
Entregar os itens no prazo, na forma e no local estabelecido neste Termo.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato/ ata de registro de preço em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;
Manter, durante toda a execução do contrato/ ata de registro de preço, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN

Emitir a nota de empenho;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

Exercer a fiscalização dos materiais entregues, na forma prevista na Lei n° 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato/ ata de registro de preço;

Efetuar o pagamento dos itens entregues nas condições estabelecidas neste Termo;

Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as respectivas especificações.

DO PRAZO DE ENTREGA, DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO

Os ítens deverão ser entregues no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho, em dias úteis, das 07:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00h das (horário local), no endereço:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
Rua José Vieira Mafaldo, 122 – Centro - CEP 59810-000, Portalegre/RN.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN fará a aquisição mediante a assinatura de Ordem de Compra e emissão de Nota de Empenho;
Como condição para a assinatura de Ordem de Compra e para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá estar em situação de regularidade junto ao SICAF ou possuir as pertinentes certidões comprobatórias de situação regular perante a Fazenda Federal, Seguro Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

É de inteira responsabilidade do fornecedor a entrega dos produtos, devendo observar prazos e especificações exigidas, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor;
Os materiais serão recebidos provisoriamente imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com as especificações;
O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação dos mesmos;
Caso os itens entregues estejam em desacordo com as especificações exigidas neste termo de referência ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados e devolvidos e a licitante vencedora será obrigada a substituí-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;
Somente após a verificação do enquadramento dos itens entregues nas especificações definidas no termo de referência e na proposta vencedora, dar-se-á o recebimento definitivo, por servidor responsável pelo setor de transporte ou por outro que venha a ser designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;
Os itens deverão ser entregues em perfeito estado e com plenas condições de uso;
A licitante vencedora, após receber a Ordem de Compra, obriga-se a efetuar a entrega dos itens e emitir nota fiscal nas quantidades e descrições estabelecidas na nota de empenho, obedecendo o prazo de entrega;
A Nota Fiscal, referente aos itens entregues, deverá conter a indicação do item, conforme a discriminação da Nota de Empenho, marca/modelo, quantidade e os preços unitário e total;
No preço apresentado pela licitante deverá estar inclusos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do contrato/ ata de registro de preço;

DA FORMA DE PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, seguindo o disposto na resolução 032/2016 do TCE/RN e suas alterações.

DA GARANTIA/ VALIDADE DOS PRODUTOS.

Em relação a todos os itens, aplicam-se ás disposições da Lei nº 8.078, de 11.09.1990, e alterações (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

e) advertência;
f) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
g) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a
Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
h) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único – A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.2. A inexecução do contrato, de que trata o item 9.1, é configurada pelo descumprimento total ou parcial das exigências contidas na cláusula quinta do Termo de Referência.

9.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.4. Ocorrendo a inexecução de que trata o item 9.1, reserva-se a o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN** o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Secretário Geral, para as providências cabíveis.

9.5. Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

9.6. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do ordenador de despesa da o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN**.

9.7. As multas a que se refere esta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN**, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1. Integram esta ARP, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº **0044/2019** – PMP e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) no certame anteriormente referenciado:

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, com a Resolução nº 004/2013–TCE, e, subsidiariamente, pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93.

10.3. Fica eleito o foro da Comarca de Portalegre/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Portalegre RN, 29 de agosto de 2019.

ASSINAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
CNPJ: 08.358.053/0001-90
MANOEL DE FREITAS NETO
CPF: 155.132.974-34
CONTRATANTE

PROPONENTE: MERCADINHO MIRAGEM LTDA
CPF/CNPJ: 11.939.808/0001-55
REPRESENTANTE:ANTONIO GOMES DE AMORIM

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:778FCC00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN, com sede na: Avenida Camila de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, CEP: 59.820-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.153.454/0001-04, neste ato representada por MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES, Prefeita Municipal, inscrita no CPF sob o n.º 289.106.054-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 033/2019 - PP, homologada em 29/08/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto Locação de softwares de protocolo e pesquisa de preços destinado ao atendimento das necessidades do Município de Riacho da Cruz/RN, especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao edital de *Pregão* nº 033/2019 - PP, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDORES:
INTELLGEST - INTELIGENCIA E GESTAO TECNOLOGICA LTDA - CNPJ: 29.856.088/0001-20, com sede na R MOREIRA PINTO, 003, CENTRO, Piquet Carneiro/CE.

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VENCEDORES:

1767 - INTELLGEST - INTELIGENCIA E GESTAO TECNOLOGICA LTDA (29.856.088/0001-20)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
1	13822 - LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE PROTOCOLO	MÊS	12	450,00	5.400,00
2	13823 - LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE PESQUISA DE PREÇOS	MÊS	12	550,00	6.600,00
3	13825 - IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE PROTOCOLO	SERVIÇO	1	1.500,00	1.500,00
4	13826 - IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE PESQUISA DE PREÇO	SERVIÇO	1	2.000,00	2.000,00
Total					15.500,00

VALIDADE DA ATA
A validade da Ata de Registro de Preços iniciará em 30/08/2019, tendo seu término em 30/08/2020, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).
REVISÃO E CANCELAMENTO
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do fornecedor será cancelado quando:
descumprir as condições da ata de registro de preços;
não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
por razão de interesse público; ou
a pedido do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, 30/08/2019.

ASSINATURAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
CNPJ/MF nº 08.153.454/0001-04
MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES
Prefeita Municipal
CPF n.º 289.106.054-72

FUTURA CONTRATADA

_____
INTELLGEST - INTELIGENCIA E GESTAO TECNOLOGICA LTDA
CNPJ: 29.856.088/0001-20

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:4092A57D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2212/2019

Pregao Presencial Nº 46/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN

Considerando, os atos praticados pela Pregoeira deste Município inclusive a expedição do ato adjudicatório;

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

HOMOLOGO o procedimento em favor da licitante:

Vencedor: AIRTON DA COSTA BATISTA - ME

Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR

Codigo	Item	Marca	Unid.	Vlr Unit.	Qtd.	Valor
21366	DISTRITO DE SANTA TEREZA - ASSENTAMENTO SAO MANOEL - SÍTIO RIACHAO - SÍTIO RUNFAO - SÍTIO MINEIRO - SÍTIO VALENCIA - DISTRITO DE SANTA TEREZA - ASSENTAMENTO SAO MANOEL		km	R$ 2,79	20.160	R$ 56.246,40
Total do Lote						**R$ 56.246,40**
Total do Vencedor						**R$ 56.246,40**

Vencedor: EWERTON TALLISSON DE CARVALHO TRANSPORTES

Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR

Codigo	Item	Marca	Unid.	Vlr Unit.	Qtd.	Valor
21376	EVENTUAL - MALHADA FUNDA - SITIO TAPUIA - SITIO SANTA MARIA - SÍTIO AVE MARIA - SITIO MULUNGU - DISTRITO SAO JOSE DA PASSAGEM		km	R$ 3,33	8.610	R$ 28.671,30
Total do Lote						**R$ 28.671,30**
Total do Vencedor						**R$ 28.671,30**

Vencedor: JOSE GARIBALDE GUIMARAES

Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR

Codigo	Item	Marca	Unid.	Vlr Unit.	Qtd.	Valor
21347	SÍTIO CRUZEIRO - SÍTIO SAO BENTO - SÍTIO RESIDENCIA - SÍTIO TUPA		km	R$ 1,89	11.340	R$ 21.432,60
21346	SANTANA DO MATOS - SAO MIGUEL - SÍTIO JAU - FAZENDA PEDRA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 1,89	12.600	R$ 23.814,00
21344	SANTANA DO MATOS - SÍTIO BARRO VERMELHO - SÍTIO CASACA - SÍTIO MANOEL DIAS - RUA MARIA LIQUINHA DA SILVA, ALTO DA BOA VISTA, Nº 38 - SANTANA DO MATOS		km	R$ 1,97	19.320	R$ 38.060,40
Total do Lote						**R$ 83.307,00**
Total do Vencedor						**R$ 83.307,00**

Vencedor: PERFORMANCE RENT A CAR EIRELI

1

Pregao Presencial Nº 46/2019

Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR

Codigo	Item	Marca	Unid.	Vlr Unit.	Qtd.	Valor
21368	SÍTIO BATUQUE - SITIO SOBRADINHO - SITIO BOA VISTA DE BAIXO - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 2,58	13.860	R$ 35.758,80
21369	SITIO BOA VISTA DE CIMA - SITIO MALHADINHA - SÍTIO FORQUILHA - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 2,99	16.380	R$ 48.976,20
21370	SÍTIO RIACHO DE SALINA - SÍTIO RIACHO DA ROCA - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 2,90	11.760	R$ 34.104,00
21367	SÍTIO FORQUILHA I - SÍTIO SANTA LUZIA - SÍTIO VALENCA - SÍTIO CACHUEIRINHA - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 3,00	21.000	R$ 63.000,00
21363	SÍTIO PEDRA BRANCA - ASSENTAMENTO SANTA MARIA - DIST. SAO JOSE DA PASSAGEM		km	R$ 2,15	13.440	R$ 28.896,00
21364	SÍTIO TOSTADO DE BENGA - SÍTIO TOSTADO DE TEIXEIRAS - SÍTIO CACIMBA DO MEIO - DIST. SAO JOSE DA PASSAGEM (ENTRADA EM RAIMUNDO BORGES)		km	R$ 2,21	9.450	R$ 20.884,50
21365	SÍTIO OSCAR NELSON - SÍTIO SAO GREGORIO - SÍTIO BARROCA FUNDA - SÍTIO CONCEICAO DO ABRIGO - SÍTIO OSCAR NELSON - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 3,32	21.000	R$ 69.720,00
21375	EVENTUAL - DISTRITO SAO JOSE DA PASSAGEM - SITIO RESIDENCIA - SITIO BOM JESUS - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	15.960	R$ 62.244,00
21377	EVENTUAL - SITIO TAPUIA - SITIO SANTA MARIA - SÍTIO AVE MARIA - SITIO MULUNGU - DISTRITO SAO JOSE DA PASSAGEM.		km	R$ 2,75	8.610	R$ 23.677,50
21378	EVENTUAL - SITIO MINEIRO - SITIO RIACHO DA PORTA - SITIO RUNFAO - SITIO BOM SUCESSO - SITIO TAPUIA - SITIO TIROL - SITIO VARZINHA - SITIO CARRAPATEIRA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	16.800	R$ 65.520,00
21374	EVENTUAL - SÍTIO BELO MONTE - PALESTINA I - PALESTINA II - DISTRITO BARAO DE SERRA BRANCA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	23.100	R$ 90.090,00
21371	EVENTUAL - SITIO RUNFAO - SITIO BOM SUCESSO - SITIO TAPUIA - SITIO TIROL - SITIO VARZINHA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 2,59	8.400	R$ 21.756,00

21372	EVENTUAL: SITIO CAMARÃO - SITIO MACACOS - SITIO QUIXABA - SITIO LAJES - SITIO CAMARÃO - SITIO CACIMBA DOCE - SITIO SERRA DO GADO-SITIO CACIMBA DE BAIXO - SITIO RIACHO SALGADO - SITIO PINTURAS - SITIO COROAS LIMPAS - SITIO BOM JESUS - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,37	12.810	R$ 43.169,70
21373	EVENTUAL - SÍTIO GUEDES - SÍTIO PIMENTEIRA - SÍTIO CABUGI - SÍTIO CABUGI CHA - ASSENTAMENTO ACAUA		km	R$ 2,98	21.000	R$ 62.580,00
21362	SÍTIO SAO JOSE VELHO - DISTRITO DE SAO JOSE DA PASSAGEM		km	R$ 1,98	9.660	R$ 19.126,80
21352	SÍTIO RIACHO DO MUNFUMBO -SÍTIO CAICARA DO MEIO- SÍTIO JUAZEIRO - BOM JESUS		km	R$ 3,37	16.380	R$ 55.200,60
21353	SÍTIO CAIÇARA DE BAIXO - SÍTIO CAIÇARA DO MEIO - SÍTIO COROAS LIMPAS - SÍTIO BOM JESUS - SANTANA DO MATOS		km	R$ 1,98	9.450	R$ 18.711,00
21354	SÍTIO CURICACA - BAIXA DO SÍTIO - SÍTIO CINCO CANTOS, ASSENTAMENTO ACAUA - UMARIZEIRO DE CIMA - ASSENTAMENTO ACAUA - SÍTIO CABUGI - ASSENTAMENTO ACAUA		km	R$ 1,98	28.560	R$ 56.548,80
21351	SÍTIO QUIXABA - SÍTIO RIACHO FECHADO - SÍTIO MACACOS - SÍTIO CAMARAO - SÍTIO MACACOS		km	R$ 1,98	8.610	R$ 17.047,80
21348	SÍTIO VARZINHA - SÍTIO PAU-A- PIQUE - SÍTIO SAO PAULO - SÍTIO VARZINHA - SÍTIO PAU-A-PIQUE		km	R$ 1,98	7.140	R$ 14.137,20
21349	SITIO TIROL - SITIO RIACHO FUNDO - SÍTIO GLORIA - SÍTIO VARZINHA		km	R$ 2,59	9.240	R$ 23.931,60
21350	SÍTIO MINEIRO DA BARRA - SÍTIO CURRAL VELHO - SÍTIO RIACHO VERDE - SÍTIO RETIRO		km	R$ 1,98	5.040	R$ 9.979,20
21359	SÍTIO CARRINHO - SÍTIO MONTES CLAROS - SÍTIO PIRICO - SÍTIO MULUNGU - DISTRITO BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 3,06	18.060	R$ 55.263,60
21360	SÍTIO PONTA DE SERRA - SÍTIO SANTO ANTONIO - SERROTES BRANCOS- (CHICO DE MIGUEL) - DISTRITO DE BARAO DE SERRA BRANCA - SÍTIO PIRICO - SÍTIO MULUNGU		km	R$ 2,59	9.030	R$ 23.387,70
21361	ASSENTAMENTO PALESTINA I - ASSENTAMENTO PALESTINA II- DIST. DE BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 1,98	2.100	R$ 4.158,00
21358	SÍTIO CARACOL - SÍTIO BARAO DE SERRA BRANCA - SÍTIO PALESTINA I - SÍTIO BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 1,98	13.440	R$ 26.611,20
21355	SÍTIO MONTE VIDEL - SÍTIO PIXORE DE BAIXO - SÍITO PIXORE DE AURINO - FAZENDA DE NECO - RN 043 - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	16.590	R$ 64.701,00
21356	SÍTIO PIROXÉ DE BAIXO- SÍTIO MONTE VIDEL - SÍTIO SERRA - SÍTIO PIXORÉ DE CIMA - SÍTIO PIXORÉ DA CAPELA		km	R$ 2,08	9.240	R$ 19.219,20
21357	SÍTIO BARROCAS - SÍTIO NOVO - DIST. BARÃO DE SERRA BRANCA - SÍTIO TRAPIÁ - SÍTIO CROAS - DIST. BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 1,98	13.650	R$ 27.027,00
Total do Lote						**R$ 1.105.427,40**
Total do Vencedor						**R$ 1.105.427,40**

2

Pregao Presencial Nº 46/2019

Valor Total da Contratação R$ 1.273.652,10. Assim cumprindo na integra o instrumento convocatório.

CONVOQUE-SE as empresas acima mencionadas para as assinaturas das Atas de Registro de Preço e dos Contratos Administrativos.

Santana do Matos-quinta-feira, 30 de agosto de 2019

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:F7A92956

PREGOEIRA/EQUIPE APOIO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2212/2019

Pregao Presencial Nº 46/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN:

CONSIDERANDO, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

CONSIDERANDO, que após os lances e negociações diretas com esta Pregoeira, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.

CONSIDERANDO, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

CONSIDERANDO, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da licitante:

Vencedor: AIRTON DA COSTA BATISTA - ME						
Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR						
Codigo	**Item**	**Marca**	**Unid.**	**Vlr Unit.**	**Qtd.**	**Valor**
21366	DISTRITO DE SANTA TEREZA - ASSENTAMENTO SAO MANOEL - SÍTIO RIACHAO - SÍTIO RUNFAO - SÍTIO MINEIRO - SÍTIO VALENCIA - DISTRITO DE SANTA TEREZA - ASSENTAMENTO SAO MANOEL		km	R$ 2,79	20.160	R$ 56.246,40
Total do Lote						**R$ 56.246,40**
Total do Vencedor						**R$ 56.246,40**

Vencedor: EWERTON TALLISSON DE CARVALHO TRANSPORTES

Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR

Codigo	Item	Marca	Unid.	Vlr Unit.	Qtd.	Valor
21376	EVENTUAL - MALHADA FUNDA - SITIO TAPUIA - SITIO SANTA MARIA - SÍTIO AVE MARIA - SITIO MULUNGU - DISTRITO SAO JOSE DA PASSAGEM		km	R$ 3,33	8.610	R$ 28.671,30
Total do Lote						**R$ 28.671,30**
Total do Vencedor						**R$ 28.671,30**

Vencedor: JOSE GARIBALDE GUIMARAES

Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR

Codigo	Item	Marca	Unid.	Vlr Unit.	Qtd.	Valor
21347	SÍTIO CRUZEIRO - SÍTIO SAO BENTO - SÍTIO RESIDENCIA - SÍTIO TUPA		km	R$ 1,89	11.340	R$ 21.432,60
21346	SANTANA DO MATOS - SAO MIGUEL - SÍTIO JAU - FAZENDA PEDRA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 1,89	12.600	R$ 23.814,00
21344	SANTANA DO MATOS - SÍTIO BARRO VERMELHO - SÍTIO CASACA - SÍTIO MANOEL DIAS - RUA MARIA LIQUINHA DA SILVA, ALTO DA BOA VISTA, Nº 38 - SANTANA DO MATOS		km	R$ 1,97	19.320	R$ 38.060,40
Total do Lote						**R$ 83.307,00**

1

Pregao Presencial Nº 46/2019

Total do Vencedor	**R$ 83.307,00**

Vencedor: PERFORMANCE RENT A CAR EIRELI

Lote 1 - TRANSPORTE ESCOLAR

Codigo	Item	Marca	Unid.	Vlr Unit.	Qtd.	Valor
21368	SÍTIO BATUQUE - SITIO SOBRADINHO - SITIO BOA VISTA DE BAIXO - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 2,58	13.860	R$ 35.758,80
21369	SITIO BOA VISTA DE CIMA - SITIO MALHADINHA - SÍTIO FORQUILHA - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 2,99	16.380	R$ 48.976,20
21370	SÍTIO RIACHO DE SALINA - SÍTIO RIACHO DA ROCA - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 2,90	11.760	R$ 34.104,00
21367	SÍTIO FORQUILHA I - SÍTIO SANTA LUZIA - SÍTIO VALENCA - SÍTIO CACHUEIRINHA - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 3,00	21.000	R$ 63.000,00
21363	SÍTIO PEDRA BRANCA - ASSENTAMENTO SANTA MARIA - DIST. SAO JOSE DA PASSAGEM		km	R$ 2,15	13.440	R$ 28.896,00
21364	SÍTIO TOSTADO DE BENGA - SÍTIO TOSTADO DE TEIXEIRAS - SÍTIO CACIMBA DO MEIO - DIST. SAO JOSE DA PASSAGEM (ENTRADA EM RAIMUNDO BORGES)		km	R$ 2,21	9.450	R$ 20.884,50
21365	SÍTIO OSCAR NELSON - SÍTIO SAO GREGORIO - SÍTIO BARROCA FUNDA - SÍTIO CONCEICAO DO ABRIGO - SÍTIO OSCAR NELSON - DISTRITO DE SANTA TEREZA		km	R$ 3,32	21.000	R$ 69.720,00
21375	EVENTUAL - DISTRITO SAO JOSE DA PASSAGEM - SITIO RESIDENCIA - SITIO BOM JESUS - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	15.960	R$ 62.244,00
21377	EVENTUAL - SITIO TAPUIA - SITIO SANTA MARIA - SÍTIO AVE MARIA - SITIO MULUNGU - DISTRITO SAO JOSE DA PASSAGEM.		km	R$ 2,75	8.610	R$ 23.677,50
21378	EVENTUAL - SITIO MINEIRO - SITIO RIACHO DA PORTA - SITIO RUNFAO - SITIO BOM SUCESSO - SITIO TAPUIA - SITIO TIROL - SITIO VARZINHA - SITIO CARRAPATEIRA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	16.800	R$ 65.520,00
21374	EVENTUAL - SÍTIO BELO MONTE - PALESTINA I - PALESTINA II - DISTRITO BARAO DE SERRA BRANCA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	23.100	R$ 90.090,00
21371	EVENTUAL - SITIO RUNFAO - SITIO BOM SUCESSO - SITIO TAPUIA - SITIO TIROL - SITIO VARZINHA - SANTANA DO MATOS		km	R$ 2,59	8.400	R$ 21.756,00
21372	EVENTUAL: SITIO CAMARÃO - SITIO MACACOS - SITIO QUIXABA - SITIO LAJES - SITIO CAMARÃO - SITIO CACIMBA DOCE - SITIO SERRA DO GADO-SITIO CACIMBA DE BAIXO - SITIO RIACHO SALGADO - SITIO PINTURAS - SITIO COROAS LIMPAS - SITIO BOM JESUS - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,37	12.810	R$ 43.169,70
21373	EVENTUAL - SÍTIO GUEDES - SÍTIO PIMENTEIRA - SÍTIO CABUGI - SÍTIO CABUGI CHA - ASSENTAMENTO ACAUA		km	R$ 2,98	21.000	R$ 62.580,00
21362	SÍTIO SAO JOSE VELHO - DISTRITO DE SAO JOSE DA PASSAGEM		km	R$ 1,98	9.660	R$ 19.126,80
21352	SÍTIO RIACHO DO MUNFUMBO -SÍTIO CAICARA DO MEIO- SÍTIO JUAZEIRO - BOM JESUS		km	R$ 3,37	16.380	R$ 55.200,60
21353	SÍTIO CAIÇARA DE BAIXO - SÍTIO CAIÇARA DO MEIO - SÍTIO COROAS LIMPAS - SÍTIO BOM JESUS - SANTANA DO MATOS		km	R$ 1,98	9.450	R$ 18.711,00
21354	SÍTIO CURICACA - BAIXA DO SÍTIO - SÍTIO CINCO CANTOS, ASSENTAMENTO ACAUA - UMARIZEIRO DE CIMA - ASSENTAMENTO ACAUA - SÍTIO CABUGI - ASSENTAMENTO ACAUA		km	R$ 1,98	28.560	R$ 56.548,80
21351	SÍTIO QUIXABA - SÍTIO RIACHO FECHADO - SÍTIO MACACOS - SÍTIO CAMARAO - SÍTIO MACACOS		km	R$ 1,98	8.610	R$ 17.047,80
21348	SÍTIO VARZINHA - SÍTIO PAU-A- PIQUE - SÍTIO SAO PAULO - SÍTIO VARZINHA - SÍTIO PAU-A-PIQUE		km	R$ 1,98	7.140	R$ 14.137,20
21349	SITIO TIROL - SITIO RIACHO FUNDO - SÍTIO GLORIA - SÍTIO VARZINHA		km	R$ 2,59	9.240	R$ 23.931,60
21350	SÍTIO MINEIRO DA BARRA - SÍTIO CURRAL VELHO - SÍTIO RIACHO VERDE - SÍTIO RETIRO		km	R$ 1,98	5.040	R$ 9.979,20
21359	SÍTIO CARRINHO - SÍTIO MONTES CLAROS - SÍTIO PIRICO - SÍTIO MULUNGU - DISTRITO BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 3,06	18.060	R$ 55.263,60
21360	SÍTIO PONTA DE SERRA - SÍTIO SANTO ANTONIO - SERROTES BRANCOS- (CHICO DE MIGUEL) - DISTRITO DE BARAO DE SERRA BRANCA - SÍTIO PIRICO - SÍTIO MULUNGU		km	R$ 2,59	9.030	R$ 23.387,70
21361	ASSENTAMENTO PALESTINA I - ASSENTAMENTO PALESTINA II- DIST. DE BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 1,98	2.100	R$ 4.158,00
21358	SÍTIO CARACOL - SÍTIO BARAO DE SERRA BRANCA - SÍTIO PALESTINA I - SÍTIO BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 1,98	13.440	R$ 26.611,20
21355	SÍTIO MONTE VIDEL - SÍTIO PIXORE DE BAIXO - SÍITO PIXORE DE AURINO - FAZENDA DE NECO - RN 043 - SANTANA DO MATOS		km	R$ 3,90	16.590	R$ 64.701,00

2

Pregao Presencial Nº 46/2019

21356	SÍTIO PIROXÉ DE BAIXO- SÍTIO MONTE VIDEL - SÍTIO SERRA - SÍTIO PIXORÉ DE CIMA - SÍTIO PIXORÉ DA CAPELA		km	R$ 2,08	9.240	R$ 19.219,20
21357	SÍTIO BARROCAS - SÍTIO NOVO - DIST. BARÃO DE SERRA BRANCA - SÍTIO TRAPIÁ - SÍTIO CROAS - DIST. BARAO DE SERRA BRANCA		km	R$ 1,98	13.650	R$ 27.027,00
Total do Lote						**R$ 1.105.427,40**
Total do Vencedor						**R$ 1.105.427,40**

Valor Total da Contratação R$ 1.273.652,10

Encaminhe-se o presente processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para deliberação superior.

Santana do Matos-quinta-feira, 29 de agosto de 2019

FRANCISCA LIANE DE ARAUJO ALVES
Pregoeira

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:9459B5E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR 007/2019

DECRETO Nro 00007/19, de 01 de Julho de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Santana do Seridó , o crédito suplementar no valor de R$ 794.330,00 (Setecentos e Noventa e Quatro Mil, Trezentos e Trinta Reais) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Santana do Seridó no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 00556/18

D E C R E T A :

Art. 1o -Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 794.330,00 (Setecentos e Noventa e Quatro Mil, Trezentos e Trinta Reais) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :

I - R$794.330,00 (Setecentos e Noventa e Quatro Mil, Trezentos e Trinta Reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santana do Seridó, em 01 de Julho de 2019

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR
ANEXO I a que se refere o DECRETO 00007/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 00556/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 02.	Gabinete do Prefeito		
04 122 0002 2.003	Custeio das Atividades do Gabinete do Prefeito		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
10010000	Recursos Ordinários		
		Anul.dotação	5.000,00
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
10010000	Recursos Ordinários		
		Anul.dotação	16.000,00
TOTAL Gabinete do Prefeito			21.000,00
PARA:			
02 08.	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer		
27 812 0041 2.017	Custeio das Atividades Desportivas e de Lazer		
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
10010000	Recursos Ordinários		
		Anul.dotação	9.500,00
27 812 0041 2.018	Cobertura de Quadra de Esporte e Lazer		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
10010000	Recursos Ordinários		
		Anul.dotação	30.000,00
TOTAL Secretaria Municipal de Esporte e Laz			39.500,00
PARA:			
02 09.	Secret Munic de Agricult, Recursos Div		
20 605 0043 2.020	Custeio das Atividades da Secretaria de Agricultura		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
10010000	Recursos Ordinários		
		Anul.dotação	55.000,00
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
10010000	Recursos Ordinários		
		Anul.dotação	22.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		

10010000	Recursos Ordinários		
		Anul.dotação	3.100,00
20 605 0057 1.009	Construção e Equipagem de Abatedouro Público		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15100000	Outros Convênios da União		
		Anul.dotação	82.000,00

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00007/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 00556/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
TOTAL Secret Munic de Agricult, Recursos Di			162.100,00
PARA:			
02 13.	Fundo Municipal de Educação		
12 122 0018 2.025	Custeio das Atividades do Fundo Municipal de Educação		
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
11110000	Receita de Imposto e Trans. - Educação		
		Anul.dotação	105.000,00
3.3.90.30.00	Material de consumo		
11110000	Receita de Imposto e Trans. - Educação		
		Anul.dotação	17.000,00
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
11110000	Receita de Imposto e Trans. - Educação		
		Anul.dotação	134.000,00
TOTAL Fundo Municipal de Educação			256.000,00
PARA:			
02 14.	Fundo Municipal de Assistência Social		
08 122 0103 2.072	Manut.da Sec.Mun.de Assist.Soc.,Habit.e Trabalho		
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
13900000	Outros Recursos à Assistência Social		
		Anul.dotação	2.000,00
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13900000	Outros Recursos à Assistência Social		
		Anul.dotação	12.000,00
3.3.90.48.00	Outros aux. finan. a pessoas físicas		
13900000	Outros Recursos à Assistência Social		
		Anul.dotação	1.000,00
08 244 0106 2.073	Manut.das Ações dos Serv.de Prot.Soc.Bas		
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
13110000	Transferência de Recursos do FNAS		
		Anul.dotação	30.000,00
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recursos do FNAS		
		Anul.dotação	6.200,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
13110000	Transferência de Recursos do FNAS		
		Anul.dotação	530,00
TOTAL Fundo Municipal de Assistência Social			51.730,00
PARA:			
02 15.	Fundo Municipal de Saúde		
10 301 0035 2.050	Custeio das Atividades do Fundo		
	Municipal de Saúde		
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
12110000	Receita de Imposto e Trans. - Saúde		
		Anul.dotação	99.000,00

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00007/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 00556/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
10 301 0053 2.053	Custeio das Atividades da Atenção Básica		
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
12140000	Transferência SUS Bloco de Custeio		
		Anul.dotação	150.000,00
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
12140000	Transferência SUS Bloco de Custeio		
		Anul.dotação	5.000,00
21 302 0070 2.055	Custeio das Atividades da Média e Alta Complexidade-MAC		
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
12140000	Transferência SUS Bloco de Custeio		
		Anul.dotação	10.000,00
TOTAL Fundo Municipal de Saúde			264.000,00
TOTAL GERAL			794.330,00

Santana do Seridó, 01 de Julho de 2019.

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00007/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 00556/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 02.	Gabinete do Prefeito		
04 092 0003 2.002	Custeio das Atividades da Procuradoria Geral do Município		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
10010000	Recursos Ordinários		
			40.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
10010000	Recursos Ordinários		
			11.330,00
04 122 0002 2.003	Custeio das Atividades do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
10010000	Recursos Ordinários		
			40.000,00
04 124 0004 2.004	Custeio das Atividades da Controladoria Geral do Municipio		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
10010000	Recursos Ordinários		
			20.000,00
TOTAL Gabinete do Prefeito			111.330,00
DE:			
02 03.	Secretaria Municipal de Administração		
04 122 0006 2.005	Custeio das Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
10010000	Recursos Ordinários		
			30.000,00
TOTAL Secretaria Municipal de Administração			30.000,00
DE:			
02 08.	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer		
27 812 0041 2.017	Custeio das Atividades Desportivas e de Lazer		
3.1.90.04.00	Contratação por tempo determinado		
10010000	Recursos Ordinários		
			10.000,00
TOTAL Secretaria Municipal de Esporte e Laz			10.000,00

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00007/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 00556/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 09.	Secret Munic de Agricult, Recursos Div		
20 544 0044 1.007	Construção e Ampliação de Açudes e Barragens Submersas		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15100000	Outros Convênios da União		
			50.000,00
20 605 0043 2.020	Custeio das Atividades da Secretaria de Agricultura		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
10010000	Recursos Ordinários		
			30.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
10010000	Recursos Ordinários		
			25.000,00
TOTAL Secret Munic de Agricult, Recursos Di			105.000,00
DE:			
02 11.	Secret Munic de Obras e Serv Urbanos		
15 452 0048 2.022	Custeio das Atividades da Secretaria de Obras e Infraestrutura		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
10010000	Recursos Ordinários		
			130.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
10010000	Recursos Ordinários		
			150.000,00
TOTAL Secret Munic de Obras e Serv Urbanos			280.000,00
DE:			
02 13.	Fundo Municipal de Educação		
12 361 0026 2.031	Custeio do FUNDEB 40%-Ensino Fundamental		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
11130000	Transferência do FUNDEB 40%		
			50.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
11130000	Transferência do FUNDEB 40%		
			50.000,00
12 365 0061 2.039	Custeio das Atividades do FUNDEB 40% - Ensino Infantil e Creche		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
11130000	Transferência do FUNDEB 40%		
			98.000,00

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00007/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 00556/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
TOTAL Fundo Municipal de Educação			198.000,00
DE:			
02 15.	Fundo Municipal de Saúde		
10 301 0036 2.012	Manutenção das Atividades da Saúde Bucal		
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
12140000	Transferência SUS Bloco de Custeio		
			30.000,00
10 301 0036 2.013	Çusteio das Atividades do Programa		
	Agentes Comunitários de Saúde		
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
12140000	Transferência SUS Bloco de Custeio		
			30.000,00
TOTAL Fundo Municipal de Saúde			60.000,00
TOTAL GERAL			794.330,00

Santana do Seridó, 01 de Julho de 2019.

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:7DDAC817

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
LICITAÇÃO N. º 0232019 ATO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DOS SERVIÇOS DE SOLDA EM GERAL E APONTAMENTO DE FERRAMENTAS
MODALIDADE: Pregão Presencial

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

EDRIANO DA SILVA ARAUJO 04914181401						19.312.163/0001-38
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
5216	SOLDA - 02 PONTOS	UND		800.00	20.00	16000.00
5217	SOLDA - 03 PONTOS	UND		800.00	29.90	23920.00
Total						39.920,00
FRANCISCO SALES DE MEDEIROS 37872443449						30.294.535/0001-83
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
5215	SOLDA - 01 PONTO	UND		800.00	9.99	7992.00
5218	APONTAMENTO DE PICARETA	UND		500.00	10.87	5435.00
5219	APONTAMENTO DE ALAVANCA	UND		500.00	21.99	10995.00
5220	APONTAMENTO DE CHIBANCA	UND		500.00	10.87	5435.00
5221	SOLDA DE 09 TUBOS DE 1,90M EM 04 TUBOS DE 3 M NA CONFECÇÃO DE GRADE PARA MATA-BURRO	UND		50.00	67.95	3397.50
Total						33.254,50

Valor total da contratação 73.174,50 (SETENTA E TRES MIL, CENTO E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
Encaminhe o processo a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para deliberação superior.

São José do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019.

ADILSON DE AZEVEDO ARAÚJO
Pregoeiro em Substituição

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:D630811B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
LICITAÇÃO N. º 0232019 ATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DOS SERVIÇOS DE SOLDA EM GERAL E APONTAMENTO DE FERRAMENTAS

MODALIDADE: Pregão Presencial

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

EDRIANO DA SILVA ARAUJO 04914181401			19.312.163/0001-38			
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
5216	SOLDA - 02 PONTOS	UND		800.00	20.00	16000.00
5217	SOLDA - 03 PONTOS	UND		800.00	29.90	23920.00
Total						39.920,00
FRANCISCO SALES DE MEDEIROS 37872443449			30.294.535/0001-83			
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
5215	SOLDA - 01 PONTO	UND		800.00	9.99	7992.00
5218	APONTAMENTO DE PICARETA	UND		500.00	10.87	5435.00
5219	APONTAMENTO DE ALAVANCA	UND		500.00	21.99	10995.00
5220	APONTAMENTO DE CHIBANCA	UND		500.00	10.87	5435.00
5221	SOLDA DE 09 TUBOS DE 1,90M EM 04 TUBOS DE 3 M NA CONFECÇÃO DE GRADE PARA MATA-BURRO	UND		50.00	67.95	3397.50
Total						33.254,50

Valor total da contratação 73.174,50 (SETENTA E TRES MIL, CENTO E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) CONVOQUEM-SE a(s) empresa(s) acima mencionada para a assinatura da ata de registro de preços.

São José do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:36108479

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115 /2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019 CONVOCA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ATUAREM COMO MESÁRIOS E ESCRUTINADORES NO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN QUE OCORR

CNPJ: 01.612.396/0001-90
Avenida dos Arrecifes, nº 1710 – Centro São Miguel do Gostoso/RN – CEP 59.585-000
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115 /2019, de 26 de agosto de 2019
Convoca servidores públicos municipais para atuarem como mesários e escrutinadores no Processo de Escolha Unificado dos membros do Conselho Tutelar de São Miguel do Gostoso/RN que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019 e dá outras providências.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os candidatos inscritos e homologados para concorrerem ao cargo de Conselheiro Tutelar através do Processo Unificado de Escolha que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019, aos fiscais, eleitores em geral e aos demais interessadosque virem a presente portaria ou dela tiverem conhecimento, que por este ato ficam convocados os servidores públicos municipais cujos nomes, números dos títulos eleitorais e respectivas funções encontram-se no Anexo I e II desta portaria, para atuarem como mesários e escrutinadores no referido certame.
Art. 1º. O Decreto Executivo Municipal Nº 53/2019, de 26 de agosto de 2019 normatiza as concessões e procedimentos para que os servidores públicos municipais convocados por este ato façam jus as folgas compensatóriaspelos serviços prestados em virtude de sua participação no Processo Unificado de Escolha de que trata a presente portaria.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, em 26 de agosto de 2019

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO -I DA PORTARIA Nº 115, DE 26 DE AGOSTOS DE 2019, QUE TRATA DA NOMEAÇÃO DOS MESÁRIOS QUE IRÃO ATUAR NO PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR QUE OCORRERÁ NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2019:

Nº Ord.	NOMES	TÍTULO ELEITORAL Nº	MESA RECEPTORA Nº:	FUNÇÃO
01	ADRIANA FELIPE DA SILVA	01.831.570.16/43	1	Presidente
02	NIKELANDIA MICARLA BEZERRA DE FARIAS	03.338.816.16/43	1	1º mesário
03	ALANA CRISTINA TAVARES FRANCISCO	02.690.356.16/35	2	Presidente

04	PAULO EDUARDO SILVA	01.578.722.16/27	2	1º mesário
05	ANA KAROLINE QUERINO DE FRANCA	02.745.842.16/35	3	Presidente
06	RAFAEL TIAGO CARVALHO DA COSTA	02.865.781.16/00	3	1º mesário
07	MARCELO GUSTAVO DA CRUZ RODRIGUE	02.690.116.16/19	4	Presidente
08	REJANE MARIA DA SILVA	02.139.733.16/35	4	1º mesário
09	CLÁUDIO KANINJA FREIRE SOARES	02.893.385.16/00	5	Presidente
10	SUELEIDE CIRINO DOS ANJOS	02.139.227.16/78	5	1º mesário
11	CLEDNA BORGES BEZERRA	02.139.212.16/94	6	Presidente
12	ADAILTON CARLOS SOARES LUCAS	01.464.225.16/51	6	1º mesário
13	CLEONICE TEIXEIRA DA SILVA	01.478.311.16/86	7	Presidente
14	ARIANA KARDINALY ARAUJO DAMASCENO	02.744.770.16/78	7	1º mesário
15	JOEL GOMES DA COSTA	01.814.754.16/27	8	Presidente
16	BIANCA MARIA RIBEIRO DA SILVA	03.091.973.16/86	8	1º mesário
17	KATIA MARIA PAULINO DA SILVA	01.767.421.16/27	9	Presidente
18	EDER CARDOSO DA SILVA	02.087.876.16/19	10	1º mesário
19	KATIA RANIELE DE OLIVEIRA ROCHA	03.062.149.16/60	10	Presidente
20	EDUARDO NERI DE MELO	00.439.792.16/43	10	1º mesário
21	MARIA BRUNA FELIPE DA SILVA	02.690.596.16/51	11	Presidente
22	FABIANA RIBEIRO DE BRITO.	01.471.857.16/00	11	1º mesário
23	MARTA DOMINGOS GOMES	01.477.015.16/60	12	Presidente
24	IRANILDO BEZERRA DA SILVA	01.767.888.16/94	12	1º mesário
25	FRANCISCA IZANILDA DA SILVA FERREIRA.	01.480.615.16/00	-X-	SUPLENTE
26	FRANCISCO AGTONIO BEZERRA	00.038.187.16/00	-X-	SUPLENTE
27	JENIFFER LIMA BARBOSA DO NASCIMENTO	03.268.550.16/51	-X-	SUPLENTE
28	LUANA BARBOSA DA SILVA	03.338.937.16/35	-X-	SUPLENTE
29	MANOEL ERONIS RICARDO DA SILVA	01.832.121.16/60	-X-	SUPLENTE
30	PAULO CÉSAR MARTINIANO DA COSTA FILHO	02.865.686.16/51	-X-	SUPLENTE

ANEXO -II DA PORTARIA Nº 115, DE 26 DE AGOSTOS DE 2019, QUE TRATA DA NOMEAÇÃO DOS ESCRUTINADORES QUE IRÃO ATUAR NA APURAÇÃO DOS VOTOS DO PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR QUE OCORRERÁ NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2019:

Nº Ord.	NOMES	TÍTULO ELEITORAL Nº
01	ERIMARCIO CORREIA VIEIRA	01.815.131.16/00
02	HOSANA SIPRIANO DA ROCHA FEITOSA	02.186.195.16/19
03	VIVIANE GOMES MONTEIRO	01.964.008.16/00
04	RAQUEL VIEIRA RIBEIRO	02.865.713.16/60
05	JOZIENE TEIXEIRA DA SILVA	01.814.250.16/86
06	NADIA CRISTINA CARDOSO VENANCIO PINHEIRO	01.768.123.16/51
07	MARLUCE SILVA DOS SANTOS MARIANO	02.007.231.16/78
08	CARLOS TAVARES DA SILVA	02.139.200.16/51
09	CLEBIA NAARA RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA	02.999.610.16/43
10	FRANCISCO HILDO CAMARA DO NASCIMENTO	02.006.846.16/86
11	MARIA ILZA DA SILVA	02.139.582.16/94
12	MARIA SILVANI GOMES DA SILVA	02.139.894.16/19
13	RHADIMILA VIEIRA GOMES	02.690.342.16/35
14	TARCISIO GOMES VIEIRA.	00.440.026.16/78
15	VIVIANE GOMES MONTEIRO	01.964.008.16/00

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:32EB8B0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO N° 101/2019

DECRETO Nº 101, DE 30 de agosto de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra do Mel/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 30 de agosto de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.000,00**
04 .002 Fundo Mun.de Assist.Soc de Serra do Mel					**20.000,00**
	2083 Manutenção dos Serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**20.000,00**
04 .002 Fundo Mun.de Assist.Soc de Serra do Mel					**20.000,00**
	2085 Manutenção das Atividades do Cadastro Único/Programa Bolsa Família				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	20.000,00

Serra do Mel/RN, 30 de agosto de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:18DB3C3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PP Nº 037-2019

LICITAÇÃO N.º PP0372019
OBJETO: Aquisição gradativa de fardamento para a secretaria Municipal de Saúde
MODALIDADE: Pregao
ATO DE ADJUDICAÇÃO
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520./2002.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

INDUSTRIA DE CONFECCOES STARRETT LTDA - ME						03.612.070/0001-99
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
910177	Camisa polo, manga curta, malha piquett 50% algodão poliéster cores variadas com pinturas serigráficas o símbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria de saúde (9cm) e a função tamanhos variados	UNID	STARRETT	150.00	41.75	6262.50
910179	Camisa gola v, manga curta com punho malha 100% algodão (MATESA) cores variadas com pinturas serigráficas frente (25cm) referente a curso de qualificação, o simbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria de saúde (9cm) costas, tamanhos variados.	UNID	STARRETT	225.00	31.69	7130.25
Total						13392.75
A NOVA SOLUÇÃO EIRELI						70.157.680/0001-37
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
910180	Camisa regata malha 100% algodão (MATESA) cores variadas com pinturas serigráficas frente (25cm) referente a curso de qualificação, o simbolo do município (9cm) o símbolo da secretaria municipal de saúde.	UNID	NOVA SOLUÇÃO	200.00	29.75	5950.00
910181	Jalecos oxfords 100% poliéster branco, manga longa, 3 bolsos, com pinturas serigráficas frente, o simbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria municipal de saúde	UNID	NOVA SOLUÇÃO	35.00	105.00	3675.00
Total						9625.00
RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR 06202550481						27.545.583/0001-92
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
910178	Camisa gola v, manga curta, com punho malha 100% algodão (MATESA) cores variadas com pinturas serigráficas frente (25cm) referente da campanha, o simbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria de saúde (9cm) costas. Tamanhos variados	UNID	RC	975.00	31.69	30897.75
Total						30897.75

Valor total da contratação 53915.50 (CINQUENTA E TRES MIL, NOVECENTOS E QUINZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.

Timbaúba dos Batistas/RN, 30 de Agosto de 2019.

RIVANILSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:297E89C6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO N.º PP0372019
OBJETO: Aquisição gradativa de fardamento para a secretaria Municipal de Saúde
MODALIDADE: Pregao

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520./2002.

HOMOLOGO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

INDUSTRIA DE CONFECCOES STARRETT LTDA - ME			03.612.070/0001-99			
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
910177	Camisa polo, manga curta, malha piquett 50% algodão poliéster cores variadas com pinturas serigráficas o símbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria de saúde (9cm) e a função tamanhos variados	UNID	STARRET T	150.00	41.75	6262.50
910179	Camisa gola v, manga curta com punho malha 100% algodão (MATESA) cores variadas com pinturas serigráficas frente (25cm) referente a curso de qualificação, o simbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria de saúde (9cm) costas, tamanhos variados.	UNID	STARRET T	225.00	31.69	7130.25
Total						13392.75
A NOVA SOLUÇÃO EIRELI			70.157.680/0001-37			
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
910180	Camisa regata malha 100% algodão (MATESA) cores variadas com pinturas serigráficas frente (25cm) referente a curso de qualificação, o simbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria municipal de saúde.	UNID	NOVA SOLUÇÃO	200.00	29.75	5950.00
910181	Jalecos oxfords 100% poliéster branco, manga longa, 3 bolsos, com pinturas serigráficas frente, o simbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria municipal de saúde	UNID	NOVA SOLUÇÃO	35.00	105.00	3675.00
Total						9625.00
RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR 06202550481			27.545.583/0001-92			
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
910178	Camisa gola v, manga curta, com punho malha 100% algodão (MATESA) cores variadas com pinturas serigráficas frente (25cm) referente da campanha, o simbolo do município (9cm) o simbolo da secretaria de saúde (9cm) costas. Tamanhos variados	UNID	RC	975.00	31.69	30897.75
Total						30897.75

Valor total da contratação 53915.50 (CINQUENTA E TRES MIL, NOVECENTOS E QUINZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

CONVOQUEM-SE a(as) empresa(as) acima mencionada(as) para assinatura da(as) atas de registro de preçosContratos.

Timbaúba dos Batistas/RN, 30 de Agosto de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:EC8913F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2019 - CPL/PMVF

Rua Jose Calazans, nº 69, Centro, CEP: 59.192-000, Vila Flor/RN,
CNPJ: 08.169.278/0001-07

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
No dia 28 (vinte e oito) do mês de agosto de 2019, no Município de Vila Flor/RN, foi registrado os preços abaixo relacionados, para eventual e futura contratação de Pessoa Jurídica para fornecer combustível, lubrificantes e materiais correlatos, os quais serão destinados aos veículos da frota oficial e locados a serviço da Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN, resultante do **Pregão Eletrônico nº 011/2019 e Processo Administrativo nº 09080001/19** para Sistema de Registro de Preços:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
03	GASOLINA COMUM – ALE SAT COMBUSTÍVEIS	112.500	LITRO	4,38	492.750,00
04	DIESEL COMUM – ALE SAT COMBUSTÍVEIS	43.750	LITRO	3,60	157.500,00
05	DIESEL S-10 – ALE SAT COMBUSTÍVEIS	33.750	LITRO	3,75	126.562,50
06	ÓLEO - 15W40 - EMBALAGEM COM 20 LITROS - DULUB	12	UNIDADE	280,00	3.360,00
07	ÓLEO - 20W50 - EMBALAGEM COM 1 LITROS - DULUB	120	UNIDADE	12,50	1.500,00

Licitante Vencedor: POSTO MEDEIROS LTDA
CNPJ: 04.398.119/0001-15
Endereço: RUA CORDEIRO, 638 – CENTRO – VILA FLOR/RN – CEP: 59.192-000
Telefone: (84) 3245-0018 E-mail: posto101@hotmail.com
Valor: R$ 781.672,50 (setecentos e oitenta e um mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
TOTAL REGISTRADO: R$ 781.672,50 (setecentos e oitenta e um mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
1 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:
A Ata de Registro de Preços terá validade de no máximo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
2 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
2. Os produtos deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração e/ou Setor Requisitante, os quais deverão entregar em até 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, e efetuadas por conta e risco da proponente vencedora, conforme orientação do órgão gestor e nos locais especificado ao final.

2.1 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer da validade da Ata de Registro de Preços, sem a solicitação prévia da contratante e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.
2.2 O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização de todos os produtos no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN, o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.
2.3 As entregas poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério do órgão gestor.
2.4 O transporte e a descarga dos materiais correrão por conta das firmas vencedoras sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.
2.5 Reposição Do Produto:
A empresa licitante ou fabricante deverá se comprometer a substituir ou repor o produto, quando:
a) Houver, na entrega, produtos danificadas, defeituosos ou inadequadas.
b) O produto não atender às especificações deste edital.
2.6 Todos os produtos deverão ser entregues nos locais designados pela Secretaria Municipal de Administração/Setor Requisitante.

3 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3. A **licitante vencedora** deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, na qual deverá constar o número do Processo para liquidação e pagamento da despesa pela Prefeitura do Município de Vila Flor, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, em até 10 (dez) dias da data da entrega.
3.1. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da **licitante vencedora** junto à Seguridade Social – CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da **licitante**, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.
3.2. A Prefeitura Municipal de Vila Flor reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o produto fornecido não estiver de acordo com as especificações dispostas neste Edital.
3.3. A Prefeitura Municipal de Vila Flor poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **licitante vencedora**, nos termos deste **Pregão**.
3.4. Nenhum pagamento será efetuado à **licitante vencedora** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.**4 DAS PENALIDADES:**
4. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Vila Flor e será descredenciada no Sistema de Fornecedores do Portal de Compras Governamentais e do cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Vila Flor, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais a **licitante** que:
4.1. Não assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
4.2. Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
4.3. Apresentar documentação falsa;
4.4. Não mantiver a proposta;
4.5. Comportar-se de modo inidôneo;
4.6. Fizer declaração falsa;
4.7. Cometer fraude fiscal.
4.8. Em caso de atraso injustificado na entrega dos produtos será aplicada multa de mora à **licitante** vencedora, no valor correspondente de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor da aquisição, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias.
4.9. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste **Pregão**, a Administração da Prefeitura Municipal de Vila Flor poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **licitante vencedora** as seguintes sanções:
4.10. Advertência;
4.11. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Registro de Preço, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
4.12. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **licitante vencedora** ressarcir a Prefeitura Municipal de Vila Flor pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

5 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

5.1 Considerado o prazo de validade de 12 (doze) meses da Ata de Registro de Preços e, em atendimento ao §1º do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º, §1º, da Medida Provisória nº 1488-16, de 02/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do **Pregão Eletrônico nº 011/2019**, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.
5.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

6 DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:
I - Pela Administração, quando:
a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;
II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho fundamentado do Secretário de Administração.
§ 2º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.
§ 3º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

§ 4º Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.
6.2 Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:
I - pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão;
II - pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços.
§ 1º A suspensão de registro de preço, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho fundamentado do Secretário de Administração.
§ 2º Será estabelecido no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.
§ 3º Enquanto perdurar a suspensão poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos materiais ou gêneros constantes dos registros de preços.

7 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município, através do elemento de despesa "3.3.90.30 – Material de Consumo", cujo pagamento será com recursos do FPM, ICMS, IPVA, SNA, ROYALITIES, FMAS, FMSAUDE, FUS, FUNDEB, PETERN, QSE e RECEITA TRIBUTÁRIA.

8 DAS OBRIGAÇÕES:
8.1 Caberá a empresa adjudicatária:
a) Efetuar a entrega do material no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data de recebimento das respectivas notas de empenho, acompanhado da Autorização de Fornecimento;
b) A responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato;
c) Os ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;
d) A responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultante da adjudicação desta Licitação;
e) Entregar os materiais de acordo c/ as especificações contidas neste instrumento, responsabilizando-se pela troca, no prazo de garantia em caso de danificação do produto ou em sua embalagem, desde que a danificação na embalagem comprometa o uso futuro produto em questão, independentemente do motivo alegado;
f) Arcar com o extravio dos materiais antes de sua recepção pelo Município;
g) A responsabilidade pelo pagamento fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem;
h) Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o material em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 02 (dois) dias;
i) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os equipamentos licitados;
j) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
l) A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
m) Fornecer todo o material solicitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e disponibilizar produtos, entendida de acordo com as especificações pré-estabelecidas.
n) Verificar a disponibilidade ou não, de matéria prima, antes de realizarem sua proposição de preços.
o) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Município;
Obs. Alertamos que esse argumento não será considerado, caso houver atraso na entrega das mercadorias. Assim como, não será aceita justificativa de férias coletivas dos representantes. Enfim, não serão aceitas outras justificativas que comprometam os trabalhos da Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN. As medidas legais cabíveis serão tomadas imediatamente após encerrado o prazo de entrega.
8.2 Caberá ao Município:
a) Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos materiais;
b) Efetuar o pagamento da empresa vencedora até o 5º (quinto) dia útil após apresentação da Nota Fiscal e o aceite da Secretaria Municipal de Administração;
c) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.

9 DO PROCESSO LICITATÓRIO:
A presente Ata de Registro de Preços resulta do Processo Licitatório, modalidade **Pregão Eletrônico n° 011/2019.**
10 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:
Aplicam-se, com relação a execução, alteração, inexecução e extinção, com pertinência ao presente contrato, as normas estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, e suas alterações.

11 DO FORO:
Fica eleito o foro da Comarca de Canguaretama/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro mais privilegiado que seja.

Vila Flor/RN, 28 de agosto de 2019.

POSTO MEDEIROS LTDA
CNPJ: 04.398.119/0001-15

IVÂNIA DA SILVA MARTINS
Prefeita de Vila Flor/RN

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:126A126B